



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Michele Cristine Silva de Sousa

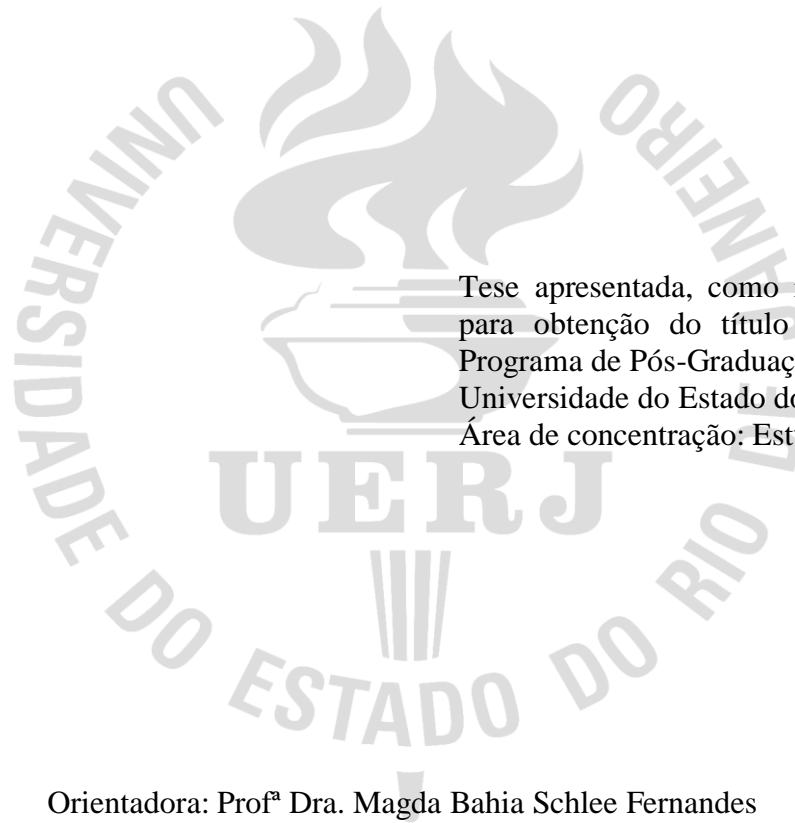
A Funcionalidade das Metáforas Gramaticais em Editoriais de Jornal

Rio de Janeiro

2021

Michele Cristine Silva de Sousa

A Funcionalidade das Metáforas Gramaticais em Editoriais de Jornal



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof^a Dra. Magda Bahia Schlee Fernandes

Rio de Janeiro

2021

Michele Cristine Silva de Sousa

A Funcionalidade das Metáforas Gramaticais em Editoriais de Jornal

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 14 de junho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Magda Bahia Schlee Fernandes (Orientadora)

Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Denise Salim Santos

Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Vania Lúcia Rodrigues Dutra

Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Ana Lúcia Monteiro Ramalho Poltronieri Martins

Instituto Federal Fluminense

Prof. Dr. Fábio André Cardoso Coelho

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

A meu pai, José Maria, pelos exemplos de obstinação.

À minha mãe, Ivonete Sousa, pelos gestos de amor e de cuidado em toda a minha trajetória de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida;

A meu esposo, Silvio, pelo incentivo e pelo carinho em todos os momentos;

A meu pai, José Maria, a quem devo muito, pois me mostrou o verdadeiro significado da palavra trabalho;

À minha mãe, Ivonete, exemplo de perseverança e fé, com quem aprendi a ser quem sou;

A meus irmãos, Márcia e Mauro, companheiros de caminhada e de vida;

À Lara, minha sobrinha, pela alegria e pela obstinação;

A meu amigo, Joni, grande sociólogo e companheiro de infância;

À minha amiga, Marinázia, pelas conversas, pelos risos, por tudo;

Às minhas amigas, Camille e Elisa, pelas constantes trocas de experiências no grupo “Sistemicistas”;

Às minhas amigas, Keyla, Paolla, Raquel e Sandra, presentes da UERJ, grandes parceiras da vida acadêmica. O grupo “Incentivos e lamentações” é para a vida e na vida.

À UERJ, universidade do coração, a quem sou grata pela acolhida dessa filha ruralina. Siga sempre resistindo!

Aos professores da banca, Ana Lúcia Poltronieri, Denise Salin, Vania Dutra, Fábio André Coelho que, gentilmente, dedicaram-se à leitura desta tese;

À minha orientadora, Magda Bahia, quem me acolheu e me ensinou os caminhos da Linguística Sistêmico-Funcional;

A todos, que de forma direta ou indiretamente, ajudaram-me com palavras de incentivos.

A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

Guimarães Rosa

RESUMO

SOUSA, Michele Cristine Silva de. *A funcionalidade das metáforas gramaticais em editoriais de jornal*. 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar de que maneira a metáfora gramatical ideacional contribui para a produção da argumentação nos editoriais de jornais, mais precisamente nos veiculados na *Folha de S. Paulo*, no *Jornal do Brasil*, no *Estado de S. Paulo* e no *Globo*. Tal análise está ancorada nos pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1985, 1989, 2004, 2009; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, 2006, 2014; MARTIN & ROSE, 2012; TAVERNIERS, 2003, THOMPSON, 2004), com ênfase na metafunção ideacional e em alguns recursos da Linguística de *Corpus* (SARDINHA, 2004). Em função desse aparato teórico, a metodologia adotada parte da pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura das obras citadas. Compreende-se que os editoriais são concebidos como documentos situados em um período histórico-social, enquadrando a tese na pesquisa documental. Ressalta-se que a abordagem adotada é de cunho quali-quantitativo, em uma junção entre uma análise mais subjetiva aliada à quantitativa, com percentual das ocorrências do fenômeno. Acrescenta-se que a pesquisa é de cunho descritivo-interpretativo, ou seja, explora e explica com vistas a elucidar o objeto de análise. A pesquisa comprovou a hipótese de que a metáfora gramatical é um recurso argumentativo poderoso que possibilita a indicação de juízo de valor, a objetificação, a não negociação de sentido, a ativação do conhecimento compartilhado e o apagamento da figura do ator social, dando à construção ares de verdade absoluta. A análise de tal exclusão dos participantes foi descrita pela representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 2008). Em suma, a metáfora gramatical ideacional foi concebida na presente tese como um relevante recurso argumentativo, com vista a oportunizar e evidenciar o discurso do jornal.

Palavras-chave: Metáfora gramatical ideacional. Linguística Sistêmico-Funcional. Discurso. Argumentação. Atores Sociais.

RESUMEN

SOUSA, Michele Cristine Silva de. *La funcionalidad de las metáforas gramaticales en editoriales de periódicos*. 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

El objetivo principal de este trabajo es analizar cómo la metáfora gramatical ideacional contribuye a la producción de argumentos en editoriales de periódicos, más precisamente en los publicados en *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, en el *Estado de S. Paulo* y en *Globo*. Dicho análisis está anclada en los supuestos teóricos de la Lingüística Sistémico-Funcional (HALLIDAY, 1985, 1989, 2004, 2009; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, 2006, 2014; MARTIN & ROSE, 2012; TAVERNIERS, 2003, THOMPSON, 2004), con énfasis en la metafunción ideacional y en algunos recursos de *Corpus Linguistics* (SARDINHA, 2004). Debido a este aparato teórico, la metodología adoptada forma parte de la investigación bibliográfica, con una revisión bibliográfica de los trabajos citados. Se entiende que las editoriales se conciben como documentos ubicados en un período histórico-social, enmarcando la tesis en la investigación documental. Es de destacar que el enfoque adoptado es de carácter cuali-cuantitativo, en un cruce entre un análisis más subjetivo combinado con uno cuantitativo, con un porcentaje de las ocurrencias del fenómeno. Se agrega que la investigación es de carácter descriptivo-interpretativo, es decir, explora y explica con intención de dilucidar el objeto de análisis. La investigación demostró la hipótesis de que la metáfora gramatical es un poderoso recurso argumentativo, que permite la indicación del juicio de valor, la objetivación, la no negociación de significados, la activación del conocimiento compartido y la exclusión de la figura del actor, dándole a la construcción aires de verdad. El análisis de la exclusión de los participantes fue descrito por la representación de los actores sociales (VAN LEEUWEN, 2008). En definitiva, la metáfora gramatical ideacional fue concebida en la presente tesis como un recurso argumentativo relevante, con el fin de generar oportunidades y resaltar el discurso del periódico.

Palabras clave: Metáfora gramatical ideacional. Lingüística Sistémico-Funcional. Discurso. Argumentación. Actores sociales.

ABSTRACT

SOUSA, Michele Cristine Silva de. *The functionality of grammatical metaphor in newspaper editorials*. 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The main objective of this work is to analyze how the ideational grammatical metaphor contributes to the production of arguments in newspaper editorials, more precisely in those published in *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, in the *Estado de S. Paulo* and in *Globo*. Such analysis is anchored in the theoretical assumptions of Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY, 1985, 1989, 2004, 2009; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, 2006, 2014; MARTIN & ROSE, 2012; TAVERNIERS, 2003, THOMPSON, 2004), with an emphasis on ideational meta-function and in some resources of *Corpus Linguistics* (SARDINHA, 2004). Due to this theoretical apparatus, the methodology adopted is part of the bibliographic research, with literature review of the works cited. It is understood that the editorials are conceived as documents located in a historical-social period, framing the thesis in the documentary research. It is noteworthy that the approach adopted is of qualitative nature, in a junction between a more subjective analysis combined with a quantitative one, with a percentage of the occurrences of the phenomenon. It is added that the research is of descriptive-interpretative nature, that is, it explores and explains in order to elucidate the object of analysis. The research proved the hypothesis that the grammatical metaphor is a powerful argumentative resource, which allows the indication of value judgment, objectification, non-negotiation of meaning, the activation of shared knowledge and the erasure of the actor's figure, give the construction airs of absolute truth. The analysis of such exclusion of the participants was described by the representation of the social actors (VAN LEEUWEN, 2008). In short, the ideational grammatical metaphor was conceived in the present thesis as a relevant argumentative resource, with a view to providing opportunities and highlighting the newspaper's discourse.

Keywords: Ideational grammatical metaphor. Systemic-Functional Linguistics. Discourse. Argumentation. Social Actors.

LISTA DE QUADROS

Quadro - 1	Distâncias entre formalismo e funcionalismo.....	23
Quadro - 2	Oração verbal I.....	28
Quadro - 3	Funções da fala.....	29
Quadro - 4	Componentes do sistema MODO.....	30
Quadro - 5	Tema não marcado e Rema.....	32
Quadro - 6	Tema marcado e Rema.....	32
Quadro - 7	Componentes da oração.....	34
Quadro - 8	Tipos de participantes na oração.....	36
Quadro - 9	Orações materiais transitivas e intransitivas.....	37
Quadro - 10	Oração mental.....	38
Quadro - 11	Oração relacional intensiva.....	38
Quadro - 12	Oração verbal II.....	39
Quadro - 13	Oração comportamental.....	39
Quadro - 14	Oração existencial.....	40
Quadro - 15	Elementos circunstanciais em Halliday.....	40
Quadro - 16	Representação dos atores sociais no discurso.....	55
Quadro - 17	Análise de exemplos dos editoriais sob a perspectiva da teoria dos atores sociais.....	61
Quadro - 18	Categorização dos efeitos discursivos da nominalização.....	92
Quadro - 19	Estágios de Hasan.....	106
Quadro - 20	Movimentos e passos do editorial em Hasan.....	108
Quadro - 21	Configuração Contextual do editorial <i>Constituição acima de todos</i>	110
Quadro - 22	EPG do editorial do jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	120
Quadro - 23	Configuração Contextual do editorial <i>Vaiém Ambiental</i>	122
Quadro - 24	Análise da incidência da metáfora gramatical ideacional e de seus atores sociais no editorial 3 do jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	128
Quadro - 25	Categorização dos efeitos discursivos das nominalizações dos editoriais do jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	138
Quadro - 26	EPG do editorial do <i>Jornal do Brasil</i>	142
Quadro - 27	Configuração Contextual do editorial <i>A ditadura do pluripartidarismo</i>	144
Quadro - 28	Análise da incidência da metáfora gramatical ideacional e de seus atores	

	sociais no editorial 2 do <i>Jornal do Brasil</i>	151
Quadro - 29	Categorização dos efeitos discursivos das nominalizações dos editoriais do <i>Jornal do Brasil</i>	162
Quadro - 30	EPG do editorial do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	166
Quadro - 31	Configuração Contextual do editorial <i>O problema dos refugiados</i>	169
Quadro - 32	Análise da incidência da metáfora gramatical ideacional e de seus atores sociais no editorial 2 do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	176
Quadro - 33	Categorização dos efeitos discursivos das nominalizações dos editoriais do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	189
Quadro - 34	EPG do editorial do jornal <i>O Globo</i>	193
Quadro - 35	Configuração Contextual do editorial <i>É urgente restabelecer o abastecimento</i>	195
Quadro - 36	Análise da incidência da metáfora gramatical ideacional e de seus atores sociais no editorial 2 do jornal <i>O Globo</i>	201
Quadro - 37	Categorização dos efeitos discursivos das nominalizações dos editoriais do jornal <i>O Globo</i>	213
Quadro - 38	Principais sufixos dos editoriais nos jornais.....	215
Quadro - 39	Exclusão dos atores sociais nos editoriais dos jornais.....	216
Quadro - 40	Configuração Contextual de todos os editoriais.....	217

FIGURAS

Figura – 1	Tipos de processos nas orações.....	35
Figura – 2	Relações congruentes e metafóricas.....	68
Figura – 3	Visão de baixo.....	69
Figura – 4	Visão de cima.....	69
Figura – 5	Realização congruente.....	73
Figura – 6	Realização metafórica.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela – 1	Nominalizações do jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	130
Tabela – 2	Análise da incidência dos atores sociais nos editoriais do jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	139
Tabela – 3	Nominalizações do <i>Jornal do Brasil</i>	154
Tabela – 4	Análise da incidência dos atores sociais nos editoriais do <i>Jornal do Brasil</i>	163
Tabela – 5	Nominalizações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	179
Tabela – 6	Análise da incidência dos atores sociais nos editoriais do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	190
Tabela – 7	Nominalizações do jornal <i>O Globo</i>	204
Tabela – 8	Análise da incidência dos atores sociais nos editoriais do jornal <i>O Globo</i>	214

ABREVIATURAS E SIGLAS

CC	Configuração Contextual
EDOESP	Editorial do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> ¹
EDFSP	Editorial do <i>Jornal do Brasil</i>
EDJB	Editorial do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>
EDOG	Editorial do jornal <i>O Globo</i>
EPG	Estrutura Potencial do Gênero
FSP	<i>Folha de S. Paulo</i>
JB	<i>Jornal do Brasil</i>
OESP	<i>O Estado de S. Paulo</i>
OG	<i>O Globo</i>
GT	Gramática tradicional
GHLP	Gramática Houaiss da Língua Portuguesa
GLPP	Gramática da Língua Portuguesa Padrão
GNLP	Gramática Normativa da Língua Portuguesa
LC	Linguística de <i>Corpus</i>
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
MGP	Moderna Gramática Portuguesa
NGPC	Nova Gramática do Português Contemporâneo

¹ Cada editorial receberá uma numeração, especificando a ordem temporal de publicação do texto.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	FUNCIONALISMO, FORMALISMO E LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL	21
1.1	Funcionalismo e Formalismo: algumas considerações	21
1.1.1	<u>A Linguística Sistêmico-Funcional</u>	24
1.1.2	<u>Função experiencial</u>	33
2	DISCURSO, ARGUMENTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS	43
2.1	Discurso no jornalismo como prática social	43
2.2	Discurso das mídias	45
2.3	Argumentação como estratégia discursiva	50
2.4	Teoria de representação dos atores sociais	54
3	TEORIAS DA METÁFORA: DO TRADICIONAL AO FUNCIONAL	64
3.1	Visões tradicionais	64
3.1.1	<u>Metáfora conceptual</u>	65
3.1.2	<u>Metáfora sistemática</u>	66
3.2	O fenômeno da metáfora gramatical	67
3.2.1	<u>Metáfora ideacional ou metáfora da transitividade</u>	71
3.2.2	<u>O processo de nominalização em foco</u>	77
3.2.3	<u>Nominalização e seus processos de categorização</u>	81
3.3	Os sufixos na perspectiva da gramática tradicional	93
4	GÊNERO NA CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA DE HASAN	98
4.1	A Configuração Contextual e a Estrutura Potencial do Gênero de Hasan	98
4.2	O gênero editorial	102
4.3	Contexto cultural, situacional e os estágios de Hasan	105
5	METODOLOGIA	114
5.1	Métodos, técnicas da pesquisa e caracterização do <i>corpus</i>	114
5.2	Coleta de dados e procedimentos de análise	116
6	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	118

6.1	Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	119
6.1.1	<u><i>Folha de S. Paulo</i></u> - análise geral.....	129
6.2	Jornal <i>do Brasil</i>	140
6.2.1	<u><i>Jornal do Brasil</i></u> - análise geral.....	152
6.3	Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	164
6.3.1	<u><i>O Estado de S. Paulo</i></u> - análise geral.....	178
6.4	Jornal <i>O Globo</i>	191
6.4.1	<u><i>O Globo</i></u> - análise geral.....	202
6.5	Comparações e resultados gerais	215
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
	REFERÊNCIAS	222

INTRODUÇÃO

[...] a gramática de toda língua contém uma teoria da experiência humana: categoriza os elementos de nossa experiência em tipos fenomenais básicos, construindo-os em configurações de vários tipos, e essas configurações, por sua vez, em sequências lógicas¹ (HALLIDAY, 2004, p. xvii, tradução nossa).

O jornalismo brasileiro apresenta algumas datas importantes como, por exemplo, a publicação do primeiro jornal impresso do Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1821 e a publicação do primeiro jornal *on-line*, em 28 de maio de 1995, com o *Jornal do Brasil* (MEIRELLES, 2008).

Nesse espaço de tempo, o jornalismo se consolidou, proporcionando ao público acesso aos dados e às informações sobre diferentes fatos e opiniões, compreendidos em diversos gêneros midiáticos como, por exemplo, notícias, reportagens, artigos, editoriais, entre outros, sejam eles informativos, interpretativos ou opinativos. Esses gêneros são moldados e caracterizados por usos linguísticos que os enunciadores dispõem em um dado contexto.

Entre os diferentes gêneros que compõem a mídia jornalística, optou-se nesta pesquisa pelo editorial, por compreendê-lo como um gênero relevante para o estudo da argumentação, em função da defesa de um ponto de vista.

Por esse motivo, o trabalho em tela, ancorado na concepção da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e em alguns recursos da Linguística de *corpus* (LC), almeja explorar nesses editoriais a funcionalidade da nominalização, a qual está relacionada ao conceito de metáfora gramatical.

Dentre as metáforas gramaticais, interpessoais e ideacionais, optou-se pela última devido a sua incidência no editorial e, principalmente, por entendê-la como um relevante recurso para a argumentação, proporcionando: 1) indicação de juízo de valor, com marcação indicativa de modalidade; 2) objetificação, em que os processos assumem *status* de entidades com diferentes papéis discursivos; 3) não negociação de sentido, com estatuto de mensagem defendida pelo enunciador; 4) ativação do conhecimento compartilhado, considerado como uma entidade discursiva e 5) apagamento da figura do ator, dando à construção ares de verdade absoluta, já que o editorialista pode excluir um participante por causa da obviedade da informação, do seu desconhecimento ou do não comprometimento do enunciador com a informação dada.

¹ No original: “[...] the grammar of every language contains a theory of human experience: it categorizes the elements of our experience into basic phenomenal types, construing these into configurations of various kinds, and these configurations in turn into logical sequences.”

No contexto brasileiro, há alguns estudos (CASTRO, 2009; RAMOS, 2011; VALÉRIO, 2012; VELLOSO, 2014) voltados à metáfora gramatical como recurso linguístico relevante para a produção textual escolar. Essa pesquisa pretende ampliar esses estudos e observar os usos da metáfora gramatical ideacional em editoriais, textos com maior complexidade lexical, devido ao nível de abstração proporcionada pelo gênero.

Entende-se, portanto, que a LSF expõe como objeto de análise a língua em uso, vista dentro do seu contexto real de comunicação. Nessa perspectiva, Fuzer e Cabral (2014) enfatizam que a linguagem é um recurso para fazer e trocar significados, utilizada no meio social de modo que o indivíduo possa desempenhar seus papéis na sociedade. Meurer (2004) assevera que esses papéis põem em cena a noção de agentividade, destacando, o fato de que os indivíduos agem nas práticas sociais de forma direta, permeados pelo contexto. Assim, a linguagem é um modo de agir sobre o contexto que se apresenta (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014).

Fica claro, desse modo, que o presente estudo far-se-á sob os preceitos da LSF, de que a língua é uma estrutura viva e maleável, sujeita a pressões do uso, sendo, portanto, fundamental analisar a gramática com base no significado das estruturas em contextos distintos.

As metáforas gramaticais não podem ser examinadas de forma isolada, mas, antes, em um contexto intra e extralinguístico, e, mais especificamente, nesta pesquisa, em um *corpus* cuja temática está predominantemente vinculada às questões político-sociais do país.

Com base nesse aparato teórico, esta tese apresenta como objetivo geral analisar de que forma a metáfora gramatical contribui para a produção da argumentação nos editoriais dos jornais. Para alcançar esse objetivo, elencamos em seguida, os objetivos específicos, que nos auxiliarão no decorrer da pesquisa:

- a) coletar as principais nominalizações de base sufixal provenientes de verbos utilizadas nos editoriais;
- b) registrar os possíveis efeitos discursivos do emprego das metáforas gramaticais ideacionais como, por exemplo, o apagamento ou a inclusão do ator social;
- c) apontar a forma como os atores sociais são apresentados e seus possíveis efeitos no discurso;
- d) descrever o gênero editorial por meio da teoria de Hasan;
- e) identificar as utilidades pragmático-discursivas da metáfora gramatical ideacional nos editoriais.

Com base nesses objetivos, entendemos que a tese apresenta importância, porque prioriza a identificação das contribuições discursivas da metáfora gramatical no gênero editorial.

A análise sobre a sua funcionalidade terá como propósito responder as seguintes perguntas:

- a) quais os papéis funcionais da metáfora gramatical em um editorial?
- b) essas funcionalidades contribuem para o desenvolvimento da argumentação no gênero?
- c) com a inclusão da metáfora, os atores sociais são incluídos ou excluídos no discurso?

Diante dessas indagações, optou-se por uma pesquisa que levasse em consideração: a natureza do *corpus*, a coleta, a análise e a interpretação dos dados obtidos. Assim, por intermédio desses elementos, esta tese poderá contribuir para a ampliação dos estudos sobre a metáfora gramatical, com base nos textos jornalísticos.

A metodologia, por sua vez, será pautada na pesquisa bibliográfica com abordagem das principais obras de cunho funcionalista, principalmente as de vertente sistêmico-funcional, e de alguns recursos da Linguística de *Corpus*. Acrescenta-se que, na presente tese, os editoriais são tratados como documentos, datados e situados em um período histórico e social, possibilitando uma pesquisa documental baseada nas fontes. Além disso, a coleta de dados será feita com o aparato do *software* AntConc.

A abordagem quali-quantitativa será utilizada na análise das metáforas gramaticais, tanto de forma subjetiva, com interpretação das ocorrências, quanto de forma objetiva, com o levantamento do percentual de incidência da metáfora. Destaca-se que há predomínio da abordagem qualitativa, mas que foram feitos levantamentos quantitativos para comprovar a incidência das metáforas como estratégia argumentativa. O estudo em foco é de cunho descritivo-explicativo, isto é, a análise pretende não somente descrever o fenômeno, mas, antes, possibilitar sua interpretação.

O *corpus* da pesquisa compreende cinco editoriais de cada jornal, totalizando 20, dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Tais periódicos foram escolhidos em função da enorme circulação e divulgação em todo o país. Foram selecionados textos publicados entre dezembro de 2017 a dezembro de 2018, período eleitoral

no Brasil. Com base nesses pressupostos teóricos e objetivos apontados, esta tese apresenta seis capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, a abordagem teórica inicia-se com uma teorização sobre o formalismo e o funcionalismo, de modo a apresentá-los como teorias que se complementam e não que se excluem, como comumente são apresentados. A LSF será descrita e inserida na teoria funcionalista, principalmente por meio do foco na metafunção ideacional de Halliday.

No capítulo dois, ainda na abordagem teórica, serão apontados alguns conceitos de discurso, com enfoque específico no jornalístico. Expõem-se, também, as estratégias de argumentação e seus efeitos discursivos. Será apresentada a teoria de representação dos atores sociais de van Leeuwen (2008), com ênfase na exclusão do participante, seja pelo encobrimento, seja pela supressão.

No terceiro capítulo, as teorias sobre a metáfora, com base na perspectiva tradicional e funcional (tanto a interpessoal quanto a ideacional), serão postas em voga, dando-se ênfase à última, cerne da tese. Além disso, far-se-á uma abordagem sobre a nominalização, processo responsável pelo fenômeno da metáfora gramatical, com seus processos de categorização. Ainda no mesmo capítulo será, também, apontada a estratégia de formação de substantivos, com acréscimo de sufixos, vista na perspectiva tradicional em teorias presentes na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo, na *Gramática do Português Padrão*, de Amini Boaianin Haury, na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima e na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra.

No capítulo quatro, será exposto o conceito de gênero a partir de Hasan, escolhida como teoria para a caracterização do editorial e de sua estrutura. No mesmo capítulo, o editorial será identificado em sua tessitura textual, principalmente, por intermédio dos movimentos e passos que o configuram como tal. Em relação à estrutura interna composicional, serão retratados os atributos de especificação do gênero, a saber: a impessoalidade, a topicalidade, a condensalidade e a plasticidade, com cerne na impessoalidade, assim como as variáveis de morfologia, topicalidade, conteúdo, estilo e natureza, de Beltrão (1980).

No capítulo cinco, por sua vez, será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, com a caracterização do *corpus*, a coleta de dados e os procedimentos de análise dos editoriais.

No capítulo seis, serão verificadas as ocorrências e as funcionalidades das metáforas gramaticais coletadas nos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado*

de S. Paulo e O Globo. Mostram-se, ao final do capítulo, os resultados gerais e comparativos entre os textos de tais veículos de comunicação.

A última parte, por sua vez, destina-se às considerações finais da pesquisa, em que se faz um breve resumo da tese, recapitulando os objetivos, apresentando os possíveis entraves na pesquisa e sugerindo desdobramentos futuros.

1 FUNCIONALISMO, FORMALISMO E LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

[...] a gramática funcional visa explicar regularidades dentro das línguas e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua (NEVES, 1997, p. 20).

Neste capítulo, apresenta-se a corrente teórica que fundamenta e orienta a nossa análise: a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY, 1985, HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, 2006, 2014), teoria oriunda dos estudos funcionalistas. Neste capítulo, serão retratados os dois paradigmas em que se situam os estudos linguísticos: o polo formalista e o polo funcionalista, concepções complementares e não excludentes.

Por outro lado, antes de demonstrar tal complementaridade, convém discorrer sobre a história que cerca o surgimento desses paradigmas. Além disso, serão expressas as metafunções, com foco na ideacional, em função do estudo estar pautado na metáfora gramatical dessa natureza.

Dessa forma, os próximos capítulos teóricos apresentarão um percurso descritivo-explicativo sobre esse fenômeno e sua incidência no gênero editorial, assim como os efeitos argumentativos provenientes de seu uso. Pretende-se demonstrar que a metáfora gramatical é um poderoso recurso linguístico, em muitos casos, responsável pelo próprio apagamento do ator social, seja por exclusão, seja por encobrimento.

1.1 Funcionalismo e Formalismo: algumas considerações

Segundo Neves (1994), o funcionalismo é uma corrente linguística que nasceu em trabalhos iniciais da escola de Genebra com Saussure, Bally e Tesnière, influenciando Helbig e Martinet. Na Holanda, a teoria ganhou representação com Reichling e van Dijk e conquistou notoriedade na Escola de Praga com Mathesius, Trubestskoy, Jakobson, Danes, Firbas, Vachek, Sgall, entre outros. Já na escola de Londres, apareceu nos trabalhos de Firth e, posteriormente, consolidou-se na gramática funcional de Halliday.

O polo formalista, por sua vez, apresenta representatividade no descritivismo americano com Bloomfield, Trager, Bloch, Harris, Fries e, num sentido menos rigoroso, está também nos sucessivos modelos de gerativismo, culminando na teoria padrão de Chomsky (NEVES, 1994).

Algumas considerações fazem-se necessárias, pois as teorias, embora sejam tratadas como distintas em muitos estudos linguísticos, são complementares em relação ao objeto linguístico.

Para Dillinger (1991, p.396), “a distinção formalismo/funcionalismo é derivada da oposição entre a forma linguística e suas funções na comunicação [...]”. A forma compreende o estudo da fonética, fonologia, morfologia e sintaxe, dando continuidade à gramática tradicional. Já os estudos sobre as funções estão relacionados às relações entre uma forma e outra, entre uma forma e seu significado, entre o sistema de formas e seu contexto (DILLINGER, 1991).

De acordo com van Dijk (1978), o funcionalismo interpreta a língua como um instrumento de interação, e o formalismo a concebe apenas como um conjunto de orações. Essa distinção mostra que a língua, na visão funcionalista, não é produzida de forma isolada, mas é um processo cultural e social e, como tal, necessita da interação para coexistir. Nessa concepção funcionalista, não é possível interpretar os aspectos linguísticos apenas em seu caráter estrutural, formal, mas, antes, faz-se necessário identificar a língua em uso.

Halliday (1985) afirma que as gramáticas formais se opõem às funcionais, pois têm uma orientação primariamente sintagmática. As funcionais, em contrapartida, são paradigmáticas, ou melhor, estão interessadas nas escolhas que o usuário faz, uma vez que estão baseadas na retórica e na etnografia.

Halliday assevera que “quando representamos a gramática paradigmaticamente, percebemos o alcance de seu potencial total para o significado”² (HALLIDAY, 2004, p. xii, tradução nossa). Evidencia-se, assim, na perspectiva funcional, que todo aporte significativo está na escolha e no poder do indivíduo em moldar o seu próprio discurso.

Ressalta-se que o formalismo expõe como tendência analisar a língua como um objeto autônomo, cuja estrutura não depende das situações comunicativas (MARTELOTTA & KENEDY, 2003). Por esse motivo, a análise amparada no formalismo evidencia apenas a forma linguística e sua concepção em uma cadeia oracional.

O funcionalismo, por sua vez, compreende a função linguística como um critério muito relevante para qualquer análise. Ademais, sua natureza é paradigmática, porque concebe que, em um determinado enunciado, o falante tem a sua disposição várias palavras e estruturas léxico-gramaticais e faz a sua escolha a partir do contexto.

² No original: “when we do represent the grammar paradigmatically we get a sense of the scope of its total potential for meaning.”

Dutra e Silva (2011, p.4) afirmam que “cada escolha feita no sistema semiótico é significativa, uma vez que adquire seu significado diante das demais possibilidades que havia e que não foram consideradas”, isto é, a significação reside justamente na possibilidade de escolher estruturas que serão colocadas em uso em detrimento de outras que não serão, de forma que, segundo as autoras, tais escolhas possibilitam aos falantes a criação de significados.

A língua, nessa concepção, é um instrumento de interação social e só existe em função do uso dos falantes, ao contrário do que defendem os formalistas, que a concebem como um objeto formal, fruto das propriedades inatas do ser humano. O quadro 1 a seguir, adaptado de Neves (1994), ilustra com clareza as distâncias³ entre formalismo e funcionalismo:

Quadro 1- Distâncias entre formalismo e funcionalismo

Natureza	Formalismo	Funcionalismo
Língua	Objeto autônomo	Não é um objeto autônomo
Análise	Forma	Função
Contexto	Não tem influência	Tem influência
Visão	Como conjunto de frases, sistema de sons e signos	Sistema dentro do uso

Fonte: Adaptado de Neves (1994).

O quadro 1 expõe as principais distâncias/diferenças entre o formalismo e o funcionalismo. Na primeira concepção, a língua é vista como objeto autônomo, sem influência do contexto extralinguístico. Nesses estudos formais, a análise do objeto incide sobre a forma, sua estrutura formada pelo conjunto de frases, sistemas de sons e signos.

Os estudos funcionalistas, por sua vez, afirmam que a língua não é algo autônomo, uma vez que o contexto tem influência direta em sua constituição. Além disso, a análise opera mais na funcionalidade, no próprio sistema dentro do uso.

Enfatiza-se que essas diferenças são tratadas nesta tese como “distâncias”. Entende-se que uma teoria não exclui a outra, pois o estudo sobre a língua pode ter diferentes visões, complementares, sobre o mesmo objeto linguístico.

Dillinger (1991) indica que “formalistas e funcionalistas de fato estudam fenômenos diferentes, mas fenômenos que envolvem o mesmo objeto.” Essa constatação é primordial

³ Adota-se “distâncias” nesta pesquisa, porque o formalismo e o funcionalismo não são teorias excludentes e opostas.

para que uma não negue a outra, porque o objeto só poderia ser analisado em sua integralidade, com a soma dos dois pontos de vista. Para o autor, sozinhos, tanto funcionalismo quanto formalismo não abarcariam toda a complexidade da língua. Dillinger acrescenta:

É importante ressaltar que, a priori, não há razão para começar com as características estruturais e a partir delas estudar o significado e o uso, assim como não há razão para adotar uma estratégia contrária. A decisão se faz com base na intuição de cada pesquisador de qual opção será mais profícua (DILLINGER, 1991, p. 397-398).

A opção passa pelo reconhecimento que uma teoria irá avaliar apenas uma faceta do objeto, mas, antes, deve-se atentar para o fato de que nenhuma escolha passa pela exclusão da outra abordagem, uma vez que são apenas pontos de vista do mesmo objeto.

Na perspectiva funcionalista, conforme Gouveia (2009, p.17-18), “[...] a gramática é modelada, constringida pelo modo como vivemos as nossas vidas, como interagimos com os outros, como refletimos e (re) criamos o sentido da nossa existência [...]”, ou melhor, ela é construída na relação com o outro e com o mundo que o cerca.

Além da Linguística Sistêmico-Funcional, o funcionalismo também abrange teorias como a Linguística Funcional Centrada no Uso, a Linguística de *Corpus*, a Gramática do Design Visual, a Análise de Discurso Crítica, entre outras. Para o estudo em questão, interessa-nos a abordagem da Linguística Sistêmico-Funcional e alguns aspectos da Linguística de *Corpus*.

A próxima seção tem como objetivo apresentar os princípios básicos que regem a Linguística Sistêmico-Funcional.

1.1.1 A Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é uma teoria sociosemiótica da linguagem (HALLIDAY, 1985, 1989; HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, 2006, 2014) que parte do social para entender o funcionamento do sistema linguístico. Essa corrente teórica, descritiva, baseada no uso, desenvolveu-se a partir dos estudos de Firth e veio a ser explorada por Halliday (1985) e seus seguidores, como Hasan, Matthiessen, Martin, entre outros.

O texto, na perspectiva funcionalista, é influenciado pelo contexto, pelos vários usos que o falante faz da língua. Eggins enfatiza que “o objetivo geral da linguagem, então, pode ser descrito como semântico, e cada texto de que participamos é um registro dos significados que foram criados em um contexto particular”⁴ (EGGINS, 2004, p.11, tradução nossa), a ser considerado na análise linguística. Assim, diz-se que o texto é produto e é processo, pois está sempre em construção. Halliday (1989, p.10) acrescenta que o texto

[...] é um produto no sentido de que é um resultado, algo que pode ser registrado e estudado, apresentando uma certa construção que pode ser representada em termos sistemáticos. É um processo no sentido de um processo contínuo de escolha semântica, um movimento através da rede de potencial de significado, com cada conjunto de opções constituindo o ambiente para o conjunto seguinte⁵ (HALLIDAY, 1989, p. 10, tradução nossa).

Dessa forma, o texto é produto-processo de escolhas significativas. Isto quer dizer que o texto é a materialização daquilo que foi escolhido em detrimento daquilo que não foi em um determinado contexto de uso. Gouveia (2009, p.14) afirma que o funcionalismo “[...] fornece descrições plausíveis sobre o como e o porquê de a língua variar em função de e em relação com grupos de falantes e contextos de uso”.

Fica claro, assim, que a LSF é uma teoria sistêmica no sentido de que interpreta a linguagem como um potencial de significados, como um sistema de escolhas concernentes à potencialidade de expressão semântica por meio de distintas formas linguísticas necessárias à expressão, as quais correspondem a escolhas de ordem paradigmática (HALLIDAY, 1985). De acordo com Martin e Rose, a LSF é chamada de sistêmica

[...] porque, comparada com outras teorias organiza a linguagem como opções de significado. Nessa visão, as principais relações entre os elementos da linguagem são as relações de escolha - basicamente entre o que você diz e o que você poderia ter dito se não tivesse decidido pelo que você disse⁶ (MARTIN & ROSE, 2008, p.21, tradução nossa).

⁴ No original: “The overall purpose of language, then, can be described as a semantic one, and each text we participate in is a record of the meanings that have been made in a particular contexto.”

⁵ No original: “[...] is a product in the sense that it is an output, something that can be recorded and studied, having a certain construction that can be represented in systematic terms. It is a process in the sense of a continuous process of semantic choice, a movement through the network of meaning potential, with each set of choices constituting the environment for a further set.”

⁶ No original: “[...] because compared with other theories it foregrounds the organisation of language as options for meaning. In this view, the key relations, between the elements of language are relationships of choice - basically between what you say and what you could have said instead if you hadn't decided on what you did say.”

Essa sistematicidade reside na organização da linguagem, nas várias opções que a língua oferece em situações de uso. Ao mesmo tempo, essa teoria é funcional por conceber que diferentes significados são criados em relação às funções básicas da linguagem em diversos contextos sociais. Gouveia (2009, p.15) assevera que Halliday desenvolve a ideia de que “[...] a língua se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas e que tais redes correspondem a certas funções básicas da linguagem” relacionadas ao contexto cultural em que os indivíduos estão inseridos.

A LSF compreende a língua como sistema e conjunto de textos, vistos de duas perspectivas diferentes: a da potencialidade e a da instanciação. Segundo Halliday e Matthiessen (2014), a instanciação é estruturada como uma organização sistêmica, por meio dos sistemas: físicos, linguísticos, biológicos, sociais e semióticos Na visão dos autores:

usamos a linguagem para dar sentido à nossa experiência e realizar nossas interações com outras pessoas. Isso significa que a gramática deve interagir com o que acontece fora da linguagem: com os acontecimentos e condições do mundo e com os processos sociais nos quais nos envolvemos. Mas, ao mesmo tempo, precisa organizar a construção da experiência e a representação dos processos sociais, para que possam ser transformados em fraseados⁷ (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p.25, tradução nossa).

Logo, sistema e texto definem dois polos de uma escala gradativa de instanciação (GOUVEIA, 2009), como instância do sistema, o texto é a unidade básica para a descrição, é o produto-processo a ser analisado no próprio uso.

Halliday (2014, p.10, tradução nossa) acrescenta que “a oração é a unidade central de processamento da lexicogramática – no sentido específico de que é na cláusula que os significados de diferentes tipos são mapeados em uma estrutura gramatical integrada”⁸, em redes, com diferentes níveis de instanciação.

Na visão funcionalista, a análise de um fato da língua é realizada levando em consideração o nível macro, a maior unidade de análise que, no caso, é o próprio texto, até chegar às estruturas menores como o morfema, como um produto-processo. Desse modo, o

⁷ No original: “we use language to make sense of our experience, and to carry out our interactions with other people. This means that the grammar has to interface with what goes on outside language: with the happenings and conditions of the world, and with the social processes we engage in. But at the same time it has to organize the construal of experience, and the enactment of social processes, so that they can be transformed into wordin.”

⁸ No original: “the clause is the central processing unit in the lexicogrammar – in the specific sense that it is in the clause that meanings of different kinds are mapped into an integrated grammatical structure.”

topo da base é compreendido pelo texto; em seguida, pelo complexo oracional, passando pela oração (vista como unidade fundamental do processamento); após, o grupo, a palavra e, por fim, o morfema.

A opção pela análise macro mostra o funcionalismo como uma teoria com visão do todo textual, em detrimento de uma visão simplicista de um componente textual. Os funcionalistas preocupam-se com as funções da língua como um todo e com os significados realizados em metafunções (NEVES, 1997).

Halliday (1985) propôs as metafunções, resumindo os três tipos de significados que podem ser realizados e decorrentes dos contextos – social e cultural – em que a interação ocorre. Esses significados são oriundos de contextos e formam um todo significativo para uma determinada análise, de modo que todos os três operam e são relevantes em uma determinação interação.

Hasan e Fries (1995, p.xv, tradução nossa) asseveram que a “reflexão mostra que, na interpretação deste mundo, todos os significados - experiencial, lógico, interpessoal e textual - são igualmente importantes e todos são, em primeiro lugar, semióticos em sua natureza”⁹. Dessa forma, os três grandes grupos de significados são a base para a análise de como são criados e entendidos, permitindo, ainda, o estabelecimento de uma relação entre as funções ou os determinados tipos de estruturas.

De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p.31, tradução nossa), “a análise sistêmica mostra que a funcionalidade é intrínseca à linguagem: quer dizer, toda a arquitetura da linguagem é organizada em linhas funcionais. A linguagem é como é por causa das funções por meio das quais ela evoluiu na espécie humana”¹⁰, em interações no próprio contexto. A expressão desses três tipos de significados é realizada por metafunções: a ideacional (experiencial e lógica), a interpessoal e a textual.

Por meio da metafunção ideacional (experiencial/lógica), o indivíduo expressa a sua experiência do mundo material ou de seu mundo interior. A análise da oração é feita levando em consideração toda a estrutura, os participantes envolvidos, os processos e as circunstâncias que constituem o sistema de transitividade. No quadro 2 a seguir, é apresentado um exemplo de oração verbal:

⁹ No original: “reflection shows that in the construal of this world, all meanings – experiential, logical, interpersonal and textual – are equally important, and all are first and foremost semiotic in nature.”

¹⁰ No original: “the systemic analysis shows that functionality is intrinsic to language: this is to say, the entire architecture of language is arranged along functional lines. Language is as it is because of the functions in which it has evolved in the human species.”

Quadro 2- Oração verbal I

(01) “[...] candidato	criticava	a doutrinação	nas escolas [...]” (ED5FSP) ¹¹
Dizente	Processo verbal	Verbiagem	Circunstância

Fonte: A autora.

No enunciado (01), o *candidato* é o Dizente (falante) do processo verbal (*criticar*). A Verbiagem é o dito *doutrinação* e a Circunstância *nas escolas* demarca o lugar.

A transitividade para a LSF é um sistema de relação entre componentes que formam uma figura, a qual, por sua vez, é constituída de um processo e de participantes (quem faz o quê) e, eventualmente, de circunstâncias (onde, quando, etc).

Essas experiências são provenientes da linguagem em uso, da interação do indivíduo (participante) com a sua própria realidade. Segundo Schlee (2006, p.1009), “a linguagem serve para a manifestação de conteúdo, isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência”. São justamente essas vivências que moldam a metafunção ideacional a ser analisada na próxima seção.

A metafunção interpessoal refere-se à interação entre os participantes de um evento comunicativo, em um processo de troca “[...] com negociação de relações sociais: como as pessoas estão interagindo, incluindo os sentimentos que tentam compartilhar”¹² (MARTIN & ROSE, 2008, p.24, tradução nossa). Logo, a linguagem é usada para expressar opiniões, negociar relações e possibilitar ao participante construir significados.

Essa metafunção não representa apenas as experiências provenientes do contexto, mas também proporciona aos falantes e ouvintes desempenharem funções da fala como, por exemplo, informações/proposição, ou bens e serviços/propostas (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014), de modo que falantes expressem possibilidades entre as várias existentes. O quadro 3 enfatiza as funções da fala, a saber:

¹¹ Os exemplos coletados são, em sua maioria, originários do próprio *corpus* da pesquisa. Optou-se pela inclusão de uma enumeração, em ordem crescente dos exemplos. Em cada capítulo a numeração é reiniciada.

¹² No original: “[...] with negotiating social relations: how people are interacting, including the feelings they try to share.”

Quadro 3- Funções da fala

	Informações	Bens e serviços
Dar	Declaração: (02) “A maior vitória desta primeira etapa eleitoral foi da Democracia.” (ED5JB)	Oferta: (03) “Você quer um café?” ¹³
Solicitar	Pergunta: (04) “O que vai ser feito em relação à questão tributária, da qual a reforma da Previdência é a ponta do iceberg?” (ED5JB)	Comando: (05) “Que faça um bom governo.” (ED2FSP).
	Proposição	Proposta

Fonte: A autora.

O quadro 3 sintetiza as funções da fala: *declaração*, *pergunta*, *oferta* e *comando*. A língua foi utilizada para trocar informações: primeiro, para dar uma declaração (02); segundo, para fazer uma pergunta (04); em ambas, a oração apresenta a forma de uma proposição, em outras palavras, o que se troca é a informação. Nos itens (03) e (05), a língua foi usada para troca de bens e serviços: primeiro, por oferta; segundo, por comando; em ambas, a proposta não pode ser questionada.

Os significados interpessoais manifestam-se no sistema de MODO¹⁴. Tal sistema é constituído pelo Modo e Resíduo. O quadro 4 demonstra a aplicabilidade dos componentes do sistema de MODO:

¹³ Fragmento extraído de Fuzer e Cabral (2014, p.108), porque o *corpus* não apresenta exemplo de *oferta*.

¹⁴ Na tese foram utilizados três conceitos: MODO (componente interpessoal da oração); Modo (forma a estrutura interpessoal da oração) e modo (componente do contexto situacional).

Quadro 4- Componentes do sistema MODO

(06) “Sim, o licenciamento ambiental (Sujeito)”	pode e deve (Finito)	ser aperfeiçoado para se tornar mais célere e diminuir a insegurança jurídica [...]” (ED3FSP)
Modo		Resíduo

Fonte: A autora.

No enunciado (04), *licenciamento ambiental* é o sujeito da oração e os processos *pode* e *deve* marcam o Finito (modalidade). A junção de sujeito e de Finito compõe o Modo. O Resíduo contém o predicador da oração.

Na metafunção textual, a oração é vista como mensagem, e os significados experienciais e interpessoais são organizados na estrutura textual. Nessa metafunção, o fluxo de informações é primordial para a constituição da mensagem.

Segundo Martin e Rose (2008, p.24, tradução nossa), os recursos textuais “[...] estão preocupados com o fluxo de informação: as formas como os significados ideacionais e interpessoais são distribuídos em ondas de semiose, incluindo interconexões entre ondas e entre linguagem e modalidades de atendimento (ação, imagem, música etc.)”¹⁵ O falante tenta construir o enunciado de fácil compreensão para o ouvinte, buscando estabelecer uma comunicação coerente e coesa. Conforme Morley, a função textual

[...] é descrita por Halliday como aquela pela qual a linguagem serve como um meio de criar textos em oposição a frases meramente isoladas e desconectadas. É a função que organiza a linguagem em um corpo textual de maneira a dar coerência narrativa (na qual as ideias são apresentadas em uma sequência aceitavelmente lógica) e coesão da mensagem (na qual a redação de uma frase no discurso leva em consideração e está ligada a das frases anteriores), para organizá-las como unidades de informação e evitar redundâncias indesejadas¹⁶ (MORLEY, 2000, p.14, tradução nossa).

¹⁵ No original: “[...] are concerned with information flow: the ways in which ideational and interpersonal meanings are distributed in waves of semiosis, including interconnections among waves and between language and attendant modalities (action, image, music etc.).”

¹⁶ No original: “[...] is described by Halliday as the one whereby language serves as a means to create texts as opposed to merely isolated and disconnected sentences. It is the function which organizes the language in a textual corpus in such a way as to give it narrative coherence (in which the ideas are presented in an acceptably logical sequence) and message cohesion (in which the wording of a sentence in a discourse takes account of and is linked to that of previous sentences), to arrange it as units of information, and to avoid unwanted redundancy.”

Deve-se levar em consideração, para o estudo da metafunção textual, a Estrutura da Informação (informação dada e nova) e a Estrutura Temática (Tema¹⁷ e Rema). Tais estruturas são relevantes para a organização de uma mensagem, possibilitando que certas informações sejam postas em posição temática prioritária, em Tema, geralmente como um item dado, já do conhecimento do público, ou informações postas em posição secundária, em Rema, como um item novo para o leitor.

No que se refere ao Tema, Halliday afirma que uma cláusula “[...] consiste em um Tema acompanhado por um Rema; e a estrutura é expressa pela ordem - o que for escolhido como Tema é posto em primeira posição”¹⁸ (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p.89, tradução nossa).

Por meio da função textual, “[...] o falante é, em primeiro lugar, capaz de dar uma estrutura temática aos elementos do conteúdo da cláusula, destacando assim um ou outro elemento na primeira posição e dando proeminência temática”¹⁹ (MORLEY, 2000, p.14, tradução nossa), em uma escala prioritária entre informação dada e nova, entre aquilo que se sabe e aquilo que não se sabe. Essa progressão textual diz respeito à sequência do texto. De acordo com Halliday e Matthiessen,

o orador escolhe o Tema como seu ponto de partida para orientar o destinatário no desenvolvimento da interpretação da mensagem; ao tornar parte da mensagem proeminente como Tema, o locutor permite ao destinatário processar a mensagem. O restante da mensagem, a parte em que o Tema é desenvolvido, é chamado, na terminologia da escola de Praga, de Rema²⁰ (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p.89, tradução nossa).

Tais elementos são essenciais para a progressão textual, pois, enquanto um é à base da progressão, o outro corresponde à complementação, ou o que se diz sobre o Tema. Morley afirma que o falante

¹⁷ Diferencia-se na tese, o Tema (com inicial maiúscula) integrante da Estrutura Temática e o tema (com inicial minúscula) assunto do editorial.

¹⁸ No original: “[...] consists of a Theme accompanied by a Rheme; and the structure is expressed by the order – whatever is chosen as the Theme is put first.”

¹⁹ No original: “[...] the speaker is, firstly, able to give a thematic structure to the elements of the clause content, thereby highlighting one or other element in first position and giving it thematic prominence.”

²⁰ No original: “the speaker chooses the Theme as his or her point of departure to guide the addressee in developing an interpretation of the message; by making part of the message prominent as Theme, the speaker enables the addressee to process the message. The remainder of the message, the part in which the Theme is developed, is called in Prague school terminology the Rheme.”

[...] organiza o conteúdo da cláusula em termos de unidades de informação. Cada uma dessas (unidades) contém um elemento que está sendo apresentado como nova informação em relação ao discurso anterior e pode também conter um elemento de informação dada, que está sendo apresentada como recuperável a partir do discurso anterior ²¹ (MORLEY, 2000, p.15, tradução nossa).

Temas e Remas marcam o texto, ou com informações do conhecimento do leitor, com algo já dado, já-dito, ou com informações novas, garantindo a progressão temática. No quadro 5 a seguir, é apresentada a estrutura Tema/Rema.

Quadro 5- Tema não marcado e Rema

(07) “A polarização	<u>é própria da política eleitoral.</u> ” (ED5OESP, grifo nosso)
Tema	Rema

Fonte: A autora.

No excerto, *polarização* é uma informação já conhecida, diz respeito ao clima de rivalidades entre as duas candidaturas. Já “*é própria da política eleitoral*” traz uma mensagem complementar e nova “a polarização é algo inerente à política”.

O Tema e o Rema não se confundem com as noções de sujeito e predicado (HALLIDAY & MATTHIESEN, 2014). No exemplo anterior, o Tema aparece como sujeito e o Rema como predicado, mas, em outras frases, tais noções não correspondem respectivamente. O quadro 6 expõe uma estrutura de Tema/Rema distinta da anterior:

Quadro 6- Tema marcado e Rema

(08) “No Brasil,	<u>viria a calhar a cessação de rugas entre as turmas do agro acima de tudo e do ambiente acima de todos.</u> ” (ED3FSP, grifo nosso)
Tema	Rema

Fonte: A autora.

²¹ No original: “[...] organizes the clause content in terms of information units. Each of these contains an element which is being presented as new information in respect of previous discourse and may also contain an element of given information, which is being presented as being recoverable from previous discourse.”

No trecho (08), o termo preposicionado *no Brasil* não é o sujeito, é apenas o Tema, é o primeiro elemento de natureza experiencial apresentado na oração. O Rema, por sua vez, marca um comentário, acrescentando uma informação adicional ao Tema. Halliday (1985) intitula *Tema não marcado* à ocorrência de grupos nominais temáticos que exercem a função de sujeito e *Tema marcado* aos casos em que o Tema não corresponde ao sujeito gramatical.

Halliday (1985) dividiu os diversos tipos de Temas em tópicos, interpessoais e textuais; simples e múltiplos. Tais especificações não serão detalhadas em função do recorte da presente tese. Interessa-nos apenas a noção de Tema e Rema com suas respectivas funções na cadeia textual e no aprimoramento da progressão textual.

Quando se analisa a linguagem do ponto de vista textual, tenta-se “[...] ver como os falantes constroem suas mensagens de maneira que elas se adaptem perfeitamente ao evento linguístico em desenvolvimento”²² (THOMPSON, 2004, p.145, tradução nossa).

Vale ressaltar que as metafunções não acontecem de forma isolada, mas, antes, ocorrem simultaneamente na própria oração (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004). Para fins de análise e um melhor aprofundamento da metáfora gramatical, tal estudo incidirá mais sobre a metafunção ideacional.

1.1.2 Função experiencial

A oração é uma estrutura constituída a partir das três metafunções: a ideacional, a interpessoal e a textual. Nesta seção, e em função da metáfora gramatical analisada, a pesquisa se deterá na abordagem da ideacional composta pelas funções experiencial e lógica.

Nessa metafunção, a oração é vista como representação do mundo material ou interior, o que experienciamos no mundo exterior e no mundo da nossa consciência (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014). Nessa perspectiva, tais significados experienciais manifestam-se no sistema de transitividade relacionado à oração composta de processos, de participantes e de eventuais circunstâncias.

Consoante Lima-Lopes (2017, p.12), “cada um destes processos se desdobra pelo tempo e estabelece relações com participantes que desempenham papéis junto aos processos e elementos circunstanciais, cuja função primeira seria adicionar o ‘pano de fundo’ a tais

²² No original: “[...] to see how speakers construct their messages in a way that makes them fit smoothly into the unfolding language event.”

ações”. Esses componentes são diferenciados de acordo com a classificação dos processos de fazer/acontecer, de sentir, de dizer, de ser/ter, de existir e de se comportar. O quadro 7 traz os componentes da oração:

Quadro 7- Componentes da oração²³

Componentes	Definição	Categoria gramatical típica	Exemplo
Processo	É o elemento central da configuração, indicando a experiência se desdobrando no tempo.	Grupos verbais	(09) “[...] o país precisa <u>voltar</u> urgentemente ao trilho da separação e harmonia entre os Poderes.” (ED4OESP, grifo nosso)
Participantes	São as entidades envolvidas, as quais levam à ocorrência do processo ou são afetadas por ele.	Grupos nominais	(10) “[...] o <u>país</u> precisa voltar urgentemente ao trilho da separação e harmonia entre os <u>Poderes</u> .” (ED4OESP, grifos nossos)
Circunstância	Indica, opcionalmente, o modo, o tempo, o lugar, a causa e o âmbito em que o processo se desdobra.	Grupos adverbiais	(11) “[...] o país precisa voltar <u>urgentemente</u> ao trilho da separação e harmonia entre os Poderes.” (ED4OESP, grifo nosso)

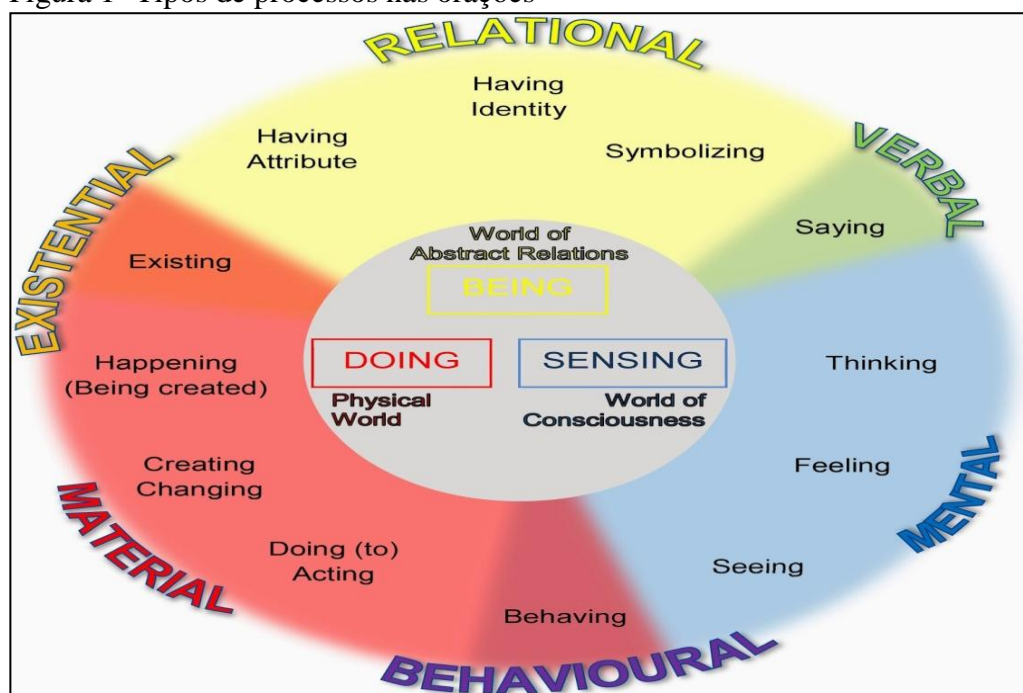
Fonte: Adaptado de Cabral & Fuzer (2014, p. 41).

²³ Convém ressaltar que os exemplos do quadro original foram substituídos pelo *corpus* a ser analisado nesta tese.

Nos excertos, resalta-se a relevância do componente *processo*, realizado tipicamente por verbos; os *participantes*, os quais ora são agentes do processo, ora são afetados por ele; e a *circunstância*, a qual indica uma informação ao enunciado.

Os processos são divididos em mentais, materiais e relacionais, e, entre eles, outros secundários são apresentados, funcionando como evento (ação ou evento material, consciente ou processo verbal ou relacional) (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004). Os processos são apresentados na figura 1:

Figura 1- Tipos de processos nas orações



Fonte: Halliday (1985, no original)²⁴

Halliday (1985) usa cores para diferenciar os tipos de processos, facilitando a visualização das frequências. Além disso, o autor utiliza o círculo para demarcar que, entre um processo e outro, não existem polos, mas, antes, há continuidade.

No exemplo (09), o processo verbal *voltar* é pertinente à representação da experiência externa, como um processo material, caso fosse referente à vivência interna, como *imaginar*, por exemplo, tal processo seria considerado mental, se estivesse relacionado às relações, como *ser*, por exemplo, seria classificado como relacional.

²⁴ Tradução nossa: Relacional = tendo atributo, tendo identidade, simbolizando; Verbal = dizendo; Mental = pensando, sentindo, vendo; Comportamental = comportando-se; Material = fazendo (para) agindo, criando, alterando, acontecendo (sendo criado); Existencial = existindo. Mundo físico = fazendo; Mundo das relações abstratas = sendo/estando e Mundo da consciência = sentindo.

De acordo com Halliday (1985) e Halliday e Matthiessen (2004, 2014), a oração, com base na transitividade, é formada por participantes, processos e circunstâncias.

No que se refere aos participantes, Halliday e Matthiessen (2006, p.265, tradução nossa) informam que “[...] são realizados por grupos nominais, que permitem uma expansão mais ou menos indefinida (através da estrutura univariada de modificação)”²⁵ e, em muitos casos, podem ser apagados da oração.

Para o estudo em questão, far-se necessário apresentar os tipos de participantes e seus respectivos processos, já que os últimos influenciam na identificação do participante da oração. O quadro a seguir mostra essa relação.

Quadro 8- Tipos de participantes na oração

Processos	Participantes
Materiais	Ator /Meta Escopo/Beneficiário ou Atributo
Mentais	Experienciador/Fenômeno
Relacionais	Portador/Atributo Possuidor/Possuído Identificado/Identificador
Verbais	Dizente/Verbiagem Receptor/Alvo
Comportamentais	Comportante
Existenciais	Existente

Fonte: Adaptado de Halliday & Matthiessen (2014).

O quadro 8 mostra os processos e seus respectivos participantes em uma dada oração. Neste estudo, faz-se necessário expor os participantes relativos a cada processo, uma vez que a metáfora gramatical, muitas vezes, enfraquece o peso atribuído aos participantes.

A inclusão ou apagamento desses integrantes serão detalhados no capítulo destinado à teoria de representação dos atores sociais de Theodoor van Leeuwen (2008). Antes, porém, convém identificar os tipos de participantes, seguindo a ordem disposta no quadro anterior, com exemplos do *corpus*.

²⁵ No original: “[...] are realized by nominal groups, which allow more or less indefinite expansion (through the univariate structure of modification).”

No quadro 9, o participante provoca o desdobramento do processo ao longo do tempo, levando a um resultado diferente do início do desdobramento. Caso esse resultado seja direcionado apenas por um participante, dizemos que se trata de uma oração material intransitiva (excerto 13). Já quando envolve dois integrantes, pode-se dizer que se trata de uma oração material transitiva (exemplo 12).

Quadro 9- Orações materiais transitivas e intransitivas

Transitiva	(12) “Michelangelo	pintou	a Divina Comédia.” ²⁶
	Ator	Processo material	Meta
Intransitiva	(13) “Michelangelo	pintava	maravilhosamente.”
	Ator	Processo material	Circunstância

Fonte: A autora.

Na oração material explicitada no trecho (12), o participante do processo *Michelangelo* desdobra a sua força de ação para ele mesmo e para uma *Meta* que, no caso, é *a Divina Comédia*. Segundo Halliday e Matthiessen (2014), a *Meta* refere-se ao objeto do impacto e o participante é interpretado como impactado pelo desempenho do processo. Além do *Ator* e da *Meta*, outros participantes podem estar envolvidos no processo de uma oração material, estes são: *Escopo*, *Beneficiário* ou *Atributo*.

As orações materiais, por sua vez, são definidas como orações de “fazer e acontecer” (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014), e o participante que pratica a ação é reconhecido como *Ator*. Existem vários verbos que realizam processos materiais, como *aparecer*, *estabelecer*, *crescer*, *criar*, *escovar*, *aumentar*, entre outros.

As orações mentais estão relacionadas à experiência do mundo, da nossa própria consciência (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014), indicando desejo (desiderativos), percepção (perceptivos), cognição (cognitivos) e afeição (emotivos).

Os participantes vivenciam tais experiências e são chamados de *Experienciadores*, e os conhecidos e os percebidos intitulam-se *Fenômenos*. O quadro 10 traz essas informações.

²⁶ Exemplos extraídos de Fuzer e Cabral (2014, p.47), uma vez que o *corpus* não apresenta orações materiais transitiva e intransitiva.

Quadro 10- Oração mental

(14) “[...] os estudiosos dessa matéria, os pensadores políticos, as representações sociais [...]”	perceberam	deformações do pluripartidarismo [...]” (ED2JB)
Experienciador	Processo mental perceptivo	Fenômeno

Fonte: A autora.

No quadro 10, os Experienciadores *os estudiosos dessa matéria, os pensadores políticos, as representações sociais* realizam o processo mental perceptivo *perceber*, conseqüentemente, o participante afetado *deformações do pluripartidarismo* é o Fenômeno. Além disso, uma circunstância pode ser apresentada para acrescentar uma informação.

As orações relacionais estão atreladas aos processos de *ser* e *ter* e servem para caracterizar e identificar, podendo ser tipificadas como intensivas, possessivas e circunstanciais e, como modos da relação, como atribuição e identificação (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014).

Os participantes, por sua vez, alteram-se de acordo com os processos, assim as intensivas, as atributivas e as circunstanciais têm *Portadores* e *Atributos*, as possessivas são constituídas por *Possuidores* e *Possuídos*. Já as identificativas têm *Identificados* e *Identificadores*. No quadro 11, são apresentados o *Portador* e o *Atributo* de uma oração relacional intensiva.

Quadro 11- Oração relacional intensiva

(15) “[...] 1 em cada 5 nascidos no Brasil	é	filho de adolescente.” (ED5FSP)
Portador	Processo relacional intensivo	Atributo

Fonte: A autora.

As orações relacionais intensivas identificam uma entidade, no caso, o Portador *1 em cada 5 nascidos* e seu Atributo *filho de adolescente*. Já as circunstanciais apresentam informações relacionadas ao modo, tempo, lugar, entre outras, marcando uma circunstância na oração.

As atributivas atribuem a uma entidade características comuns aos membros de uma classe. As possessivas estabelecem uma relação de posse entre o *Possuidor* e o *Possuído*. As

identificativas, por sua parte, apontam o *Identificado* com uma propriedade que é única, tornando-o exclusivo dentro de uma classe.

As orações verbais evidenciam processos do *dizer*. O falante é intitulado *Dizente* e o *Alvo* é a entidade atingida pelo processo. A *Verbiagem* compreende aquilo que é dito e o *Receptor* está relacionado a quem recebe o processo verbal (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014). No quadro 12, são expostos alguns desses elementos.

Quadro 12- Oração verbal II

(16) “Todos os antecessores do presidente eleito	vituperam	esta Folha.” (ED2FSP)
Dizente	Processo verbal	Alvo

Fonte: A autora.

No enunciado, *todos os antecessores do presidente eleito* é o Dizente do processo verbal *vituperar*, conseqüentemente, o Alvo é a *Folha*, ou seja, é a entidade atingida pelo processo.

As orações comportamentais marcam processos típicos de seres humanos, e o participante é reconhecido como Comportante. Tais processos podem ser: *sorrir*, *chorar*, *tossir*, entre outros (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014). No quadro 13, é exibido um exemplo desse processo.

Quadro 13- Oração comportamental

(17) “O PT	nunca	se preocupou	com a chamada porta de saída do Bolsa Família.” (ED1OESP)
Comportante		Processo comportamental	Circunstância localização (assunto)

Fonte: A autora.

O Comportante *PT* é o participante do processo comportamental *preocupar-se*, e *com a chamada porta de saída do Bolsa Família* marca uma circunstância. Esse processo é típico de seres humanos, em função disso, diz-se que ele é comportamental.

As orações existenciais marcam processos que existem ou acontecem, representados principalmente pelos verbos *haver*, *existir* e *acontecer* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). O participante receptor de toda a força do verbo é intitulado *Existente*. No quadro 14, são expostos os elementos principais da oração existencial.

Quadro 14- Oração existencial

(18) “[...] houve	uma multiplicação de despesas do Ministério da Educação [...]” (ED3OESP)
Processo existencial	Existente

Fonte: A autora.

O processo existencial *haver* não apresenta sujeito, mas expõe o *Existente* “*uma multiplicação de despesas do Ministério da Educação*” como receptor de toda a força do processo existencial.

As circunstâncias são elementos opcionais, periféricos e não estão diretamente envolvidos no processo, sendo expressas por sintagmas preposicionais ou grupos adverbiais. Halliday e Matthiessen (2014) mostram as circunstâncias como eventos marcados semanticamente pelas ideais de tempo, distância, lugar, entre outros, adicionando significados à oração de acordo com o contexto. O quadro 15 exhibe os tipos de elementos circunstanciais em Halliday e Matthiessen:

Quadro 15- Elementos circunstanciais em Halliday

	Tipo		Item interrogativo	Exemplos de realização
Realce	1- Extensão	Distância	Quão longe?	Por, grupo nominal.
		Duração	Por quanto tempo?	Por, grupo nominal.
		Frequência	Quantas vezes?	“quantidade” + grupo nominal.
	2- Localização	Lugar	Onde?	Em, por, perto, para fora, atrás, na frente, acima, abaixo, ao lado ... advérbio de lugar: no exterior, em casa, no andar de

				cima, no andar de baixo, dentro, fora; para fora, para cima, para baixo, para trás, esquerda, direita, reta ..., lá aqui.
		Tempo	Quando?	Em, até, desde, durante, antes, depois de, advérbio de tempo: hoje, ontem, amanhã, agora.
	3-Modo	Meio	Como?	Por, através de, por meio de, com.
		Qualidade	Como?	Advérbios: separadamente, respectivamente.
		Comparação	Como?	Como, ao contrário, em + a maneira de ... advérbios de comparação de forma diferente.
		Grau	Quanto?	Muito, consideravelmente, profundamente.
	4-Causa	Razão	Por quê?	Devido a, como resultado de, graças a, devido a, por falta de.
		Propósito	Por quê? Para quê?	Para, com o propósito de, por causa de, na esperança de.
		Benefício Representação	Para quem?	Para, em favor de, contra.
	5-Contingência	Condição	Por quê?	No caso de.

		Falta/omissão		Na falta de, na ausência de, sem.
		Concessão		A despeito de, apesar de.
Extensão	6- Acompanhamento	Companhia	Com quem/quê?	Com; sem.
		Adição	Quem /que mais?	assim como, em vez de.
Elaboração	7- Papel	Estilo	Como quem/quê?	Como, a título de, no papel de.
		Produto	O quê? Em quê?	Em.
Projeção	8- Assunto		Sobre o quê?	Sobre, em referência a, a respeito de.
	9- Ângulo	Fonte		De acordo com, nas palavras de, segundo.
		Ponto de vista		Para, no ponto de vista de.

Fonte: Adaptado de Halliday & Matthiessen (2014, p. 313-314) e de Fuzer & Cabral (2014, p.53-54).

A circunstância, embora seja opcional, apresenta relevância para a oração, pois, como participante indireto da cláusula, projeta no texto um dado importante para a sua compreensão.

Além da função experiencial, a metafunção ideacional expressa a função lógica, que trata das relações hipotáticas ou paratáticas e do eixo lógico-semântico. A função lógica não será explorada na tese, apenas a experiencial, pois esse estudo auxiliará na compreensão da metáfora gramatical, mais especificamente da ideacional, cerne deste trabalho.

No capítulo a seguir, serão abordados os conceitos de discurso, as estratégias argumentativas e, por fim, a representação dos atores sociais.

2 DISCURSO, ARGUMENTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUG, 2001b, p. 91).

Neste capítulo, faz-se uma abordagem do conceito de discurso, por meio dos preceitos teóricos de Orlandi (2007) e de Bakhtin (2003), a de aspectos da argumentação, por meio dos seguintes aportes teóricos: Abreu (2009), Fiorin (2014) e Koch e Elias (2008). Apresentam-se as estratégias de argumentação e seus efeitos decorrentes. Será exposta a teoria de representação dos atores sociais de van Leeuwen (2008). Tal teoria analisa a presença e a ausência dos atores sociais em determinados discursos. Tanto a inclusão quanto a exclusão do participante traz uma intencionalidade a qual será analisada com mais afinco no capítulo de análise do *corpus*.

2.1 Discurso no jornalismo como prática social

Discurso é um conceito com algumas definições, entre elas: ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos (BRANDÃO, 2004) e ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento, etimologicamente. “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2007, p.15).

O discurso é a materialização da linguagem, no sentido mais amplo, é justamente o reflexo do homem inserido em uma sociedade. Por esse motivo, o enunciado é ideologicamente formado na interação, no estar no mundo. Em face disso, existem vários tipos de discurso: político, jornalístico, entre outros, formados por pessoas que coadunam das mesmas ideias e fazem parte das mesmas instituições.

Esses discursos são formados na interação entre grupos e refletem a filosofia de seus membros diante do mundo. Esse engajamento diante dos dilemas da sociedade faz com que o discurso tenha apoio ou não da grande massa populacional.

O discurso jornalístico, representado nesta tese por meio dos editoriais, compreende o relato de fatos sob o viés argumentativo do editorialista, o qual tem a função de expor o posicionamento do corpo jornalístico. Como não é um texto assinado, a sua autoria é institucional, ou seja, pertence ao grupo do jornal, a algo coletivo (ALVES FILHO, 2006).

Inserido em um dado contexto social, o editorialista propõe o diálogo com um possível leitor em potencial (SOARES, 2016).

O editorial tem como base primordial o compromisso com a verdade, ou seja, os fatos são apurados e organizados para que o leitor tenha conhecimento sobre o que de fato ocorreu, com quem, em qual contexto. Park (2002, p.35) acrescenta que o discurso jornalístico exige “para isso um certo grau de precisão e exatidão, mediante a substituição dos fatos pelas ideias e das coisas pelas palavras”. Assim, o enunciado é moldado como factual e institucional, além de ser objetivo, uma vez que o editorialista quer alcançar o maior número possível de eleitores.

Todavia, grandes jornais brasileiros são dirigidos, em sua maioria, para classes mais altas da sociedade. Azevedo (2006, p.95) prevê que esses periódicos “[...] compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral [...]”. Dessa forma, esse gênero retrata a visão do veículo de comunicação, seu posicionamento diante dos fatos para um leitor previsto.

Os movimentos de construção do discurso estão intrinsecamente ligados ao que o jornalista imagina ser a expectativa dos leitores (BENETTI & STORCH, 2011), ou seja, ao escrever o texto, ele projeta o leitor esperado com o discurso proferido.

A previsão é fundamental, pois o texto denota propósitos comunicativos que só serão alcançados diante de um leitor imaginado. Além disso, os jornais indicam distinção em relação ao trato com a palavra, à língua mais formal/informal, a depender do público a que se destina tal texto.

Tais escolhas, em relação ao tratamento dado à palavra, não são aleatórias, mas frutos de opções entre A e B, uma vez que o editorialista faz a opção entre um possível posicionamento diante dos fatos. Van Dijk (2000, p.205, tradução nossa) deixa isso claro ao afirmar, que “[...] a substituição de uma palavra por outras mostra imediatamente os diferentes ‘efeitos’ semânticos e frequentemente ideológicos de tal substituição.”²⁷

É exatamente na escolha das palavras e nas entrelinhas que é possível encontrar marcas de um determinado discurso. Fairclough (2003, p.24, tradução nossa) evidencia que a

²⁷ No original: “[...] substitution of one word by others immediately shows the different semantic and often the ideological ‘effects’ of such a substitution.”

linguagem possibilita “[...] um certo potencial, certas possibilidades e exclui outras - certas formas de combinar elementos linguísticos [...]”²⁸

Sendo assim, discurso é texto, é um produto que possibilita a análise linguística; é prática discursiva, pois, por meio da interação, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual e, ainda, é prática social, em função dos efeitos sociais que moldam o texto (FAIRCLOUGH, 2001).

Por esse motivo, os discursos são produções sócio-históricas, isto é, produzidos em decorrência dos usos sociais. Nas situações cotidianas, as pessoas recorrem às práticas sociais para se posicionarem e interagirem com o outro e, ao mesmo tempo, garantirem uma identidade discursiva.

Dessa forma, os discursos são práticas sociais determinadas por estruturas sociais (SOARES, 2016). A mídia representa esses discursos e essas práticas sociais, muitas vezes, de formas naturalizadas.

2.2 Discurso das mídias

O discurso só representa o mundo, porque, antes, retrata o próprio ser humano, as relações e o contexto que o cerca. Ao discursar, projeta-se o conhecimento sobre algo permeado por vínculos de poder, dado que as relações humanas são assimétricas, isto é, são hierárquicas. Os participantes têm um controle diferenciado em certa situação de interação como, por exemplo, mídia e leitor, professor e aluno, pais e filhos, etc (SOARES, 2016).

Os diferentes discursos enfatizam as distintas vozes, expressas de forma coletiva e, muitas vezes, institucionalizadas como, por exemplo, o discurso das feministas, dos políticos, dos professores, dos governantes, dos alunos, das mídias, dentre outros. Diante de tantos discursos, optou-se pelo discurso das mídias.

Esse discurso é composto por outros, tornando a análise mais complexa, pois envolve um discurso interligado a outro. Brenneisen, Mendonça e Alves (2006, p.17) afirmam que essa manifestação da linguagem midiática “[...] caracteriza-se pela aptidão de incorporar e mediar os discursos de vários sujeitos e processos sociais.”

Nesse sentido, ao se analisarem editoriais, permeados por vários temas político-sociais, inseridos em uma dada realidade, compreende-se que tais discursos não são dos

²⁸ No original: “[...] a certain potential, certain possibilities, and excludes others – certain ways of combining linguistic elements are possible [...]”

políticos, mas sobre eles e suas atitudes. De acordo com Brenneisen, Mendonça e Alves, analisar textos jornalísticos

[...] exige o reconhecimento de posições ideológicas, a compreensão de vozes que falam por meio do discurso realizado, reforçando-se que o discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando ele o reconhece como pertencente à determinada formação discursiva (BRENNISEN; MENDONÇA & ALVES, 2006, p.18).

Os textos da mídia, especialmente, os editoriais, são revestidos de vozes sociais as quais ecoam um posicionamento discursivo. Reconhece-se que tais textos são materializados em formas de discursos e formações discursivas, veiculados por meios de comunicação, como o rádio, a televisão, o jornal, a revista, a internet, entre outros, relevantes para a informação do público e a formação de uma opinião pública.

O jornal, seja o impresso, seja o digital, apresenta como características fundamentais a veiculação da informação e a formação de uma opinião pública. Bayley (2008, p.2, tradução nossa) afirma que “jornais adquirem poder e autoridade não apenas porque informam o público, mas também porque formam a opinião pública e definem a agenda pública”²⁹. Dessa forma, oportuniza aos leitores uma participação social nos principais temas em voga.

O discurso não é inédito, mas é fruto de outros que possibilitam certa autoria. O leitor é convidado a participar, seja discordando, seja concordando com a opinião do jornal, em um processo de socialização política. O discurso produzido é social e “[...] a informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2013, p.34).

O leitor reproduz outros discursos os quais encontram nas mídias uma possibilidade de visibilidade, de notoriedade. Pode-se citar como exemplo o discurso político, amplamente divulgado no período eleitoral, como substancial para a imprensa. Falar sobre política, minorias, Constituição, democracia é falar sobre política por meio do olhar da mídia jornalística.

Brenneisen, Mendonça e Alves (2006, p.18) acrescentam que o texto jornalístico “[...] é construído pela intertextualidade em vários graus, transformando-se em um mosaico de citações absorvidas e transformadas”. Objetiva-se, portanto, a formação de um público leitor o qual coadune com as visões político-ideológicas defendidas no periódico.

²⁹ No original: “Newspapers acquire power and authority not only because they inform the public but also because they form public opinion and set the public agenda.”

O leitor, por sua vez, é convidado a dialogar com o discurso jornalístico sobre os aspectos político-sociais que emanam daquele período. Milani e Johnson (2010, p.5, tradução nossa) explicam que “[...] o poder da mídia é um fenômeno altamente complexo que requer uma grande dose de desconstrução textual, etnográfica e social detalhada”³⁰. O discurso é, pois, construído em um marco histórico e social e, portanto, é algo situado e dependente do contexto.

O discurso da política é diferente do discurso sobre política, por uma simples razão: no primeiro caso, é do indivíduo político que ecoa um enunciado e, no segundo, o mesmo discurso é proferido por outro indivíduo social, agora investido da visão jornalística sobre o fato e influenciando a visão do leitor do jornal.

Brenneisen, Mendonça e Alves (2006, p.16) afirmam que a mídia jornalística pressupõe “[...] a existência de uma constante luta entre discursos na busca de interpelar o sujeito e conquistá-lo com a sua visão de mundo”. Logo, o discurso jornalístico, principalmente do editorial, é persuasivo e busca, por meio de argumentos, posicionar o leitor favoravelmente a uma determinada visão ideológica sobre um fato, como se as opiniões fossem irrefutáveis (SOARES, 2016).

Assim, tanto o político quanto o jornalista expõem um discurso particular o qual pode ou não coincidir, em uma dada interpretação, com os saberes do conhecimento e das crenças.

Os saberes do conhecimento estão relacionados ao mundo inteligível, objetivo. Charaudeau acrescenta que (2013, p.44) tais saberes “são aqueles que procedem de uma representação racionalizada da existência dos seres e dos fenômenos sensíveis do mundo”.

A mídia jornalística retrata a voz do jornalista, sua visão inserida em um determinado contexto. Esse discurso não é neutro, é revestido de subjetividade, permeado por crenças, por um olhar avaliativo e apreciativo sobre um determinado fato. Segundo Charaudeau, essas crenças

dão conta do mundo quanto à maneira de proceder à regulação das práticas sociais, ao se criarem normas efetivas de comportamento, e também quanto aos discursos de representação produzidos no âmbito do grupo social, para avaliar esses comportamentos, criando-se, assim, normas ideais (CHARAUDEAU, 2013, p.46).

Essas crenças dependem de certa interpretação, da avaliação e do julgamento sobre um determinado comportamento, em confronto com normas que foram estabelecidas socialmente

³⁰ No original: “[...] the power of the media is a highly complex phenomenon that requires a great deal of detailed textual, ethnographic and social deconstructio.”

(CHARAUDEAU, 2013), representando grupos os quais servem de modelo social. Nesse sentido, ao enunciar, projetam-se as impressões sobre o mundo, podendo ser elas de cumplicidade ou de reatividade. Tais crenças podem ser notadas, por exemplo, no discurso da imprensa, perceptível no trecho do editorial 5 *Compromisso com a democracia* (01):

(01) “Os brasileiros estão ansiosos por conhecer da boca de seus candidatos, em vez de mais ofensas ou palavras agressivas contra o adversário, definições importantes sobre questões cruciais ao país.” (ED5JB)

O editorialista pode tomar a voz do eleitor, como se fosse a sua, para avaliar negativamente o fato de os candidatos não terem propostas para o Brasil em plena campanha eleitoral, enfatizando que esse fato não seria bom para a democracia do país. Brandão (2004) afirma que esse enunciador é a figura da enunciação, representando a pessoa cujo ponto de vista é apresentado. Dessa forma, o enunciador detém a enunciação, buscando influenciar por meio do discurso a voz do outro, que, no caso dos editoriais, é o próprio leitor.

O leitor, ao ler esse editorial, pode ter uma avaliação e/ou um julgamento de cumplicidade, isto é, pode concordar com o enunciador da imprensa, e/ou reagir, ou seja, não aceitar a enunciação. Essa visão de concordância/discordância será o resultado da argumentação realizada pelo editorialista, assim como de outras estratégias semântico-textuais.

Tanto os saberes de conhecimentos quanto os saberes de crenças são construídos nos processos de representação, mas com fronteiras tênues (CHARAUDEAU, 2013). Em função disso, não é tão fácil delimitar quando um saber termina e o outro começa, quando se trata apenas de uma descrição e/ou comentário sobre um fato.

No editorial *Constituição acima de todos*, o editorialista faz uma alusão à frase *Deus acima de todos*, do candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro. Nesse jogo lexical, esse enunciador faz uma avaliação negativa sobre o que deve estar acima do presidente, e sobre o que seria mais importante em um país democrático. Ao mesmo tempo, essa crítica pode fazer referência ao fato de o país ser laico, segundo a Constituição.

São as palavras escolhidas pelo enunciador que definirão se os saberes utilizados são de crenças ou de conhecimentos. Charaudeau explica que esse enunciador “deve problematizar seu propósito, elucidar e avaliar seus diferentes aspectos” (CHARAUDEAU, 2013, p.177), proporcionando, assim, uma argumentação consistente.

Essa problematização baseia-se em três atividades mentais: “emitir um propósito (o tema de que se fala), inseri-lo numa proposição (o questionamento) e trazer argumentos (persuadir)” (CHARAUDEAU, 2013, p.177). Em um texto opinativo, como o editorial, por exemplo, os saberes de crenças estão mais em evidência, porque o editorialista tem a tarefa de comentar um fato ocorrido na semana, dando a sua avaliação e seu julgamento sobre ele.

O discurso jornalístico não é algo inédito, nem é algo exclusivo de A ou B, mas é resultante de outros discursos que já foram enunciados. Brenneisen, Mendonça e Alves (2006, p.15) orientam que “[...] o discurso não é fechado em si mesmo e nem é domínio exclusivo do locutor, concebendo a necessidade de considerar que aquilo que se diz significa algo em relação ao que não se diz, ao lugar social o qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos”. Em face disso, o leitor pode concordar com o enunciador da imprensa ou discordar dele.

A mídia jornalística é um campo fértil para a incorporação e a mediação de vários enunciadores sociais e de seus discursos. Em função disso, ao explorá-la, também são analisados os enunciados inseridos em sua conjuntura. Isso implica uma verificação mais complexa, porque a visão do analista não deve ser apenas a de averiguar uma mídia isoladamente, mas ele precisa compreender que ela serve para informar, desenvolver saberes e formar opiniões, em vários discursos que se imbricam em um dado contexto.

O discurso presente nos editoriais é de um enunciador institucional, isto é, de um jornalista que fala em nome do periódico. Esse enunciador informa/opina sobre um tema inserido em um contexto, projetando sobre ele suas impressões.

Na perspectiva funcional, de acordo com Soares (2016, p.27), “[...] o lugar social em que os produtores se inserem pode influenciar as escolhas linguísticas que são operacionalizadas na construção discursiva [...]”, mostrando, assim, as marcas identitárias dos jornais.

No cenário político eleitoral, convergem dois discursos: o político e o social, os quais refletem os posicionamentos de um enunciador da imprensa e de um enunciador social/político, influenciando leitores (opinião pública).

Charaudeau explica que “é o contrato de comunicação midiático que gera um *espaço público* de informação e é em seu próprio quadro que se constrói a *opinião pública*” (CHARAUDEAU, 2013, p.115, grifo do autor). Logo, a opinião pública interessa aos anseios dos jornais. O editorialista escreve visando a esse leitor pré-definido e ao próprio governo.

2.3 Argumentação como estratégia discursiva

Entre os vários gêneros jornalísticos, o editorial, objeto de análise desta tese, é um gênero predominantemente argumentativo, visto que o editorialista, ao defender o ponto de vista do corpo editorial, utiliza estratégias argumentativas a fim de persuadir leitores sobre determinado fato.

Consoante Abreu, a argumentação está ligada ao convencimento, ou seja, à capacidade de persuadir por meio das ideias, das emoções (ABREU, 2009). Dito isto, persuadir é sensibilizar o outro para uma tomada de atitude sobre um determinado fato.

Essa arte de persuadir, ou retórica, surgiu na Grécia antiga, aproximadamente em 427 a.C., em função do surgimento da democracia e, conseqüentemente, fez com que as pessoas pudessem utilizar o “bem falar” e a arte de “convencer” para garantir direitos em uma sociedade mais justa, em contramão ao autoritarismo anterior (ABREU, 2009).

Assim, o regime democrático possibilita aos cidadãos uma tomada de posicionamento diante de um determinado assunto, por intermédio de uma tese ou, simplesmente, da própria ideia. De acordo com Abreu (2009, p.19-20), existem quatro condições para que a argumentação se consolide, são elas: definir uma tese, apresentar uma linguagem comum, ter contato positivo com o público e agir com ética.

As quatro condições são relevantes para que exista a argumentação. Então, compreende-se que a tese é sustentada por meio de estratégias argumentativas, dando suporte ao texto. Segundo Fiorin, esses “argumentos são os raciocínios que se destinam a persuadir, isto é, a convencer ou a comover, ambos meios igualmente válidos de levar a aceitar uma determinada tese” (FIORIN, 2014, p.58).

Aristóteles divide essa arte da persuasão ou retórica em três pilares: *ethos*, *logos*³¹ e *pathos*. Para o filósofo, o *ethos* refere-se aos atributos do orador, ou seja, a imagem que ele pretende passar para o auditório, de “alguém digno de fé.” (ARISTÓTELES, 1988). A construção discursiva do *ethos* ocorre nos domínios da enunciação, dado que o jogo discursivo deixa marcas linguísticas relevantes para a concretização da sua imagem perante o enunciatário. Fiorin acrescenta que esse “*ethos* [...] é um autor discursivo, um autor implícito” (FIORIN, 2015, p.70), totalmente recuperável no texto, não de forma óbvia, mas por meio de suas próprias escolhas discursivas.

³¹ O foco de interesse da pesquisa é o *logos* com ênfase na argumentação.

O *logos*, por sua vez, relaciona-se ao domínio da razão e à persuasão, mostrando o que é verdade, ou parece verdade em um determinado caso (ARISTÓTELES, 1988). O *logos*, segundo o filósofo, pode ser formado pelo *entimema* (raciocínio silogístico dedutivo) ou, então, pelo *exemplo* (indutivo). O primeiro é dirigido ao auditório especializado, já o segundo é direcionado ao grande público de forma mais afetiva.

O *pathos* refere-se ao conjunto de emoções e sentimentos os quais o enunciador deve suscitar no enunciatário por intermédio de seu discurso, ou seja, o *pathos* é “o próprio estado de espírito do auditório” (FIORIN, 2015, p.73). Nesse sentido, a tarefa do *ethos* é a de tentar convencer com uma argumentação consistente (*logos*) o seu enunciatário.

Nesse jogo discursivo, o *ethos* pretende passar a imagem de credibilidade e de confiança para o auditório, porque almeja suscitar emoções e, conseqüentemente, adesão às ideias. O auditório (enunciatário) é movido pelo aceite e/ou pela recusa em aderir à argumentação do enunciador. Todavia, a persuasão não se vale apenas da razão (*logos*), mas vale-se do desejo de desenvolver no ouvinte o crer verdadeiro (*pathos*), na crença do próprio dizer.

O enunciador deve projetar a imagem do seu alocutário, ou, mais precisamente, a figura de quem fala, para alguém, e em determinada situação. Na visão de Fiorin (2014, p.69), “todos os discursos são argumentativos, pois é uma reação responsiva a outro discurso”, ou seja, o enunciador está sempre tentando refutar e persuadir em um jogo entre os discursos historicamente situados.

Esse enunciador, ao prever o seu alocutário e o contexto da enunciação, introduz em seu texto certas estratégias argumentativas como, por exemplo, citações, exemplos, metáforas gramaticais, entre outras, a fim de persuadir o alocutário. Assim, o discurso deve envolver o ouvinte em uma teia discursiva, possibilitando-o a se reconhecer no próprio texto, no próprio sentido.

Dessa forma, a argumentação é essencial em um editorial, pois o editorialista visa persuadir o leitor, seja por meio da razão, seja por meio da emoção. Para Fiorin (2014), a argumentação é um fato da língua e não do discurso, já que todo enunciado orienta para uma determinada conclusão, e essa argumentação faz parte do sentido.

O editorialista, ao afirmar que (02) “*A Democracia é o regime que provou no Brasil, e dá exemplos diversos no mundo, de [sic] ser o mais adequado à convivência humana*” (ED05JB), acaba orientando para as seguintes conclusões: “a de que não podemos abandonar a democracia”; “não podemos votar em pessoas que são contra a democracia”, entre outras,

mas não orienta na posição oposta “devemos votar em regimes autoritários” ou, então, “a democracia não é boa para a convivência humana”.

No exemplo (02), o *ethos* do JB é pró-democracia. Essa imagem é construída por meio da argumentação (*logos*) sobre o voto no decorrer do editorial. Nesse sentido, argumentar é um exercício de convencimento mediante a apresentação de razões, com evidência de provas, e de um raciocínio coerente e consistente, despertando a emoção no leitor.

O *ethos* almeja atingir o enunciatário a partir desse recorte de mundo do jornal. Esse contexto sociocultural poderá mudar em função da organização do universo *patêmico*, ou seja, o mesmo discurso poderá produzir uma diversidade de efeitos interpretativos em diversos contextos.

A imagem do JB, em função do *pathos*, pode não ser a mesma. Afinal, o enunciador pode não alcançar legitimidade no discurso de forma uniforme para todos. Pode-se dizer que todo texto é um produto socio-histórico, situado em um determinado tempo e espaço. De acordo com Fiorin (2017, p.973), o enunciador tem um papel muito relevante no discurso, pois ele “[...] escolhe formas e combina-as”, ou seja, “o sujeito instala-se no discurso por todas as escolhas e combinações”.

Dessa forma, não existe, nessa concepção de Fiorin, uma argumentação neutra ou despretensiosa, mas um ato argumentativo motivado para agir sobre o discurso do outro, em prol do convencimento. Logo, ainda que pretensamente neutro, o enunciador emite um julgamento/opinião que poderá persuadir o outro, em um verdadeiro jogo discursivo. Essa pretensa neutralidade de alguns discursos é, segundo Koch:

apenas uma máscara, uma forma de representação (teatral): o locutor se representa no texto “como se” fosse neutro, “como se” não estivesse engajado, comprometido, “como se” não estivesse tentando orientar o outro para determinadas conclusões, no sentido de obter dele determinados comportamentos e reações (KOCH, 2003, p.60).

Essa “neutralidade” esconde um posicionamento, visto que o enunciador é movido por um engajamento ao enunciar. Assim, o discurso constitui-se como um campo propício para o exercício da argumentatividade.

Essa argumentação “é responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação” (KOCH, 2002, p.157). A autora traz à baila a noção de texto e argumentação, elucidando quais marcas linguísticas e estratégias textuais estariam agindo em prol da persuasão.

O uso da linguagem, segundo as autoras, ocorre por meio de textos que, por sua vez, são constituídos por enunciadores em interação (KOCH; ELIAS, 2016). Entre as estratégias dispostas para uma boa argumentação, a autora elenca: os implícitos, a seleção lexical, a intertextualidade, os operadores/marcadores discursivos, a progressão textual e os articuladores textuais. Faz-se conveniente apontar o que, segundo as autoras, é imprescindível em um exercício argumentativo. Koch e Elias (2016, p.24) afirmam que deve existir:

- a) uma proposta que provoque em alguém um questionamento em relação à sua legitimidade;
- b) um enunciador que desenvolva um raciocínio para demonstrar essa legitimidade e essa aceitabilidade da proposta;
- c) um enunciatário que se constitua como alvo da argumentação. Trata-se do leitor a quem se dirige o enunciador que argumenta, na esperança de conduzi-lo a compartilhar da mesma convicção ou refutá-la.

Nos itens (a) e (b), espera-se que toda argumentação seja alicerçada por uma provocação e/ou questionamento. O enunciador deve demonstrar, por premissas, que seu texto apresenta legitimidade e, portanto, seu raciocínio está correto e pode ser aceito. Já o item (c) é direcionado ao enunciatário. A argumentação deve levá-lo a apoiar a proposta ou refutá-la. Koch e Elias apontam que

argumentar pressupõe intencionalidade e aceitabilidade, ou seja, de um lado há aquele que constrói argumentos para influenciar o interlocutor e conseguir seu intento; e, de outro, aquele que é alvo desse processo, o interlocutor, e que tem a liberdade de considerar ou não a validade dos argumentos [...] (KOCH & ELIAS, 2016, p.34).

Para conseguir a adesão do interlocutor à proposta, Koch e Elias (2016, p. 124-132) propõem ao locutor recorrer a várias estratégias como:

- 1) apresentar equilíbrio entre as informações explícitas no texto e as inferíveis (aqueles conhecimentos que o produtor do texto pressupõe como algo compartilhado com o interlocutor);
- 2) fazer uma seleção lexical adequada tanto em relação ao tema quanto ao destinatário;

- 3) promover a intertextualidade, por intermédio da relação entre os textos e o conhecimento de mundo como, por exemplo, a explicitação da fonte, a forma de citação direta e indireta, etc. As diferentes formas de citação possibilitam visibilidade ao fato e funcionam como recurso de autoridade, dando credibilidade ao texto. Acrescenta-se o título como desencadeador das previsões sobre o texto;
- 4) inserir operadores/marcadores discursivos, orientando os enunciados para determinadas conclusões;
- 5) garantir os movimentos de repetição (continuidade ou retroação) e progressão no texto, a fim de alcançar o projeto de texto desejado. A retomada pode ser realizada por pronomes, numerais, elipses, nominalizações, sequenciação por repetição, paralelismo sintático, paráfrases, etc. A progressão textual pode ser feita sem recorrência de termos, pela progressão temática (Tema/Rema), ou seja, a informação é organizada entre aquilo que é a base e o que se diz a respeito do tema;
- 6) empregar articuladores textuais/operadores do discurso/marcadores discursivos possibilitando a organização do texto. Tais articuladores podem funcionar para ordenação do tempo/espço (*a seguir, mais além*, etc); para estabelecer uma relação entre o conteúdo de duas orações, por intermédio da condicionalidade (*se, caso*, etc); da causalidade (*como, dado que*, etc); da mediação ou finalidade (*para que, a fim de que*, etc); da disjunção ou alternância (*ou*, etc); da temporalidade (*quando, assim que*, etc); da conformidade (*conforme, segundo*, etc) e do modo (*como se realizou a ação*).

Em suma, as estratégias discursivas são recursos relevantes para o desenvolvimento de uma argumentação consistente. Na presente tese, em função do recorte, a nominalização é analisada como recurso argumentativo, com diferentes funcionalidades para a construção da opinião nos editoriais.

2.4 Teoria de representação dos atores sociais

A proposta teórico-metodológica de van Leeuwen (2008) faz uma representação dos atores sociais em um determinado texto. Essa teoria tem como objetivo verificar quais os diversos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados discursivamente, assim como quais escolhas são feitas linguisticamente para nos referirmos aos participantes.

O autor acrescenta que “não é necessário haver congruência entre os papéis que os atores sociais realmente desempenham nas práticas sociais e os papéis gramaticais que são dados nos textos. As representações podem realocar papéis ou reorganizar as relações sociais entre os participantes”³² (VAN LEEUWEN, 2008, p.32, tradução nossa).

Em algumas situações, o ator do processo verbal é excluído, por meio da supressão ou por meio do encobrimento. A inclusão pode ocorrer por ativação, passivação, generalização, especificação, entre outras. Segundo o autor, o quadro teórico de inclusão e exclusão pode ser definido assim:

Quadro 16- Representação dos atores sociais no discurso

Exclusão	Supressão: ausência do ator social em todo o texto		
	Encobrimento: ausência do ator social em partes do texto, ou referência implícita.		
Inclusão	Ativação		
	Passivação	Participação	
		Circunstancialização	
		Possessivação	
	Genericização		
	Especificação	Individualização	
		Assimilação	Coletivização
Agregação			

Fonte: Adaptado de van Leewen (2008, p.52, tradução nossa).³³

Na presente tese, interessa-nos as categorias de exclusão dos atores sociais, seja por supressão, seja por encobrimento. A inclusão, por sua vez, será apenas reconhecida no editorial como ativação, passivação, generalização e especificação, sem aprofundamento teórico.

³² No original: “There is no need for congruence between the roles that social actors actually play in social practices and the grammatical roles that are given in the texts. Representations can reallocate roles or reorganize social relationships between participants.”

³³ No original: “Exclusion: supression, backgrounding; Inclusion: activation, passivation: participation, circumstantialization, possessivation; personalization: determination: association, dissociation; genericization, specification: individualization, assimilation: collectivization, agregation.”

Na exclusão, os atores sociais são representados de duas formas: pela ausência em todo o texto, gerando assim, a supressão, ou pelas pistas no texto, quando, por exemplo, a atividade desempenhada é apresentada, mas não são relacionados um ou todos os atores sociais implicados em tal atividade ou, então, quando o ator deixa algum vestígio de sua presença em alguma parte do texto. Nesse processo, diz-se que o ator foi encoberto ou deixado em segundo plano (sem informação de tempo e modalidade).

As realizações linguísticas de supressão e de encobrimento, apontadas para a língua inglesa, compatíveis com o português, são: (a) o apagamento do agente da passiva, (b) as orações infinitivas, (c) as nominalizações ou nomes processuais, (d) adjetivos e (e) ergatividade, a voz média (NOVODVORSKI, 2008)³⁴. Nos exemplos a seguir, é possível observar essas realizações linguísticas:

- (03a) “Muitos deles foram agredidos [...].” (ED2OESP, grifo nosso)
 (04b) “Introduzir a censura [...].” (ED4FSP, grifo nosso)
 (05c) “A polarização é própria da política eleitoral.” (ED5OESP, grifo nosso)
 (06d) “São fatos sintomáticos de algo muito grave [...].” (ED4OG, grifos nossos)
 (07e) “As bancadas, quando se fragmentam no Congresso [...].” (ED2JB, grifos nossos)

O processo de exclusão tanto pode suprimir o ator social definitivamente, sem nenhuma menção a ele no texto, quanto pode apresentá-lo de forma menos visível, deixando-o em segundo plano. Nos exemplos destacados, cada exclusão ocorreu de uma forma diferente, mostrando que a Língua Portuguesa dispõe de diferentes mecanismos linguísticos para suprimir e/ou encobrir o ator social.

Entre essas exclusões, nota-se que a nominalização é uma poderosa estratégia sociodiscursiva para suprimir/encobrir tais participantes do discurso. Por esse motivo, optou-se apenas por analisar essa estratégia com mais profundidade. No editorial 3, do jornal *O Estado de S. Paulo*, observa-se que o ator foi completamente excluído do trecho (08), não sendo possível recuperá-lo em nenhuma parte.

- (08) “Como se sabe, nos últimos 15 anos, houve uma multiplicação de despesas do Ministério da Educação, com a criação de inúmeras instituições de ensino superior em todo

³⁴ Novodvorski (2008) também aponta o apagamento dos beneficiários como realização linguística de supressão/encobrimento, mas tal recurso não foi identificado nos editoriais.

o País, sem um mínimo de critério acadêmico e administrativo.” (ED3OESP, grifo nosso)

No enunciado (08), não é possível identificar “quem multiplicou” as despesas do Ministério da Educação, porque a nominalização suprimiu o ator responsável pela *multiplicação*. Todavia, o leitor pode inferir que, possivelmente, os políticos são responsáveis pelas despesas nesse setor. Essa obviedade não é suficiente para afirmar com clareza a autoria da *multiplicação*, então, diz-se que o ator social foi excluído, em função da nominalização.

Van Leeuwen (2008, p.30) afirma que “as nominalizações e substantivos de processo também permitem a exclusão de atores sociais”³⁵, o que, sem dúvida, é bastante relevante e marca um posicionamento do editorialista diante do que está sendo relatado.

Por outro lado, “algumas exclusões podem ser ‘inocentes’, detalhes que os leitores já devem conhecer, ou que são considerados irrelevantes para eles”³⁶ (VAN LEEUWEN, 2008, p.28, tradução nossa). A nominalização pode, portanto, marcar a omissão do ator social, a sua descentralização e a centralização do objeto, seja porque esse ator já é do conhecimento de todos, seja em função do não comprometimento do editorialista diante desse possível participante.

No exemplo (09), o ator social é deixado em segundo plano, ou seja, não é expresso na oração, mas é inferível pelo leitor. Nesse caso, diz-se que ele foi encoberto. Verifica-se tal processo no editorial 1, do jornal *O Globo*:

(09) “Também gerou uma comoção na cidade, em todo o país e em algumas capitais no mundo, proporcional ao simbolismo da tragédia.” (ED1OG, grifo nosso)

Apesar de não estar expresso, categorizado na oração, o ator social está encoberto em segundo plano, e é totalmente recuperado por inferência, trata-se da *população*, ator que se comoveu com a morte da vereradora. Van Leeuwen acrescenta que esse tipo de ator social pode ser chamado também de *antecedente*.

³⁵ No original: “Nominalizations and process nouns similarly allow the exclusion of social actors.”

³⁶ No original: “Some of the exclusions may be ‘innocent’ details which readers are assumed to know already, or which are deemed irrelevant to them.”

No processo de inclusão, há diversas classificações: ativação, passivação, personalização, categorização, nomeação, sobredeterminação, indeterminação, genericização, especificação e impersonalização (VAN LEEUWEN, 2008). Apenas para constatação de algumas ocorrências de inclusão, as categorias de ativação, passivação, genericização e especificação serão, em alguns casos, apontadas.

No que se refere à ativação e à passivação dos atores sociais, van Leeuwen (2008, p.33, tradução nossa) afirma que “a ativação ocorre quando os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas em uma atividade, a passivação, quando são representados como ‘submetidos’ à atividade, ou estando ‘no lado receptor dela’³⁷. Ainda segundo o autor (2008, p.33, tradução nossa), “a passivação necessita de uma distinção adicional: o ator social apassivado pode ser agente ou beneficiado.”³⁸

Esse ator apassivado passa pela atividade ou com pouca participação, ou com sujeição a outro ator. Verifica-se a inclusão, tanto a ativa quanto a passiva, nos exemplos, a saber:

(10) “[...] Bolsonaro primeiro titubeou, mas terminou repudiando o assassinato.” (ED4OG, grifo nosso)

(11) “Com uma pauta conservadora, escolhida pelo eleitor, o novo governo, com militares em seus quadros — Bolsonaro, capitão, mas já um político profissional, porém com o vice e alguns possíveis ministros gerais — , será como todos os anteriores.” (ED5OG, grifo nosso)

No excerto (10), o participante *Bolsonaro* é ativado de forma explícita, ou seja, ele foi nomeado e está ativo em relação à atividade desempenhada. Nesse caso, diz-se que a nomeação desse ator social é primordial para a temática sobre a polarização e o clima hostil entre os apoiadores de Haddad e de Bolsonaro.

No item (11), o ator social *eleitor* é o agente da passiva, ativado e responsável pela execução do processo *escolher*. Entende-se que a ativação do ator social é um artifício

³⁷ No original: “activation occurs when social actors are represented as the active, dynamic forces in an activity, passivation when they are represented as “undergoing” the activity, or as being ‘at the receiving end of it’.”

³⁸ No original: “passivation necessitates a further distinction: the passivated social actor can be subjected or beneficialized.”

utilizado pelo editorialista para marcar um determinado discurso. Esse tipo de passivação é identificado por papéis participantes, em função disso, recebe o nome de *participação*.

A *circunstancialização*, por sua vez, realiza-se pela inclusão de um sintagma preposicional como, por exemplo, no excerto (12):

(12) “Só ganharão com isso os grileiros, desmatadores e pecuaristas improdutivos — com excessiva influência no Congresso Nacional e em torno do presidente eleito.” (ED3FSP, grifos nossos)

Por meio das circunstâncias “no Congresso Nacional” e “em torno do presidente eleito”, o ator social “grileiros, desmatadores e pecuaristas improdutivos” são representados como pacientes do processo.

A *possessivação*, por outro lado, é formada por um sintagma preposicionado com *de* pós-modificador de uma nominalização, conforme o fragmento (13), a seguir:

(13) “Nesse cenário, foi muito oportuno o esclarecimento do ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, a respeito dos efeitos do Bolsa Família.” (ED1OESP, grifo nosso)

No parágrafo, o sintagma preposicionado “do ministro” realiza a representação social do participante de forma possessiva e indireta, ator do processo de esclarecer os efeitos do programa social do Bolsa Família.

Dessa forma, ocorre a ativação quando os atores sociais são ativos em relação às atividades que desempenham. Já a passivação (*participação*, *circunstancialização* e *possessivação*) ocorre quando são submetidos à atividade ou são receptores dela.

Além da ativação e da passivação, os atores sociais são representados como classes ou grupos (*genericização*), ou como seres identificados de forma especificada (*especificação*), por intermédio da *individualização*, da *assimilação* ou da *coletivização*. Assim, van Leeuwen (2008, p.37) acrescenta que “os atores sociais podem ser referidos como indivíduos; nesse caso, falarei de *individualização*, ou como grupos; nesse caso, falarei de *assimilação*”³⁹. Nos próximos exemplos, serão demonstradas as inclusões desses atores sociais nos editoriais.

³⁹ No original: “social actors can be referred to as individuals; in this case, I will speak of individualization, or as groups; in that case, I will talk about assimilation.”

- | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (14) “O <u>PT</u> e advogados do ex-presidente exerceram pressão máxima, de várias formas, legais [...]” (ED5OG, grifo nosso) |
| (15) “ <u>Jair Bolsonaro</u> ganhou nas urnas o direito de usar a faixa presidencial” e “Em seus discursos da vitória, o <u>capitão reformado</u> amainou a retórica agressiva que vinha empregando, dirigiu-se genericamente a “todos os brasileiros” e fez o devido elogio à Constituição, à democracia e às liberdades.” (ED2FSP, grifos nossos) |
| (16) “São, portanto, <u>os estudiosos dessa matéria, os pensadores políticos, as representações sociais</u> que já perceberam deformações do pluripartidarismo, que podem patrocinar a nova leitura de um sistema que caducou, e vem arrastando consigo defeitos que comprometem a legitimidade da representação parlamentar.” (ED2JB, grifo nosso) |
| (17) “ <u>A maioria dos eleitores</u> expressou sua vontade de encerrar o ciclo de disputas entre PT e PSDB e iniciar um novo capítulo de alternância de poder.” (ED2FSP, grifo nosso) |

No exemplo (14), o ator social *PT foi* incluído no discurso por meio da assimilação (coletivização). Em sua maioria, esse tipo de inclusão é realizado quando o substantivo marca um grupo de pessoas, com ideia de coletividade.

O excerto (15) é marcado pela especificação por individualização, visto que o editorialista traz a figura de *Jair Bolsonaro* como ator social incluído. Esse tipo de inclusão marca a individualidade de um determinado ator, muitas vezes, com dados identificadores como, por exemplo, *capitão reformado* (Jair Bolsonaro).

No exemplo (16), os atores sociais *os estudiosos dessa matéria, os pensadores políticos, as representações sociais* estão representados por uma classe, incluídos de forma genérica no discurso. Essa genericização é garantida com a inclusão de grupos, formados, em sua maioria, por substantivos no plural sem artigo definido, ou então, no singular com artigo definido.

No fragmento (17), o termo “*a maioria dos eleitores*” é considerado ator social incluído por assimilação (agregação). Esse tipo de ator representa a quantificação de um grupo de participantes, podendo ser expressos por *a maioria de, a minoria de, uma parte*, etc.

A inclusão de um determinado participante seja pela genericização, seja pela especificação (individualização/assimilação) promove distintos efeitos no texto. No primeiro caso, um grupo generalizado é distanciado em relação às intenções do autor. Já no segundo, o ator social especificado é aproximado.

Algumas inclusões serão apontadas no texto, mas é necessário também evidenciar os mecanismos linguísticos que foram utilizados para excluir o ator social do processo comunicativo. Observe o quadro a seguir, com os exemplos elencados de alguns editoriais, com a exclusão dos atores sociais:

Quadro 17- Análise de exemplos dos editoriais sob a perspectiva da teoria dos atores sociais

Teoria de representação dos atores sociais	Exclusão por supressão	Exclusão por encobrimento
<p>Editorial 2: <i>Folha de S. Paulo</i></p>	X	<p>(18) “Na melhor das hipóteses, <u>confunde</u> jornalismo independente e crítico com atuação partidária.” (ED2FSP, grifo nosso)</p> <p>Ator social não expresso, mas recuperado no trecho: “Reconheça-se o gesto, mas sem deixar de apontar que, durante 27 anos como deputado e ao longo desta eleição, <u>Bolsonaro</u> deu inúmeros sinais de que ignora rudimentos da convivência democrática, como o respeito às instituições de Estado, a proteção das minorias e a transigência com diferentes pontos de vista.” (ED2FSP, grifo nosso)</p>
<p>Editorial 5: Jornal do Brasil</p>	<p>(19) “A <u>modernização</u> da economia pede ampla concorrência e transparência nos negócios.” (ED5JB, grifo</p>	X

	nosso)	
	Ator social não expresso, excluído pelo processo de nominalização.	
<p>Editorial 2: <i>O Globo</i></p>	<p>(20) “É urgente <u>restabelecer</u> o abastecimento.” (ED2OG, grifo nosso)</p> <p>(21) “É preciso <u>haver</u> ações de redução de danos.” (ED2OG, grifo nosso)</p>	X
	Nos dois casos, os atores sociais não estão expressos, foram excluídos pela oração no infinitivo.	
<p>Editorial 3: <i>O Estado de S. Paulo</i></p>		<p>(22) “[...] com a <u>criação</u> de inúmeras instituições de ensino superior em todo o País, sem um mínimo de critério acadêmico e administrativo.” (ED3OESP, grifo nosso).</p> <p>(23) “Os museus, principalmente, foram atingidos por essa <u>forma suicida de administrar.</u>” (ED3OESP, grifo nosso)</p>

	X	Atores sociais (pessoas ligadas ao Ministério da Educação, nos últimos anos), encobertos pelo processo de nominalização, mas recuperados no fragmento: “Como se sabe, nos últimos 15 anos, houve uma multiplicação de despesas do <u>Ministério da Educação</u> .” (ED3OESP, grifo nosso)
--	---	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: A autora.

Dessa forma, nota-se nos seis excertos o apagamento por exclusão, proveniente, por exemplo, do processo de nominalização, ou seja, pela transformação de verbos em substantivos, configurando, assim, o encapsulamento da informação e, conseqüentemente, em muitos casos, o apagamento do ator social.

No excerto (18), o ator social está em segundo plano, ou seja, foi encoberto, mas totalmente recuperável no texto. O editorialista afirma que “(Bolsonaro) *confunde jornalismo independente e crítico com atuação partidária*” (ED2FSP). No trecho (19), não é possível identificar quem moderniza a economia. O ator social foi completamente excluído do texto, sem nem ao menos deixar rastros.

Nos itens (20) e (21), também não é possível identificar os atores sociais responsáveis em *restabelecer o abastecimento e reduzir os danos*. Todavia, o leitor pode inferir que tais participantes são os representantes do próprio governo. Nos excertos (22) e (23), o ator foi encoberto, mas totalmente recuperado no texto pela figura do *Ministério da Educação*.

Em suma, a metáfora gramatical, em muitas ocasiões, encobre ou suprime o ator social do processo, dando à informação um *status* de verdade universal, inquestionável. No capítulo a seguir, serão enfatizadas as teorias sobre as metáforas, tanto a tradicional quanto a funcional.

3 TEORIAS DA METÁFORA: DO TRADICIONAL AO FUNCIONAL

É de salientar que a metáfora é simplesmente uma extensão natural da flexibilidade embutida e da multifuncionalidade da linguagem⁴⁰ (THOMPSON, 2004, p.236, tradução nossa).

Neste capítulo, apresentamos as teorias em relação à metáfora, seja a de cunho tradicional, seja a de cunho funcional. As noções de congruência e incongruência serão expostas para definir a metáfora gramatical, assim como seus dois tipos: interpessoal e ideacional, enfocando a última, objeto de análise desta pesquisa.

Tais estudos funcionais serão retratados por intermédio dos pressupostos teóricos de Sardinha (2007), Halliday e Matthiessen (2014), Thompson (2004), Taverniers (2003), Ravelli (2003) e Heyvaert (2003). Além disso, a nominalização, recurso linguístico responsável pela concretização da metáfora gramatical, será descrita nos estudos de Basílio (2011), Olímpio (2006), Halliday e Matthiessen (2004, 2014) e Heyvaert (2003), com foco nas categorizações provenientes do seu uso.

3.1 Visões tradicionais

As metáforas são recursos retóricos incorporados à linguagem humana de forma natural, pois os sentidos figurados, os usos não literais fazem parte da expressão humana e, portanto, dizem respeito à condição de nos comunicarmos e de sermos compreendidos em uma dada sociedade.

São produtos culturais e instrumentos ideológicos, em função do próprio contexto de uso e dos participantes do ato comunicativo. Então, não é possível estudar uma metáfora, sem levar em conta seu contexto, quem diz o quê, para quem, com que propósito e quais intencionalidades estão por trás dos discursos.

A noção mais antiga de metáfora é de Aristóteles que, no século IV a.C., constatou que essa figura dizia respeito ao nome de uma coisa para designar outra, permitindo expressar uma ideia nova, o que exigia um esforço mental para compreendê-la.

⁴⁰ No original: "It should be stressed that metaphor is simply a natural extension of the in-built flexibility and multi-functionality of language."

Com o decorrer do tempo, a metáfora foi refinada em muitas figuras de linguagem como paradoxo, aforismo, alegoria, entre tantas outras (SARDINHA, 2007). Assim, a metáfora é, na visão tradicional, um processo de transposição de significados, constituindo uma comparação implícita.

Entre as várias teorias de metáforas existentes, optou-se pelo estudo da metáfora gramatical, proveniente dos estudos da Linguística Sistêmico-Funcional, mas, antes, é relevante expor a metáfora conceptual, amplamente estudada por Lakoff e Johnson, e a metáfora sistemática, foco das pesquisas de Lynne Cameron.

3.1.1 Metáfora conceptual

A teoria da metáfora conceptual foi formulada por George Lakoff e Mark L. Johnson, no final da década de 70, e divulgada no livro *Metaphors we live by*⁴¹. Tal obra mostra a influência que as metáforas exercem em nossa vida e em nossa cultura.

A metáfora conceptual é a conceitualização de um domínio de experiência em termos de outro, em outras palavras, seria uma comparação implícita e direta entre duas realidades.

Para Lakoff e Johnson (1985, p.5), “a essência da metáfora é entender e experienciar um tipo de coisa em termos de outro”⁴² como, por exemplo, (01) “*O que vai ser feito em relação à questão tributária, da qual a reforma da Previdência é a ponta do iceberg?* [...]” (ED5JB, grifo nosso), trecho em que o editorialista enfoca a reforma da Previdência como uma parte do problema orçamentário do Brasil e, portanto, poderia esconder outras mazelas.

A metáfora conceptual é uma representação mental, ou seja, atua no pensamento. Por esse motivo, é abstrata, dando-se de forma automática, sem nenhum esforço, já que a nossa mente faz uma relação direta entre os dois domínios: a fonte e o alvo, sendo o último, o que dá respaldo para outros significados (SARDINHA, 2007). No exemplo de *iceberg*, a palavra poderia apresentar outro significado, mas, no contexto do editorial, está relacionada a algo negativo, ao problema que a reforma da Previdência quer acobertar.

⁴¹ A tradução do título em língua portuguesa é: *Metáforas da vida cotidiana*.

⁴² No original: “the essence of the metaphor is understanding and experiencing one type of thing in terms of another.”

De acordo com Lakoff e Johnson (1985, p.57), o contexto é primordial para a constituição da metáfora. Nas palavras dos autores, “seria mais correto dizer que toda experiência é totalmente cultural, e que nós experimentamos nosso ‘mundo’ de tal forma que a nossa cultura está presente na própria experiência diária.”⁴³ Assim sendo, as metáforas conceptuais são culturais, pois seu uso depende da visão de mundo que se tenha em certa situação e, conseqüentemente, das ideologias de uma determinada sociedade. Por esse motivo, não é interessante analisar tais metáforas fora do seu contexto de uso.

3.1.2 Metáfora sistemática

O estudo da metáfora sistemática, conhecida como discursiva ou metáfora em uso, teve início com a pesquisa da inglesa Lynne Cameron, por volta dos anos 2000 (SARDINHA, 2007). Essa abordagem prioriza o uso linguístico, com ênfase na utilização concreta da linguagem, ou seja, as metáforas são selecionadas de acordo com sua utilização em uma dada realidade.

Esses usos estão relacionados ao contexto e aos participantes, o que daria validade à metáfora sistemática, como no título *Entre a urna e o ringue*, do editorial 4 do *Jornal do Brasil*. Nesse enunciado, a palavra *ringue* corresponde, no contexto do editorial, à disputa eleitoral entre os candidatos Bolsonaro e Haddad, líderes de rejeição, alvos de disputas entre os eleitores mais adeptos à agenda. Assim, a palavra *ringue* só ganha *status* de metáfora sistemática, em função do seu uso em um determinado contexto e dos seus participantes.

Na próxima seção, será descrito o fenômeno da metáfora gramatical sob uma perspectiva funcionalista.

⁴³ No original: “It would be more correct to say that all experience is cultural through and through, that we experience our ‘world’ in such way that our culture is present in every day experience itself.”

3.2 O fenômeno da metáfora gramatical

A metáfora gramatical, termo cunhado por Halliday (2009, p.119), amplia a concepção da metáfora conceptual, uma vez que faz referência “ao uso de um recurso gramatical para exprimir uma função que não lhe é intrínseca” (SARDINHA, 2007, p.45).

Por exemplo, quando se usa o substantivo no lugar de um verbo, como em “esfacelamento” em vez de “esfacelou”, tem-se um caso de metáfora gramatical, ou seja, a função original do verbo - designar ações - foi transferida para um substantivo, que, no caso, desempenha a função de dar nome aos seres ou às coisas. Essa transformação de um verbo e/ou adjetivo em um substantivo é chamada de nominalização⁴⁴.

A nominalização possibilita que a metáfora gramatical se concretize e seja concebida como um fenômeno, expandindo o potencial de significados no uso da linguagem. Thompson (2004, p.233, tradução nossa) afirma que essa metáfora apresenta “a possibilidade de redefinir as relações entre significados e palavras, o que é um recurso central para expandir o potencial de significado da língua [...]”⁴⁵. Nesse sentido, tal recurso expande a capacidade textual, tornando o texto mais denso lexicalmente, mais complexo, haja vista que tende a agregar os significados no sintagma nominal.

Então, ao utilizar “esfacelamento” em vez de “esfacelou”, fica claro que o editorialista preferiu exprimir uma ação (verbo) por uma coisa (substantivo), elevando, assim, o texto em complexidade. Esse elemento nominalizado é atemporal, uma vez que as categorias de tempo e modo são excluídas. No exemplo, o termo original é representado pelo verbo, isto é, pela sua função primária, não marcada, não metafórica de denotar ação, correspondendo ao sentido literal e congruente.

A metáfora gramatical corresponde à realização indireta, ou seja, realiza uma função que não é primária, resultante da tensão (função = realização) entre os níveis/estratos do sentido e da expressão.

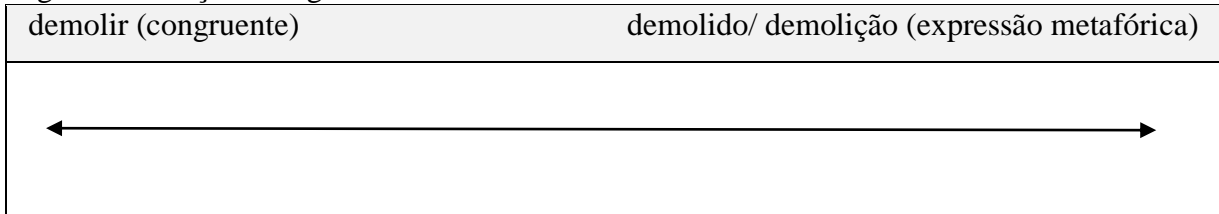
Halliday (2009) afirma que existem formas mais ou menos metafóricas, contrapondo-se à perspectiva tradicional entre o significado literal e o metafórico como uma oposição. Entender a congruência como uma noção de *continuum* é fundamental para compreender a

⁴⁴ A nominalização será abordada na próxima seção.

⁴⁵ No original: “The possibility of re-setting the relationships between meanings and wordings, which is a central resource for expanding the meaning potential of language [...]”

noção da metáfora gramatical. De acordo com Thompson (2004, p.236, tradução nossa), “[...] o termo congruente pode ser informalmente definido como ‘mais próximo do estado de coisas no mundo externo’”⁴⁶. A figura 2 demonstra as relações congruentes e metafóricas.

Figura 2- Relações congruentes e metafóricas



Fonte: A autora.

No exemplo supracitado, a forma congruente do verbo *demolir* corresponde à forma mais esperada, em contraposição a *demolido/à demolição*, que originam os processos nominais de adjetivação e de substantivação, respectivamente. Essas formas são conhecidas como *metafóricas*, ou *incongruentes*. De acordo com Taverniers (2003), a noção de congruência é caracterizada em termos de nitidez:

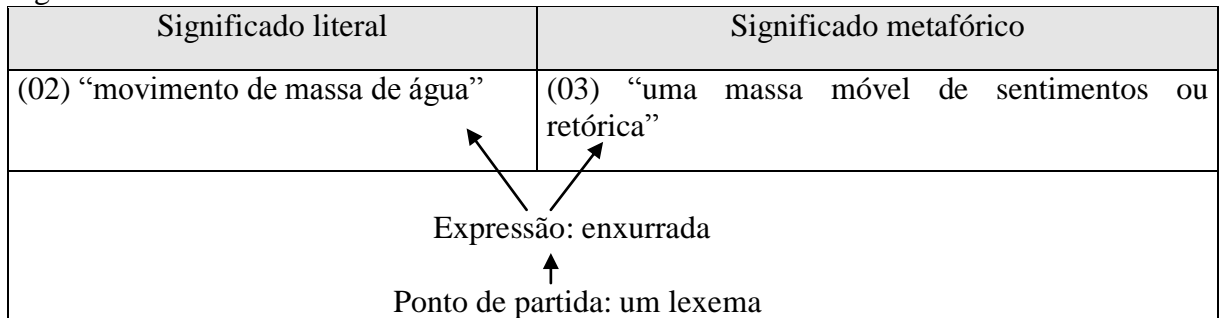
[...] as expressões congruentes são as realizações típicas e não marcadas do significado dado. Nessa descrição inicial, os novos conceitos de metafóricidade gramatical e incongruência são caracterizados em relação às noções intuitivas: o que é congruente está em conformidade com “os modos típicos de dizer as coisas”, é a forma de codificação “alcançada pelo caminho mais curto”, “a codificação mais direta dos significados selecionados”⁴⁷ (TAVERNIERS, 2003, p.13, tradução nossa).

Em função disso, a noção de congruência/incongruência está intimamente ligada às formas de dizer alguma coisa, seja pela forma mais esperada, seja pela inesperada, respectivamente.

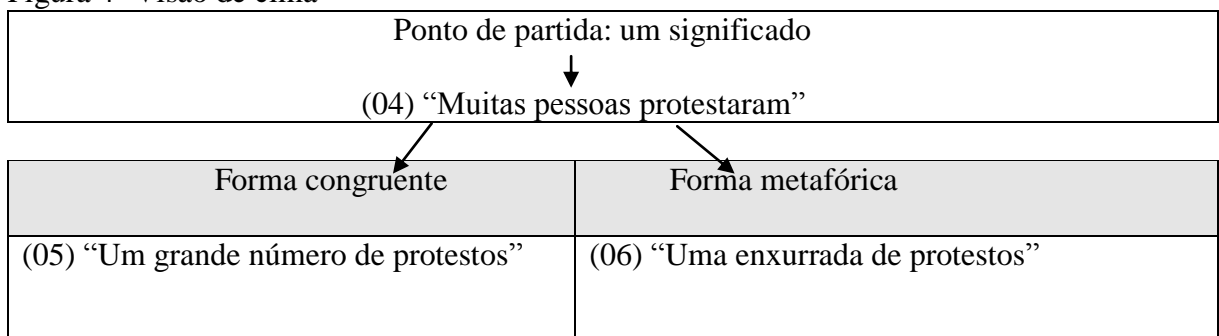
Para Halliday (2009), a diferença de perspectiva entre o significado literal e o metafórico pode ser compreendida como visão de baixo (*view from below*), em que uma palavra é tomada como ponto de partida, e visão de cima (*view from above*), em que um significado é o ponto de partida. Essas diferentes perspectivas são bem representadas por Taverniers nas figuras 3 e 4 a seguir.

⁴⁶ No original: “[...] the term congruent can be informally glossed as ‘closer to the state of affairs in the external world’.”

⁴⁷ No original: “[...] congruent expressions are the unmarked, typical realizations of the given meaning. In this initial description, the new concepts of grammatical metaphoricity and incongruency are characterized in relation to intuitive notions: what is congruent conforms to ‘the typical ways of saying things’, it is the form of coding ‘arrived at by the shortest route’, ‘the most straightforward coding of the meanings selected’.”

Figura 3- Visão de baixo⁴⁸

Fonte: Adaptada de Taverniers (2003, p.6, tradução nossa).

Figura 4- Visão de cima⁴⁹

Fonte: Adaptada de Taverniers (2003, p.6, tradução nossa).

A autora expõe os dois tipos de visões em relação à metáfora. A *visão de baixo* corresponde à perspectiva tradicional da metáfora conceptual. Nessa visão, o ponto de partida é o lexema *enxurrada*, de modo que, dessa palavra tem-se o sentido literal *movimento de massa de água*, e o sentido metafórico *uma massa móvel de sentimentos ou retórica*, dessa acepção, tem-se apenas um sentido metafórico.

Ao contrário, a *visão de cima* apresenta como ponto de partida um significado, que, por sua vez, origina uma forma congruente como, no exemplo, (05) “Um grande número de protestos” e, outra forma metafórica (06) “Uma enxurrada de protestos”.

Nota-se essa forma metafórica no excerto (07) “A transferência da eleição do novo presidente para um segundo turno [...]” (ED3JB, grifo nosso). No excerto, o termo destacado *transferência* encapsula a informação e, ao mesmo tempo, apaga o ator, deixando em

⁴⁸ No original: “View ‘from below’, literal meaning ‘a moving mass of water’; metaphorical meaning ‘a moving mass of feeling or rhetoric’, flood-starting point.”

⁴⁹ No original: “View ‘from above’, starting point: one meaning: ‘many people protested’, congruente form ‘a large number of protests’, metaphorical form ‘a flood of protests’.”

evidência o substantivo *a transferência*, em vez de apresentar o processo e apontar quem propriamente é o participante.

No enunciado em questão, o vocábulo *transferência* não seria originalmente um substantivo, mas é resultante de um processo de transformação de um verbo em um substantivo. Halliday enfatiza que

a metáfora gramatical adiciona uma nova dimensão à expansão do potencial de significado. Não é simplesmente adicionar novos recursos e novos sistemas para a rede; trata-se antes de “engrossar” os processos de significado, criando outro plano de realidade semiótica, em que as teorias podem ser interpretadas a partir de fenômenos “virtuais” que existem apenas no plano semiótico⁵⁰ (HALLIDAY, 2004, p.xx, tradução nossa).

Essa nova dimensão, originada pela metáfora, é concebida como realidade semiótica, uma abstração do processo. Há dois tipos de metáfora gramatical: a interpessoal e a ideacional. Segundo Sardinha (2007, p.48), a interpessoal ocorre “[...] quando não usamos modos congruentes para expressar modalidade ou modo.”

A modalidade refere-se aos recursos da língua para denotar probabilidade (modalização) e obrigação (modulação), enquanto o modo refere-se ao tipo de oração (declarativa, imperativa ou interrogativa).

No caso da modalidade, algumas metáforas poderiam ser representadas da seguinte forma: “eu penso” ou “tenho certeza de que”, em vez das formas congruentes “provavelmente” e “certamente”. De acordo com Sardinha (2007), nos dois primeiros casos, o sentido é de cognição (pensar) e de posse (ter), diferentemente, dos dois últimos casos com sentidos metafóricos de probabilidade.

O modo, por sua vez, ocorre quando se exprime um tipo (declarativo, interrogativo, imperativo) por outro, ou seja, quando o falante faz uma pergunta por intermédio de uma frase declarativa, ou então, direciona um comando por meio de uma oração interrogativa e vice-versa (SARDINHA, 2007).

Tais realizações podem ser observadas na oralidade/escrita, pois o falante tem à disposição uma gama de opções à sua escolha em qualquer situação comunicativa. Essas escolhas não são aleatórias, mas, antes, compreendem todo o contexto que as envolvem. São, portanto, escolhas ideológicas. Tais contextos são “locais de dominação, luta, conflito e

⁵⁰ No original: “grammatical metaphor adds a new dimension to the expanding meaning potential. It is not simply adding new features and new systems to the network; rather, it is ‘thickening’ the processes of meaning by creating another plane of semiotic reality, where theories can be construed out of ‘virtual’ phenomena which exist solely on the semiotic plane.”

interesses”⁵¹ (VAN DIJK, 2000, p.215, tradução nossa), que expressam o discurso do enunciador.

A metáfora gramatical ideacional, foco deste estudo, consiste na alteração semântica, isto é, na transformação de ideias mais concretas em mais abstratas. O exemplo a seguir traz essa alteração.

(08) “A modernização da economia pede ampla concorrência e transparência nos negócios.”
(ED5JB, grifos nossos)

As metáforas gramaticais *modernização* e *concorrência* conferem ao enunciado uma concepção abstrata sobre a ação verbal *modernizar* e *concorrer* anulando, inclusive, a força dos participantes. Diferentemente, nos fragmentos (09) “*Paulo modernizou o visual*” e (10) “*O candidato concorreu às eleições presidenciais*”, os participantes são explícitos e apresentam força sobre as ações verbais. Tais construções são mais frequentes na fala cotidiana, distintivamente das metáforas gramaticais presentes em discursos jurídicos, jornalísticos, científicos e textos de cunho escolar.

3.2.1 Metáfora ideacional ou metáfora da transitividade

A metáfora ideacional ou da transitividade ocorre quando um substantivo expressa um processo, uma qualidade, ou uma relação lógica, ou seja, quando há tensão entre a correspondência esperada (congruente) e uma não esperada (incongruente). A seguir, observa-se um exemplo de incongruência:

(12) “A abstenção recorde, de mais de 20% dos 140 milhões de eleitores aptos a escolher o destino do país, mostra que uma parte expressiva dos brasileiros não concordava em transformar a eleição em campo de batalha.” (ED9OESP, grifo nosso)

⁵¹ No original: “sites of domination, struggle, conflict and interests.”

O verbo *abster*, em uma representação direta e congruente, evidencia um processo, mas a tensão nos estratos da léxico-gramática e da semântica do discurso faz aflorar a metáfora gramatical ideacional *abstenção*, item substantivado, objetificado e, portanto, nominalizado.

A nominalização é o principal processo para a configuração da metáfora gramatical. De acordo com Martin e Rose, há um conjunto de princípios regulares para criar metáforas ideacionais - para reconstruir um tipo de elemento como outro. Os mais comuns incluem [...] “(1) um processo ou qualidade, podendo ser reconstruído como se fosse uma coisa e (2) um processo, ou uma qualidade de um processo, podendo ser reconstruído como uma qualidade de uma coisa”⁵² (MARTIN & ROSE, 2003, p.110, tradução nossa).

No enunciado (12), a metáfora gramatical foi criada a partir do primeiro princípio: “um processo ou qualidade pode ser reconstruído como se fosse uma coisa”. Ravelli (2003) afirma que existem várias características centrais para a definição de metáfora gramatical, incluindo a transformação dentro do modo semiótico, composto semântico e tensão estratal.

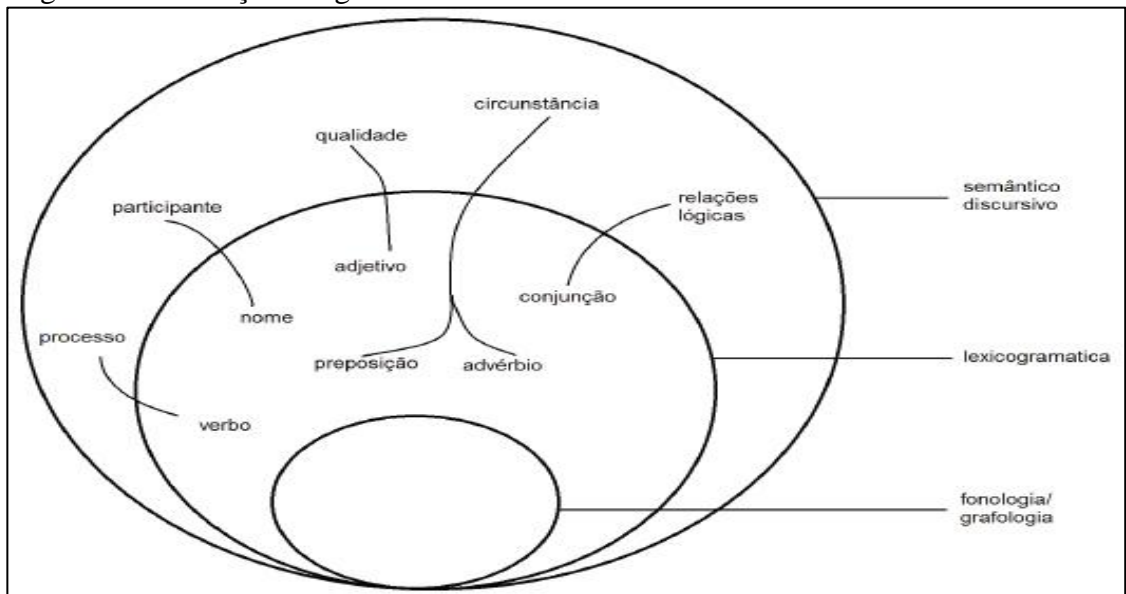
Thompson acrescenta que, ao nomear um processo, os indivíduos acabam transformando-o em algo existente (THOMPSON, 2004), como um item não negociável no nível semântico. Em função disso, a incidência de metáforas gramaticais mostra uma preferência do autor pelo estabelecimento de verdades inquestionáveis.

Taverniers (2003, p.8, tradução nossa) afirma que essas “metáforas gramaticais ideacionais são chamadas de metáforas da transitividade. A variação gramatical entre formas congruentes e incongruentes aqui aplica-se às configurações de transitividade e pode ser analisada em termos da estrutura funcional dessas configurações.”⁵³ As figuras 5 e 6 mostram essas realizações congruentes e incongruentes:

⁵² No original: “[...] (1) a process or quality can be reconstrued as if it was a thing (2) a process, or a quality of a process, can be reconstrued as a quality of a thing.”

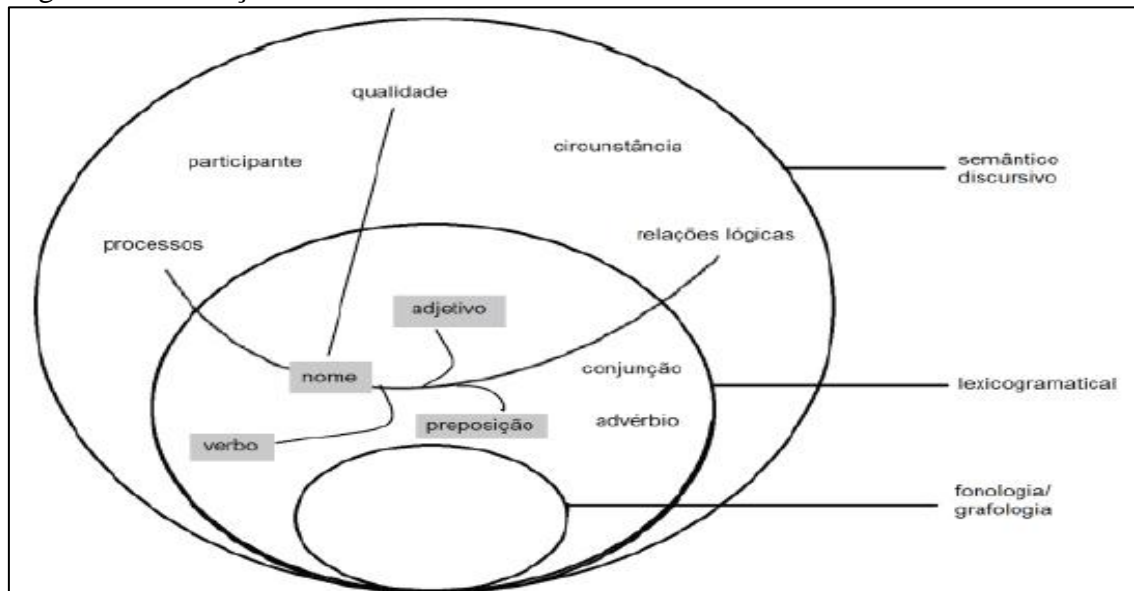
⁵³ No original: “ideational grammatical metaphors are called metaphors of transitivity. The grammatical variation between congruent and incongruent forms here applies to transitivity configurations, and can be analysed in terms of the functional structure of these configurations.”

Figura 5- Realização congruente



Fonte: Adaptada de Martin & Rose (2012).

Figura 6- Realização metafórica



Fonte: Adaptada de Martin & Rose (2012).

As figuras mostram a realização direta, congruente e a realização indireta ou metafórica. Na primeira, o substantivo representa o participante, o verbo marca o processo, o adjetivo exprime uma qualidade e a conjunção, uma relação lógica.

Nessa acepção, as classes gramaticais têm um lugar no discurso, diferentemente da segunda realização (metafórica), em que o verbo é nominalizado, resultando em um substantivo, podendo representar um processo, um participante e, até mesmo, uma qualidade.

É justamente a tensão nos estratos da léxico-gramática e da semântica do discurso que marcará o aparecimento da metáfora gramatical ideacional e, conseqüentemente, a transformação gramatical, resultando na nominalização dos termos como, por exemplo, em *demolido/demolição* (Figura 2). Ravelli (2003, p.42, tradução nossa) assevera que o ponto “[...] central para a definição de metáfora gramatical é o entendimento da tensão estratal e da composição semântica.”⁵⁴

O recurso linguístico metafórico é mais recorrente em textos mais formais, como artigos de opinião, editoriais, entre outros. Hita (2003, p.102, tradução nossa) explica que esse discurso é “[...] usado como um símbolo de prestígio e poder que distingue o especialista do não iniciado, pois se espera que o primeiro seja capaz de entender o significado pretendido, enquanto o segundo não.”⁵⁵

Assim, textos mais metafóricos tendem a ser mais complexos e densos nos itens lexicais, o que demanda uma capacidade de interpretação maior por parte do leitor, principalmente em função da abstração. Nesse sentido, Halliday (2009, p.728, tradução nossa) enfatiza que “o grupo nominal é o recurso primário utilizado pela gramática para empacotar itens lexicais em alta densidade”⁵⁶, conferindo ao texto uma tensão dos estratos da língua.

Rothwell (1991, p.118, tradução nossa) afirma que essa “densidade léxica é o resultado da metáfora gramatical, não sua explicação funcional”⁵⁷. Essa complexidade lexical constitui o fenômeno metafórico. Segundo Halliday e Matthiessen, a metáfora gramatical do tipo ideacional

[...] pode ser um poderoso recurso textual para gerir a criação de texto , criando novos mapeamentos entre as quantidades de informação ideacional e textual; e também pode ser um recurso interpessoal poderoso para organizar a negociação de significado em andamento, criando novos mapeamentos entre as proposições/ propostas ideacionais e interpessoais⁵⁸ (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p.718, tradução nossa).

⁵⁴ No original: “[...] central to the definition of grammatical metaphor is the understanding of stratal tension, and semantic compounding.”

⁵⁵ No original: “[...] as a token of prestige and power which distinguishes the expert from the uninitiated, since the former is expected to be able to understand the intended meaning whereas the latter may not.”

⁵⁶ No original: “the nominal group is the primary resource used by the grammar for packing in lexical items at high density.”

⁵⁷ No original: “[...] densidad léxica es el resultado de la metáfora gramatical, no su explicación funcional.”

⁵⁸ No original: “[...] can be a powerful textual resource for managing the creation of text, creating new mappings between the ideational and textual quanta of information; and it can also be a powerful interpersonal resource for organizing the ongoing negotiation of meaning, creating new mappings between the ideational and interpersonal propositions/proposals.”

Notam-se tais realizações ao se comparar a forma mais congruente (13) *Os deputados esfacelaram a imagem do congresso perante a opinião pública*, com a sua realização mais metafórica (14) “*O esfacelamento da imagem do Congresso Nacional perante a opinião pública [...]*” (ED4OESP, grifos nossos).

No excerto (13), tem-se a função de *ator* (os deputados) sendo realizado por um participante, o *processo* (esfacelar) sendo realizado por um *verbo*, e a função de *meta* (a imagem) sendo realizado por outro *nome*. Já no exemplo (14), essas funções são realizadas por outras classes gramaticais, o processo é transformado em *substantivo* (o esfacelamento), o que era *meta* passa a ser um *modificador* (uma qualidade) do processo verbal nominalizado (da imagem) e o que era *ator* não é evidenciado na frase.

Outro ponto a ser focado diz respeito à distinção entre *metáforas sistematizadas* e *metáforas instanciais* (HALLIDAY, 2009). No excerto (14), *esfacelamento* é um exemplo de metáfora instancial, pois sua realização metafórica é feita de forma discursiva, podendo ser mais facilmente desempacotada⁵⁹, isto é, o processo verbal *esfacelar* é totalmente recuperado e contextualizado no discurso.

Muitas vezes, também, faz-se necessário desempacotar a nominalização para verificar os processos, os participantes e as circunstâncias, como no excerto (15):

(15) “O acionamento da Polícia Federal [...]” (ED1OG, grifo nosso)

Tem-se (15a), “Alguém acionou a Polícia Federal”, constituído de um processo material, próprio de um *saber fazer* em que as entidades fazem algo, e de um ator excluído, pois não é possível identificar quem acionou a Polícia Federal. De acordo com Martin e Rose (2003, p.107, tradução nossa), desempacotar uma nominalização de volta a uma atividade “[...] revela as pessoas e as coisas que ela envolve (‘nós’) que são elididas pela nominalização.”⁶⁰

As *metáforas sistêmicas, sistematizadas* ou *mortas*, diferentemente, não são facilmente recuperadas pelo desempacotamento. Essa operação cognitiva é mais difícil em função da recorrência do uso de tais metáforas no cotidiano, tornando-as estruturas cristalizadas na língua (HALLIDAY, 2004) como, por exemplo, *relações, condições*, entre outras.

⁵⁹ Operação cognitiva de reversão da nominalização, em sua forma congruente.

⁶⁰ No original: “[...] reveals the people and things it involves (‘we’) that are elided by nominalizing.”

Um ponto relevante a ser destacado é que a metáfora ideacional, diferentemente da interpessoal, é aprendida mais tarde pelas crianças, pois não faz parte da gramática da conversa comum que elas encontram em casa, mas, antes está associada aos discursos da educação, entre outros (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014).

Nesse sentido, a metáfora gramatical é um recurso utilizado por leitores experientes, principalmente devido ao esforço cognitivo que ela demanda. Assim, “[...] a gramática cognitiva argumenta que os processos de gramaticalização e subjetivação - e, em geral, todos os fenômenos metafóricos - se desenvolvem a partir da extrapolação mental entre os domínios concreto e abstrato”⁶¹ (CINTO, 2009, p.172, tradução nossa).

A autora postula que, em muitos textos, o uso excessivo de nominalizações poderia tornar o texto pouco compreensivo, principalmente para alunos em tenra idade escolar. Cinto (2009, p.180, tradução nossa) afirma que o nível de abstração das nominalizações “[...] exige que o aluno desconstrua os processos mentais postos em jogo pelo autor para transformar metáforas gramaticais em informação congruente, além de ter sustentado a leitura abrangente de toda a informação anterior que essa informação sintetiza.”⁶²

Diz-se, então, que a metáfora ideacional/transitividade é complexa, uma vez que a sua estrutura não é frequente na fala cotidiana. Segundo Martin, a “[...] metáfora gramatical é principalmente um recurso para escrever, não para falar”⁶³ (MARTIN, 1991, p.315, tradução nossa). A metáfora ideacional é, pois, um recurso mais complexo e não presente na fala cotidiana e, em função disso, incorporada mais tarde pelas crianças.

Halliday afirma que, em tais metáforas, existem dois significados envolvidos: o lexicogramático e o semântico do discurso. Na visão hallidayana,

[...] • os significados são estratificados, com a gramática como figura e a semântica como base (gramática como o significado “literal” e semântica como o significado para o qual é “transferido”) • uma camada se assemelha à outra, com a gramática simbolizando a semântica. • tecnicamente falando, há tensão entre os estratos e o significado da metáfora é mais do que a soma de suas partes. Isso torna possível que

⁶¹ No original: “[...] a gramática cognitiva sostiene que los procesos de gramaticalización y de subjetivación -y en general, todo fenómeno metafórico- se desarrollan a partir de la extrapolación mental entre los dominios concreto y abstracto.”

⁶² No original: “[...] requiere al alumno la deconstrucción de los procesos mentales puestos en juego por el autor para transformar las metáforas gramaticales en información congruente, además de haber sostenido la lectura comprensiva de toda la información previa que esta información sintetiza.”

⁶³ No original: “[...] grammatical metaphor is primarily a resource for writing, not speaking.”

as metáforas gramaticais sejam mal compreendidas ou deliberadamente ignoradas⁶⁴ (MARTIN & ROSE, 2008, p.39, tradução nossa).

Logo, os significados lexicogramatical e semântico são fundamentais para a constituição da metáfora gramatical, possibilitando que a própria estrutura do fenômeno seja complexa, o que explica o pouco uso de tal recurso na fala cotidiana. Halliday e Matthiessen discorrem sobre dois motivos para a criação desse recurso linguístico:

[...] (i) O motivo principal é claramente o desvio em direção à “coisa”. (ii) O motivo secundário é o que aparece como uma tendência na direção oposta: a mudança de “coisa” para o que pode ser interpretado como uma manifestação de “qualidade” (expansões qualificativas, possessivas ou classificatórias da “coisa”)⁶⁵ (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2006, p.265-266, tradução nossa).

Dessa forma, a criação de metáforas gramaticais é motivada pela necessidade de objetificação do processo e/ou pela qualificação. Essas motivações criadoras mostram o quão complexo e enriquecedor para um texto é o fenômeno metafórico.

Martin (1992, p.490, tradução nossa) afirma que “a metáfora gramatical é, então, o meta-processo por trás de um texto. Coordena os sistemas sinóticos e processos dinâmicos que dão origem ao texto”⁶⁶, possibilitando efeitos semântico-textuais variados em uma determinada sentença.

3.2.2 O processo de nominalização em foco

A metáfora gramatical, mais precisamente a ideacional, apresenta como base a transformação de ideias mais concretas em abstratas (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014). Nessa teoria, destaca-se se a nominalização, processo de modificação de verbos e/ou adjetivos em nomes, de ações em objetos do discurso. Nesta tese optou-se pela abordagem da

⁶⁴ No original: “[...] • the meanings are layered, with the grammar as figure and semantics as ground (grammar the ‘literal’ meaning and semantics the meaning it is ‘transferred’ to) • one layer resembles the other, with grammar symbolising semantics • technically speaking there is inter-stratal tension, and the meaning of the metaphor is more than the sum of its parts. This makes it possible for grammatical metaphors to be misunderstood or deliberately ignored.”

⁶⁵ No original: “[...] (i) The primary motif is clearly the drift towards ‘thing’. (ii) The secondary motif is what appears as a tendency in the opposite direction: the move from ‘thing’ into what might be interpreted as a manifestation of ‘quality’ (qualifying, possessive or classifying expansions of the ‘thing’).”

⁶⁶ No original: “Grammatical metaphor then is the meta-process behind a text. It coordinates the synoptic systems and dynamic processes that give rise to text.”

ocorrência de nominalizações provenientes de verbos. Nesse sentido, Halliday e Matthiessen afirmam que

a nominalização é o recurso mais poderoso para criação da metáfora gramatical. Por esse dispositivo, processos (congruentemente redigidos como verbos) e propriedades (congruentemente redigidos como adjetivos) são reformulados metaforicamente como substantivos; em vez de funcionar na cláusula, como Processo ou Atributo, eles funcionam como Coisa no grupo nominal⁶⁷ (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014, p.729, tradução nossa).

As gramáticas de cunho descritivo analisam tal fenômeno no capítulo de formação de palavras, principalmente nos espaços destinados à inclusão de sufixos formadores de substantivos.

As gramáticas tradicionais tratam desse processo como inclusão do sufixo formador (sufixal), e como derivação regressiva/deverbal.⁶⁸ Schlee (2018, p.165, grifo da autora) acrescenta que “a nominalização constitui um dos *mecanismos* de formação de palavras mais produtivos na Língua Portuguesa, dada a sua relevância na arquitetura do texto escrito”, recurso indispensável para o enriquecimento do léxico. De acordo com Martin e Rose, reconstruir um processo em um nome tem a dupla vantagem:

[...] i) as coisas podem ser classificadas e descritas com os ricos recursos do léxico do grupo nominal, incluindo muitos tipos de avaliação; e ii) o processo nominalizado e suas qualidades podem ser apresentados como ponto de partida ou ponto final da cláusula, como seu Tema ou Nova informação⁶⁹ (MARTIN & ROSE, 2003, p.107, tradução nossa).

Dessa forma, o processo de nominalização, conforme foi demonstrado, apresenta duas vantagens, uma de natureza lexical, com as avaliações, e outra de ordem estrutural, com a própria cláusula, de natureza organizacional e argumentativa.

⁶⁷ No original: “nominalizing is the single most powerful resource for creating grammatical metaphor. By this device, processes (congruently worded as verbs) and properties (congruently worded as adjectives) are reworded metaphorically as nouns; instead of functioning in the clause, as Process or Attribute, they function as Thing in the nominal group.”

⁶⁸ A tese irá tratar das ocorrências de metáforas gramaticais ideacionais provenientes de verbos, com acréscimo do sufixo ao radical. Enfatiza-se que poucas nominalizações, além das sufixais, também apresentam a inclusão do prefixo, então, optou-se em mantê-las na análise.

⁶⁹ No original: “[...] i) things can be classified and described with the rich resources of nominal group lexis, including many kinds of evaluation, and ii) the nominalized process and its qualities can be presented as the starting point or end point of the clause, as its Theme or New information.”

Em linhas gerais, quais seriam os motivos para nominalizar um termo? De acordo com Basílio (2011, p.21-24)⁷⁰ são três: a semântica ou denotativa, a gramatical e a textual, a saber:

a) motivação semântica ou denotativa: ocorre quando formamos substantivos a partir de verbos para denotar o significado verbal como entidade ou conceito em si, fora da situação de predicação.

- (16) “[...] o impulso repressor se prova contraditório.” (ED4FSP, grifo nosso)
 (17) “O isolamento não teria como produzir bons resultados [...].” (ED3JB, grifo nosso)
 (18) “O que não fica visível para o público é a desorganização do aparato estatal que resultou nesse descalabro.” (ED3OG, grifo nosso)
 (19) “A criação de novas instituições [...].” (ED3OESP, grifo nosso)

Em todas as ocorrências grifadas, a transformação dos verbos em substantivos proporcionou a criação de uma entidade, ou evento propriamente dito, sem a necessidade da marcação de tempo, modo, número-pessoa, como um verbo solicita, como, por exemplo: (16) quem impulsionou? quando? o quê?; (17) quem isolou? quando? o quê?; (18) quem desorganizou? quando? o quê? e (19) quem criou? quando? o quê?. São perguntas que só caberiam se o verbo não tivesse passado pelo processo de derivação, transformando-se em substantivo (nominalização).

Por esse motivo, tal recurso é amplamente utilizado em textos científicos e acadêmicos, pois a nominalização proporciona ao texto complexidade lexical e impessoalidade em relação ao que foi escrito.

(b) motivação gramatical: possibilita o uso do verbo em estruturas que sintaticamente exigem um substantivo. Usa-se uma expressão com um verbo de suporte em lugar da forma verbal, tais verbos são esvaziados de significação.

- (20) “O projeto, como se sabe, tem o apoio do presidente [...].” (ED5FSP, grifos nossos)

⁷⁰ No estudo em questão, considera-se a transformação dos substantivos a partir de verbos para denotar o significado verbal como uma entidade ou conceito em si.

No trecho (20), o verbo *ter* é esvaziado de significação e a nominalização *apoio*⁷¹ torna-se principal no processo. A construção com verbos esvaziados não é muito comum nos editoriais, provavelmente em função do estilo da própria escrita do editorialista. Sendo as motivações semântica ou denotativa e a textual mais frequentes.

(c) motivação textual: a principal instância desse caso é a função de anáfora, correspondente ao uso de um substantivo derivado do verbo para fazer referência a uma estrutura verbal anteriormente utilizada no texto.

(21) “É de grande importância esse realismo diante dos fatos: o Bolsa Família não reduziu o número de pobres. Tal constatação, que para alguns pode soar como heresia, é simples consequência da própria natureza do programa.” (ED1OESP, grifos nossos)

(22) “Não há entre eles quem tenha essa fórmula mágica, ao mesmo tempo suicida, de separar: política de um lado, o programa de recuperação econômica do outro, como se um deles fosse o joio a comprometer o trigo.

O isolamento não teria como produzir bons resultados, sobretudo e de modo particular, quando um governo opera sob o regime das franquias democráticas, como teremos.” (ED3JB, grifos nossos)

(23) “Um exemplo imediato é o do projeto conhecido como Escola Sem Partido.

A iniciativa visa aprovar no Congresso legislação vedando a professores fazer doutrinação político-partidária em sala de aula, induzir alunos a participar de manifestações políticas e promover a mal denominada ideologia de gênero.” (ED4FSP, grifos nossos).

(24) “Em sentido oposto, na multidão reunida à mesma hora na Avenida Paulista, em frente ao MASP, ouvia-se o clássico slogan de ‘Fora Temer’. Demonstração de oportunismo político-partidário derivado da incompreensão do grave significado do assassinato da vereadora.” (ED1OG, grifos nossos)

⁷¹ Apenas essa ocorrência com a estrutura “verbo esvaziado + nominalização” foi encontrada nos editoriais.

A nominalização recupera o conteúdo dito anteriormente. Esse processo é muito relevante para a coesão de um texto. No excerto (21), a constatação é de que o Bolsa Família não reduziu o número de pobres. O enunciado (22) mostra o isolamento da política de um lado, e do programa de recuperação econômica do outro. No item (23), a iniciativa diz respeito ao projeto *Escola sem Partido*, e, no (24), a demonstração da manifestação do povo no “Fora Temer”.

Basílio (2011) discorre sobre os principais motivos para se nominalizar um termo. Entre os três motivos, entende-se que, para o estudo em questão, apenas as motivações semânticas/denotativas e as textuais são apropriadas, uma vez que a motivação gramatical, com verbos esvaziados, não é tão comum nos editoriais.

No próximo subcapítulo, apresentam-se os efeitos semântico-textuais do uso da nominalização em uma determinada sentença.

3.2.3 Nominalização e seus processos de categorização

uma nominalização, por exemplo, realiza uma configuração processual dentro da estrutura de um grupo nominal. Esse mapeamento de diferentes domínios gramático - semânticos uns sobre os outros é o que, na linguística sistêmico-funcional, é referido como “metáfora gramatical”⁷² (HEYVAERT, 2003, p.93, tradução nossa).

Uma análise mais detalhada da nominalização possibilita ao pesquisador compreender os efeitos discursivos em um dado texto, que vão desde os elementos coesivos (BASÍLIO, 2007) até as objetificações (BASÍLIO, 2007; THOMPSON, 2004). No que concerne à coesão, a nominalização, entre várias funções, expõe algumas específicas, a saber:

a) *modalidade (juízo de valor)*: categoria discursiva que diz respeito à expressão do enunciador. Destaca-se que, muitas vezes, as nominalizações realizam “não uma sumarização e/ou recategorização do conteúdo da predicação precedente, mas a avaliação da própria enunciação realizada” (KOCH & ELIAS, 2008, p.148). Essa avaliação tanto pode ser negativa

⁷² No original: “a nominalization, for instance, realizes a processual configuration within the structure of a nominal group. This mapping of different grammatico-semantic domains onto each other is what in systemic-functional linguistics is referred to as ‘grammatical metaphor’.”

quanto positiva em relação ao assunto trabalhado no texto, sendo, pois, indicativa de modalidade e juízo de valor, isto é, propõe o ponto de vista do próprio enunciador.

Consoante Abreu e Nóbrega (2015, p.291), “é por meio da argumentação que formamos sentidos de avaliação, julgamento e críticas, o que contribui para a constituição de juízos de valor, sentidos esses que coadunam com os recursos atitudinais e de posicionamento autoral [...]”. O exemplo (25) demonstra uma avaliação do enunciador.

(25) “O próprio agravamento da situação, porém, demonstra que é preciso mais do que isso. Não é realista esperar muito de Roraima, sabidamente com recursos limitados para enfrentar uma crise como a criada pela presença de número tão elevado de refugiados.” (ED2ESP, grifo nosso)

No enunciado, a nominalização *agravamento* traz um posicionamento negativo do enunciador em relação à situação vivida na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Assim, nota-se que as nominalizações são multifuncionais, ou seja, indicam “pontos de vista, assinalam direções argumentativas, sinalizam dificuldades de acesso ao referente, recategorizam os objetos presentes na memória discursiva” (KOCH & ELIAS, 2008, p.149).

Pode-se dizer que as categorizações provenientes das nominalizações são metaenunciativas, isto é, são atos de enunciação, são reflexões do enunciador sobre o próprio enunciado.

b) *ato de fala*: uso do enunciado, linguisticamente funcional, para realizar uma ação. No caso das metáforas gramaticais, os atos são abstratos. No trecho (26), o enunciador traz *proposta* como um elemento que demarca as intenções da *Escola sem Partido*.

(26) “Baseada na percepção de que professores, nos diferentes níveis de ensino, despejam em seus alunos propaganda partidária e teses de esquerda, a proposta quer limitar as possibilidades de tratar de política em sala de aula.” (ED5FSP, grifo nosso)

A nominalização *proposta* resgata o termo citado anteriormente *Escola sem Partido* e expõe o ato de fala dos deputados relatores do projeto. Fiorin (2017, p.971) assevera que, quando um enunciador produz um ato de fala, “[...] estabelece um ‘eu’ e, ao mesmo tempo, como esse ‘eu’ fala para alguém, ele constitui simultaneamente um ‘tu’”. Assim, esse ato é

representante do “eu” da Escola sem Partido e, conseqüentemente, de quem faz parte do movimento.

c) *operação cognitiva (anáfora/catáfora)*: resgate de informações por encapsulamento, com vistas a diminuir a repetição de determinados termos em um texto. A metáfora gramatical pode, também, ser utilizada para resumir/concluir um discurso. Nota-se a funcionalidade coesiva de encapsulamento no trecho a seguir:

(27) “Não há entre eles quem tenha essa fórmula mágica, ao mesmo tempo suicida, de separar: política de um lado, o programa de recuperação econômica do outro, como se um deles fosse o joio a comprometer o trigo.
O isolamento não teria como produzir bons resultados, sobretudo e de modo particular, quando um governo opera sob o regime das franquias democráticas, como teremos.”
(ED3JB, grifos nossos)

O termo *isolamento* é conhecido como referente, ou seja, retrata um objeto, uma entidade, uma representação construída a partir do texto. São as diferentes formas de referir um mesmo objeto. Essa nominalização recupera a informação anterior “*política de um lado, o programa de recuperação econômica do outro*”, sendo, portanto, perceptível que o *isolamento* apontado se refere às políticas implantadas pelo governo.

Por isso, o editorialista, diante do texto, opera sobre o material linguístico à sua disposição. As formas de referenciação são escolhas pessoais e o referente é construído textualmente nesse processo pelo editorialista, operando no material que está a sua disposição. De acordo com Koch e Elias:

denomina-se referenciação as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Quando tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina progressão referencial (KOCH & ELIAS, 2008, p.123).

O processo de referenciação é relevante para a compreensão de textos, pois os referentes atuam em diversas frentes, entre as quais: o papel na organização da informação, a atuação na manutenção da continuidade e a progressão do tópico do discurso. Esse processo

se constitui como uma ação, com propósito de referenciar objetos do mundo e apresentar uma elaboração dos eventos ocorridos no texto.

Por esse motivo, o processo de interação é constantemente adaptado, como forma de suprir alguma necessidade proveniente desse processo, ou seja, estamos sempre recategorizando os objetos do mundo, adaptando-os ao discurso.

A progressão referencial consiste na construção e reconstrução de objetos-de-discurso, ou seja, os referentes não são espelhos da realidade, não são rótulos do mundo, mas são reconstruídos no próprio discurso (KOCH & ELIAS, 2008). Em função disso, a noção de referência pode ser substituída por referenciação.

A referenciação é atividade discursiva e, como tal, é regida por escolhas dos enunciadorees diante de outras possibilidades. Prova disso, é a escolha do editorialista para o resgate anafórico realizado pela nominalização *isolamento*. Ao escolher esse objeto-de-discurso, o enunciador excluiu outras possibilidades.

Destaca-se a distinção entre conexão referencial e sequencial. Segundo Koch e Elias (2014), tem-se visto classicamente dois tipos de coesividade:

- a conexão referencial (realizada por aspectos mais especificamente semânticos), por referentes, como a própria metáfora gramatical, por exemplo;
- a conexão sequencial (realizada mais por elementos conectivos), como o uso das conjunções, *mas*, *pois*, entre outras. A coesão sequencial não é objeto deste estudo.

As conexões referenciais, de acordo com Koch e Elias (2008, p.123), são “diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Quando tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes, tem-se o que se denomina progressão referencial”. Essa referência, inicialmente, pode estar relacionada a um dado externo ou interno ao texto. Dessa forma, tem-se nos textos:

- coesão por referência exofórica (dêixis): refere-se a um elemento *fora do texto*.

(28) “Espera-se que isso tenha sido sinal de que, pelo menos naquele momento, no centro do Rio, muitas crenças políticas se mobilizaram para saudar Marielle [...]” (ED1OG, grifo nosso)

A expressão em destaque refere-se a uma informação externa ao texto. Essa referência exofórica não é utilizada de forma metafórica, por esse motivo, não será analisada.

- coesão por referência endofórica: refere-se a algo *dentro do texto*.

A referência endofórica é realizada quando se recupera uma informação anterior, *anáfora*, ou uma informação que ainda será mencionada, *catáfora*.

(29) “Não tem faltado a voz de candidatos à sucessão do presidente Temer insinuando, quando mesmo não declaram claramente, que o modelo do pluri ou multipartidarismo esgotou-se no tempo; e que se tornou a evidência de que o Brasil precisa encorajar-se para aperfeiçoá-lo. Ao elaborarem tal afirmação, num momento em que a preocupação geral é levar agrados aos ouvidos do eleitor, eles devem saber, no íntimo, que a empresa reformista que estão recomendando certamente haverá de conflitar com os próprios interesses do governo que gostariam de chefiar.” (ED2JB, grifo nosso)

Constata-se que *afirmação* refere-se ao termo “*o modelo do pluri ou multipartidarismo esgotou-se no tempo; e que se tornou a evidência de que o Brasil precisa encorajar-se para aperfeiçoá-lo*” dito anteriormente, e completamente recuperado. Como a informação foi anteriormente resgatada, pode-se dizer que ocorreu uma retomada anafórica.

(30) “A movimentação do eleitorado não chega a surpreender. Dos que dizem ter votado no terceiro colocado, Ciro Gomes (PDT), 58% escolhem Haddad agora, e 19%, Bolsonaro. Entre os que preferiram o tucano Geraldo Alckmin, a distribuição, mais equilibrada, é de 42% para o presidenciável do PSL, 30% para o petista e 17% em branco ou nulo.” (ED1FSP, grifo nosso)

A nominalização *movimentação* refere-se à informação da porcentagem de eleitores votantes em um determinado candidato. Essa referência é catafórica, ligada a termos remissivos para trás. Esses rótulos podem ser prospectivos e retrospectivos, isto é, podem ser realizados de forma catafórica, com remissão para frente, ou, podem ser realizados de forma anafórica, com remissão para trás (KOCH & ELIAS, 2008).

Ao se transformarem em objetos, as nominalizações indicam para a organização textual um papel muito relevante, porque marcam a introdução, a mudança ou o desvio de tópico e ainda a ligação entre tópicos e subtópicos (KOCH & ELIAS, 2008, p.138), ou seja, as nominalizações, ao alocarem a informação nova dentro da mensagem dada, preservam a continuidade tópica. A progressão textual dá-se com base no já dito, no que será dito, e no que é sugerido, que se co-determinam progressivamente.

Pierson (1993), em seu artigo *Repetições lexicais na perspectiva da síntese de texto*⁷³, trata da questão da utilidade das repetições lexicais em um dado texto com foco na operação de retomadas coesivas (anáforas). O autor apresenta as repetições lexicais como aportes semânticos por intermédio da sinonímia, de grupos nominais, de termo neutro, de nominalização e do hiperônimo. Essas repetições são tratadas como aportes de informações de ordens diversas sobre o conteúdo (enunciado), e/ou relacionadas ao processo cognitivo (enunciação).

Tal teoria embasou o artigo *Aspectos semântico-textuais do nome e da nominalização* de Azeredo (1999), que visa observar quais efeitos semânticos e textuais são resultantes da utilização das nominalizações. Em linhas gerais, Azeredo propôs uma categorização, com os papéis semântico-textuais das nominalizações. No *corpus*, encontramos os seguintes enunciados:

(31) “Os atuais candidatos à Presidência da República sabem, embora não tenham sido explícitos na campanha em que se digladiam, que não teriam como governar, se lhes fosse imposta a aventura de jogar para a margem a economia ou a política, uma em detrimento da outra. Certas experiências ditatoriais incursionaram na tentativa do distanciamento, e nada mais conseguiram, se não fracassos e frustrações.” (ED3JB, grifos nossos)

(32) “É de grande importância esse realismo diante dos fatos: o Bolsa Família não reduziu o número de pobres. Tal constatação, que para alguns pode soar como heresia, é simples consequência da própria natureza do programa.” (ED1OESP, grifos nossos)

No exemplo (31), *distanciamento* resgata a informação anterior, encapsulando-a. Por se tratar de uma informação por conteúdo expreso, dito, diz-se que a nominalização é

⁷³ No original: “Les reprises lexicales dans la perspective de la synthèse de textes.”

referente ao enunciado. Por outro lado, *constatação* (32) também é uma nominalização que recupera a informação anterior, mas, diferentemente do primeiro trecho, o conteúdo é encapsulado em uma nominalização, explicitando o lado cognitivo, não expresso, e, portanto, relacionado à enunciação.

Então, em relação ao conteúdo, uma distinção é possível: caso o conteúdo esteja expresso/dito anteriormente, diz-se que a nominalização é referente ao enunciado, do contrário, diz-se que tal termo é referente à enunciação, pois a operação de retomada é cognitiva e houve um esforço cognitivo (AZEREDO, 1999).

As nominalizações também podem ser conceitualmente motivadas ou morfológicamente motivadas. É conceitual, quando a relação é apenas semântica, ou seja, a nominalização estabelece uma relação baseada apenas no significado. Tanto *fragmentação* quanto *constatação* são conceitualmente motivadas.

É morfológica, quando, além do lado semântico, a nominalização também mostra uma relação morfológica/formal com o termo anterior (AZEREDO, 1999). O trecho (33) traz essa classificação.

(33) “Desde então, só um anexo foi construído, com recursos da Petrobrás. Ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro acompanhou na última década o surgimento de vários novos museus e entidades culturais na cidade. Não faz sentido criar novas instituições quando não há recursos disponíveis para conservar minimamente as já existentes.

A criação de novas instituições, muitas delas resultado da parceria entre poder público e iniciativa privada, também traz à tona a questão dos incentivos fiscais.” (ED3OESP, grifos nossos)

O item nominalizado *criação* faz referência ao termo anterior de forma conceitual/semântica, além de estabelecer uma relação morfológica com a apropriação do verbo anterior *criar*. Então, *criação* é uma nominalização morfológicamente motivada, expondo a junção entre significado e forma.

Acrescenta-se que *surgimento*, diferentemente do primeiro caso, não indica uma relação morfológica, mas apenas conceitual, de mesma significação sobre o aparecimento de *vários novos museus e entidades culturais na cidade*.

As nominalizações também podem ser avaliativas ou neutras, isto é, podem exibir um item isento de juízo e valor, ou apresentar uma opinião (AZEREDO, 1999). Tais classificações podem ser identificadas nos enunciados a seguir.

(34) “Conforme o Datafolha, o capitão reformado conta com a preferência de 49% dos entrevistados, e o petista, com a de 36%. Desconsiderando as intenções de voto em branco ou nulo, tem-se a ampla vantagem de 58% a 42% em favor do primeiro - a maior medida a esta altura desde o pleito de 2002.

A movimentação do eleitorado não chega a surpreender.” (ED1FSP, grifos nossos)

(35) “Em sentido oposto, na multidão reunida à mesma hora na Avenida Paulista, em frente ao MASP, ouvia-se o clássico slogan de ‘Fora Temer’. Demonstração de oportunismo político-partidário derivado da incompreensão do grave significado do assassinato da vereadora.” (ED1OG, grifos nossos)

No excerto (34), *movimentação* é uma nominalização neutra, remetendo à informação sobre a distribuição de votos. Diferentemente, o segundo exemplo (35), *demonstração* se torna um termo avaliativo, em função do complemento nominal *de oportunismo político-partidário*. Esse complemento integra o sentido da nominalização, de que tal *demonstração* foi originada a partir do assassinato da vereadora.

Esses papéis semântico-textuais descritos por Azeredo (1999) tratam especificamente da ocorrência de anáforas. Enfatiza-se a relevância desse estudo, mas, em função do recorte da pesquisa, esses papéis serão, de modo geral, expressos de forma subjetiva na análise dos editoriais, sem uma quantificação das ocorrências.

Além do efeito coesivo, a nominalização também expõe a objetificação, em que “[...] os processos são *coisificados*, assumindo *status* de entidades com diferentes papéis discursivos [...]” (SCHLEE, 2018, p.169, grifos da autora), dentre as quais:

d) *modalidade*: a nominalização pode conferir ao discurso uma ideia atemporal sobre os acontecimentos, uma vez que tal recurso não tem desinências modo-temporais. Em função disso, o fenômeno apresenta a ideia de algo esperado. No trecho (36), o enunciador expõe a imagem do *esfacelamento* como algo constante.

(36) “O esfacelamento da imagem do Congresso Nacional perante a opinião pública, à luz dos vários casos de corrupção envolvendo parlamentares, é a principal delas.” (ED4OESP, grifo nosso)

Nota-se que, ao veicular no trecho (36) “O esfacelamento da imagem do Congresso Nacional perante a opinião pública [...]” (ED4OESP, grifo nosso), perde-se a noção pontual do termo como uma ideia em curso. Essa ideia sobre o *esfacelamento* do Congresso Nacional mostra uma informação que fala, antes, em um interdiscurso que atravessa a informação principal sobre o declínio do Congresso.

e) *apagamento da imagem do ator social*: a nominalização também retrata como efeito discursivo o apagamento da figura do ator social. Segundo Basílio (2011, p.35), a nominalização “[...] permite expressar a noção verbal em si, sem as amarras dos requisitos gramaticais do verbo”, ou seja, a forma nominalizada não precisa exibir menção ao participante pela terminação verbal, o que é relevante na estratégia argumentativa do jornal. O trecho a seguir, traz esse apagamento do ator social.

(37) “Colocadas tais dificuldades, chegado o momento de cobranças, o presidente certamente atribuirá as culpas à falta de recursos orçamentários para o Sistema, que neste ano orbitaram em cerca de R\$ 130 bilhões.” (ED1JB, grifo nosso)

Desse modo, não está expresso no texto quem *cobrou*, uma vez que o ator do processo verbal foi excluído, mas infere-se que se trata da população, porque o editorial trata sobre a falta de recursos orçamentários para o SUS (Sistema Único de Saúde). A metáfora gramatical também pode camuflar o participante da ação, deixando-o em evidência em outra parte do texto.

f) *não negociação de sentidos*: a nominalização também pode conferir à sentença *status* de verdade, de fato incontestável e não negociável. Esse efeito pode ser notado no excerto a seguir:

(38) “O isolamento não teria como produzir bons resultados, sobretudo e de modo particular, quando um governo opera sob o regime das franquias democráticas, como teremos.” (ED3JB, grifo nosso)

O enunciador já traz a noção de *isolamento* como informação factual e que não gera dúvidas aos leitores. Esse efeito é bastante utilizado na argumentação para evidenciar o ponto de vista de quem enuncia.

Logo, ao encapsular e/ou condensar o que foi/o que será dito por nomes, o autor introduz um novo referente no discurso, abstrato e, conseqüentemente, menos propício a uma argumentação oposta a que foi apresentada, não deixando em aberto possíveis interpretações aos leitores

g) *ativação do conhecimento compartilhado/da memória discursiva do leitor*: essa memória pode ser compreendida como um já-dito, um saber discursivo compartilhado, um interdiscurso (ORLANDI, 2007).

Orlandi (2007, p.33) afirma que “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. Esse apagamento do discurso é temporário, pois o enunciador vai recuperar a informação e compartilhar com outros leitores, conforme o exemplo a seguir:

(39) “A polarização é própria da política eleitoral, porém, passada a eleição, deve prevalecer um espírito de boa vontade para que as dissensões não deem início a outra crise, esta de conseqüências imprevisíveis.” (ED5OESP, grifo nosso)

No excerto (39), o editorialista já traz em posição de evidência a *polarização*, como foco da argumentação e marcador da nominalização em um objeto-de-discurso já conhecido e, portanto, compartilhado na memória discursiva. Brandão acrescenta que “não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história” (BRANDÃO, 2004, p.96). Identifica-se a estratégia da nominalização exposta como um recurso que cria objetos-de-discurso que, por sua vez, alimentam-se da memória

discursiva dos interlocutores, memória esta compartilhada e inferida por eles (OLÍMPIO, 2006).

É justamente esse ato de pressupor um referente que explica a polifonia presente nos enunciados, possibilitando a memória discursiva, um recurso de maior poder explicativo (OLÍMPIO, 2006). Por esse motivo, essa ativação polifônica advém de um discurso anterior compartilhado na memória e transmitido para os falantes.

Olímpio (2006, p.5) afirma que “[...] os referentes (resultantes do processo de nominalização) foram construídos fora, em um discurso anterior, de responsabilidade pública”. São essas diferentes vozes que moldam o discurso e têm intenção comunicativa.

O uso de nominalizações, do ponto de vista semântico, veicula um conteúdo pressuposto, subjacente ao que é dito no evento enunciativo (OLÍMPIO, 2006). Assim, no editorial 4, do *Jornal do Brasil*, intitulado *Entre as urnas e o ringue*, no trecho (40) “*A transferência da eleição do novo presidente para um segundo turno [...]*” (ED4JB, grifo nosso), pressupõe que alguém ou um grupo transferiu a eleição. Igualmente, o editorial 3, do JB, intitulado *Um divórcio impossível*, no trecho (39) “*O isolamento não teria como produzir bons resultados [...]*” (ED3JB, grifo nosso), pressupõe que alguém se isolou.

Esse discurso “construído fora” é bastante relevante na constituição do que é veiculado pelo enunciador. Nesse sentido, Orlandi (2007, p.30) ressalta que “[...] os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos.” Dessa forma, a memória molda o sentido da nominalização, oferecendo ao leitor uma possibilidade maior de interpretação sobre o que está sendo veiculado pelo enunciador do periódico.

Essa memória é compreendida como um interdiscurso, ou seja, como um discurso que fala antes, em outro lugar. São esses dizeres de fora que possibilitam um efeito sobre os leitores e como eles significam o próprio discurso (ORLANDI, 2007). Pode-se inferir, por exemplo, que, quando se analisa um editorial o qual trata sobre eleições, tem-se incluída essa memória.

Esse dizer não é algo inédito, particular, mas é fruto de outros dizeres, marcados pela própria história e pela língua, isto é, a memória discursiva é um produto sócio-histórico-cultural, que veicula um conhecimento compartilhado entre os leitores. Brandão afirma que “a noção de memória discursiva, portanto, separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona.” (BRANDÃO, 2004, p.99).

A memória discursiva é tratada como interdiscurso, porque concebe esse já-dito na base do dizível. Esse dizer é situado no tempo e no espaço. Logo, ao ler um editorial, o leitor é levado a fazer inferências, conjecturar com o que está sendo dito e com aquilo que já foi dito. De acordo com Olímpio (2006),

[...] o propósito do editorial não é informar fatos, eventos ou propriedades (à maneira de uma narrativa); é, antes, refletir, fazendo julgamentos de valor, sobre esses fatos, eventos e propriedades (na maioria das vezes já veiculados no próprio jornal), expressando um ponto de vista, favorável ou desfavorável (OLÍMPIO, 2006, p.82).

Sendo assim, esse gênero expõe a opinião sobre um determinado fato, evento ou propriedade, levando em conta que esse julgamento é baseado no ponto de vista ideológico do jornal.

O quadro a seguir é um breve resumo da categorização dos efeitos discursivos apontados. Destaca-se que uma nominalização pode ter mais de um efeito discursivo em uma dada sentença.

Quadro 18- Categorização dos efeitos discursivos da nominalização

Categorização como elemento coesivo	Categorização como objetificação
Modalidade	Modalidade
Ato de fala	Apagamento do ator social
Operação cognitiva (referenciação)	Não negociação do sentido
	Compartilhamento do conhecimento/da memória discursiva

Fonte: Adaptado de Schlee (2018, p.171).

Constatou-se que a nominalização é um importante recurso para a construção de um texto, seja promovendo a coesão, por anáforas/catáforas, com encapsulamento de informações e, conseqüentemente, evitando a repetição de palavras, seja proporcionando a objetificação com diferentes papéis discursivos, como fenômeno constante, como apagamento do ator social, como não negociação do sentido e como compartilhamento da memória discursiva do leitor.

Em suma, os efeitos discursivos são muitos relevantes para a referida pesquisa, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da argumentação. Na próxima seção, serão expostos os sufixos na perspectiva da gramática tradicional.

3.3 Os sufixos na perspectiva da gramática tradicional

Compreende-se que, embora o estudo tenha o viés funcionalista, a gramática tradicional (GT) é a base que dará sustentação à descrição linguística. Assim, dentre o vasto arcabouço teórico gramatical existente, optou-se pelo estudo dos sufixos formadores de substantivos nos seguintes livros, a saber: *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo, *Gramática do Português Padrão*, de Amini Boaianin Hauy, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima e na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra. As obras foram escolhidas em função da relevância e da circulação nacional.

A *Moderna Gramática Portuguesa* (MGP), de Evanildo Bechara, agrega a teoria linguística às noções descritivas e normativas da língua, principalmente sob a luz da teoria de Eugênio Coseriu, de J.G. Herculano de Carvalho e de Emílio Alarcos Llorach.

O autor discorre sobre os processos de formação de palavras, seja pela composição, seja pela derivação, no capítulo *II-Gramática descritiva e normativa - As Unidades no Enunciado*, no subitem *Formação de palavras do ponto de vista constitucional*. Nesta pesquisa, optou-se pela análise da nominalização de base sufixal, que compreende o acréscimo de um elemento de base semântica após o radical. Dentre os vários sufixos apresentados na obra, interessa-nos apenas aqueles que são formadores de substantivos e derivados de verbos, a saber:

- ção, -são: coroação, perdição, compreensão, ascensão.
- mento: casamento, descobrimento.
- ura, -dura, -tura: feita, mordedura, formatura.
- ança (-ancia), -ença (-encia): mudança, esperança, pareença, abundância, convalescença, (ou convalescência).
- ada: estada.
- ida: acolhida, partida.
- agem: vadiagem (BECHARA, 2015, p.376).

Nessa derivação, o sufixo é acrescido à palavra primitiva, formando uma derivada, com significado próprio. O sufixo *-ção*, por exemplo, exprime ação ou o resultado, como verificado em *coroação* (resultado de coroar).

A *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (GHLP), de José Carlos de Azeredo foi realizada em parceria entre o Instituto Antônio Houaiss e a Publifolha. Essa obra trata da língua escrita do Brasil de maneira clara e objetiva, tomando como base exemplos de autores consagrados dos séculos XIX e XX, de diversos gêneros, entre ensaios, poesias e textos jornalísticos.

O principal objetivo dessa obra é uma reflexão descritiva mais aprofundada sobre o funcionamento da língua portuguesa do Brasil, retratando a linguagem verbal em seu tríplice papel: organização, codificação do conhecimento em enunciados/textos e atuação pessoal (comunicação).

Na sexta parte, no capítulo 21 *As Relações morfossemânticas no léxico II- A derivação* (AZEREDO, 2010, p.449-471), o autor expõe de forma detalhada as noções de derivação prefixal, sufixal, regressiva, parassintética, imprópria/conversão e abreviação.

Entre tais processos, o referido trabalho preocupou-se com o estudo da sufixação, que, segundo o autor, é responsável pela versatilidade dos recursos de construção dos sintagmas e das orações como, por exemplo: verbo = substantivo (predicação: designação), demonstrado nos enunciados (41) “Meus sapatos sumiram - O sumiço do sapato”. O primeiro enunciado é forma manifesta de declaração (predicação), já no segundo, a informação é pressuposta (AZEREDO, 2010, p.454-455).

Derivam de verbos, substantivos que significam a ação, o resultado dela ou ainda o instrumento ou meio da ação, a saber: *-ada, -ida*: cortada, partida, dormida, etc; *-agem*: contagem, ancoragem, etc; *-ança, -ância, -ência*: lembrança, matança, relevância, afluência, etc; *-ção, -ão*: armação, puxão, agressão, etc; *-dura, -tura, -sura, -ura*: investidura, formatura, soltura, etc e *-mento*: requerimento, fortalecimento, falecimento, etc.

De verbos, derivam nomes substantivos e adjetivos com significado agentivo, instrumental ou locativo. São eles: *-dor, -tor, -sor, -or*: comprador, vendedor, impostor, propulsor, ejetor, etc; *-douro, -tório*: duradouro, migratório, etc e *-ão*: fujão, pidão, etc.

Assim, entre os sufixos apresentados, destacam-se apenas os formadores de substantivos, como: *-ada, -ida, -agem, -ança, -ância, -ência, -ção, -dura, -tura, -sura, -ura, -douro e -tório*.

A *Gramática da Língua Portuguesa Padrão* (GLPP), de Amini Boaianin Haury (2014), lançada pela Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), é influenciada pela corrente

estruturalista de Joaquim Mattoso Câmara Jr. e segue a linha de base descritiva e normativa. No capítulo *Estrutura das palavras*, a autora expõe os afixos formadores de palavras, destacando o sufixo, o qual compreende um morfema derivacional propício para a formação de novas palavras, como formas presas, em sua maioria, oriundas do latim, a saber:

-*ação*, -*ição* (como ação ou resultado dela): doação, realização, distribuição, contribuição, oração, fundição, etc;

-*agem* (ação ou resultado dela): lavagem, moagem, camaradagem, etc;

-*ança*, -*ância*, -*ença*, -*ência* (ação ou resultado da ação, ato presente, que se realiza ainda, estado, qualidade, sentimento): mudança, observância, crença, obediência, lembrança, etc;

-*dade*, -*tude*, -*dão* (qualidade ou estado): integridade, inquietude, servidão, etc;

-*eza*, -*ez*, -*ice*, -*iço*, -*or* (qualidade, estado): certeza, braveza, surdez, altivez, meninice, criancice, frescor, fulgor, quebradiço, etc;

-*mento*, -*menta* (ação ou resultado da ação, coleção, instrumento, objeto): casamento, florescimento, andamento, ferramenta, vestimenta, etc;

-*ura*, -*dura*, -*tura* (ação ou resultado da ação, qualidade, estado, instrumento, objeto, coleção): grossura, doçura, brancura, feitura, etc;

-*vel* (capacidade, qualidade, aptidão): amável, indelével, sofrível, imóvel, solúvel, etc. (HAUY, 2014, p. 483-485).

No capítulo *Processos de formação de palavras*, a autora apresenta os dois processos formadores de palavras: a derivação e a composição. Depois de definir a derivação como um processo de formação de palavras que parte de um só radical ou tema, denominado base ou palavra primitiva, Haury acrescenta que a derivação se faz com o acréscimo de afixos ou com a eliminação de sufixos nominais ou de desinências verbais de infinitivo.

A derivação sufixal pode ser nominal (formador de substantivos e adjetivos), verbal (formador de verbos) ou adverbial (formador de advérbios), pode provocar alteração de significado ou mudança de classe gramatical da palavra primitiva (HAUY, 2014, p.505). Dessa forma, entre os sufixos apresentados para a formação de substantivos, destacam-se: -*ação*, -*ição*, -*agem*, -*ança*, -*ância*, -*ença*, -*ência*, -*mento*, -*ura*, -*dura* e -*tura*.

A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (GNLP), de Rocha Lima está em sua 49ª edição, ano de 2011, revista segundo o novo acordo ortográfico. É de cunho descritivo,

dividindo-se em: *Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Rudimentos de estilística e poética*.

Em morfologia, mais especificamente no subcapítulo *Formação de palavras*, no item *derivação e composição*, o autor expõe a distinção entre ambos, informando que o primeiro é o processo pelo qual uma palavra forma outras, por meio da agregação de prefixos ou sufixos. E o segundo é o processo pelo qual se cria uma palavra pela reunião de dois ou mais elementos de significação própria (ROCHA LIMA, 2011, p.250).

Na derivação, encontram-se alguns processos: prefixal, sufixal, parassintético e regressivo/deverbal. A seguir, o autor apresenta alguns sufixos latinos formadores de nomes:

DOR, TOR, SOR (forma substantivos de verbos): acusador, armador, carregador, comprador, corredor, pescador, roedor, salvador; instrutor, tradutor; ascensor, confessor.

DURA, TURA, SURA (forma substantivos de verbos): assadura, atadura, ditadura, fechadura, urdidura; assinatura, abertura, cobertura, escritura; clausura, mensura.

EZ, EZA (forma substantivos de adjetivos): altivez, estupidez, malvadez, sensatez, surdez; beleza, certeza, moleza, rudeza, tristeza.

CIE, ICE (forma substantivos de adjetivos): calvície, planície-, criancice, doidice, meninice, tolice, velhice.

IVO (forma adjetivos de verbos): afirmativo, comparativo, fugitivo, lucrativo, pensativo.

MENTO (forma substantivos de verbos): casamento, cerceamento, conhecimento, esquecimento, fingimento, impedimento, pensamento.

TÓRIO, DOURO (forma substantivos de verbos): dormitório, laboratório, oratório, purgatório; ancoradouro, bebedouro, matadouro, sorvedouro. O sufixo erudito tório ainda forma adjetivos: divinatório, notório, satisfatório, transitório.

TUDE, DÃO (forma substantivos de adjetivos): altitude, amplitude, latitude, longitude; certidão, escuridão, frouxidão, lassidão, mansidão, vastidão.

URA (forma substantivos de adjetivos): amargura, brancura, doçura, frescura, loucura, ternura.

VEL, BIL (forma adjetivos de verbos): amável, desejável, discutível, louvável, removível, solúvel, suportável; flébil, ignóbil (ROCHA LIMA, 2011, p.260-262).

Assim, entre os sufixos apresentados para a formação de substantivos, destacamos apenas os provenientes de verbos, entre eles: *-dor, -tor, sor, -dura, -tura, -sura, -mento, -tório, -douro*.

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (NGPC), de Cunha e Cintra também classifica a derivação sufixal em nominal, verbal e adverbial, formando, com isso, substantivos, adjetivos, verbos e advérbios.

Interessa-nos a nominal em função da formação de substantivos, a saber: *-ança, -ância, -ença, -ência* (ação ou resultado dela, estado): lembrança, vingança, tolerância, descrença, concorrência, etc; *-ante, -ente, -inte* (agente): estudante, afluente, ouvinte, etc; *-(d)or, -(t)or, -*

(s)or (agente, instrumento de ação): jogador, inspetor, ascensor, etc; -ção, -são: ação ou resultado dela: nomeação, agressão, etc; -douro, -tório (lugar ou instrumento de ação): bebedouro, lavatório, etc; -(d)ura, -(t)ura, -(s)ura (resultado ou instrumento da ação, noção coletiva): pintura, formatura, clausura, etc; -mento (ação ou resultado dela, instrumento da ação, noção coletiva): acolhimento, armamento, fardamento, etc (CUNHA & CINTRA, 2013).

Os autores elencam, em suas obras, os principais sufixos formadores de nomes da Língua Portuguesa. Em função dessa classificação, a análise da presente pesquisa deter-se-á apenas nos seguintes sufixos formadores de substantivos e provenientes de verbos: *-ção/-são/-ssão, -mento, -ura, -ança/-ância/-ença/-ência, -agem, -ada/-ado e -ida/-ido*. No próximo capítulo, será exposta a concepção de gênero sob a perspectiva funcional de Hasan (1989) e o tratamento dado à estrutura composicional do editorial.

4 GÊNERO NA CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA DE HASAN

[...] os gêneros são modos diferentes de usar a língua para realizar tarefas culturalmente estabelecidas também diferentes [...] (GOUVEIA, 2009, p.28).

O editorial é um gênero jornalístico, geralmente escrito por um editorialista, que não é nomeado no texto, já que a autoria é institucional. Dentre as duas vertentes funcionalistas relacionadas aos gêneros, destacam-se a de Martin, que parte do próprio gênero, e a de Hasan, que parte do registro.

Nesta tese, optou-se pela abordagem de Hasan, em função do foco depositado no registro para analisar a linguagem. Vian Jr. e Lima-Lopes (2005, p.34) afirmam que “[...] enquanto Martin defende que o gênero é instanciado mediante escolhas das variáveis de registro, Hasan afirma que essas variáveis é que são realizadas pelo gênero”.

Dessa forma, a abordagem dos editoriais como gênero será feita em sua estrutura micro, isto é, no interior do texto e, em sua estrutura macro, no que está no contexto de cultura. Antes, contudo, é imprescindível definir o que se entende por gênero e como esse conceito pode auxiliar na abordagem da temática.

4.1 A Configuração Contextual e a Estrutura Potencial do Gênero de Hasan

Antes de apresentar a noção funcionalista de Hasan, faz-se apropriado elucidar a concepção dos estudos de Bakhtin e Marcuschi sobre os gêneros textuais. Para Bakhtin (2003), o ser humano utiliza a língua a partir de interesses e finalidades de uma dada atividade, realizando-a de formas distintas.

São as condições comunicativas da esfera social que garantirão a produção de “tipos relativamente estáveis de enunciados”, ou gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003, p.262). Como atividade humana, esses gêneros representam a materialização da própria língua, e esta efetua-se por enunciados.

Essa afirmação evidencia que o ser humano, mesmo que de forma inconsciente, utiliza uma diversidade de gêneros, tanto orais quanto escritos, em suas atividades diárias. Bakhtin (2003) afirma que os gêneros discursivos são relativamente estáveis, isto é, podem sofrer modificações ao longo do tempo e do espaço. O gênero é, portanto, um produto histórico e

social heterogêneo. Em função dessa heterogeneidade, Bakhtin (2003) separa os gêneros em dois grupos, a saber:

- 1) primários (simples) - relacionados às situações comunicativas do cotidiano como, por exemplo, a conversa informal, o telefonema, a carta, entre outros;
- 2) secundários (complexos) - associados às situações comunicativas mais complexas como, por exemplo, o romance, o artigo científico, a novela, entre outros. Segundo Bakhtin (2003), os secundários surgem em um contexto de produção mais complexo, desenvolvido e organizado. Tais gêneros incorporam e reelaboram os diversos gêneros primários.

Na classificação apontada por Bakhtin (2003), enquadra-se o editorial como secundário, porque sua produção é mais complexa e elaborada. A teoria bakhtiniana expõe os gêneros discursivos como produtos sociais e históricos e, por esse motivo, são “aparentemente” estáticos.

Marcuschi (2003, p. 19) retrata os gêneros como “eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos.”, isto é, o gênero não pode ser concebido como um produto estático, mas sujeito às pressões sociais e culturais.

O autor traz uma relevante distinção entre gênero e tipo textual. Para o autor, o gênero é usado para referir-se aos “textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”. Enquanto o tipo textual designa “uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}” (MARCUSCHI, 2003, p.23).

Na visão do autor, o gênero é a materialização do discurso, demonstrando características próprias, de acordo com a cultura, com a sociedade, com o tempo. O tipo textual é uma sequência linguística, que caracteriza um determinado grupo de textos como, por exemplo, os narrativos, os argumentativos, os expositivos, os descritivos e os injuntivos.

Ruqayia Hasan utiliza os conceitos de gênero sob o viés da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday. A autora concebe a linguagem como um sistema de significações, ao passo que o contexto extralinguístico opera sobre o material a ser analisado.

A teoria de Hasan (1989) fundamenta-se em dois relevantes conceitos: o da Configuração Contextual (CC) e o da Estrutura Potencial de Gênero (EPG).

A Configuração Contextual é o conjunto de valores que realizam o *campo*, as *relações* e o *modo* no discurso. Nessa teoria, Hasan (1989) integra texto e contexto, pois compreende que não é possível dissociá-los em uma análise, por isso, em sua visão, a linguagem é fruto da sociedade, sendo por esta modificada. Em função disso, a autora afirma que, a partir da análise da Configuração Contextual, é possível identificar quais elementos são *obrigatórios*, *opcionais* e *recursivos/iterativos* em um dado gênero.

O contexto de situação corresponde a tudo que se torna importante em uma determinada interação, possibilitando que o registro se configure de acordo com o contexto, com as pessoas, com a própria sociedade. Barbara e Macêdo acrescentam que “uma maneira de entender uma sociedade é analisar os textos por ela produzidos porque é pela linguagem que o indivíduo revela seus valores e suas representações” (BARBARA & MACÊDO, 2009, p.93).

A teoria de Hasan “[...] descreve o impacto das dimensões do contexto imediato da situação de um evento de linguagem na maneira como a linguagem é usada”⁷⁴ (EGGINS, 2004, p.9, tradução nossa). O contexto de situação, de acordo com Halliday, é descrito em termos

[...] de campo, relações e modo. O “campo” é o que está acontecendo: a natureza da atividade social semiótica. As “relações” indicam quem participa: os *status* e papéis mútuos dos intervenientes. O “modo” é o papel da linguagem: os canais retóricos e comunicativos⁷⁵ (HALLIDAY, 2002, p. 283, tradução nossa).

O contexto de situação define-se em três variáveis, a saber: o *campo* correspondente à natureza da prática social; as *relações* dizem respeito à natureza interativa entre os participantes em uma determinada situação e o *modo*, que compreende a natureza do meio de transmissão das mensagens. Essas variáveis são distintas de acordo com o contexto em que estão inseridas e constituem as três metafunções da linguagem: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*, respectivamente (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2014).

⁷⁴ No original: “[...] describes the impact of dimensions of the immediate context of situation of a language event on the way language is used.”

⁷⁵ No original: “[...] of field, tenor, and mode. The ‘field’ is what is going on: the nature of the socialsemiotic activity. The ‘tenor’ is who are taking part: the statuses and mutual roles of the interactants. The ‘mode’ is what part the language is playing: the rhetorical and communicative channels.”

Campo, relações e modo ocorrem simultaneamente, porque o enunciador fala de sua experiência (ideacional), por meio da interação com outras pessoas (interpessoal), com informações, avaliações e julgamentos.

É a partir da definição desses elementos da CC e de um determinado texto que será possível identificar as estruturas potenciais. A autora (1989) trabalha com a noção de Estrutura Potencial do Gênero (EPG), correspondente aos traços específicos gerados por um contexto. Na visão da autora, cada gênero é composto por estágios configurantes, podendo ser *obrigatórios, opcionais e recursivos/iterativos*.

O editorial é composto por elementos que sempre irão aparecer em sua estrutura como, por exemplo: a apresentação do fato seguida de uma interpretação do editorialista. É justamente esse estágio que constitui um texto em detrimento de outro. O estágio *obrigatório* é basilar, pois é composto por elementos que sustentam e configuram um determinado gênero.

Há outros elementos que podem ou não aparecer no editorial. Esses estágios que podem ser retirados, sem afetar a estrutura textual, são chamados de estágios *opcionais*. São diversificados e configuram cada exemplar do gênero de uma forma diferente. É o que se verifica em alguns textos nos quais o enunciador utiliza em sua interpretação argumentativa muitas citações de autoridade, muitas adjetivações sobre o fato, entre outras.

Os estágios *recursivos/iterativos* são elementos que podem voltar a aparecer em outro lugar do texto, podem ser repetidos. A recursividade é um elemento presente quando o editorialista enfatiza as mesmas ideias em partes diferentes do texto.

O editorial concebido como gênero é enredado como produto sociosemiótico, formado por estágios/etapas que o configuram e o diferenciam dos demais gêneros.

Nesse gênero é comum a presença de três movimentos retóricos, a saber: *abertura* (tema⁷⁶/tese), *desenvolvimento* (argumentação) e *encerramento* (conclusão). Cada etapa expõe elementos retóricos que, na maioria dos editoriais, se repetem. A tipologia apresentada é argumentativa. Assim, é comum nesse tipo de texto a presença da introdução, com exposição do tema, da tese defendida pelo editorialista e do desenvolvimento, como cerne do gênero, pois é nesse espaço que se argumentará por exemplificação, por autoridade, por dados, entre outros, e o encerramento, correspondendo à conclusão do editorial, com retomada do tema e com a exposição final sobre o assunto. Já a presença do subtítulo é um estágio *opcional*, não obrigatório, em alguns editoriais.

⁷⁶ Utilizam-se as nomenclaturas tema (assunto) e Tema (informação dada).

Desse modo, o editorial será analisado de acordo com a sua Configuração Contextual (CC), de forma a identificar quais elementos são formadores e estruturantes em sua constituição. Nessa perspectiva, o texto é um produto sociosemiótico, porque mantém relação com o contexto, com o entorno social. Segundo Halliday, o termo social pretende sugerir duas coisas simultaneamente:

um é “social” usado no sentido do sistema social, que eu considero sinônimo de cultura. Então, quando eu digo “social-semiótico”, em primeira instância, estou simplesmente me referindo à definição de um sistema social, ou cultural, como um sistema de significado. Mas também pretendo uma interpretação mais específica da palavra “social”, para indicar que estamos particularmente preocupados com as relações entre linguagem e estrutura social, considerando a estrutura social como um aspecto do sistema social⁷⁷ (HALLIDAY, 1989, p.4, tradução nossa).

Logo, pensamos não ser produtiva uma análise textual que não leve em consideração o que motivou a sua produção. Com base no aparato teórico da LSF de Halliday (1985), Halliday e Matthiessen (2004, 2014) e da abordagem de gêneros de Hasan (1989), identifica-se o editorial como um produto sociosemiótico. Apresentam-se a seguir, o gênero editorial e sua estrutura composicional.

4.2 O gênero editorial

Marques de Melo (1994, p.64) propõe a classificação do jornalismo em informativo (nota, notícia, reportagem e entrevista) e opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha e coluna), articulando-se em função de dois interesses: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o fato).

O editorial, objeto desta pesquisa, é um gênero jornalístico marcado pela tipologia textual argumentativa, pertencente à gama de textos opinativos (MARQUES DE MELO, 1994). Esse gênero não apresenta assinatura, já que a autoria é institucional, isto é, representa a visão de todo o corpo editorial do jornal.

⁷⁷ No original: “One is ‘social’ used in the sense of the social system, which I take to be synonymous with the culture. So when I say ‘social-semiotic’, in the first instance, I am simply referring to the definition of a social system, or a culture, as a system of meaning. But I also intend a more specific interpretation of the word ‘social’, to indicate that we are concerned particularly with the relationships between language and social structure, considering the social structure as one aspect of the social system.”

De acordo com Alves Filho (2006), a questão autoral do editorial, hoje, é um critério estabilizado, fala-se em nome da empresa, a qual assume a responsabilidade pelo tratamento do objeto e pela posição argumentativa defendida. Assim, busca-se um distanciamento do que é proferido, principalmente, pela utilização da impessoalização.

Além dessa configuração sociodiscursiva, o editorial ainda traz como característica a tensão entre o público e o privado, em função de o gênero ser um espaço para o jornal fazer política (MONT'ALVERNE & MARQUES, 2015). Esse gênero tenta persuadir o leitor de uma determinada posição discursiva, além de marcar o próprio discurso frente ao Estado.

Marques de Melo assevera que (1994, p.97) “[...] os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, conquanto se dirijam formalmente à ‘opinião pública’, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado”. Dessa forma, o editorialista marca seu posicionamento frente ao público e ao Estado.

Souza (2004, p.1766) afirma que, “ao opinar sobre um determinado tema, o editorial constitui-se como uma ação sócio-discursiva, pois diz o mundo de alguma forma e procura persuadir o leitor para entender o mundo tal como apresentado e defendido pelo jornal”. Portanto, por intermédio de argumentos, o editorialista expõe uma visão sobre o assunto, sobre o que deseja informar/opinar, almejando alcançar o público. Entre o que os leitores gostariam de conhecer e o que a instituição jornalística quer fazer saber existe uma tensão (MARQUES DE MELO, 1994).

Esse tipo de texto tem como objetivo informar, sem neutralizar a opinião do enunciador jornalístico. Exatamente por isso, objetividade e imparcialidade não são características do editorial, mas subjetividade opinativa.

O editorial configura-se como um texto argumentativo e institucional, com estágios que o caracterizam como tal. Marques de Melo (1985, p.79) acrescenta que “[...] nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização”. Logo, a voz do editorial é política e marca os interesses dos proprietários do jornal.

Além disso, Marques de Melo (1985, p.80) destaca que o editorial “significa muito mais um trabalho de ‘coação’ ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam”. Então, os acontecimentos são relatados de modo a evidenciar a posição da mídia, ou seja, do grupo que está por trás do canal de comunicação.

Em relação à estrutura interna composicional do editorial, Beltrão (1980), no livro *Jornalismo opinativo*⁷⁸, retrata quatro atributos de especificação do gênero, a saber: a *impessoalidade*, a *topicalidade*, a *condensalidade* e a *plasticidade*.

A *impessoalidade* é um recurso bastante utilizado em alguns textos, principalmente de natureza formal, como o editorial, objetivando o distanciamento do autor em relação a seu próprio texto. Diante disso, esse autor utiliza a 3ª pessoa ou o verbo intransitivo ou transitivo indireto ou de ligação + pronome *se* para indeterminar o sujeito, ou a voz passiva sintética, assim como pode fazer uso de expressões mais gerais, formadas por predicadores seguidos de *que* + oração ou justapostos no enunciado como “é importante”, “é relevante”, “é claro”, entre outras.

A *topicalidade* diz respeito à inclusão da opinião fundamentada e, em muitos casos, da opinião em formação para o público leitor na própria temática. Já a *condensalidade* vincula-se à brevidade, à síntese das informações, dando mais ênfase aos mecanismos de afirmação do que aos de demonstração. O editorialista afirma mais sobre o fato do que explica.

Por fim, a *plasticidade* é um recurso próprio dos textos jornalísticos, pois marca a não estabilidade dos fatos, ou seja, as circunstâncias não são estáticas, são flexíveis e maleáveis e, portanto, o editorialista precisa acompanhar o ritmo dos acontecimentos e apresentá-los com todas as variações e os desdobramentos, prevenindo-se em relação a novos fatos.

Dentre os quatro atributos, interessa-nos o estudo da *impessoalidade*, em função da metáfora gramatical marcar o afastamento do enunciador com o que é enunciado. Beltrão (1980, p.55-58) também lista e classifica os editoriais segundo cinco variáveis: *morfologia*, *topicalidade*, *conteúdo*, *estilo* e *natureza*:

- 1) *morfologia*: *artigo de fundo* - interessa publicar (o editorial principal, posto em folha especial destinada à opinião), *suelto* (pequeno comentário sobre um fato) e *nota* (registro breve de um acontecimento);
- 2) *topicalidade*: *preventivo* (busca antecipar informações novas as quais podem produzir alguma mudança), *ação* (objetiva oferecer uma análise de forma imediata ao que está ocorrendo) e *consequência* (tenta expor os efeitos de um determinado fato);
- 3) *conteúdo*: *informativo* (procura esclarecer determinado fato), *normativo* (tenta convencer o leitor sobre o assunto) e *ilustrativo* (objetiva ampliar o conhecimento do leitor, editorial pedagógico);

⁷⁸ O livro de Beltrão (1980) trata sobre o jornalismo impresso, mas suas informações foram adaptadas para os editoriais *on-line*.

4) *estilo: intelectual* (pretende buscar o raciocínio) e *emocional* (interessa trabalhar com a emoção);

5) *natureza: promocional* (tenta convencer os leitores e levá-los a ação) *circunstancial* (busca exaltar os “ânimos alterados” dos leitores para convencê-los, após um evento) e *polêmico* (doutrinário, objetiva, entre outros, enfraquecer participantes sociais e políticos).

Nesse sentido, os editoriais podem se diferenciar em relação às variáveis apresentadas. Na próxima seção, serão expressas as etapas de Hasan (1989), assim como a abordagem do contexto cultural e situacional para a configuração do gênero. Além disso, será feita uma análise de um editorial considerando sua estrutura interna composicional e sua classificação.

4.3 Contexto cultural, situacional e os estágios de Hasan

Os editoriais são textos encontrados na imprensa, especialmente em jornais e revistas, tendo como principal objetivo opinar sobre um fato. Concorda-se com Charaudeau (2013, p.42) quando afirma que “nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade”, porque qualquer posicionamento marca um lado político-social.

Para compreender os estágios do editorial, é relevante evidenciar as condições de produção em sentido estrito, isto é, pelo contexto imediato (situacional) e, em sentido amplo (cultural), com condições de produção permeadas por contextos sociais e históricos (ORLANDI, 2007).

Essa maneira de abordar a linguagem recebeu um considerável incentivo teórico e empírico do antropólogo Bronislaw Malinowski nas décadas de 1920 e 1930. Baseado, inicialmente, em seu extenso trabalho de campo nas Ilhas Trobriand na década de 1910, seus *insights* foram retomados e desenvolvidos dentro da teoria linguística de J. R. Firth e, depois, incorporados a uma teoria geral da linguagem em contexto por linguistas funcionais sistêmicos (HALLIDAY, 1985).

Para o antropólogo Malinowski (1997), a cultura integra os hábitos, costumes e crenças do indivíduo, em conformidade com o contexto. Somos influenciados por essa criação externa e pela cultura moldante das relações sociais que reconhecemos.

Malinowski (1997, p.37) deixou em evidência que o homem se constitui nas relações mantidas com seu entorno, uma vez que a cultura “consiste em um conjunto integral de instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e costumes humanos”.

Assim, nesse contexto cultural, o homem produz linguagem, que, por sua vez, é permeada por relações que vão desde os participantes até o contexto e o conteúdo da mensagem veiculada. Esse contexto torna-se fundamental para a análise dos significados e das várias linguagens semióticas.

O contexto cultural é o que os membros de uma comunidade podem significar em termos culturais, isto é, interpretamos a cultura como um sistema de significados de nível superior - como um ambiente de significados nos quais vários sistemas semióticos operam, incluindo linguagem, paralinguagem (gestos, expressão facial, qualidade de voz, timbre, andamento), e outros sistemas de significado que acompanham a linguagem e expressam através do corpo humano e outros sistemas humanos de significado como dança, desenho, pintura e arquitetura (HALLIDAY, 1985).

O contexto situacional envolve a noção de registro, isto é, abrange as variáveis: *campo*, *relações* e *modo*, configurando as metafunções *ideacional*, *interpessoal* e *textual*, respectivamente, em uma relação íntima com o contexto cultural.

É a partir da cultura que o falante seleciona os elementos de seu texto. A linguagem realiza-se na forma textual, em um processo de reação ao próprio contexto, possibilitando que certas etapas demonstradas na teoria de Hasan (1989) se repitam e configurem um gênero específico. Esses estágios são observados a seguir, no editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, intitulado *Constituição acima de todos*, publicado no dia 29/09/2018.

Quadro 19- Estágios de Hasan

Constituição acima de todos (a) título	(obrigatório)
<i>Folha de S. Paulo</i> (b) autoria institucional	(obrigatório)
Jair Bolsonaro precisa mostrar-se à altura do mandato recebido (c) subtítulo	(obrigatório)

<p>Jair Bolsonaro ganhou nas urnas o direito de usar a faixa presidencial. A maioria dos eleitores expressou sua vontade de encerrar o ciclo de disputas entre PT e PSDB e iniciar um novo capítulo de alternância de poder.</p> <p>(d) introdução</p>	(obrigatório)
<p>Pela primeira vez desde a redemocratização, a direita mais nítida e enraizada que se faz possível neste país de profundas contradições chega de forma legítima ao Palácio do Planalto.</p> <p>Em seus discursos da vitória, o capitão reformado amainou a retórica agressiva que vinha empregando, dirigiu-se genericamente a “todos os brasileiros” e fez o devido elogio à Constituição, à democracia e às liberdades.</p> <p>Reconheça-se o gesto, mas sem deixar de apontar que, durante 27 anos como deputado e ao longo desta eleição, Bolsonaro deu inúmeros sinais de que ignora rudimentos da convivência democrática, como o respeito às instituições de Estado, a proteção das minorias e a transigência com diferentes pontos de vista.</p> <p>Também demonstrou desconhecer o papel da imprensa livre nas sociedades modernas. Inconformado com uma reportagem, entrou com ação contra três profissionais deste jornal. Por meio de advogados, sugere que a Folha (grifo do autor) o transformou em alvo e agiu com o propósito de prejudicar sua candidatura.</p> <p>Na melhor das hipóteses, confunde jornalismo independente e crítico com atuação partidária. Na pior, pretende intimidar não só esta empresa, obcecada pelo pluralismo e pelo apartidarismo, mas todos os veículos que se recusem a lhe prestar continência.</p> <p>Nada há de errado em vociferar contra a imprensa. Todos os antecessores do presidente eleito vituperaram esta Folha - e essa tensão só não teria existido se o jornal tivesse sido menos inquisitivo do que deveria.</p> <p>Mas subsiste uma distância entre o governante que manifesta seu</p>	(obrigatório)

<p>incômodo e aquele que deseja eliminar opositores e silenciar críticos; entre o governante preparado para chefiar uma nação democrática e aquele que não se adapta ao contraditório, ao escrutínio público e à livre circulação de ideias.</p> <p>(e) desenvolvimento</p>	
<p>Esta Folha ficará onde sempre esteve, confiante na Constituição de 1988, na força da democracia brasileira e na construção de um país melhor para todos. Já Bolsonaro precisará assimilar as lições que nunca aprendeu e mostrar-se à altura do mandato recebido. Que faça um bom governo.</p> <p>(f) conclusão</p>	<p>(obrigatório e recursivo)</p> <p>(ED2FSP)</p>

Fonte: A autora.

A análise da Estrutura Potencial de Gênero (EPG), com base em Hasan (1989), corresponde a três estágios: *obrigatórios*, *opcionais* e *recursivos/iterativos*. No editorial anterior, os *obrigatórios* são: o título, a autoria institucional, a introdução, o subtítulo, o desenvolvimento (argumentação) e a conclusão (desfecho), e entre os *recursivos/iterativos*: a retomada da tese na conclusão. Destaca-se que o subtítulo, na maioria das vezes, é um estágio *opcional*, mas nesse exemplo, torna-se *obrigatório*, em função da inclusão da tese.

A descrição desse gênero, no nível micro, é exposta em *passos e movimentos*, de acordo com o esquema a seguir:

Quadro 20- Movimentos e passos do editorial em Hasan

Movimentos e passos	Exemplos
<p>Movimento 1: apresentação da tese e da justificativa.</p>	<p>(01) “<i>Jair Bolsonaro precisa mostrar-se à altura do mandato recebido.</i> (apresentação da tese).</p>

<p>Passo 1: informar que o candidato ganhou democraticamente o direito de ser presidente, mas não está à altura do mandato;</p> <p>Passo 2: mostrar que a maioria da população quis encerrar o ciclo entre PT e PSDB no poder.</p>	<p><i>Jair Bolsonaro ganhou nas urnas o direito de usar a faixa presidencial. A maioria dos eleitores expressou sua vontade de encerrar o ciclo de disputas entre PT e PSDB e iniciar um novo capítulo de alternância de poder.”</i> (justificativa para a vitória do candidato).</p>
<p>Movimento 2: argumentação.</p>	<p>Argumento 1: “[...] o candidato ignora rudimentos da convivência democrática, como o respeito às instituições de Estado, a proteção das minorias e a transigência com diferentes pontos de vista”;</p> <p>Argumento 2: “[...] desconhece o papel da imprensa livre”;</p> <p>Argumento 3: “[...] confunde jornalismo independente e crítico com atuação partidária”, entre outros.</p>
<p>Passo 1: expor os argumentos em defesa da tese.</p>	
<p>Movimento 3: reafirmação da tese.</p>	<p>“Esta Folha (grifo do autor) <i>ficará onde sempre esteve, confiante na Constituição de 1988, na força da democracia brasileira e na construção de um país melhor para todos.</i> (posicionamento do jornal).</p> <p><i>Já Bolsonaro precisará assimilar as lições que nunca aprendeu e mostrar-se à altura do mandato recebido. Que faça um bom governo.”</i> (reafirmação da tese).</p> <p style="text-align: right;">(ED2FSP, grifos nossos)</p>
<p>Passo 1: marcar o posicionamento do jornal;</p> <p>Passo 2: reafirmar a tese.</p>	

Fonte: A autora.

Essa descrição esquemática demonstra o gênero editorial permeado pela prática social, ou seja, como um discurso que visa convencer o leitor sobre um determinado assunto veiculado anteriormente pela mídia.

O editorial 2, da *Folha de S. Paulo*, intitulado *Constituição acima de todos*, estabelece uma analogia com o *slogan* da campanha do candidato Bolsonaro *Deus acima de todos*, o que, já em princípio, sinaliza o que será abordado no texto: a democracia deve estar acima de qualquer convicção pessoal do candidato.

Nesse gênero, o *movimento 1* corresponde à apresentação da tese no subtítulo e à explanação da justificativa; o *movimento 2*, ao desenvolvimento da argumentação; e o *movimento 3*, à reafirmação da tese e ao posicionamento do jornal.

O *movimento 1* expõe dois passos: um de exposição da tese e outro da justificativa da vitória do candidato. O enunciador exhibe, como tema, a chegada de Jair Bolsonaro ao poder e seu relacionamento conturbado com a imprensa e as instituições democráticas e, em seguida, justifica o motivo de sua vitória: “a maioria da população quis encerrar o ciclo entre PT e PSDB no poder”.

O *movimento 2* discorre sobre um passo: argumentar sobre esse tema. É justamente na parte central do editorial, na argumentação, que o editorialista contextualiza o tema, ao elencar que: a) Bolsonaro, desde os tempos de deputado, “ignora rudimentos da convivência democrática, como o respeito às instituições de Estado, a proteção das minorias e a transigência com diferentes pontos de vista” e b) Bolsonaro desconhece o papel da imprensa livre.

Então, a tese é construída pelo enunciador da seguinte forma: “o novo presidente terá que aprender algumas lições relacionadas à democracia e se mostrar à altura de seu mandato.” Já o *movimento 3* ocorre em dois passos: retomada do posicionamento crítico sobre o tema e reafirmação da tese. Esses elementos são recursivos e característicos de gêneros argumentativos.

A *Folha* posiciona-se como um jornal confiante na Constituição e, por esse motivo, problematiza ao afirmar que “o presidente precisará assimilar as lições que nunca aprendeu e mostrar-se à altura do mandato recebido”, ou seja, o editorialista avalia Bolsonaro como alguém que não se enquadra na posição de presidente de um país democrático.

Assim sendo, a opinião da *Folha de S. Paulo* é bastante negativa e descrente em relação ao futuro do presidente, em função de sua postura antidemocrática. Dessa análise, é possível detectar que tais movimentos retóricos estão de acordo com a Configuração Contextual (CC) das variáveis: *campo*, *relações* e *modo*, a saber:

Quadro 21- Configuração Contextual do editorial *Constituição acima de todos*

<i>Campo</i>
<i>Natureza da atividade social</i> : expor a opinião do corpo editorial.
<i>Domínio da experiência</i> : exibir o discurso midiático sobre a vitória do candidato Jair Bolsonaro nas eleições para a presidência da República, no editorial 2, do dia 29/09/2018.
<i>Objetivo</i> : informar e persuadir sobre esse assunto.
<i>Relações</i>

<p><i>Papéis sociais</i>: entre editorialista e leitores.</p> <p><i>Papéis institucionais</i>: corpo editorial do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> e leitores.</p> <p><i>Distância social</i>: máxima.</p>
Modo
<p><i>Canal</i>: gráfico.</p> <p><i>Papel da linguagem</i>: informativo e persuasivo.</p> <p><i>Meio</i>: escrito.</p>

Fonte: A autora, adaptado de Fuzer & Cabral (2014).

O *campo* corresponde às experiências ideacionais do falante, ou seja, às vivências do mundo que o cerca. No caso desse editorial, a natureza da atividade social é expor a opinião do corpo editorial, objetivando persuadir o leitor sobre o assunto relacionado ao domínio da experiência “postura de Bolsonaro na presidência da República”.

As *relações* são permeadas pela interação entre os participantes do processo discursivo. Essas interações interpessoais são marcadas pelos papéis sociais e institucionais de editoriais/corpo editorial e leitores. Em ambos, a distância social é máxima, pois o gênero não permite uma troca relacional mais próxima entre os participantes.

A variável *modo* opera no material linguístico para a ordenação da oração, destacando no editorial o canal gráfico, o papel da linguagem editorialista “informar/persuadir” e o meio escrito. Essa Configuração Contextual oportuniza identificar quais elementos são *obrigatórios*, *opcionais* e *recursivos* em um determinado gênero.

Já em relação aos recursos de *impessoalidade*; *topicalidade*, *condensalidade* e *plasticidade*, pode-se analisar o editorial “Constituição acima de todos” da seguinte forma: esse editorial representa o pensamento do corpo editorial, em função disso, não apresenta assinatura. O editorialista vale-se de estratégias textuais de impessoalidade para marcar o seu afastamento do fato, perceptíveis nos trechos:

(02) “Esta **Folha** (grifo do autor) ficará onde sempre esteve, confiante na Constituição de 1988, na força da democracia brasileira e na construção de um país melhor para todos [...]” (ED2FSP, grifo nosso)

(03) “Reconheça-se o gesto, mas sem deixar de apontar que, durante 27 anos como deputado e ao longo desta eleição, Bolsonaro deu inúmeros sinais de que ignora rudimentos

da <u>convivência</u> democrática [...]” (ED2FSP, grifo nosso)

(04) “Nada há de errado em vociferar contra a imprensa.” (ED2FSP)

Nota-se nesse trecho a preferência por sujeitos na terceira pessoa (02), emprego da voz passiva sintética (03), ou ainda construções com processos existenciais (04). Esses recursos pretendem afastar o enunciador do que está sendo enunciado. Esse distanciamento pode ser visto também na inclusão das metáforas gramaticais *construção* e *convivência*, como uma estratégia argumentativa de afastamento, proporcionando aos leitores uma noção assertiva de *que a Folha quer a construção de um país mais justo e que Bolsonaro não tolera a convivência democrática*.

O enunciador reforça a *topicalidade* no seu tema, alicerçando uma opinião consolidada com outras em formação na sociedade. Nesse editorial, só não é possível encontrar outros assuntos, porque o editorialista segue o tema *da chegada de Jair Bolsonaro ao poder e seu relacionamento conturbado com a imprensa e as instituições democráticas*, do início ao fim, sem a inclusão de outras temáticas.

A *condensalidade* está relacionada à brevidade, à síntese das informações, notada no enunciado (05) “*Jair Bolsonaro precisa mostrar-se à altura do mandato recebido.*” (ED2FSP). Nesse trecho, o enunciador expõe em poucas linhas que Bolsonaro precisa estar à altura do cargo que ocupa, ou seja, precisa ter uma postura de presidente da República.

Na construção de ideias, o enunciador apropria-se da *plasticidade* para desenvolver os desdobramentos do fato, entendendo que a informação é um elemento flexível e maleável. Pode-se verificar tal recurso nos próximos excertos:

(06) “Jair Bolsonaro ganhou nas urnas o direito de usar a faixa presidencial.” (ED2FSP)

(07) “[...] durante 27 anos como deputado e ao longo desta eleição, Bolsonaro deu inúmeros sinais de que ignora rudimentos da convivência democrática [...].” (ED2FSP)

O editorialista trouxe para seu texto fatos recentes (06) e também passados (07) para demonstrar que Bolsonaro sempre manteve uma postura antidemocrática. Desse modo, a

vitória do candidato é vista como um grande desafio, dado que ele nunca expressou alinhamento à Constituição. Esse editorial, em relação às variáveis tipológicas, é classificado da seguinte forma:

- 1) *morfologia* (artigo de fundo): busca exibir o editorial em posição de destaque, em um espaço destinado à opinião;
- 2) *topicalidade* (ação): procura oferecer uma análise de forma imediata sobre a eleição vencida por Jair Bolsonaro, enfatizando que ele precisa mostrar-se à altura do cargo;
- 3) *conteúdo* (normativo): tenta convencer o leitor por argumentos consistentes;
- 4) *estilo* (intelectual): busca propor um raciocínio ao leitor;
- 5) *natureza* (polêmico): almeja expor uma argumentação crítica, objetivando enfraquecer o candidato Bolsonaro.

Dessa forma, o editorial *Constituição acima de todos* apresenta uma argumentação bastante crítica em relação ao candidato Jair Bolsonaro, principalmente enfatizando que ele não estaria apto ao cargo, porque inúmeras vezes ostentou um comportamento antidemocrático como, por exemplo, ignorar o respeito às instituições de Estado, à proteção das minorias, à transigência com diferentes pontos de vista e ao papel da imprensa livre. No próximo capítulo, serão enfocados a metodologia, os procedimentos e as técnicas de pesquisa.

5 METODOLOGIA

A finalidade da pesquisa científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos. Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados (MARCONI & LAKATOS, 2003, p.224).

Esta tese, amparada na teoria da Linguística Sistêmico-Funcional e nos recursos da Linguística de *Corpus*, expõe como tema a visão de que a metáfora gramatical é um relevante recurso argumentativo. Acrescenta-se que a análise terá como propósito responder as seguintes perguntas:

- a) quais os papéis funcionais da metáfora gramatical em um editorial?
- b) essas funcionalidades contribuem para o desenvolvimento da argumentação no gênero?
- c) com a inclusão da metáfora, os atores sociais são mais incluídos ou excluídos no discurso?

Diante desses questionamentos, optou-se por uma pesquisa que levasse em consideração: a natureza do *corpus*, a coleta, a análise e a interpretação dos dados. Destaca-se a seguir, o caminho metodológico percorrido nesta pesquisa.

5.1 Métodos, técnicas da pesquisa e caracterização do *corpus*

Halliday (2004) informa que a metáfora gramatical é um fenômeno, um acontecimento. Essa citação ilustra o motivo de a tese ter se iniciado com a abordagem bibliográfica, com uma pesquisa de revisão de literatura, em que o objeto é delimitado sob as nuances teóricas de outros autores.

A análise proposta nesta tese enquadra-se na pesquisa documental, em um procedimento de verificação de materiais reconhecidos como primários, isto é, como fontes que ainda não foram tratadas analiticamente, mas aliadas à pesquisa bibliográfica, possibilitam um olhar mais crítico sobre um determinado tema.

O arcabouço teórico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e dos recursos da Linguística de *Corpus* (LC) são fontes essenciais para a análise da temática, configurando a pesquisa bibliográfica. Assevera-se também que todos os editoriais são materiais primários, fontes importantes de natureza documental.

A metáfora gramatical ideacional será abordada nos editoriais sob dois aspectos: o qualitativo e o quantitativo (quali-quantitativo). O primeiro é amplamente valorativo e de cunho totalmente interpretativo, e o segundo é baseado em unidades mensuráveis. Nessa natureza mista da pesquisa, o caráter valorativo é contemplado com maior incidência, porque não são apenas os dados que gerarão resultados, mas a sua consequente análise, com viés interpretativo. A análise da pesquisa deter-se-á apenas nos sufixos formadores de substantivos e provenientes de verbos: *-ção/-ssão/ -são, -mento, -ura, -ança/-ância/-ença/-ência, -agem, -ada/-ado e -ida/-ido*.

No que concerne à observação dos editoriais, projetou-se uma verificação indutiva, isto é, partiu-se de dados particulares para uma abordagem mais geral do trato destinado à metáfora gramatical.

A concretude da pesquisa se dará por meio do levantamento de dados e sistematização de quadros e tabelas do referido fenômeno da metáfora gramatical. Antes, convém expor a caracterização do *corpus*.

Esta tese analisou os editoriais dos jornais: *Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e O Globo*. A escolha de tais veículos de comunicação ocorreu em função de sua grande circulação e divulgação em todo o país⁷⁹. Essa opção pelos editoriais em formato *on-line* não foi aleatória, mas foi feita em função da disseminação proporcionada pelo digital aos usuários.

Foram selecionados cinco editoriais de cada jornal, totalizando vinte, publicados entre dezembro de 2017 a dezembro de 2018, período eleitoral. Interessa destacar que todos os textos escolhidos expõem temáticas sobre questões político-sociais e estão inseridos em um contexto eleitoral para a presidência da República do Brasil, momento de propostas e acirramentos políticos efervescentes, entre uma política mais conservadora e outra mais progressista.

Optou-se pelo editorial, pois esse gênero é a parte crítica do jornal, é o porta-voz do que a empresa jornalística pensa como relevante para formar a opinião dos leitores. Sendo assim, recursos de argumentação são recorrentes.

⁷⁹ Instituto Verificador de Circulação (IVC).

O *corpus* foi disponibilizado no corpo do texto, com entrada dos jornais em ordem alfabética e dos editoriais em ordem temporal. Essa sistematização, com a catalogação dos periódicos e seus respectivos textos, favorece uma melhor visualização da abordagem.

Diante da infinitude de jornais disponíveis, foi fundamental que a escolha do *corpus* tivesse como critérios: a relevância, a história e a circulação dos referidos periódicos para a pesquisa. Nesse sentido, faz-se necessário, de antemão, enfatizar que, embora tenham sedes na região sudeste, tais veículos de comunicação extrapolam o espaço territorial e conquistam leitores Brasil afora.

5.2 Coleta de dados e procedimentos de análise

Além do aparato teórico da LSF, a tese apoia-se na Linguística de *Corpus* (LC), como importante instrumento para a análise das metáforas gramaticais coletadas nos editoriais. A LC ocupa-se da coleta de dados linguísticos com algum recurso eletrônico, com vista a servir de base para a verificação de algum fato da língua (SARDINHA, 2004).

Dessa forma, por meio do *software* AntConc, tal análise será feita levando em consideração o contexto em que tais recursos linguísticos apareceram e, conseqüentemente, o efeito que seu uso confere à oração como um todo.

Na primeira etapa do trabalho, os editoriais foram escolhidos nos próprios *sites* dos jornais: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Foram selecionados cinco textos de cada veículo, totalizando vinte, publicados de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, período pré-eleitoral, com temáticas variadas sobre questões político-sociais.

Na segunda etapa, os editoriais foram copiados e salvos em formato *plain text* (.txt), em pastas separadas e nomeadas como A, B, C e D, de acordo com a ordem temporal de entrada dos respectivos jornais.

Na terceira etapa, procedeu-se à anotação do *corpus*, com edição manual, como no exemplo: (ED10ESP), composto da sigla (ED) + o número do editorial 1 + letras iniciais do nome do jornal, com a data de publicação do editorial.

Depois dessas etapas, foi realizada uma verificação das ocorrências dos sufixos listados utilizando a ferramenta computacional AntConc⁸⁰. Optou-se por esse *software*, porque é livre (gratuito) e leve (apenas 4 Mb) para a execução em diversos sistemas operacionais, como *Windows*, *Mac* e *Linux*. O AntConc não precisa ser baixado, pois apresenta uma interface muito simples, permitindo uma navegação quase intuitiva.

O AntConc permite uma análise baseada em palavras ou em suas terminações. Os sufixos foram elencados na aba *Clusters/N-grams*, recurso que possibilita localizar: frequência, colocação, posição de direita/esquerda, e o número de palavras listadas inseridas em uma posição ou em outra. Essa verificação é possível pela inclusão da pesquisa com * (asterisco) como, por exemplo, em *ção.

Ao clicar na palavra, automaticamente o programa direciona para a aba *concordance*, com a inserção no contexto da frase. Outra aba relevante é a *File View*, mostrando o texto na íntegra, com marcação das palavras procuradas pelo analista, facilitando e muito uma visualização mais global sobre a obra.

Entre as possibilidades do AntConc destacam-se: a aba *Word List*, que traz uma listagem com as palavras mais frequentes apresentadas nos editoriais, assim como mostra a regularidade de palavras marcadas à direita ou à esquerda.

Os dados coletados pelo *software* AntConc foram catalogados de duas formas: em tabelas com as especificações numéricas e em quadros com explicações sobre as metáforas gramaticais coletadas. A Linguística de *Corpus* é uma aliada na verificação dos dados, possibilitando rapidez e assertividade no processo. No próximo capítulo, será apresentada a análise do *corpus*.

⁸⁰ O AntConc está disponível no *site* <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>

6 ANÁLISE DO *CORPUS*

A tese, amparada nas teorias da LSF e de alguns recursos da LC, apresenta como objetivo principal analisar de que forma a metáfora gramatical ideacional contribui para a produção da argumentação nos editoriais. Para responder ao questionamento, partiu-se de uma análise baseada no método indutivo, ou seja, na observação de casos particulares para a tomada de uma reflexão mais geral.

No corpo do texto, os jornais foram divididos em ordem alfabética, e os cinco editoriais, em ordem temporal, todos compreendidos no período pré-eleitoral, com diversidade de temas sociais. Cada seção foi subdividida em duas subseções: análise individual de um editorial e uma análise geral dos outros textos.

Na primeira seção, a verificação das metáforas gramaticais ficará restrita em um editorial específico de forma detalhada, em que serão explanados: a abordagem do gênero sob a perspectiva de Hasan (1989), com foco nos estágios de estruturação do editorial e na Configuração Contextual (CC) e na inclusão das variáveis para a especificação desse gênero sob a óptica de Beltrão (1980). Destaca-se que a ordem de abordagem dos jornais é alfabética, e a escolha do editorial analisado em sua completude é baseada em uma pré-escolha que teve como princípio a diversidade de nominalizações.

Serão expostas as funcionalidades das metáforas gramaticais em cada trecho. Ao final, serão apresentados uma tabela e dois quadros, a primeira com a incidência desse recurso linguístico, e os outros com os atores sociais e as funcionalidades da metáfora gramatical. Acrescenta-se, também, uma breve observação sobre os papéis semântico-textuais encontrados (AZEREDO, 1999).

Na segunda parte, será feita uma análise da incidência das metáforas gramaticais ideacionais em trechos de outros quatro editoriais coletados, com foco nas funcionalidades. Optou-se por trechos com nominalizações diversificadas. Além disso, será apresentada uma análise geral da estrutura do gênero, assim como o atributo impessoalidade e as variáveis de Beltrão (1980). Também, no término da verificação, serão expostos dois quadros, o primeiro com as funcionalidades, e outro com todos os atores sociais. Propõe-se, também, expor os resultados gerais das análises sobre a metáfora gramatical nos editoriais.

6.1 *Jornal Folha de S. Paulo*

O editorial 3, do jornal *Folha de S. Paulo*, nomeado *Vaivém ambiental*, do dia 05/11/2018, trata da intenção do presidente Jair Bolsonaro de anexar a pasta do Meio Ambiente à da Agricultura e as consequências dessa decisão. Esse contexto descrito caracteriza a variável *campo* do contexto situacional.

O texto, a seguir, servirá de base para a análise da Configuração Contextual e da Estrutura Potencial do Gênero de Hasan (1989), além do atributo impessoalidade e das variáveis internas do texto de Beltrão (1980).

Vaivém ambiental

Bolsonaro indica recuo na intenção de anexar pasta do Meio Ambiente à da Agricultura; o que importa é conciliar melhora da produção rural e preservação

Na reforma administrativa planejada pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), a drástica redução prometida do número de ministérios representa, de modo simbólico, a intenção de enxugar a máquina de Estado e não subordiná-la a barganhas partidárias ou ativismos ideológicos.

Se tais objetivos são fáceis de vender numa campanha eleitoral, a execução concreta se mostra menos simples. O exemplo mais claro, até aqui, é o da eventual fusão das pastas da Agricultura e do Meio Ambiente — que tem gerado um vaivém de declarações do eleito, de auxiliares e aliados.

Na mais recente, Bolsonaro considerou que, “pelo que tudo indica”, as duas áreas permanecerão geridas por órgãos próprios no primeiro escalão federal. Trata-se de uma providência mais sensata, em tese ao menos, que a reivindicação de hegemonia por parte da banda mais atrasada do agronegócio.

Não que a existência de uma pasta ambiental exclusiva seja imprescindível. Há países em que, como nos Estados Unidos, a função de Estado fica com uma agência reguladora independente (no caso, a EPA); em outros, o ministério ou departamento abarca setores como agricultura, energia, turismo, água ou habitação.

No Brasil, viria a calhar a cessação de rusgas entre as turmas do agro acima de tudo

e do ambiente acima de todos, que barram a necessária conciliação entre aumentar o produto agropecuário e preservar a natureza. Subjugar agências ambientais (Ibama e ICMBio) e amordaçá-las sob a botina ruralista não equilibraria a balança.

Sim, o licenciamento ambiental pode e deve ser aperfeiçoado para se tornar mais célere e diminuir a insegurança jurídica.

Eliminá-lo, ou sonegar-lhe os meios de fiscalizar e punir, será entendido nos rincões do cerrado e da Amazônia como senha para derrubar sem critério a vegetação natural, aumentando assim a já desproporcional contribuição do setor agropecuário brasileiro para o aquecimento global.

Não se vê por que isso seria de interesse do país — nem mesmo do agronegócio o é. Seu segmento mais avançado, que depende de mercados externos, conscientizou-se de que produzir sem desmatar constitui tendência global incontornável, posição adotada por organizações como a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

Bolsonaro pode ou não fundir as pastas. Porém, se afrouxar em demasia as licenças ambientais, mais prejudicará do que promoverá a agricultura moderna e pujante. Só ganharão com isso os grileiros, desmatadores e pecuaristas improdutivos — com excessiva influência no Congresso Nacional e em torno do presidente eleito.

(ED3FSP, grifos nossos)

A EPG de Hasan (1989) corresponde a três estágios: *obrigatórios*, *opcionais* e *recursivos*. No editorial, foram observados entre os *obrigatórios*: a introdução, a argumentação e a conclusão; entre os *opcionais*: o subtítulo; e entre os *recursivos/iterativos* a retomada do tema na conclusão. A descrição desse gênero é feita em *passos* e *movimentos*. O quadro 22 mostra os movimentos e passos desse texto, a seguir:

Quadro 22- EPG do editorial do jornal *Folha de S. Paulo*

Movimentos e passos	Exemplos
Movimento 1: apresentação da tese (opinião) e do tema (assunto).	(01) “ <i>Bolsonaro indica recuo na intenção de anexar pasta do Meio Ambiente à da Agricultura; o que importa é conciliar</i> ”

<p>Passo 1: indicar que o mais importante é preservar o meio ambiente e melhorar a produção rural;</p> <p>Passo 2: contextualização do tema—apresentar a intenção inicial do presidente de anexar pasta do Meio Ambiente à da Agricultura e a dificuldade do Estado de enxugar a máquina do Estado pela fusão de pastas.</p>	<p>melhora da produção rural e preservação (tese) <i>Na reforma administrativa planejada pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), a drástica redução prometida do número de ministérios representa, de modo simbólico, a intenção de enxugar a máquina de Estado e não subordiná-la [sic] a barganhas partidárias ou ativismos ideológicos.”</i></p>
<p>Movimento 2: argumentação sobre o tema.</p>	<p>Argumento 1: <i>exemplificação sobre os Estados Unidos não ter uma pasta específica para o meio ambiente;</i></p>
<p>Passo 1: apresentar os argumentos.</p>	<p>Argumento 2: <i>conciliação entre defensores do meio ambiente e do agronegócio;</i> Argumento 3: <i>aperfeiçoamento da licença ambiental;</i> Argumento 4: <i>produção sem desmatamento constitui tendência global incontornável.</i></p>
<p>Movimento 3: problematização e desfecho.</p>	<p><i>“Bolsonaro pode ou não fundir as pastas. Porém, se afrouxar em demasia as licenças ambientais, mais prejudicará do que promoverá a agricultura moderna e pujante.</i></p>
<p>Passo 1: problematizar;</p> <p>Passo 2: desfechar.</p>	<p><i>(problematização). Só ganharão com isso os grileiros, desmatadores e pecuaristas improdutivos — com excessiva influência no Congresso Nacional e em torno do presidente eleito.” (desfecho). (ED3FSP, grifos nossos)</i></p>

Fonte: A autora.

No *movimento 1*, o enunciador evidencia o tema: as “possíveis decorrências de se juntar dois ministérios (Meio Ambiente e Agricultura), em um só”. Além disso, na visão desse editorialista, não é relevante se os ministérios estão juntos ou separados, o que importa, na verdade, é que a fiscalização tenha recursos e as leis continuem sendo cumpridas para o bem da nação, inclusive para o agronegócio. Tanto a apresentação do tema quanto a tese são passos obrigatórios do gênero.

No *movimento 2*, expõe-se a argumentação como passo obrigatório, com base em algumas estratégias: 1) exemplificação: com a possível fusão das pastas da Agricultura e do Meio Ambiente; 2) comparação: com os Estados Unidos, em que a função de Estado fica com uma agência reguladora independente (no caso, a EPA); 3) propostas: com o aumento da

produção agropecuária e preservação da natureza, por intermédio do licenciamento ambiental aperfeiçoado e 4) causa e consequência: sem fiscalização, o número de derrubadas da vegetação natural aumentará o aquecimento global.

Já o *movimento 3* ocorre por intermédio de dois passos: um opcional, com a proposta para a resolução do problema, e outro obrigatório, com o desfecho. O enunciador afirma como possível problematização o fato de o presidente afrouxar em demasia as licenças ambientais, prejudicando a agricultura moderna, e, como desfecho, as implicações de que “só ganharão com isso os grileiros, desmatadores e pecuaristas.”

Tanto os *passos* quanto os *movimentos* são provenientes da Configuração Contextual (CC), envolvendo as variáveis: *campo*, *relações* e *modo*. O quadro 23 aponta esses elementos:

Quadro 23- Configuração Contextual do editorial *Vaivém Ambiental*

<i>Campo</i>
<i>Natureza da atividade social</i> : expor a opinião do corpo editorial. <i>Domínio da experiência</i> : discursar sobre a possível fusão entre as pastas do Meio Ambiente e da Agricultura, no editorial 3, do dia 05/11/2018. <i>Objetivo</i> : informar e persuadir o leitor sobre esse assunto.
<i>Relações</i>
<i>Papéis sociais dos participantes</i> : editorialista e leitores. <i>Papéis institucionais</i> : corpo editorial do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> e leitores. Distância social: máxima.
<i>Modo</i>
<i>Canal</i> : gráfico. <i>Papel da linguagem</i> : informativo e persuasivo. <i>Meio</i> : escrito.

Fonte: A autora, adaptado de Fuzer & Cabral (2014).

A Configuração Contextual do editorial “Vaivém ambiental” expõe as variáveis *campo*, *relações* e *modo*. O *campo* retrata as experiências ideacionais do falante, estabelecendo a natureza da atividade social e seu objetivo de informar/persuadir o leitor sobre a possível fusão entre as pastas do Meio Ambiente e da Agricultura. As *relações* apresentam os papéis sociais e institucionais dos editorialistas e leitores. Tais papéis são marcados por uma distância máxima, em função da característica do gênero. Já a variável

modo, por sua vez, estabelece o canal gráfico, o papel da linguagem “informar/persuadir” e o meio escrito.

O editorialista retrata a questão da possível fusão das pastas do Meio Ambiente e da Agricultura no contexto mais amplo pós-eleitoral. Esse editorial expõe os quatro atributos de especificação do gênero: *impessoalidade*, *topicalidade*, *condensalidade* e *plasticidade* (BELTRÃO, 1980)⁸¹, mas, em função do estudo da metáfora gramatical, optou-se pela abordagem apenas da *impessoalidade*. Tal característica é observada nos enunciados a seguir:

(02) “Se tais objetivos são fáceis de vender numa campanha eleitoral, a execução concreta se mostra menos simples.” (ED3FSP, grifo nosso)

(03) “Não que a existência de uma pasta ambiental exclusiva seja imprescindível.” (ED3FSP, grifo nosso)

Esses exemplos mostram o *afastamento* do editorialista do que está sendo enunciado. Esse distanciamento do já-dito é bastante frequente em todo editorial, em função da própria natureza desse texto opinativo. O enunciador pressupõe que as imagens da *execução* e da *existência* são conhecidas e compartilhadas com os leitores, de forma assertiva.

Além desses quatro atributos, Beltrão (1980) também classifica os editoriais segundo cinco variáveis⁸², a saber:

- 1) morfologia (artigo de fundo): busca figurar em seção destinada às opiniões dos leitores;
- 2) topicalidade (preventivo): procura trazer informações da possível fusão do Ministério do Meio Ambiente com a pasta da Agricultura;
- 3) conteúdo (normativo): tenta convencer o leitor de que é necessário *conciliar melhora da produção rural e preservação*;
- 4) estilo (intelectual): objetiva realizar o discurso de forma persuasiva;
- 5) natureza (circunstancial): almeja apresentar o fato de forma imediata ao acontecimento.

⁸¹ Esses atributos de Beltrão (1980) estão conceituados nas páginas 102-105, na seção 4.2 *O gênero editorial*.

⁸² As variáveis de Beltrão (1980) são descritas na seção 4.2 *O gênero editorial*, páginas 102-105.

Essa classificação de Beltrão (1980) é oportuna para compreender as características que diferenciam um editorial do outro.

A *morfologia* diz respeito à configuração do editorial no jornal. Como esse texto apresenta uma posição de destaque, em seção própria, intitula-se que os textos são artigos de fundo.

Esse editorial traz informações novas as quais podem alterar a questão sobre a possível fusão do Ministério do Meio Ambiente com a pasta da Agricultura. Em função disso, topicalmente tal texto é *preventivo*. O editorialista também tenta convencer o leitor de que é necessário melhora da produção rural e preservação, característica própria do tipo de *conteúdo* e do estilo *intelectual*. Além disso, a natureza é *circunstancial*, ou seja, o texto procura expor o fato de forma eventual, apenas para destacar alguma situação específica.

A metáfora gramatical ideacional é o recurso que possibilita o desenvolvimento argumentativo, com diferentes efeitos discursivos: categorização como elemento coesivo e objetificação. Os trechos a seguir mostram algumas dessas incidências no editorial 3:

(04) “Bolsonaro indica recuo na intenção de anexar pasta do Meio Ambiente à da Agricultura; o que importa é conciliar melhora da produção rural e preservação. Na reforma administrativa planejada pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), a drástica redução prometida do número de ministérios representa, de modo simbólico, a intenção de enxugar a máquina de Estado e não a subordinar a barganhas partidárias ou ativismos ideológicos. Se tais objetivos são fáceis de vender numa campanha eleitoral, a execução concreta se mostra menos simples. O exemplo mais claro, até aqui, é o da eventual fusão das pastas da Agricultura e do Meio Ambiente — que tem gerado um vaivém de declarações do eleito, de auxiliares e aliados.” (ED3FSP, grifos nossos)

A nominalização *redução* resgata o conhecimento prévio do leitor, contextual sobre as informações relacionadas ao número dos ministérios do *Meio Ambiente* e da *Agricultura*, alvos da possível redução de pastas do governo.

Execução, por sua vez, item nominalizado, encapsula os objetivos: *intenção de enxugar a máquina de Estado e não a subordinar a barganhas partidárias ou ativismos*

ideológicos. Assim, ao retomar termos anteriormente citados, a nominalização opera como um encapsulador anafórico, evitando a repetição de itens.

A nominalização *fusão* apresenta remissão para termos anteriormente citados, por esse motivo, sua motivação é textual. Igualmente, *declarações* faz uma remissão para o nome do *presidente eleito Jair Bolsonaro*, diz-se, então, que a motivação é textual.

No plano discursivo, *produção, preservação, execução e redução* assumem um *status* de verdade inquestionável, ou seja, não oportunizam ao leitor nenhuma outra interpretação, isto é, os sentidos não são negociados.

Entende-se que *produção, preservação, redução, declarações, fusão e execução* são itens nominalizados, expondo um tratamento diferenciado em relação ao ator social, uma vez que apenas *redução* apresenta ator social incluído e individualizado, trata-se de *Jair Bolsonaro*. As nominalizações *produção, preservação e execução* suprimiram os participantes, já que os atores podem ser facilmente recuperados pelo leitor.

Já *fusão e declarações* encobriram o ator social “ *Jair Bolsonaro*”, participante responsável pela eventual fusão das pastas, e *também “do eleito (Bolsonaro), de auxiliares e aliados”*, participantes declarantes sobre a união das pastas do Meio Ambiente e da Agricultura.

(05) “Na mais recente, Bolsonaro considerou que, ‘pelo que tudo indica’, as duas áreas permanecerão geridas por órgãos próprios no primeiro escalão federal. Trata-se de uma providência mais sensata, em tese ao menos, que a reivindicação de hegemonia por parte da banda mais atrasada do agronegócio.” (ED3FSP, grifos nossos)

No enunciado (05), *providência e reivindicação* são itens nominalizados provenientes do processo material *providenciar* e do processo verbal *reivindicar*, resultando em encapsulamento da informação anterior/posterior, respectivamente.

No plano discursivo, *providência* perde o caráter pontual de ocorrência, mas se apresenta como fenômeno objetificado.

Em relação ao ator social, *providência* excluiu o ator por encobrimento, pois apenas em 2º plano é possível identificar que esse participante é *Bolsonaro*. Já *reivindicação* incluiu o ator social agregado, trata-se de *uma parte do setor do agronegócio*, avaliado negativamente como a *banda mais atrasada* do setor.

(06) “Não que a existência de uma pasta ambiental exclusiva seja imprescindível. Há países em que, como nos Estados Unidos, a função de Estado fica com uma agência reguladora independente (no caso, a EPA).” (ED3FSP, grifo nosso)

No trecho (06), *existência* não apresenta ator social incluído, nem ao menos *pistas* sobre a autoria. Isso decorre do fato de a nominalização ser proveniente de um processo existencial. Já os termos *de uma pasta ambiental* e *de Estado* são participantes não agentivos, apassivados por possessivação.

Acrescenta-se ainda que *existência* é um nome abstrato, conferindo ao texto estatuto de verdade e de não negociação do sentido, portanto, não oportuniza ao leitor possibilidade de questionamento.

Ressalta-se que *existência* opera compartilhando a memória discursiva do leitor, ao vincular a ideia da possível existência de uma pasta ambiental, ainda que ela não fosse imprescindível. A seguir, podem ser verificadas outras análises:

(07) “No Brasil, viria a calhar a cessação de rugas entre as turmas do agro acima de tudo e do ambiente acima de todos, que barram a necessária conciliação entre aumentar o produto agropecuário e preservar a natureza.” (ED3FSP, grifos nossos)

No enunciado (07), nota-se que *cessação* incluiu o ator social *das turmas do agro e do meio ambiente*. Já em *conciliação*, o ator social está encoberto, pois houve uma referência genérica. Neste ponto, vale destacar a ironia feita a partir do *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” utilizado na campanha presidencial do candidato Jair Bolsonaro. O editorialista faz uma analogia com “turmas do agro acima de tudo” e do “ambiente acima de todos”, relacionando, em tom crítico, as posturas radicais à relevância do setor agro e do meio ambiente como política de campanha. Essa analogia é inferível por aqueles que têm conhecimento da campanha eleitoral de Bolsonaro, do contrário, não irão percebê-la.

Cessação e *conciliação* indicam o juízo de valor do enunciador, em uma indicação de modulação que fica evidente pela locução verbal “viria a calhar” e pelo adjetivo “necessária”. Além disso, tais nominalizações apresentam estatuto de entidades, trata-se de fenômenos constantes e não negociáveis na visão do enunciador, como se fossem uma espécie de objetificação.

(08) “Sim, o licenciamento ambiental pode e deve ser aperfeiçoado para se tornar mais célere e diminuir a insegurança jurídica.

Eliminá-lo, ou sonegar-lhe os meios de fiscalizar e punir, será entendido nos rincões do cerrado e da Amazônia como senha para derrubar sem critério a vegetação natural, aumentando assim a já desproporcional contribuição do setor agropecuário brasileiro para o aquecimento global.” (ED3FSP, grifos nossos)

Verifica-se que todas as metáforas gramaticais grifadas são concebidas como fenômenos constantes no nível do discurso, isto é, não são informações pontuais no tempo, tornando-se, assim, entidades sobre as quais o editorialista fará suas considerações.

Em relação aos atores sociais, nota-se que *licenciamento* o excluiu totalmente. Na verdade, sabe-se quem são os órgãos responsáveis, por isso o ator não foi apresentado.

Contribuição e aquecimento, por sua vez, já incluem o ator social, *setor agropecuário brasileiro*, de forma coletivizada e possessivada, isto é, esse setor (grupo) é responsável pelo aumento do aquecimento global. O caráter possessivo desse participante é possível com a inclusão do sintagma preposicionado *do setor*, diferentemente da forma direta *o setor agropecuário contribuiu para o aquecimento global*. Vale ressaltar que a forma nominalizada atenua a responsabilidade do setor agropecuário pelo aquecimento, evidenciando certo distanciamento do editorialista em relação a essa informação.

(09) “Bolsonaro pode ou não fundir as pastas. Porém, se afrouxar em demasia as licenças ambientais, mais prejudicará do que promoverá a agricultura moderna epujante. Só ganharão com isso os grileiros, desmatadores e pecuaristas improdutivos— com excessiva influência no Congresso Nacional e em torno do presidente eleito.” (ED3FSP, grifo nosso)

No fragmento (09), *influência* marca o estatuto de informação defendida pelo enunciador, a ideia de que “grileiros, desmatadores e pecuaristas” influenciam as decisões tomadas no Congresso Nacional e pelo presidente. Esse enunciado é tratado como um dado não negociável no plano discursivo, expressando o ponto de vista desse editorialista em relação à influência de certos grupos no Congresso Nacional.

Os atores sociais são incluídos, trata-se *dos grileiros, dos desmatadores e dos pecuaristas*. Tais participantes são identificados por uma genericização (classes gerais), em função de um possível desconhecimento sobre as identidades dos atores.

O quadro 24 mostra a incidência da metáfora gramatical ideacional e de seus respectivos participantes no discurso desse editorial.

Quadro 24- Análise da incidência da metáfora gramatical ideacional e de seus atores sociais no editorial 3 do jornal *Folha de S. Paulo*

A metáfora gramatical ideacional e a representação dos atores sociais	
1. produção = suprimido	9. existência = suprimido
2. preservação = suprimido	10. cessação = incluído
3. redução = incluído	11. conciliação = encoberto
4. execução = suprimido	12. licenciamento = suprimido
5. fusão = encoberto	13. contribuição = incluído
6. declarações = encoberto	14. aquecimento = incluído
7. providência = encoberto	15. influência = incluído
8. reivindicação = incluído	

Fonte: A autora.

Verifica-se que, das quinze nominalizações, seis atores sociais foram incluídos, quatro foram encobertos e cinco foram suprimidos, demonstrando a intenção do enunciador em apresentar ou não tais atores nos eventos discursivos.

A inclusão ocorre com a participação de *Bolsonaro*, ator responsável por fundir ou não os dois ministérios. Essa agentividade, em muitos casos, não é direta, porque a metáfora gramatical “mascara” o potencial e a força de ação desse participante. A inclusão coletiva (genericização/coletivização) é amplamente utilizada em referência aos grupos, às instituições e aos ministérios, marcando, com isso, uma espécie de voz institucional.

No que concerne à exclusão, a metáfora gramatical cumpre dois papéis: a supressão e o encobrimento. A supressão é um processo mais radical, pois o participante não é mencionado em nenhuma parte do texto, restando ao leitor fazer inferências sobre a possível autoria.

O encobrimento, por outro lado, é uma exclusão “camuflada”, visto que é possível recuperar o participante em 2º plano, em outro trecho do texto. Tal estratégia distancia, ainda

que, momentaneamente, o ator do processo. O editorialista utiliza essas estratégias em conformidade com algumas situações: não obviedade total da informação, desconhecimento e não comprometimento com a informação prestada.

Logo, a metáfora gramatical cumpre um papel muito relevante na ocultação dos atores sociais, proporcionando uma visibilidade maior para os significados dos processos materializados nas metáforas. Além desse efeito, a nominalização opera no discurso nesse editorial 3 de duas formas, como elemento coesivo e objetificado, proporcionando: indicação de juízo de valor, com modalidade opinativa, objetificação, com *status* de entidades com diferentes papéis discursivos, não negociação de sentido e ativação do conhecimento compartilhado como se fosse uma entidade discursiva.

Todas as categorias foram contempladas em um único editorial, isso mostra o quão relevante é a utilização das metáforas gramaticais ideacionais nos textos, tornando-os mais densos e complexos lexicalmente. Na próxima seção serão analisados, de modo geral, os outros editoriais da *Folha*.

6.1.1 Folha de S. Paulo - análise geral

Em relação à estrutura do gênero, os editoriais da *Folha*, em sua maioria, são curtos, com 10 a 12 parágrafos, aproximadamente.

Os subtítulos aparecem como elementos obrigatórios, tendo como objetivo principal desdobrar a ideia exposta no título. As introduções dos editoriais trazem os temas e as teses. No desenvolvimento são utilizados recursos argumentativos como exemplificações, citações e comparações, com ênfase na inclusão do interdiscurso para elucidar a problemática. A conclusão é curta em extensão e apresenta, como característica principal, uma volta à problemática, e/ou, então, um apelo às autoridades governamentais. Os editoriais da *Folha*, em relação às variáveis⁸³ (BELTRÃO, 1980), podem ser descritos assim:

1) *morfologia*: os cinco editoriais são *artigos de fundo*, porque assumem uma posição de destaque em uma página destinada à opinião do periódico;

2) *topicalidade*: apenas um texto é *preventivo*, antecipando informações novas que podem alterar o ritmo dos fatos (ED3FSP); quatro são de *ação*, isto é, analisam as causas dos

⁸³ Essas variáveis de Beltrão (1980) são descritas na seção 4.2 *O gênero editorial*, páginas 102-105.

acontecimentos (ED1FSP, ED2FSP, ED4FSP, ED5FSP); e três são de *consequência*, observam as repercussões de um fato;

3) *conteúdo*: nenhum editorial é *ilustrativo*, ou seja, apresenta o fato como referência pedagógica de ensinamento, nenhum é *informativo*, esclarece mais os fatos; e cinco são *normativos*, pois tentam persuadir os leitores (ED1FSP, ED2FSP, ED3FSP, ED4FSP, ED5FSP);

4) *estilo*: cinco textos são *intelectuais*, uma vez que o editorialista prefere apelar pelo convencimento (ED1FSP, ED2FSP, ED3FSP, ED4FSP, ED5FSP); e nenhum é *emocional*, voltado à sensibilidade do leitor;

5) *natureza*: apenas um é *promocional*, ou seja, tenta persuadir o leitor a tomar um posicionamento sobre o fato, de acordo com a linha adotada pelo editorial; dois são *circunstanciais*, surgem de forma eventual, apenas para apreciar alguma situação específica (ED3FSP); e quatro são *polêmicos*, isto é, são doutrinários, com propósito de enfraquecer possíveis adversários, como políticos, por exemplo (ED1FSP, ED2FSP, ED4FSP, ED5FSP).

Dessa forma, os editoriais da *Folha* assumem uma postura de *ação* diante dos fatos, buscando analisar as causas dos acontecimentos. Além disso, são tipicamente *normativos*, porque tentam persuadir os leitores sobre os fatos relatados, por esse motivo, também são *intelectuais*. Acrescenta-se que a natureza de tais editoriais é *polêmica*, ou seja, os textos contestam a atitude de algum participante, com o propósito de enfraquecê-lo diante do leitor.

Constata-se um número expressivo de nominalizações, com incidência de alguns sufixos, os quais foram utilizados em diferentes temas nos editoriais. Essas ocorrências foram listadas na tabela 1, a seguir:

Tabela 1- Nominalizações do jornal *Folha de S. Paulo*

-ção/-são/ -ssão	-ança/-ância/ -ença/-ência	-mento	-agem	-ada/-ado	-ura	-ida/-ido
50	12	5	0	0	0	0
74,6%	17,9%	7,5%	0%	0%	0%	0%

Fonte: A autora.

Esse *corpus* totaliza 2476 palavras, com um total de 67 nominalizações. Entre os sufixos formadores de substantivos com maior incidência, destacam-se: -ção/-são/-ssão, -mento, -ança/-ância/-ença/-ência, com poucas ocorrências de marcação do plural. Segundo

Valério e Oliveira (2011), a utilização de nominalizações no singular torna o discurso mais abstrato. O plural, por sua vez, particulariza um determinado significado, dando a ele uma ideia de concretude. Com isso, o editorialista mantém o seu discurso no nível da abstração, na “coisificação” dos processos. Para ilustrar tais incidências, um trecho de cada editorial foi selecionado, objetivando, com isso, demonstrar os efeitos discursivos das metáforas gramaticais.

No primeiro editorial é discutido o 2º turno das eleições presidenciais no Brasil, opondo duas candidaturas bastante diversificadas: de um lado, *Fernando Haddad* (PT), de outro, *Jair Bolsonaro* (PSL). No excerto (10) a seguir, o enunciador aponta a distribuição de votos do eleitorado, segundo pesquisas do *Datafolha*.

Quem é quem

Na primeira pesquisa sobre o 2º turno, Datafolha mostra Bolsonaro em liderança (a) folgada; Haddad terá dificuldade em convencer que não mais é Lula

Com a avalanche de votos conquistados na reta final do primeiro turno, era esperado que Jair Bolsonaro (PSL) aparecesse à frente de Fernando Haddad (PT) na primeira pesquisa sobre a rodada final da disputa pelo Palácio do Planalto.

Conforme o Datafolha, o capitão reformado conta com a preferência de 49% dos entrevistados, e o petista, com a de 36%. Desconsiderando as intenções de voto em branco ou nulo, tem-se a ampla vantagem de 58% a 42% em favor do primeiro - a maior medida a esta altura desde o pleito de 2002.

(10) A movimentação do eleitorado não chega a surpreender. Dos que dizem ter votado no terceiro colocado, *Ciro Gomes* (PDT), 58% escolhem Haddad agora, e 19%, Bolsonaro. Entre os que preferiram o tucano *Geraldo Alckmin*, a distribuição, mais equilibrada, é de 42% para o presidenciável do PSL, 30% para o petista e 17% em branco ou nulo.

Desde o restabelecimento das eleições diretas para presidente, em 1989, o primeiro colocado no primeiro turno venceu também o segundo (quando houve). Em 2014, *Dilma Rousseff* (PT) e *Aécio Neves* (PSDB) começaram a rodada final empatados no Datafolha (49% a 51%), e a então presidente obteve a reeleição por margem estreita.

A tarefa de Haddad se afigura das mais difíceis. O candidato e o partido se veem

diante da escolha entre um discurso mais moderado, em busca de apoios ao centro ideológico, e a reafirmação de teses caras a seu eleitorado mais fiel.

Há pouco tempo para uma revisão programática que seja ao mesmo tempo ampla e crível. As boas práticas econômicas abraçadas no primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva, infelizmente, não levaram a uma oxigenação do pensamento petista, como se viu na desastrosa gestão de Dilma Rousseff.

Depois do impeachment, a legenda regrediu a um radicalismo de fachada, com acusações de golpe e oposição cega a reformas inescapáveis — e a farsa de lançar seu líder, inelegível, à Presidência. Não será simples, agora, vender a ideia de que Haddad não mais é Lula.

Bolsonaro certamente será alvo de críticas de intensidade inédita nesta campanha. Há muito a explorar, sem dúvida, em seu triste repertório de declarações favoráveis à ditadura e manifestações grosseiras de machismo e homofobia.

Dada a liderança (b) na corrida, ele tem menos motivos para inflexões retóricas. Parece provável que se concentre no antipetismo - que tem levado além dos limites da civilidade - e procure se mostrar menos militarista e mais tolerante em questões comportamentais.

É pouco para que se avalie um postulante sem identidade partidária e experiência no Executivo. Urge que Bolsonaro e seu assessor econômico, Paulo Guedes, se submetam, tanto quanto possível, a mais debates e entrevistas.

(ED1FSP, 11/10/2018, grifos nossos).

Nessa situação, o empacotamento da nominalização *movimentação* traz o participante “do eleitorado” como parte do sintagma nominal, funcionando como pós-modificador. Para compreender o próprio processo metafórico e possível participante, é necessário desempacotar a nominalização, o que é demonstrado no exemplo a seguir:

(11) “A movimentação do eleitorado [...]” (ED4FSP, grifo nosso)

(11a) “O eleitorado movimentou-se [...]” (Grifo nosso)

No trecho (11), a presença da nominalização em posição de Tema já mostra que o enunciador quis dar ênfase ao processo e, ao mesmo tempo, retirar o peso da ação do ator verbal, incluído por genericização (classes de atores sociais).

A alteração de posicionamento do ator verbal mostra uma intenção argumentativa do editorialista em relação ao enunciado, pois, no exemplo (11a), o processo verbal material *movimentou* revela que alguém praticou esse ato de forma mais clara, isto é, foi ator da ação de *movimentar*.

Na motivação textual, entende-se que *movimentação* tem função catafórica, referindo-se à porcentagem de eleitores votantes em um determinado candidato. Essa nominalização desempenha um papel semântico-textual marcado pela referência ao enunciado e ao próprio conteúdo.

Distribuição é proveniente do processo material *distribuir*, ou seja, um processo do *fazer* que não recupera nenhum enunciado anterior, mas compartilha a informação presente na memória discursiva do leitor. Por intermédio dessa nominalização, o enunciador encobriu o ator social *eleitorado*, recuperável em outra parte do texto.

As duas nominalizações apresentam estatuto de *entidades*, isto é, as ocorrências perdem o caráter pontual para se tornarem fenômenos constantes, como se fossem objetificações do discurso.

O editorial 2, intitulado *Constituição acima de todos*, traz como foco e como alvo principal a vitória de Jair Bolsonaro à presidência da República. Por esse motivo, tudo que é exposto no editorial é endereçado a ele, inclusive o trecho de que o *candidato não respeita as minorias* e, conseqüentemente, não estaria apto para governar o país. Observam-se algumas metáforas gramaticais no fragmento (12) a seguir:

Constituição acima de todos

Jair Bolsonaro precisa mostrar-se à altura do mandato recebido

Jair Bolsonaro ganhou nas urnas o direito de usar a faixa presidencial. A maioria dos eleitores expressou sua vontade de encerrar o ciclo de disputas entre PT e PSDB e iniciar um novo capítulo de alternância de poder.

Pela primeira vez desde a redemocratização, a direita mais nítida e enraizada que se faz possível neste país de profundas contradições chega de forma legítima ao Palácio do

Planalto.

Em seus discursos da vitória, o capitão reformado amainou a retórica agressiva que vinha empregando, dirigiu-se genericamente a “todos os brasileiros” e fez o devido elogio à Constituição, à democracia e às liberdades.

(12) Reconheça-se o gesto, mas sem deixar de apontar que, durante 27 anos como deputado e ao longo desta eleição, Bolsonaro deu inúmeros sinais de que ignora rudimentos da convivência democrática, como o respeito às instituições de Estado, a proteção das minorias e a transigência com diferentes pontos de vista.

Também demonstrou desconhecer o papel da imprensa livre nas sociedades modernas. Inconformado com uma reportagem, entrou com ação contra três profissionais deste jornal. Por meio de advogados, sugere que a **Folha** (grifo do autor) o transformou em alvo e agiu com o propósito de prejudicar sua candidatura.

Na melhor das hipóteses, confunde jornalismo independente e crítico com atuação partidária. Na pior, pretende intimidar não só esta empresa, obcecada pelo pluralismo e pelo apartidarismo, mas todos os veículos que se recusem a lhe prestar continência.

Nada há de errado em vociferar contra a imprensa. Todos os antecessores do presidente eleito vituperaram esta **Folha** (grifo do autor) — e essa tensão só não teria existido se o jornal tivesse sido menos inquisitivo do que deveria.

Mas subsiste uma distância entre o governante que manifesta seu incômodo e aquele que deseja eliminar opositores e silenciar críticos; entre o governante preparado para chefiar uma nação democrática e aquele que não se adapta ao contraditório, ao escrutínio público e à livre circulação de ideias.

Esta **Folha** (grifo do autor) ficará onde sempre esteve, confiante na Constituição de 1988, na força da democracia brasileira e na construção de um país melhor para todos.

Já Bolsonaro precisará assimilar as lições que nunca aprendeu e mostrar-se à altura do mandato recebido. Que faça um bom governo.

(ED2FSP, 29/10/ 2018, grifos nossos)

Os itens nominalizados *convivência*, *proteção* e *transigência*, no trecho (12), conferem ao texto algumas funcionalidades, a saber: o sintagma nominal *convivência democrática* aponta para algumas exemplificações necessárias para esse exercício, como “*o respeito às instituições de Estado, a proteção das minorias e a transigência com diferentes pontos de vista*”. Essa *convivência*, além de ser um item objetificado, também expõe a informação como

entidade, pois essa ideia passa a fazer parte da memória textual do leitor, como algo fundamental para a convivência em sociedade.

Os itens lexicais *convivência*, *proteção* e *transigência* representam no texto um fenômeno esperado, sem ocorrência de evento marcado no tempo, uma vez que a convivência humana é necessária em qualquer situação, assim como a proteção das minorias e a transigência com diferentes posicionamentos.

Em relação aos atores sociais, entende-se que *Bolsonaro* é o participante direto que ignora a convivência democrática e também não tem interesse em proteger as minorias e ser transigente com diferentes pontos de vista. Nota-se também, indiretamente, a inserção do pós-modificador “das minorias” como ator social encoberto, uma vez que não está expresso quais pessoas estariam incluídas nesse grupo.

O editorial quarto discorre sobre a *Escola sem Partido* com uma visão bastante crítica sobre o movimento. Observem as funcionalidades das nominalizações no fragmento (13) a seguir:

Escola sem sentido

Movimento que busca vedar doutrinação (a) em sala de aula parte de uma preocupação justificável

Reforçada pela vitória de Jair Bolsonaro (PSL) na eleição presidencial, a pauta conservadora do Congresso ainda carece de um debate menos contaminado por revanchismo ideológico. Um exemplo imediato é o do projeto conhecido como Escola Sem Partido.

A iniciativa visa aprovar no Congresso legislação vedando a professores fazer doutrinação (b) político-partidária em sala de aula, induzir alunos a participar de manifestações políticas e promover a mal denominada ideologia de gênero.

O texto parece fadado a terminar na Justiça. Antes disso, pode deixar cicatrizes nas relações de confiança que devem reunir docentes, pais e alunos na tarefa comum: prover crianças e jovens com conteúdos e habilidades para navegar no mundo do conhecimento, do trabalho e do debate democrático, sempre por meio de negociação racional.

Introduzir a censura é a pior maneira de perseguir tal objetivo.

Não se nega que exista o problema da pregação ideológica, no mais das vezes de

orientação esquerdista, a distorcer o conteúdo das disciplinas. Tais excessos, mais comuns na área de humanidades, devem merecer discussões entre pais e gestores do ensino. Por difícil que seja uma solução pelo diálogo, pior será a via autoritária.

Proibir que professores empreguem a palavra “gênero”, por exemplo, ultrapassa os limites do ridículo. Estimular a denúncia de docentes que reclamem de Bolsonaro, como fez uma deputada estadual eleita em Santa Catarina, pode desencadear uma caça às bruxas que arrisca conflagrar os estabelecimentos de ensino.

Mais que equivocado, o impulso repressor se prova contraditório. Em nome de um suposto pluralismo, quer-se privilegiar uma visão de mundo maniqueísta. Não parece ser outra a motivação da proposta de banir a educação sexual ou de balizá-la com códigos morais de séculos passados.

Consiste em equívoco submeter conteúdos ministrados ou impressos ao que esteja de acordo com convicções trazidas de casa, ou pretender que valores de ordem familiar tenham precedência na educação moral, sexual e religiosa.

(13) Corre-se o risco, no limite, de que em breve se exija a equiparação de ensinamentos bíblicos com descobertas da ciência, como no caso da evolução das espécies.

O Supremo Tribunal Federal já proferiu decisões liminares suspendendo leis estaduais e municipais desse teor, sinal claro de que deverá derrubar iniciativas que pretendam excluir da vista de meninas e meninos explicações relevantes sobre a realidade do mundo. Sem elas, a própria noção de escola deixa de fazer sentido.

(ED4FSP, 06/11/2018, grifos nossos)

Os itens lexicais *equiparação* e *evolução* conferem ao texto uma noção atemporal, sem efeito pontual de ocorrência. Esses itens objetificados assumem no discurso uma posição mais assertiva sobre os fatos a que se faz referência (equiparar, ensinar e evoluir).

Em relação aos atores sociais, identifica-se que o ator de *equiparação*, embora não esteja explícito, é deduzível que sejam os defensores da Escola sem Partido, responsáveis pela equiparação de ensinamentos bíblicos a descobertas da ciência. Por outro lado, a nominalização *evolução* já traz o ator social incluído explicitamente, trata-se do pós-modificador “das espécies”.

O quinto editorial enfatiza a questão da Escola sem Partido, reconhecendo que o movimento é nocivo, em função da censura, marca própria de governos ditatoriais e contrários aos governos democráticos, que possibilitam livre expressão.

Escola com evidências

Parlamentares não podem se dar ao luxo de gastar tempo com debates que não se amparam em estudos e comparações (a) internacionais

Em boa hora, remeteu-se à gaveta o projeto de lei conhecido como Escola sem Partido, do qual se ocupava uma comissão especial da Câmara dos Deputados. Debatido desde 2014, o texto não obteve o apoio necessário para ser votado ainda neste ano.

Baseada na percepção de que professores, nos diferentes níveis de ensino, despejam em seus alunos propaganda partidária e teses de esquerda, a proposta quer limitar as possibilidades de tratar de política em sala de aula.

No mesmo pacote restritivo se inclui a educação sexual, encarada como um assunto familiar que, portanto, deve ficar fora da escola.

De objetivos mais amplos que o projeto, o movimento Escola sem Partido convida os alunos a gravar exposições e denunciar docentes.

Tal agenda parte de uma preocupação justificável — não são poucos os pais que já observaram excessos ideológicos nos conteúdos apresentados aos filhos. Entretanto não se conhece a dimensão do problema e, pior, (14) o enfrentamento proposto tende a gerar o efeito muito mais nocivo da censura.

Ainda que momentânea, a paralisação do debate na Câmara representa uma perda simbólica para o próximo governo. O projeto, como se sabe, tem o apoio do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

Em um breve trecho sobre educação no seu plano de campanha, o então candidato criticava a doutrinação nas escolas e se opunha à “sexualização precoce”.

Não há, na literatura científica, base para a proibição de debates específicos em sala de aula. Na contramão, encontram-se fartas evidências de que educação sexual no ambiente escolar ajuda a prevenir episódios de abuso, a transmissão de doenças e a gravidez precoce.

Esta última constitui uma das principais causas de evasão escolar entre meninas no

Brasil —1 em cada 5 nascidos no país é filho de adolescente. Não por acaso, a Organização Mundial de Saúde recomenda educação sexual nas escolas a partir dos 12 anos.

O ensino brasileiro se ressentir de deficiências mais documentadas e urgentes. Só 8% dos estabelecimentos públicos contam com algum tipo de laboratório de ciências; 31% delas têm bibliotecas; 49% têm internet de banda larga. As sem banheiro representam 18% do total.

Os próprios cacoetes esquerdistas compõem apenas uma parcela da má formação dos professores, que demanda providências de longo prazo. Enquanto isso, parlamentares e gestores não podem se dar ao luxo de gastar tempo com debates que não se amparam em estudos e comparações (b) internacionais.

(ED5FSP, 16/12/ 2018, grifos nossos)

No exemplo em questão, *enfrentamento* funciona como um elemento coesivo, pois ele retoma anaforicamente a ideia expressa anteriormente, justamente a de que os alunos *gravem as aulas e denunciem os docentes* que não se enquadram no modelo da *Escola sem Partido*.

Além de recurso coesivo, esse item nominalizado expõe uma indicação de modalidade opinativa, uma vez que o editorialista prevê o *enfrentamento* como algo negativo, com efeitos mais nocivos.

A nominalização camuflou/encobriu o ator social, trata-se do termo *Escola sem Partido*, recuperado em outra parte do texto. Quando isso ocorre, diz-se que a exclusão foi realizada por encobrimento.

O quadro 25 apresenta uma síntese dos efeitos discursivos dos editoriais da *Folha*.

Quadro 25- Categorização dos efeitos discursivos das nominalizações dos editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*

Categorização como elemento coesivo	Categorização como objetificação
Modalidade	Modalidade
Ato de fala	Apagamento do ator social
Operação cognitiva (referenciação)	Não negociação do sentido
	Compartilhamento do conhecimento/da memória discursiva

Fonte: Adaptado de Schlee (2018, p.171).

O quadro expõe os principais efeitos discursivos encontrados nos editoriais da *Folha*. Cada efeito reforça a argumentação do jornal, possibilitando uma tomada de posição mais alinhada a algum discurso de A ou B.

Nas categorizações, esses efeitos podem indicar modalidade opinativa, com marcação do juízo de valor do enunciador; demarcação do ato de fala, ou até mesmo a inclusão da citação de outrem para embasar a argumentação; encapsulamento de informações, evitando repetições; transformação do discurso em uma informação não negociável, menos passível de questionamentos; supressão ou encobrimento dos participantes e, por fim, compartilhamento da memória discursiva dos leitores.

Dentre todas as estratégias, a exclusão do ator social foi amplamente utilizada pelo enunciador, seja para encobrir, seja para suprimir o ator. Essas representações serão demonstradas na tabela 2 a seguir:

Tabela 2- Análise da incidência dos atores sociais nos editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*

Sufixo da metáfora gramatical ideacional por meio de nominalizações	Representação do ator social (inclusão ou exclusão =“encobrimento” e “supressão”)	%
-ção/-são/-ssão (50)	Inclusão = 24 Encoberto = 19 Suprimido = 07	Inclusão = 48,0% Encoberto = 38,0% Suprimido = 14,0%
-ança/-ância/-ença/-ência (12)	Inclusão = 08 Encoberto = 03 Suprimido = 01	Inclusão = 66,7% Encoberto = 25,0% Suprimido = 8,3%
-mento (05)	Inclusão = 02 Encoberto = 01 Suprimido = 02	Inclusão = 40,0% Encoberto = 20,0% Suprimido = 40,0%
Total (67)	Inclusão = 34 Encoberto = 23 Suprimido = 10 Exclusão no total = 33	Inclusão = 50,7% Encoberto = 34,3% Suprimido = 14,9% Exclusão no total = 49,3%

Fonte: A autora.

Dentre todas as estratégias, a metáfora gramatical é um importante recurso para excluir os atores sociais. Essa exclusão pode ser por supressão, em que o participante não deixa pistas no discurso, ou por encobrimento, em que o ator está camuflado, em segundo plano. As duas formas de exclusão somam 49,3% de incidência contra 50,7% de inclusão do

participante. Tais dados mostram um equilíbrio entre inserir ou não o participante como ator ativo do processo.

A inclusão do participante, na maioria das vezes, ocorreu com o auxílio do pós-modificador “de” após a nominalização, como “as afirmações *de Nunes*”, por exemplo, ou então, com a inserção de atores em uma espécie de coletividade, como o *governo*.

Destaca-se que as metáforas gramaticais, em relação ao conteúdo, na maioria das ocorrências, apresentam uma ligação com os itens lexicais expressos/ditos anteriormente. Diz-se, então, que essas nominalizações são referentes ao enunciado (AZEREDO, 1999). Tais itens nominalizados são conceitualmente motivados, pois a relação é apenas semântica, com a significação expressa e algumas avaliações do enunciador.

6.2 *Jornal do Brasil*

O editorial 2, do *Jornal do Brasil*, intitulado *A ditadura do pluripartidarismo*, do dia 28/08/2018, tem como temática as decorrências da possível diminuição do número de partidos no Congresso. Esse contexto da eleição presidencial do Brasil está enquadrado na variável *campo*.

A partir desse editorial será feita a análise da Configuração Contextual e da Estrutura Potencial do Gênero de Hasan (1989), e do atributo *impessoalidade* e das variáveis internas do texto, de Beltrão (1980).

A ditadura do pluripartidarismo

Não tem faltado a voz de candidatos à sucessão do presidente Temer insinuando, quando mesmo não declaram claramente, que o modelo do pluri ou multipartidarismo esgotou-se no tempo; e que se tornou a evidência de que o Brasil precisa encorajar-se para aperfeiçoá-lo. Ao elaborarem tal afirmação, num momento em que a preocupação geral é levar agrados aos ouvidos do eleitor, eles devem saber, no íntimo, que a empresa reformista que estão recomendando certamente haverá de conflitar com os próprios interesses do governo que gostariam de chefiar. Portanto, quem ganhar a corrida seria forçado a deixar as coisas como estão. A razão é simples, fartamente demonstrada: o presidente da República enfraquece-se no Congresso, quando são poucos os partidos, e deles torna-se permanente

refém; em contrapartida, tem poderes para a coabitação com as bancadas, quando as legendas são numerosas. Se em grande número, elas são fracas e acessíveis aos acenos do palácio. Passa a reinar, então, uma congruência de interesses.

As bancadas, quando se fragmentam no Congresso, podem prestar serviço ao governante, desafogando-o de situações complicadas, ao peso das reciprocidades. É um dado mais que suficiente para pôr em dúvida o propósito, em época eleitoral, de enxugar a estrutura partidária vigente. Teme-se, portanto, que a redução do número dessas legendas, que hoje sobem a 35, continue dependendo de qualquer segmento, menos do Executivo, que tem tirado bons proveitos dessa fragmentação, poderosa, no seu conjunto, exatamente por reunir os fracos. Tudo concorrendo para consolidar relações muitas vezes promíscuas entre os poderes. Valeria lembrar o antecedente: casos houve, recentemente, em que as composições que levaram à formação das chapas de candidatos à Presidência foram uma espécie de avant-première dos acertos duradouros que viriam depois, no amontoado de siglas.

São, portanto, os estudiosos dessa matéria, os pensadores políticos, as representações sociais que já perceberam deformações do pluripartidarismo, que podem patrocinar a nova leitura de um sistema que caducou, e vem arrastando consigo defeitos que comprometem a legitimidade da representação parlamentar. Renova-se a suspeita: não se pode esperar uma evolução de tal vulto do presidente da República, mesmo que ele condene, sincera intimamente, esse pluripartidarismo vicioso, pois fatalmente será cliente da deformação que lhe pode ser útil.

Filosoficamente, considera-se que a democracia pode se dar bem com organização política marcada pela existência de numerosos partidos, numa pluralidade que, em tese, permite expressão e espaço para as mais diversas correntes do pensamento político. Mas parece prevalecer aquilo que ensina o professor Alaor Barbosa, antigo assessor legislativo do Senado: “Um dos inconvenientes é a necessidade que exsurge desse sistema, de coligações entre partidos, a fim de que o governo se constitua forte e eficiente; coligação difícil, dada a heterogeneidade dos partidos”. Há outra razão, ele vai buscar em Max Weber, para citar um problema encontrado no Brasil. Chama de patronagem o que, há mais de duas décadas, se habituou aqui, o fisiologismo. Sem meias palavras em relação ao que o pluripartidarismo oferece, na linha das inconveniências: os partidos vendem seu apoio ao governo, e o governo compra esse apoio.

Se o processo eleitoral em curso oferece dúvidas sobre a proposta de enxugamento

da organização partidária, nem por isso o tema mereça cair no ostracismo. Depois de fechadas as urnas, ele deve ser retomado, a começar pela cobrança ao novo presidente, se ele andou prometendo disposição para enfrentar o problema.

(ED2JB, grifos nossos)

No editorial 2, entre os estágios *obrigatórios* constam o tema e a tese, a argumentação e a conclusão; entre os *opcionais*, o subtítulo; e, por fim, entre os *recursivos* ou *iterativos*, a retomada do tema na conclusão (HASAN, 1989). O quadro 26 denota os *passos* e os *movimentos* desse gênero.

Quadro 26- EPG do editorial do *Jornal do Brasil*

Movimentos e passos	Exemplos
Movimento 1: apresentação do tema (assunto) e da tese (opinião).	(15) “ <i>Não tem faltado a voz de candidatos à sucessão do presidente Temer insinuando, quando mesmo não declaram claramente, que o modelo do pluri ou multipartidarismo esgotou-se no tempo; e que se tornou a evidência de que o Brasil precisa encorajar-se para aperfeiçoá-lo (tema).</i> ”
<p>Passo 1: contextualização do tema, com a crítica de candidatos à sucessão presidencial ao pluripartidarismo;</p> <p>Passo 2: exposição da tese, com o conflito entre as críticas ao pluripartidarismo de candidatos à sucessão e as vantagens desse modelo para governantes. Desdobramento da tese por meio de explicações.</p>	<p><i>Ao elaborarem tal afirmação, num momento em que a preocupação geral é levar agrados aos ouvidos do eleitor, eles devem saber, no íntimo, que a empresa reformista que estão recomendando certamente haverá de conflitar com os próprios interesses do governo que gostariam de chefiar. (tese) Portanto, quem ganhar a corrida seria forçado a deixar as coisas como estão.</i></p> <p><i>A razão é simples, fartamente demonstrada: o presidente da República enfraquece-se no Congresso, quando são poucos os partidos, e deles torna-se permanente refém; em contrapartida, tem poderes para a coabitação com as bancadas, quando as legendas são numerosas. Se em grande número, elas são fracas e acessíveis aos acenos do palácio. Passa a reinar, então, uma congruência de interesses.”</i></p>
Movimento 2: argumentação da tese exposta na introdução.	Argumento 1: destacar que o executivo tem tirado bom proveito da fragmentação das legendas. Isso consolida relações promíscuas;

<p>Passo 1: apresentação de argumentos que confirmam a tese.</p>	<p>Argumento 2: <i>apresentar argumentos de estudiosos dessa matéria, os pensadores políticos, as representações sociais que já perceberam deformações do pluripartidarismo, em especial do professor Alaor, antigo assessor legislativo do Senado, que faz duras críticas sobre o pluripartidarismo, como a heterogeneidade dos partidos, a patronagem e a troca de favores entre os partidos e o presidente.</i></p>
<p>Movimento 3: reafirmação do tema/problematização.</p>	<p><i>“Se o processo eleitoral em curso oferece dúvidas sobre a proposta de enxugamento da organização partidária, nem por isso o tema merece cair no ostracismo.”</i> (reafirmação do tema).</p>
<p>Passo 1: reafirmar o tema;</p> <p>Passo 2: problematizar.</p>	<p><i>“Depois de fechadas as urnas, ele deve ser retomado, a começar pela cobrança ao novo presidente, se ele andou prometendo disposição para enfrentar o problema.”</i> (problematização).</p> <p style="text-align: right;">(ED2JB, grifos nossos)</p>

Fonte: A autora.

Após a análise do quadro, constata-se o *movimento 1* corresponde à apresentação do tema/tese; o *movimento 2*, à argumentação sobre o tema; e o *movimento 3*, à reafirmação da tese e à proposta de encaminhamento.

No *movimento 1*, o enunciador expõe como tema a questão da diminuição do número de partidos nas casas legislativas do país. O editorialista retrata o seguinte conflito: candidatos à presidência defendem a redução de partidos para agradar os eleitores, mas, quando assumem, acabam se beneficiando desse modelo pluripartidário e não levam adiante qualquer tipo de reforma.

O *movimento 2* aponta apenas um passo *obrigatório*: argumentar sobre o fato veiculado na mídia jornalística, com algumas estratégias, a saber: 1) executivo tem tirado bom proveito da fragmentação das legendas; 2) citações (indireta e direta): estudiosos da matéria, os pensadores políticos, as representações sociais já perceberam deformações do pluripartidarismo e o discurso do professor Alaor, antigo assessor legislativo do Senado, crítico do pluripartidarismo, em função da heterogeneidade partidária, da patronagem e da troca de favores entre os partidos e o presidente.

Já o *movimento 3* ocorre por meio de dois passos, um *recursivo* e outro *opcional* com a retomada do tema e a proposta de solução (discutir a questão após a eleição), respectivamente. O enunciador afirma que a proposta de enxugamento da organização partidária não merece cair no ostracismo, e propõe a retomada do debate após a eleição para pôr em prática a redução de partidos no Congresso.

O gênero editorial expõe *passos* e *movimentos* provenientes da Configuração Contextual (CC), com a representação das variáveis: *campo*, *relações* e *modo*. No próximo quadro serão destacados esses elementos:

Quadro 27- Configuração Contextual do editorial *A ditadura do pluripartidarismo*

<i>Campo</i>
<i>Natureza da atividade social:</i> exibir a opinião do corpo editorial. <i>Domínio da experiência:</i> retratar o discurso midiático sobre o pluripartidarismo no Congresso, no editorial 2, do dia 28/08/2018. <i>Objetivo:</i> informar e persuadir o leitor sobre esse assunto.
<i>Relações</i>
<i>Papéis sociais dos participantes:</i> editorialistas e leitores. <i>Papéis institucionais:</i> corpo editorial do <i>Jornal do Brasil</i> e leitores. <i>Distância social:</i> máxima.
<i>Modo</i>
<i>Canal:</i> gráfico. <i>Papel da linguagem:</i> informativo e persuasivo. <i>Meio:</i> escrito.

Fonte: A autora, adaptado de Fuzer & Cabral (2014).

O *campo* é a questão do pluripartidarismo no Congresso e a visão dos candidatos à sucessão do presidente Temer sobre o assunto. Essa visão próxima do pluripartidarismo, na constituição de uma corte, é um modelo adotado no Brasil e em outros lugares do mundo. Na visão do enunciador, esse modelo atende a muitos interesses, e por isso ainda perdura no Brasil. As *relações* são estabelecidas entre editorialistas e leitores (papéis sociais) e entre corpo editorial e leitores (papéis institucionais), com uma distância máxima, em função da característica do gênero. O *modo*, por sua vez, relaciona-se à organização da oração. No caso do editorial, o canal é gráfico, a linguagem é informativa/persuasiva e o meio é escrito.

O editorial 2 destaca os quatro atributos de especificação do gênero: *impessoalidade*, *topicalidade*, *condensalidade* e *plasticidade* (BELTRÃO, 1980)⁸⁴, mas dentre tais especificações, a *impessoalidade* é, sem dúvida, prioritária para este estudo, em decorrência da metáfora gramatical. Nota-se tal característica nos exemplos a seguir:

(16) “Teme-se, portanto, que a redução do número dessas legendas, que hoje sobem a 35, continue dependendo de qualquer segmento, menos do Executivo, que tem tirado bons proveitos dessa fragmentação, poderosa, no seu conjunto, exatamente por reunir os fracos.” (ED2JB, grifos nossos)

(17) “Filosoficamente, considera-se que a democracia pode se dar bem com organização política marcada pela existência de numerosos partidos [...]” (ED2JB, grifos nossos)

Os enunciados demonstram a não aproximação do enunciador com o fato apresentado. As metáforas gramaticais ideacionais parecem reforçar esse distanciamento por criarem objetos de discurso que se alimentam da memória discursiva dos leitores como fato já de seu conhecimento, funcionando, assim, como estratégia argumentativa. As nominalizações *redução*, *fragmentação*, *organização* e *existência* pressupõem imagens de entidades discursivas compartilhadas com leitores.

As construções na voz passiva sintética *teme-se*, *renova-se*⁸⁵ e *considera-se* fortalecem essa impessoalidade nos enunciados. Por meio dessas construções, o editorialista promove o apagamento do experienciador dos processos mentais “temer”, “renovar” e “considerar”, deixando evidente seu interesse em dar destaque nos processos em si. Vale destacar que, nas construções com os processos *renovar* e *considerar*, há a possibilidade de inclusão do próprio editorialista entre os que renovam e consideram, ainda que de forma distanciada.

Esse editorial, ainda, em relação às variáveis tipológicas de Beltrão (1980), pode ser descrito assim:

⁸⁴ Esses atributos de especificação do gênero de Beltrão (1980) são conceituados nas páginas 102-105, na seção 4.2 *O gênero editorial*.

⁸⁵ “Renova-se” está presente no 3º parágrafo.

- 1) *morfologia* (artigo de fundo): pretende figurar em seção destinada às opiniões dos leitores, em uma posição de destaque;
- 2) *topicalidade* (preventivo): procura antecipar os efeitos de uma possível redução de partidos no Congresso;
- 3) *conteúdo* (normativo): tenta expor o conflito entre as críticas ao pluripartidarismo de candidatos à sucessão e, paradoxalmente, as vantagens desse modelo para governantes;
- 4) *estilo* (intelectual): busca convencer o leitor sobre o modelo de congresso composto por muitos partidos ser muito arriscado, pois favorece a troca de favores entre o presidente e o Congresso;
- 5) *natureza* (promocional): busca levar o enunciatório a tomar uma atitude, perceptível no último parágrafo do texto.

Os trechos a seguir analisam algumas metáforas gramaticais que contribuíram para o processo de construção da argumentação.

(18) “Não tem faltado a voz de candidatos à sucessão do presidente Temer insinuando, quando mesmo não declaram claramente, que o modelo do pluri ou multipartidarismo esgotou-se no tempo; e que se tornou a evidência de que o Brasil precisa encorajar-se para aperfeiçoá-lo. Ao elaborarem tal afirmação, num momento em que a preocupação geral é levar agrados aos ouvidos do eleitor, eles devem saber, no íntimo, que a empresa reformista que estão recomendando certamente haverá de conflitar com os próprios interesses do governo que gostariam de chefiar.” (ED2JB, grifos nossos)

O editorialista utiliza a metáfora gramatical *sucessão* como item objetificado, compartilhando com o leitor a ideia de que os candidatos ao cargo de presidente da República são contrários ao modelo do pluripartidarismo.

O enunciador emprega a nominalização *afirmação* para encapsular a informação exibida anteriormente “*o modelo do pluri ou multipartidarismo esgotou-se no tempo; e que se tornou a evidência de que o Brasil precisa encorajar-se para aperfeiçoá-lo*”, funcionando, assim, como recurso coesivo, responsável pela progressão temática do editorial. Além disso, o emprego da metáfora gramatical “*afirmação*”, pela carga semântica do processo verbal

afirmar, parece comprovar o caráter de verdade da mensagem de que candidatos à *sucessão* do presidente Temer insinuam e até declaram que o pluripartidarismo se esgotou com o tempo.

As nominalizações *sucessão*, *afirmação* e *preocupação* encobriram o ator social *candidatos* em 2º plano, visto que não é possível identificar quem seriam essas pessoas concorrentes ao pleito. Com esses encobrimentos, o enunciador deixa a cargo dos leitores as possíveis inferências sobre quem seriam esses atores.

(19) “Portanto, quem ganhar a corrida seria forçado a deixar as coisas como estão. A razão é simples, fartamente demonstrada: o presidente da República enfraquece-se no Congresso, quando são poucos os partidos, e deles torna-se permanente refém; em contrapartida, tem poderes para a coabitação com as bancadas, quando as legendas são numerosas. Se em grande número, elas são fracas e acessíveis aos acenos do palácio. Passa a reinar, então, uma congruência de interesses.” (ED2JB, grifos nossos)

A nominalização *coabitação* apresenta referência ao enunciado e é conceitualmente motivada, pois estabelece uma relação semântica, com a ideia do pluripartidarismo e da eleição. No plano discursivo, a nominalização deixa evidente que o ato de coabitar com outras bancadas, na verdade, é uma situação recorrente no sistema pluripartidário. A “coabitação” com outras bancadas é reconhecida, assim, como entidade, marcando o fenômeno como se fosse constante.

O ator social, por sua vez, foi incluído, trata-se do presidente da República, mas não claramente explicitado, uma vez que essa prática é comum aos presidentes, de modo geral. Esse participante é o responsável em potencial pela possível coabitação com as bancadas.

(20) “Teme-se, portanto, que a redução do número dessas legendas, que hoje sobem a 35, continue dependendo de qualquer segmento, menos do Executivo, que tem tirado bons proveitos dessa fragmentação, poderosa, no seu conjunto, exatamente por reunir os fracos.” (ED2JB, grifos nossos)

Redução também opera como um encapsulador anafórico, retomando termos ditos anteriormente “enxugar a estrutura partidária vigente”. Igualmente, *fragmentação* funciona como recurso coesivo da informação prestada no 2º parágrafo “as bancadas quando se

fragmentam no Congresso, podem prestar serviço ao governante [...]”. Tal coesão é bastante utilizada como resgate de informações, encapsulando-as em um termo apenas e mantendo o nível de condensalidade característico.

No nível semântico, a nominalização veicula um conteúdo pressuposto ao que já foi dito em outros discursos. *Redução* e *fragmentação* são provenientes de processos materiais, ou seja, relacionados ao saber fazer. Enquanto *redução* não apresenta ator social, *fragmentação* destaca o *Executivo* como um ator incluído por coletivização (entidade formada por um grupo de pessoas).

Essas metáforas gramaticais moldam o discurso no plano da enunciação, transformando ações em entidades, o que ocorre de modo constante.

(21) “Tudo concorrendo para consolidar relações muitas vezes promíscuas entre os poderes. Valeria lembrar o antecedente: casos houve, recentemente, em que as composições que levaram à formação das chapas de candidatos à Presidência foram uma espécie de avant-première dos acertos duradouros que viriam depois, no amontoado de siglas.” (ED2JB, grifos nossos)

As metáforas gramaticais *composições* e *formação* conferem ao texto um *status* de entidade, porque discursivamente perdem o caráter pontual de ocorrência, transformando-se em um fenômeno constante e duradouro.

Em relação aos atores sociais, nota-se que o editorialista optou pela exclusão por encobrimento, pois não é possível apontar em *formação* e *composições* quem são os atores.

Esse tipo de exclusão é utilizado quando não se quer e/ou não se sabe quem são os participantes envolvidos no assunto, em uma posição de (não) comprometimento diante da exposição ou não desses atores.

(22) “São, portanto, os estudiosos dessa matéria, os pensadores políticos, as representações sociais que já perceberam deformações do pluripartidarismo, que podem patrocinar a nova leitura de um sistema que caducou, e vem arrastando consigo defeitos que comprometem a legitimidade da representação parlamentar. Renova-se a suspeita: não se pode esperar uma evolução de tal vulto do presidente da República, mesmo que ele condene, sincera intimamente, esse pluripartidarismo vicioso, pois fatalmente será cliente da deformação que lhe pode ser útil.” (ED2JB, grifos nossos)

As metáforas gramaticais *deformações*, *evolução* e *deformação* têm similaridades, dado que todas são conceitualmente motivadas (semânticas) e dispõem de uma marcação avaliativa, indicativa de modalidade, pois explicitam a opinião do enunciador sobre o pluripartidarismo e sobre o que representaria uma atitude do presidente contra esse modelo. Enfatiza-se, assim, que a opção pelo termo “evolução”, de carga semântica positiva, indica que o editorialista considera o pluripartidarismo um problema para o país. Essas metáforas gramaticais evidenciam uma noção objetificada de processo permanente no tempo.

A metáfora gramatical ideacional *deformação* é motivada textualmente pelo encapsulamento de informações anteriores sobre o pluripartidarismo, a fim de que o texto tenha maior coesão.

Em relação aos atores sociais, podem-se identificar algumas inclusões como, por exemplo, os participantes *estudiosos dessa matéria*, *pensadores políticos e representações sociais* como responsáveis pela leitura do sistema pluripartidário. Destaca-se que a sociedade está representada como ator social contrário a esse modelo. Igualmente, o participante *diversos partidos políticos* expresso pelo termo *pluripartidarismo*, que é o experienciador que percebeu as *deformações*; e o *presidente da República* é o ator responsável por uma possível *evolução* sobre a defesa contrária ao pluripartidarismo. Por outro lado, não é possível identificar o ator responsável pela *deformação* e *representação*, uma vez que eles foram excluídos por supressão e encobrimento.

(23) “Filosoficamente, considera-se que a democracia pode se dar bem com organização política marcada pela existência de numerosos partidos, numa pluralidade que, em tese, permite expressão e espaço para as mais diversas correntes do pensamento político. Mas parece prevalecer aquilo que ensina o professor Alaor Barbosa, antigo assessor legislativo do Senado: ‘Um dos inconvenientes é a necessidade que exsurge desse sistema, de coligações entre partidos, a fim de que o governo se constitua forte e eficiente; coligação difícil, dada a heterogeneidade dos partidos.’”⁸⁶ (ED2JB, grifos nossos)

Nota-se que o enunciador excluiu o ator, no caso das metáforas gramaticais, *organização* (políticos), *existência* (numerosos partidos) e *expressão* (partidos políticos). Tais

⁸⁶ O discurso direto não foi considerado para a análise.

participantes foram encobertos, visto que não é possível identificar quais partidos fazem parte da organização política brasileira.

Para dar ênfase à própria argumentação, o enunciador marca seu discurso pela polifonia, trazida pela palavra do *professor Alaor Barbosa, antigo assessor legislativo do Senado*.

A ativação do conhecimento compartilhado é possível a partir da noção *de troca de favores*, ato praticado, na visão do enunciador, quando o sistema do Congresso é composto pelo pluripartidarismo. Em função disso, esse editorialista mostra-se contrário ao sistema composto por vários partidos, porque compreende que esse fato só iria favorecer o presidente da República na votação de pautas de seu próprio interesse.

É oportuno enfatizar que as nominalizações analisadas no trecho (23) ilustram recursos linguísticos objetificados em fenômenos constantes e duradouros, com a criação de entidades com caráter recorrente.

(24) “Se o processo eleitoral em curso oferece dúvidas sobre a proposta de enxugamento da organização partidária, nem por isso o tema mereça cair no ostracismo. Depois de fechadas as urnas, ele deve ser retomado, a começar pela cobrança ao novo presidente, se ele andou prometendo disposição para enfrentar o problema.” (ED2JB, grifos nossos)

Compreende-se claramente que *enxugamento* está intimamente ligado à redução do número de partidos políticos que compõem o Congresso, em uma marcação de modalidade opinativa favorável do enunciador, principalmente quando se levam em consideração os problemas decorrentes do grande número de legendas a que o editorialista faz referência ao longo do texto (troca de favores, etc).

As nominalizações *disposição* e *cobrança* conferem ao texto uma noção de assertividade, de algo não negociável no plano discursivo. Na visão do editorialista, é preciso que de fato alguém cobre uma tomada de atitude do candidato à presidência, assim como é preciso que exista *disposição* do presidente da República para diminuir a estrutura partidária no Congresso.

Em relação aos atores sociais, observa-se que *enxugamento* e *organização* encobriram os atores sociais *processo eleitoral* e *políticos*, respectivamente, deixando implícita a responsabilidade do presidente da república pela redução do número de partidos. Nesse trecho, a ele interessa apenas enfatizar o resultado da ação “enxugar”. Já *disposição* incluiu o

participante (novo presidente), responsável pela possível reforma do sistema hoje pluripartidário. *Cobrança*, por outro lado, não apresenta ator, visto que não é possível resgatá-lo em nenhuma parte do texto. O quadro 28 é um resumo de todos os atores sociais encontrados no editorial 2.

Quadro 28- Análise da incidência da metáfora gramatical ideacional e de seus atores sociais no editorial 2 do *Jornal do Brasil*

A metáfora gramatical ideacional e a representação dos atores sociais	
1. sucessão = encoberto	11. representação = encoberto
2. afirmação = encoberto	12. evolução = incluído
3. preocupação = encoberto	13. deformação = suprimido
4. coabitação = incluído	14. organização = encoberto
5. redução = suprimido	15. existência = encoberto
6. fragmentação = incluído	16. expressão = suprimido
7. composições = encoberto	17. enxugamento = encoberto
8. formação = encoberto	18. organização = encoberto
9. representações = incluído	19. cobranças = suprimido
10. deformações = incluído	20. disposição = incluído

Fonte: A autora.

Em relação à representação dos atores sociais, destaca-se que dez atores foram encobertos, a saber: *sucessão* (candidatos), *afirmação* (candidatos), *preocupação* (candidatos), *composições* (candidatos), *formação* (candidatos), *representação* (políticos), *organização* (políticos), *existência* (numerosos partidos), *enxugamento* (Presidente da República) e *organização* (partidos políticos), demonstrando a preferência do enunciador pela demarcação do ator social em posição de 2º plano, isto é, recuperável no texto de forma menos óbvia.

Além da possibilidade de indicação mais ou menos evidente dos atores sociais, a metáfora gramatical é um recurso bastante utilizado pelo enunciador no discurso, possibilitando diversos efeitos discursivos, como a modalidade opinativa, a não negociação do sentido, o compartilhamento do conhecimento com o leitor e a operação cognitiva de referenciação.

Essas categorias foram contempladas nesse editorial, o que mostra a relevância da metáfora gramatical ideacional, proporcionando estratégias de coesão ou de objetificação em determinados discursos.

É perceptível que o editorial do *Jornal do Brasil* defende a ideia de um Congresso isento de relações políticas com o presidente e, principalmente, com esse jogo de troca de favores. Além disso, deixa subentendido que a naturalização de tais práticas sociais no Congresso, entre presidente e congressistas deve ser algo a ser combatido e não naturalizado como se tem feito ultimamente.

Esse editorial expõe uma incidência de processos materiais, que deram origem às nominalizações como, por exemplo: *reduzir, fragmentar, coabitar*, entre outros. Os atores sociais, em sua maioria, são entidades coletivas, a saber: *as bancadas, os partidos políticos, o Executivo*, entre outros.

Dessa forma, o enunciador prefere utilizar a coletividade para incluir os atores sociais no discurso. Essa estratégia é bastante utilizada, quando ele (não) sabe e/ou (não) quer revelar os verdadeiros atores do processo.

Na próxima seção, será feita uma análise geral dos outros editoriais do *Jornal do Brasil*.

6.2.1 *Jornal do Brasil* - análise geral

Os editoriais do *Jornal do Brasil*, em relação à estrutura do gênero, apresentam 5 a 6 parágrafos extensos. Entre os elementos principais dos textos, identificam-se as características elencadas a seguir.

Apenas dois editoriais mostram o subtítulo como recurso, mostrando que tal elemento é opcional para a maioria dos editorialistas do JB. As introduções trazem os temas e as teses. Tais informações estão dispostas já nos primeiros parágrafos nos respectivos editoriais. Nos desenvolvimentos são utilizados recursos argumentativos, a saber: citações de autoridades, exemplificações, comparações, metáforas gramaticais, entre outros. A conclusão é curta em extensão e, em sua maioria, mostra uma crítica em relação à situação discutida.

Os textos do *Jornal do Brasil* são classificados da seguinte forma em relação às variáveis tipológicas apresentadas por Beltrão (1980)⁸⁷

- 1) *morfologia*: todos os editoriais são *artigos de fundo*, ou seja, assumem posição de evidência em uma página destinada à opinião do jornal;
- 2) *topicalidade*: quatro textos são *preventivos*, visto que o editorialista se antecipa aos fatos (ED1JB, ED2JB, ED3JB, ED4JB; um é de *ação*, pois é imediatista em relação à informação (ED5JB); e nenhum é de consequência, expondo os possíveis efeitos de um determinado fato;
- 3) *conteúdo*: nenhum editorial é *ilustrativo*, ou seja, objetiva ensinar o leitor sobre algo. Pode-se compará-los ao manual pedagógico. Nenhum é *informativo*, tenta esclarecer mais o assunto; e cinco são *normativos*, já que pretendem convencer o leitor sobre a tese (ED1JB, ED2JB, ED3JB, ED4JB, ED5JB);
- 4) *estilo*: quatro são *intelectuais*, porque buscam o raciocínio do leitor (ED1JB, ED2JB, ED3JB, ED5JB); e apenas um é *emocional*, trabalha com os sentimentos do leitor (ED4JB);
- 5) *natureza*: apenas dois editoriais são *promocionais*, buscam convencer o leitor a ter uma tomada de posicionamento (ED2JB, ED4JB); dois são *circunstanciais*, ou seja, eventualmente, tais textos surgem para enfatizar uma certa informação (ED1JB, ED3JB); e um é *polêmico/contestador* sobre um determinado fato (ED5JB). Esse tipo de editorial tem um viés doutrinário, com vistas a “depreciar” certas posições contrárias.

Nota-se que os periódicos, em sua maioria, retratam uma visão *preventiva*, uma vez que o editorialista se antecipa sobre as possíveis decorrências de um fato. Logo, esse editorialista, além de buscar o convencimento do leitor, também expõe as possíveis consequências do fato relatado.

A metáfora gramatical é amplamente utilizada nos editoriais. Essa constatação foi viável após a análise das ocorrências realizadas no *software* AntConc. A tabela 3 a seguir, mostra as incidências das nominalizações de base sufixal.

⁸⁷ Essas variáveis são descritas na seção 4.2 *O gênero editorial*, páginas 102-105.

Tabela 3- Nominalizações do *Jornal do Brasil*

-ção/-são/ -ssão	-ança/-ância/ -ença/-ência	-mento	-ada/-ado	-ida/-ido	-ura	-agem
46	16	7	2	1	0	0
63,9%	22,2%	9,7%	2,8%	1,4%	0%	0%

Fonte: A autora.

Os cinco editoriais são compostos por 2952 palavras (incluídas todas as categorias gramaticais, inclusive considerando-se as palavras repetidas), em um total de 72 nominalizações, em sua maioria, no singular.

Entre os sufixos mais observados, destacam-se: -ção/-são/-ssão, -mento, -ança/-ância/-ença/-ência, mostrando, com isso, a preferência do editorialista pela formação de substantivos provenientes de verbos que denotam ação. Os excertos selecionados, a seguir, mostram as nominalizações formadas pelos sufixos listados e suas funcionalidades.

O primeiro editorial trata sobre o SUS (Sistema Único de Saúde), criticando a falta de investimentos nesse modelo público de saúde e, conseqüentemente, o reflexo no atendimento ao cidadão. O trecho (25) a seguir traz a metáfora gramatical grifada e, logo após, a análise das funcionalidades.

Hora de salvar o SUS

É rara a coincidência de opiniões, nas ruas, nos gabinetes, em qualquer lugar, sobre o problema que estaria pronto para levar as maiores dores de cabeça ao futuro presidente, venha ele de que partido vier, independentemente de ascender contemplado com votação modesta ou consagradora. Se para muitos observadores o que deve prevalecer é a rigorosa caçada aos bandidos que assaltam os cofres públicos, na acuidade de outros o que urge promover é guerra sem trégua à violência urbana. Por fim, contam-se também os que interpretam como tão volumosas as dificuldades do momento, e estreitos os caminhos para superá-las, que não haveria como escalar prioridades.

Porém, se bem analisados os desafios que o aguardarão, desde o momento em que subir a rampa do Planalto, não falará espaço para o sucessor cuidar, em caráter emergencial, do Sistema Único de Saúde, que ganhou justificada fama de ser um dos melhores do mundo, mas acabou condenado a uma vastidão de dificuldades, resultado de várias gestões, das

quais resultou a dolorosa realidade: nosso SUS, se originalmente foi modelo internacional, veio acumulando sérias deficiências nas três décadas de sua experiência nos serviços de saúde. Agora, com enfermidade agravada, se nada se fizer no mandato entrante, correrá o risco de internar-se em UTI.

A desejada solução, para que os segurados possam dispor de atendimento minimamente eficiente, começa exatamente com a caneta do novo presidente. Como? É determinar à União reassumir sua cota na manutenção do sistema, depois de o ônus federal ter sido paulatinamente transferido para os municípios. Esses pobres, que fazem o que podem para cobrir a relaxação e a incúria federal, mas nunca podendo investir o suficiente.

(25) Para minimizar os efeitos da transferência dessa responsabilidade, o novo governo terá de pensar algo em torno de R\$60 bilhões, ainda que hoje, em sã consciência, ninguém possa dizer de onde haverá de sair tal recurso. Mas o presidente que o Brasil conhecerá dentro de 42 ou 64 dias, terá de ser criativo. E ligeiro, porque os especialistas temem o caos no setor num prazo de menos de cinco anos; portanto, um desastre durante o mandato que vai começar.

Salvo dos sufocos imediatos, o SUS terá de ser reavaliado, a médio prazo, quanto à integralidade e a universalidade de seus compromissos com a sociedade brasileira, considerando-se que há lugares, em vários estados, em que a população ainda não pode se valer dos instrumentos para assistência que depende, por exemplo, de mamógrafos e radiológicos. Mas, num contraste horrível, da mesma forma como se observa a escassez de recursos, sobra o desperdício de consultas e exames desnecessários, problema que, parece, poderia ser reduzido com os prontuários eletrônicos. Pelo menos, é o que sugerem experientes servidores. A bem pensar, fica na conta do inadmissível que, em pleno século que cuida de vulgarizar a tecnologia, um sistema tão essencial não esteja totalmente informatizado. Retratam esse atraso as filas que madrugam nos postos de atendimento.

Colocadas tais dificuldades, chegado o momento de cobranças, o presidente certamente atribuirá as culpas à falta de recursos orçamentários para o Sistema, que neste ano orbitaram em cerca de R\$ 130 bilhões. Já com a previsão do lamento, e com a certeza de que a saída está em alternativas, há sugestões que caberia examinar de imediato, como a isenção de impostos que incidem sobre equipamentos indispensáveis utilizados na rede previdenciária, além de maiores atenções para com as Misericórdias, que absorvem mais de 70% dos segurados. E uma conversa séria com os Planos de Saúde, que apreciam transferir atendimentos para o magro e já exausto SUS.

Vejamos o que está para acontecer. E que seja o melhor possível.

(ED1JB, 26/08/18, grifos nossos)

A metáfora gramatical *transferência* confere ao texto uma noção objetificada, passando a representar um fenômeno esperado, ou seja, esse item perde o caráter pontual, uma vez que, no parágrafo anterior, o enunciador aponta a relevância da “União reassumir sua cota na manutenção do sistema, depois de o ônus federal ter sido transferido para os municípios”.

Essa nominalização, em função desse conteúdo anterior, é referente ao enunciado. Além disso, é morfológica, porque, além do lado semântico, também indica uma relação formal com o termo anterior “transferido”.

Em relação ao ator social, compreende-se que o responsável direto por essa *transferência* é o novo presidente, participante encoberto, em função de a eleição estar em curso.

O terceiro editorial trata da economia e da política, muitas vezes, isoladas como políticas não relacionadas.

Um divórcio impossível

Estaria incorrendo em grave equívoco quem dissesse que o futuro presidente, a ser eleito dentro de alguns dias, devia elaborar a opção, logo no início de seu governo. Que bem cuidasse da política ou bem da economia, ideia que nas primeiras semanas da disputa eleitoral andou germinando entre colaboradores de alguns candidatos, como se fosse possível dissociar uma coisa da outra. Na verdade, elas sempre andaram juntas; mais que isso, em regime de profícua interdependência, nas vezes em que seus objetivos comuns revelaram-se exitosos. É de se acreditar que quem pretendeu avançar com tal ideia apenas desejou marcar alguns pontos de simpatia junto a uma parcela do eleitorado descontente com a conduta dos políticos; e movido por esse descontentamento acaba condenando a política de modo geral, que está muito acima de seus maus agentes. No esforço para contentar os decepcionados, procurou-se levantar a impossível bandeira da separação. É preciso dar asas à verdade: eis um divórcio que nem cabe examinar.

Não de hoje que se ouvem vozes que sentem na política um mal a entrar medidas

teoricamente capazes de ascender os meios de produção; e, por via desta, garantir, num futuro imediato e consequente, melhores índices de desenvolvimento (a) social. Trata-se de um exercício de ficção; e os eleitores de domingo próximo e do último do mês fariam bem não se deixando levar por insinuações dessa natureza, sejam quais forem seus candidatos de preferência. Não há entre eles quem tenha essa fórmula mágica, ao mesmo tempo suicida, de separar: política de um lado, o programa de recuperação econômica do outro, como se um deles fosse o joio a comprometer o trigo.

O isolamento não teria como produzir bons resultados, sobretudo e de modo particular, quando um governo opera sob o regime das franquias democráticas, como teremos. Mas estando essas franquias vigendo ou suspensas no autoritarismo, a prática de um programa econômico não tem como dispensar a sustentação política.

De fato, nem os governos fortes conseguiram ser exceção. Os dois ministros da área econômica que mais tempo permaneceram no cargo – Souza Costa, 11 anos com Getúlio Vargas; e Delfim Neto, 12 anos e seis meses nos governos militares pós-64 – viveram muitos momentos em que a oitiva política teve de ser considerada, não raro sobrepondo-se ao caráter eminentemente técnico de medidas pretendidas. (26) Os atuais candidatos à Presidência da República sabem, embora não tenham sido explícitos na campanha em que se digladiam, que não teriam como governar, se lhes fosse imposta a aventura de jogar para a margem a economia ou a política, uma em detrimento da outra. Certas experiências ditatoriais incursionaram na tentativa do distanciamento, e nada mais conseguiram, se não fracassos e frustrações.

Em verdade, andar bem o presidente que se dispuser a governar com os dois campos perfeitamente integrados, sem descuidar, em primeiro plano, da necessidade de seu ministro da Fazenda não ser mero escravo dos juros e câmbios quando estes não se prestassem a contribuir com o desenvolvimento (b) social; não mero servidor de subidas e descidas de diagramas dos deveres e haveres.

Já estão sinalizadas certas relevâncias para o governo que vai se instalar em janeiro, verdadeiros desafios, que logo estarão a exigir harmonia plena entre os integrantes do ministério, porque, sem estar inspirado e sustentado pelo espírito de metas comuns, o êxito do mandato estará comprometido.

(ED3JB, 03/10/2018, grifos nossos)

A nominalização *distanciamento* foi utilizada como resgate anafórico, recuperando toda a informação citada anteriormente sobre a ideia da opção pela economia ou a política, uma em detrimento da outra. Além disso, em função da abstração do termo, o enunciador compartilha essa significação constante na memória discursiva do leitor.

O ator social está encoberto, pois não é possível identificar quais foram as *experiências ditatoriais* mencionadas. Essa exclusão é intencional e mostra o não comprometimento do editorialista com a informação prestada.

O quarto editorial enfatiza o possível 2º turno da eleição presidencial no Brasil, criticando a postura dos eleitores que se comportam como juízes de rejeição. O voto é um ato de cidadania, possível em um país democrático como o Brasil, mas desperdiçado, na visão do editorialista.

Entre a urna e o ringue

Nas horas que vão correndo contra o relógio, a caminho das eleições de domingo, cabe considerar que não são apenas algumas candidaturas que sobem, sob influência de fatores diversos; sobe, igualmente, a responsabilidade do eleitor, de quem não se deve apenas esperar uma visita obrigatória à cabina eleitoral, mas insistir para que consagre um voto que assuma, como tarefa primeira e principal, a indicação daquele que lhe parecer o mais conveniente para o presente e para o futuro do país. Acima de tudo, uma imposição de consciência. Então, não se trata de singelo apelo ao patriotismo, coisa logo repudiada por muitos como algo romântico ou piegas. Não é isso; é muito mais que isso.

O eleitor, nem seria preciso lembrar, de tanto que já se falou, há de blindar e defender o voto, grande instrumento do qual pode se valer para sua verdadeira inserção nos valores da cidadania. E, para tanto, que exerça preferência consciente, sem se deixar levar para missões e atributos secundários, que nada têm a ver com o seu dever deste domingo que vai chegando. Votar olhando para a frente e para o alto, optando por quem sinalize ser o melhor. Visto assim, o voto não pode ser reduzido, como pretendem muitos, ao papel de coadjuvante em duelo de rejeições (a). Este é um mal que surge, ameaçador e cruel, que cabe eliminar. Seria contemplar um, só para ferir o outro, o menos desejável.

(27) A transferência da eleição do novo presidente para um segundo turno, como insinuam as pesquisas, não dispensa – pelo contrário, acentua - o cuidado com a destinação da preferência a ser levada à urna. A opção pelo melhor entre os 11 candidatos que abriram

a corrida, ou entre os dois finalistas, em nenhum momento deve desbotar a missão essencial da escolha, que é a definição pelos valores postos em juízo. Se, mais tarde, as decepções cruzarem o caminho, e nele tropeçam as boas intenções de quem fez a escolha, isto será outra história, que terá sua hora para ser julgada, mais cedo ou mais tarde.

Ir à urna para se tornar mero juiz de rejeições (b) em mão dupla, seria o mesmo que o cidadão se autodefinir como marionete, exercitando uma cidadania sem maiores preocupações com a dignidade. Seria cobrar dele mais do que deve dar, num momento, como este, em que as definições se mostram cercadas de dúvidas e do imponderável. É uma quadra em que neste Brasil até a conjuntura se mostra desconjuntada. Difícil admitir, então, que esse brasileiro votante seja condenado a transformar a cabina eleitoral em um ringue, no qual, longe de estarem em disputa os maiores valores, vão à corda da contenda os campeões nacionais da rejeição (a). Seria empobrecer demais um ato que só pode consentir grandeza, respeito, serenidade e elevado espírito de compreensão do grave instante que vivemos.

Havendo nova eleição, no fim do mês, o país se colocará diante de um cenário no qual as responsabilidades se acentuam, e o eleitor não haverá de ser um serviçal a carregar as armas de um duelo em que dois vão decidir a menor rejeição (b). Para quem ainda não se deu conta do risco de um passo equivocado, valeria reservar um tempo para refletir sobre o que o velho francês De Gaulle ensinou, com base em suas longas experiências: num primeiro turno ainda se pode admitir votar com o coração; no segundo, não; só com a razão.

(ED4JB, 04/10/2018, grifos nossos)

Como estratégia textual, o enunciador traz *transferência* como uma introdução referencial, e *destinação da preferência* como retomada, pois o termo mantém a ideia inicial de *transferência* da eleição para o 2º turno. Além disso, discursivamente, tais termos expressam assertividade pela ideia de abstração veiculada pela metáfora gramatical.

Essas nominalizações encobriram em 2º plano, em outra parte do texto, o ator social *eleitores*. São esses participantes, que destinam suas preferências partidárias nos votos e, conseqüentemente, definem uma eleição em 1º ou 2º turno.

O editorial 5, *Compromisso com a Democracia*, discorre sobre a relevância da preservação da democracia para o país. Em linhas gerais, o editorialista enfoca que os candidatos à presidência da República são participantes fundamentais para que isso ocorra.

Compromisso com a Democracia

A avalanche de votos quase levou o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, à vitória, mas foi insuficiente para impedir o segundo turno com o candidato do PT, Fernando Haddad. Nas próximas três semanas, os eleitores terão uma nova chance para decidir sobre o futuro do país. É tempo suficiente para a indispensável pacificação dos ânimos que se exaltaram num radicalismo que quase trincou a imagem de um povo alegre e cordial.

A maior vitória desta primeira etapa eleitoral foi da Democracia. E isso é um bem que deve ser exaltado por todos, a começar pelos dois contendores que foram convocados para um novo referendo. Cabe a Bolsonaro e a Haddad reafirmarem, de pronto, o compromisso com a Democracia e instar seus simpatizantes a respeitar as diferenças e o contraditório, além de deixar de lado a agressividade que ameaçou a harmonia no seio das famílias, no ambiente de trabalho e separou amigos de longa convivência (a).

A abstenção recorde, de mais de 20% dos 140 milhões de eleitores aptos a escolher o destino do país, mostra que uma parte expressiva dos brasileiros não concordava em transformar a eleição em campo de batalha. A despeito do ambiente belicoso, a democracia brasileira, revitalizada pela Constituição de 1988, que completou, em 5 de outubro, três décadas, provou, mais uma vez, a sua capacidade de acomodar os ventos das mudanças dentro do marco legal e institucional.

E não poderia ser diferente. (28) A Democracia é o regime que provou no Brasil, e dá exemplos diversos no mundo, de ser o mais adequado à convivência (b) humana, ao permitir que eventuais diferenças sejam decididas pela forma mais civilizatória: o voto. Esse mesmo voto decide, desde reuniões de condomínio e assembleias de sindicatos e de acionistas de empresas, a questões familiares de maior vulto ou até prosaicas, como o destino da família no próximo feriadão.

Nesse sentido, além do compromisso inarredável com a Democracia, os dois candidatos que vão disputar a preferência dos brasileiros para governar o país nos próximos quatro anos, a partir de 2019, precisam falar francamente e apresentar, afinal, quais são suas propostas de governo. A sociedade brasileira não pode decidir seu destino pelo não.

Os brasileiros estão ansiosos por conhecer da boca de seus candidatos, em vez de mais ofensas ou palavras agressivas contra o adversário, definições importantes sobre questões cruciais ao país. Quais as propostas para a economia sair do atoleiro de dois anos de recessão, que gerou um contingente de quase 13 milhões de desempregados, outros 4,8

milhões de desalentados, que desistiram de procurar, em vão, uma colocação num mercado estreito?

A rigor, cerca de 25 milhões de brasileiros estão impossibilitados de desenvolver plenamente sua capacidade de trabalho. O que significa menos renda e dignidade para o trabalhador e sua família. Do lado dos empresários, há uma imensa incerteza. Qual a solução para o igualmente imenso problema fiscal, que tem na deficitária Previdência o seu calcanhar de Aquiles? Quais as ações a serem apresentadas para garantir direitos sociais, os que já foram conquistados e os tantos mais que ainda precisam vir, com urgência?

Quanto mais rápido forem anunciados os planos de governo, mais fácil será para o eleitor trocar o voto do não pelo voto do sim, da afirmação de um país que tem futuro. A reforma da Previdência foi enfrentada até na Rússia de Vladimir Putin, que alongou a idade mínima de homens e mulheres. O que vai ser feito em relação à questão tributária, da qual a reforma da Previdência é a ponta do iceberg? Como vão ser enfrentados os privilégios em matéria de salários e carga tributária?

Continuarão intocáveis os cartéis e oligopólios da economia brasileira, como o sistema bancário, que tem mais de 80% do crédito concentrado em quatro ou cinco bancos controlados por poucas famílias? (29) A modernização da economia pede ampla concorrência e transparência nos negócios. Não cabem mais privilégios fiscais desmedidos na Zona Franca de Manaus. Com a palavra, os candidatos.

(ED5JB, 08/10/2018, grifos nossos)

O enunciador concorda que o 2º turno deve ter um compromisso com a democracia. Nesse sentido, aposta em um voto consciente por parte do leitor, mas concorda que os dois candidatos devem deixar os antagonismos de lado e devem apresentar propostas interessantes para a economia do Brasil.

As metáforas gramaticais ideacionais *convivência*, *modernização* e *concorrência* são relevantes na análise do texto. Entende-se que *convivência* resgata uma ideia que faz parte da memória discursiva do leitor como um conjunto de ações que levam a um convívio harmônico entre os seres humanos. Esse mesmo resgate de um conceito já cristalizado na memória do leitor está presente na metáfora. O termo *modernização* não se refere ao ato pontual em que um ator social qualquer moderniza a economia, mas sim a um conceito abstrato que faz parte do repertório do editorialista e do leitor. *Concorrência*, por sua vez, confere ao texto uma noção de assertividade, porque segundo o enunciador a economia brasileira não pode ficar

restrita a poucos quartéis e oligopólios, é necessário, pois, uma diversidade de empresas concorrentes no mercado econômico.

Destaca-se que, além dessas funcionalidades, tais metáforas gramaticais também são, potencialmente, importantes na inclusão ou exclusão dos atores sociais nos discursos. No primeiro caso, o grupo nominal *convivência humana* já traz o participante incluído, trata-se dos *seres humanos*, ideia inferível a partir do item lexical *humana*. Já os termos *modernização* e *concorrência* excluíram os atores sociais. A primeira nominalização excluiu por supressão o participante, uma vez que não é possível identificar quem deseja a modernização da economia brasileira; já a segunda, encobriu o ator, identificado por inferência como as *empresas*.

O quadro 29 traz um compilado dos principais efeitos discursivos observados nos editoriais do *Jornal do Brasil*.

Quadro 29- Categorização dos efeitos discursivos das nominalizações dos editoriais do *Jornal do Brasil*

Categorização como elemento coesivo	Categorização como objetificação
Modalidade	Modalidade
	Apagamento do ator social
Operação cognitiva (referenciação)	Não negociação do sentido
	Compartilhamento do conhecimento/da memória discursiva

Fonte: Adaptado de Schlee (2018, p.171).

Dessa forma, destaca-se a relevância das nominalizações com indicação de modalidade, de operação cognitiva (anáfora/catáfora), de apagamento do ator social (encobrimento/supressão), da não negociação do sentido e do conhecimento compartilhado com o leitor. Essas categorias moldam e reforçam o discurso dos editoriais.

Dentre as funcionalidades, nota-se a relevância da exclusão dos participantes no discurso, seja por encobrimento, seja por supressão. A exclusão do ator social é um artifício que omite a figura dos participantes e, assim, permite ao enunciador um distanciamento do enunciado, ou em função de um desconhecimento, em função da obviedade, ou porque a informação é fatalmente recuperável no texto. A metáfora gramatical enfatiza os fatos e não os atores.

A tabela 4 a seguir mostra a representação dos atores sociais mais recorrentes nos editoriais analisados do *Jornal do Brasil*.

Tabela 4- Análise da incidência dos atores sociais nos editoriais do *Jornal do Brasil*

Sufixo da metáfora gramatical ideacional por meio de nominalizações	Representação do ator social (inclusão ou exclusão = “encobrimento” e “supressão”)	%
-ção/-são/-ssão (46)	Incluído = 15 Encoberto = 25 Suprimido = 06	Incluído = 32,6% Encoberto = 54,3% Suprimido = 13,0%
-ança/-ância/-ença/-ência (16)	Incluído = 08 Encoberto = 05 Suprimido = 03	Incluído = 50,0% Encoberto = 31,3% Suprimido = 18,8%
-mento (07)	Incluído = 0 Encoberto = 07 Suprimido = 0	Incluído = 0% Encoberto = 100,0% Suprimido = 0%
Total (69)	Incluído = 23 Encoberto = 37 Suprimido = 09 Exclusão no total = 46	Incluído = 33,3% Encoberto = 53,6% Suprimido = 13,0% Exclusão no total = 66,7%

Fonte: A autora.

Leva-se em consideração a incidência dos sufixos formadores de todas as 69 nominalizações encontradas, destacando-se: -ção/-são/-ssão (63,0%), -ança/-ância/-ença/-ência (21,9%) e -mento (11,0%). A exclusão (encoberto/suprimido) do ator social foi bastante utilizada, somando-se 66,7% de incidência. Esses integrantes não foram nomeados no texto em função de um possível desconhecimento ou (não) comprometimento do editorialista em relação ao que é relatado.

A inclusão, por sua vez, soma 33,3% das ocorrências. Essa inserção dos atores ocorreu, em sua maioria, com a coletividade, como em “norte-americanos”, por exemplo, ou então, com a individualização do participante, como Bolsonaro e Haddad. O enunciador jornalístico, com as estratégias de categorização dos efeitos discursivos, marca seu posicionamento favorável ou desfavorável ao tema.

Em relação aos papéis semântico-textuais (AZEREDO, 1999), nota-se que as metáforas gramaticais são, em sua maioria, conceitualmente motivadas, em função da ligação

semântica estabelecida com os termos anteriores, e referentes ao enunciado. Além disso, as nominalizações estabelecem, em alguns casos, um caráter opinativo, em um juízo de valor.

6.3 *Jornal O Estado de S. Paulo*

O editorial 2, do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado *O problema dos refugiados*, do dia 21/08/2018, traz como tema a tensão entre a população de Roraima e os refugiados venezuelanos. Esse contexto descrito entre esses dois atores sociais caracteriza a variável *campo* do contexto situacional.

A abordagem desse editorial é descritivo-interpretativa, pois parte-se da evidência da metáfora gramatical ideacional, da sua própria exposição para, então, interpretá-la como um fenômeno léxico-gramatical.

O problema dos refugiados

A tensão entre a população de Roraima e refugiados venezuelanos mostra a necessidade de medidas urgentes

A tensão crescente entre a população das cidades de Roraima e os refugiados venezuelanos – que resultou em graves tumultos sábado passado, quando eles foram atacados por uma multidão em Pacaraima, na fronteira com o país vizinho, depois que um comerciante brasileiro foi assaltado e espancado por alguns deles – não deixa mais dúvida sobre a necessidade de os governos federal e daquele Estado se entenderem e tomarem medidas urgentes e mais ousadas que as adotadas até agora para dar uma solução ao problema.

Um ato de protesto contra a violência de que foi vítima o comerciante, promovido por cerca de 2 mil pessoas, logo se transformou numa revolta contra todos os refugiados, indiscriminadamente. Muitos deles foram agredidos e os acampamentos e os abrigos improvisados em que vivem nas ruas foram atacados com bombas caseiras e parcialmente destruídos, assim como muitos de seus pertences. Calcula-se que cerca de 1.200 refugiados foram expulsos pelos manifestantes ou fugiram de volta à Venezuela, com medo da repetição de atos de violência.

As manifestações de hostilidade de parte da população de Roraima contra a presença de refugiados vêm se tornando cada vez mais frequentes. Crescem também as queixas do governo do Estado de que o governo federal não faz tudo o que deveria para resolver o problema. O presidente Michel Temer reagiu prontamente após os tumultos de sábado e já no dia seguinte fez uma reunião de emergência, na qual se decidiu o envio a Roraima de mais 120 homens da Força Nacional e 36 profissionais da área de saúde para dar assistência aos refugiados.

Dispôs-se também a decretar o emprego de contingentes das Forças Armadas em ações de segurança pública, se houver solicitação da governadora de Roraima, Suely Campos. Mas o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, foi taxativo: o fechamento da fronteira do Estado com a Venezuela é “impensável”, porque ilegal. Esta foi justamente a medida solicitada de novo ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo governo de Roraima, embora a ministra Rosa Weber já a tenha negado em abril passado.

A dificuldade de entendimento entre os dois níveis de governo fica outra vez evidente. O governo federal alega que já gastou mais de R\$ 200 milhões com a aplicação de medidas que tomou para ajudar a minorar a crise humanitária provocada pela chegada dos refugiados venezuelanos, cujo número é estimado em mais de 120 mil. Sem falar no envio de homens da Força Nacional.

O próprio agravamento da situação, porém, demonstra que é preciso mais do que isso. Não é realista esperar muito de Roraima, sabidamente com recursos limitados para enfrentar uma crise como a criada pela presença de número tão elevado de refugiados. A União concorda com a posição do governo de Roraima de que é preciso distribuir os refugiados por outros Estados, de preferência os que contam com maiores recursos. Mas o que o governo federal tem feito até agora fica muito aquém da necessidade.

Esse é um ponto da maior importância e não apenas porque Roraima não tem condições de prestar assistência médica e alimentar muitos refugiados, nem de lhes oferecer empregos e oportunidades de negócios capazes de torná-los independentes num prazo razoável. Nessas condições, a presença dos venezuelanos tende a criar – como já está se vendo – um clima de animosidade crescente com a população local, que também enfrenta dificuldades e por isso tem muito pouco a partilhar com eles.

Investir mais do que tem feito, e sem demora, na distribuição dos refugiados é, portanto, a melhor maneira – além de prestar assistência humanitária – de o governo federal

ajudar e assumir as responsabilidades que tem nessa questão.

Apoio para a manutenção da ordem, com a Força Nacional e eventualmente com contingentes das Forças Armadas, é indispensável para proteger os refugiados da violência, mas não vai ao cerne da questão.

(ED2OESP, grifos nossos)

Para elucidar a composição do gênero, em seu aspecto microestrutural, Hasan (1989) apresenta a EPG, com seus três estágios: *obrigatórios*, *opcionais* e *recursivos*. Entre os *obrigatórios* destacam-se: a introdução composta pelo tema e pela tese defendida no editorial, a argumentação e a conclusão. Já entre os *opcionais*, a presença do subtítulo; e entre os *recursivos*, a retomada do tema na conclusão como um recurso aleatório. A descrição desse gênero pode ser feita em *passos* e *movimentos*. O quadro 30 traz essas informações, a saber:

Quadro 30- EPG do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*

Movimentos e passos	Exemplos
Movimento 1: contextualização do tema (assunto) e apresentação da tese (opinião).	(30) “A tensão crescente entre a população das cidades de Roraima e os refugiados venezuelanos – que resultou em graves tumultos sábado passado, quando eles foram atacados por uma multidão em Pacaraima, na fronteira com o país vizinho, depois que um comerciante brasileiro foi assaltado e espancado por alguns deles, não deixa mais dúvida sobre a necessidade de os governos federal e daquele Estado se entenderem e tomarem medidas urgentes e mais ousadas que as adotadas até agora para dar uma solução ao problema.”
<p>Passo 1: expor a tensão entre a população das cidades de Roraima e os refugiados venezuelanos;</p> <p>Passo 2: exibir a tese sobre a necessidade de “os governos federal e daquele Estado se entenderem e tomarem medidas urgentes e mais ousadas que as adotadas até agora para dar uma solução ao problema”.</p>	
Movimento 2: argumentação sobre o tema.	Argumento 1: “Um ato de protesto contra a violência de que foi vítima o comerciante [...] logo se transformou numa revolta contra todos

<p>Passo 1: apresentar os argumentos.</p>	<p><i>os refugiados, indiscriminadamente”;</i></p> <p>Argumento 2: “<i>As manifestações de hostilidade de parte da população de Roraima contra a presença de refugiados vêm se tornando cada vez mais frequentes. Crescem também as queixas do governo do Estado de que o governo federal não faz tudo o que deveria para resolver o problema”;</i></p> <p>Argumento 3: “<i>A dificuldade de entendimento entre os dois níveis de governo fica outra vez evidente. O governo federal alega que já gastou mais de R\$ 200 milhões com a aplicação de medidas que tomou para ajudar a minorar a crise humanitária provocada pela chegada dos refugiados venezuelanos, cujo número é estimado em mais de 120 mil. Sem falar no envio de homens da Força Nacional”;</i></p> <p>Argumento 4: “<i>O próprio agravamento da situação, porém, demonstra que é preciso mais do que isso. Não é realista esperar muito de Roraima, sabidamente com recursos limitados para enfrentar uma crise como a criada pela presença de número tão elevado de refugiados.”</i></p>
<p>Movimento 3: propostas para a resolução do problema.</p>	<p><i>“Investir mais do que tem feito, e sem demora, na distribuição dos refugiados é, portanto, a melhor maneira – além de prestar assistência humanitária – de o governo federal ajudar e assumir as responsabilidades que tem nessa questão.” (proposta 1).</i></p>
<p>Passo 1: destacar a proposta 1;</p> <p>Passo 2: demonstrar a proposta 2.</p>	<p><i>“Apoio para a manutenção da ordem, com a Força Nacional e eventualmente com contingentes das Forças Armadas, é indispensável para proteger os refugiados da violência, mas não vai ao cerne da questão.” (proposta 2).</i></p> <p>(ED2OESP, grifos nossos)</p>

Fonte: A autora.

Com base nas informações exibidas, constata-se que o *movimento 1* corresponde à apresentação do tema e da tese; o *movimento 2*, à argumentação; e o *movimento 3*, às propostas para a resolução do problema.

No *movimento 1*, o tema do editorial – *a tensão crescente entre a população das cidades de Roraima e os refugiados venezuelanos* – é descrito. A seguir, o editorialista expõe a tese de que o governo federal e o estado de Roraima precisam entrar em um acordo sobre essa situação, tomando medidas urgentes e, de fato, efetivas para solucionar o problema.

O *movimento 2* consiste na exibição dos argumentos que sustentam a tese defendida pelo editorialista, a saber: 1) o fato de um ato de protesto contra um comerciante brasileiro ter se transformado numa revolta indiscriminada contra todos os emigrados; 2) a frequência cada vez maior das manifestações de hostilidade por parte da população de Roraima contra a presença de refugiados; 3) a dificuldade de entendimento entre os dois níveis de governo e 4) os limitados recursos de Roraima para enfrentar a crise desencadeada pela presença do número elevado de pessoas em situação de refúgio.

No processo de construção do editorial, ficam implícitas algumas estratégias que contribuíram para a força argumentativa do texto, entre elas: 1) a exemplificação: “Muitos deles foram agredidos e os acampamentos e os abrigos improvisados em que vivem nas ruas foram atacados com bombas caseiras e parcialmente destruídos, assim como muitos de seus pertences. Calcula-se que cerca de 1.200 refugiados foram expulsos pelos manifestantes ou fugiram de volta à Venezuela, com medo da repetição de atos de violência”, 2) a relação de causa e efeito: “O presidente Michel Temer reagiu prontamente após os tumultos de sábado e já no dia seguinte fez uma reunião de emergência, na qual se decidiu o envio a Roraima de mais 120 homens da Força Nacional e 36 profissionais da área de saúde para dar assistência aos refugiados”, 3) citação: o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen é contra o fechamento da fronteira entre o estado de Roraima e a Venezuela e 4) contextualização: o estado de Roraima não tem condições de receber todos os refugiados.

Já o *movimento 3* ocorre por intermédio de dois passos: um *recursivo*, com retomada da tese; e outro *opcional*, com proposta para a resolução do problema. O enunciador afirma que o governo deve distribuir os refugiados, prestar assistência humanitária e garantir segurança em território nacional.

Dessa forma, tanto os *passos* quanto os *movimentos* são provenientes da Configuração Contextual (CC) com as variáveis: *campo*, *relações* e *modo*. Essa configuração é descrita no quadro a seguir:

Quadro 31- Configuração Contextual do editorial *O problema dos refugiados*

<i>Campo</i>
<p><i>Natureza da atividade social dos participantes:</i> expor a opinião do corpo editorial.</p> <p><i>Domínio da experiência:</i> retratar o discurso midiático sobre o conflito entre roraimenses e refugiados venezuelanos, no editorial 2, do dia 21/08/2018.</p> <p><i>Objetivo:</i> informar e persuadir o leitor sobre esse assunto.</p>
<i>Relações</i>
<p><i>Papéis sociais dos participantes:</i> editorialista e leitores.</p> <p><i>Papéis institucionais:</i> corpo editorial do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> e leitores.</p> <p><i>Distância social:</i> máxima.</p>
<i>Modo</i>
<p><i>Canal:</i> gráfico.</p> <p><i>Papel da linguagem:</i> informativo e persuasivo.</p> <p><i>Meio:</i> escrito.</p>

Fonte: A autora, adaptado de Fuzer & Cabral (2014).

A Configuração Contextual do editorial “O problema dos refugiados” expõe no *campo* a experiência ideacional, a própria vivência. O editorialista retrata o contexto situacional, *conflito entre roraimenses e refugiados venezuelanos*, que corresponde ao contexto mais imediato, próximo, determinado por um possível fechamento da fronteira entre os dois países e pela agressão ao comerciante brasileiro.

Esse pano de fundo mais imediato é datado e situado; e os participantes, sejam os do conflito na fronteira, sejam os estabelecidos entre o editorialista jornalístico e os leitores, são marcados por uma relação contextual. Por fim, o modo reflete a organização das orações, com ênfase na relevância do canal gráfico, do papel da linguagem informativo/persuasivo e do meio escrito.

O editorial 2 retrata os quatro atributos de especificação do gênero: *impessoalidade*, *topicalidade*, *condensalidade* e *plasticidade* (BELTRÃO, 1980)⁸⁸, mas optou-se pelo estudo da *impessoalidade*, em função da inclusão da metáfora gramatical. Verifica-se essa característica nos exemplos:

⁸⁸ Esses atributos de Beltrão (1980) estão conceituados nas páginas 103-106, na seção 4.2 *O gênero editorial*.

(31) “A dificuldade de entendimento entre os dois níveis de governo fica outra vez evidente.” (ED2OESP, grifo nosso)

(32) “O próprio agravamento da situação, porém, demonstra que é preciso mais do que isso.” (ED2OESP, grifo nosso)

Em nenhuma das sentenças, o editorialista aproxima-se do conteúdo expresso. Assim, ele mantém-se distante do que está sendo enunciado. Essa falta de aproximação entre o enunciador e o texto é reforçada pela inserção da metáfora gramatical ideacional, como no exemplo, em que dificuldade marca uma posição de assertividade ao que está sendo proferido e não desse conteúdo como ficaria evidente caso o editorialista optasse pela construção “O difícil entendimento entre os dois níveis do governo [...]”. Desse modo, o sintagma nominal “a dificuldade de entendimento”, por exemplo, faz pressupor que a dificuldade é uma característica inerente ao próprio “entendimento”, construindo essa imagem como já conhecida e amplamente veiculada, não apenas restrita à opinião do enunciador.

Igualmente, o sintagma nominal “agravamento da situação” também traz a imagem do agravamento como algo inerente à situação vivenciada na fronteira, como uma informação já do conhecimento do próprio leitor. A *impessoalidade*, em ambos os casos, é favorecida pelo emprego da metáfora gramatical, que assume importante papel argumentativo. Esse texto, ainda, em relação à estrutura interna⁸⁹, podendo ser assim classificado em relação às variáveis de Beltrão (1980):

- 1) *morfologia* (artigo de fundo): procura figurar em seção destinada às opiniões dos leitores;
- 2) *topicalidade* (ação): objetiva descrever de forma imediata a situação dos refugiados na fronteira entre o Brasil e a Venezuela;
- 3) *conteúdo* (normativo): busca convencer o leitor sobre a relevância de prestar ajuda humanitária, mas, de forma correta, com a distribuição das pessoas em situação de refúgio para outros estados;
- 4) *estilo* (intelectual): tenta realizar o discurso de forma persuasiva;
- 5) *natureza* (circunstancial): pretende apresentar o fato de forma eventual ao evento ocorrido na fronteira.

⁸⁹ As variáveis de Beltrão (1980) são conceituadas na seção *O gênero editorial*, nas páginas 102-105.

As variáveis identificadas no editorial “O problema dos refugiados” mostram a opção do editorialista por um texto tipicamente argumentativo, ressaltando a topicalidade da *ação*, com uma análise imediata do fato, e com natureza *circunstancial*, em função da eventualidade do acontecimento.

Essa argumentação é reforçada pela metáfora gramatical, que proporciona diversas funcionalidades, dentre as quais: como um recurso coesivo, com indicação de modalidade, de atos de fala e de operação cognitiva (referenciação) ou de objetificação com diferentes efeitos discursivos, da não negociação do sentido, do conhecimento compartilhado e, por fim, do apagamento do ator social. Para identificar esses efeitos, o editorial 2 foi fragmentado e as nominalizações foram grifadas para facilitar a análise.

(33) “Calcula-se que cerca de 1.200 refugiados foram expulsos pelos manifestantes ou fugiram de volta à Venezuela, com medo da repetição de atos de violência.” (ED2OESP, grifo nosso)

O sintagma preposicionado *de atos de violência* agrega ao termo *repetição* um valor negativo, em indicação de modalidade opinativa. Além disso, marca uma assertividade na informação de que os refugiados têm medo que a violência se repita. Vale ressaltar que tal nominalização encobre o ator (*população de Roraima*) que estaria por trás dessa repetição, sendo essa a motivação para o emprego da nominalização no trecho, já que há, por parte do enunciador, uma crença na obviedade sobre a identificação.

A nominalização *repetição*, no plano discursivo, apresenta estatuto de informação amplamente difundida e partilhada pelos leitores. Semanticamente, *repetição* proporciona uma ideia de ocorrência constante e esperada no tempo, como entidade (objetificação).

(34) “As manifestações de hostilidade de parte da população de Roraima contra a presença de refugiados vêm se tornando cada vez mais frequentes. Crescem também as queixas do governo do Estado de que o governo federal não faz tudo o que deveria para resolver o problema. O presidente Michel Temer reagiu prontamente após os tumultos de sábado e já no dia seguinte fez uma reunião de emergência, na qual se decidiu o envio a Roraima de mais 120 homens da Força Nacional e 36 profissionais da área de saúde para dar assistência aos refugiados.” (ED2OESP, grifos nossos)

O sintagma preposicionado *de hostilidade* traz um valor negativo às *manifestações* contrárias à presença dos refugiados, fazendo alusão aos acontecimentos violentos que vêm se tornando cada vez mais frequentes, em indicação de modalidade opinativa. Esse clima hostil mostra que a população brasileira não é favorável à abertura da fronteira com a Venezuela.

A metáfora gramatical ideacional *manifestações* tem a capacidade coesiva de encapsular as informações sobre os atos violentos que, no caso, configuram o estopim para a crise. Esse resgate sobre o ato de protesto encadeado após a morte do comerciante brasileiro é apenas conceitual, prima apenas pela significação.

Manifestações e *assistência* incluem e especificam o ator social *parte da população de Roraima* e *120 homens da Força Nacional e 36 profissionais da área de saúde*, respectivamente, como quantificação, isto é, não é toda a população, mas uma parte dela, não são todos da Força Nacional, nem todos os profissionais de saúde. Esses atores quantificados passam pelo processo de assimilação por agregação, porque representam parte de um determinado grupo.

As nominalizações *manifestações* e *assistência* são provenientes de processo *material*, o que confere uma força de *saber fazer* e, conseqüentemente, solicita a presença de um participante ator. No caso específico dessas metáforas gramaticais, houve intenção explícita do editorialista de identificar os participantes das manifestações de hostilidade e também de marcar o presidente como responsável pelo envio de homens da Força Nacional e de profissionais de saúde, construindo-se, no último caso, uma visão positiva de Michel Temer. Essa imagem favorável é reforçada ainda pelo emprego da circunstância “prontamente”, que contribui para uma representação do presidente como gestor eficiente e preocupado com os problemas enfrentados pelos refugiados.

(35) “Dispôs-se também a decretar o emprego de contingentes das Forças Armadas em ações de segurança pública, se houver solicitação da governadora de Roraima, Suely Campos. Mas o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, foi taxativo: o fechamento da fronteira do Estado com a Venezuela é ‘impensável’, porque ilegal. Esta foi justamente a medida solicitada de novo ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo governo de Roraima, embora a ministra Rosa Weber já a tenha negado em abril passado.

A dificuldade de entendimento entre os dois níveis de governo fica outra vez evidente. O governo federal alega que já gastou mais de R\$ 200 milhões com a aplicação de medidas que tomou para ajudar a minorar a crise humanitária provocada pela chegada dos refugiados venezuelanos, cujo número é estimado em mais de 120 mil. Sem falar no envio de homens da Força Nacional.” (ED2OESP, grifos nossos)

No exemplo (48), *solicitação* recupera implicitamente a informação anterior pela elipse do sintagma *de contingentes das Forças Armadas em ações de segurança pública*, facilmente recuperável para a construção do sintagma *solicitação* (de contingentes das Forças Armadas em ações de segurança pública). Fica evidente, assim, a motivação textual do emprego dessa nominalização.

A nominalização *fechamento* marca o ato de fala do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen sobre a situação da fronteira e seu emprego faz recair o foco de atenção da informação no ato de fechar em si e não em quem teria autoridade para executar esse ato.

A construção nominalizada “*dificuldade de entendimento*” retira do enunciado o estatuto de opinião, passível de questionamento, visto que o entendimento entre os dois níveis é difícil, e traz para o enunciado o caráter de fato consumado, que será, em seguida, avaliado pela oração modalizadora “fica evidente”.

O emprego de *aplicação* torna à informação veiculada um fato já concretizado presente na memória discursiva do leitor. Em todas as ocorrências, os processos: *solicitar (verbal)*, *fechar (material)*, *entender (mental)*, *aplicar (material)* e *chegar (material)* são transformados em nomes, em substantivos abstratos. Em todos esses casos, interessa ao editorialista referir-se não a fatos isolados marcados pontualmente, mas sim a eventos já cristalizados no tempo. Além disso, o emprego dessas metáforas permite que se condensem

em um mesmo período várias ideias, tornando o discurso mais consistente em termos de informação.

(36) “O próprio agravamento da situação, porém, demonstra que é preciso mais do que isso. Não é realista esperar muito de Roraima, sabidamente com recursos limitados para enfrentar uma crise como a criada pela presença de número tão elevado de refugiados. A União concorda com a posição do governo de Roraima de que é preciso distribuir os refugiados por outros Estados, de preferência os que contam com maiores recursos. Mas o que o governo federal tem feito até agora fica muito aquém da necessidade.” (ED2OESP, grifos nossos)

No excerto (36), *agravamento* opera na carga semântica do enunciado, marcando um juízo de valor negativo sobre a situação vivida na fronteira entre os dois países, em indicação de modalidade opinativa.

Essa nominalização retira da informação “a situação se agravou” o estatuto de opinião, tornando essa ideia um fato concreto, amplamente difundido e partilhado pelos leitores, como uma verdade não negociável.

O enunciador utiliza o sintagma preposicionado *da situação* para encapsular a mensagem anteriormente apresentada: *crise humanitária provocada pela chegada dos refugiados venezuelanos*. Assim, evita-se a repetição dos termos, o que poderia prejudicar a coesão textual.

Agravamento é uma nominalização proveniente de processo mental. Nesse caso, o ator social está encoberto (refugiados venezuelanos e roraimenses), dispostos em outros parágrafos. A estratégia de encobrimento é bastante válida no plano discursivo, visto que o enunciador pode encobrir tais atores, gerando uma ideia de generalização que favorece a argumentação.

Agravamento molda o discurso no plano da enunciação, pois assume *status* de entidades, tornando-se verdade inquestionável, sem deixar em aberto para os leitores outra possibilidade de interpretação que não seja a que o enunciador apontou.

Em tais situações, o editorialista expõe a metáfora gramatical ideacional como uma prática social naturalizada, isto é, como um ato concebido e natural. Entende-se que o *agravamento* é próprio do impasse ocorrido na fronteira entre Brasil e Venezuela.

(37) “Esse é um ponto da maior importância e não apenas porque Roraima não tem condições de prestar assistência médica e alimentar muitos refugiados, nem de lhes oferecer empregos e oportunidades de negócios capazes de torná-los independentes num prazo razoável.” (ED2OESP, grifo nosso)

O enunciador considera que o ponto de maior importância é a distribuição dessas pessoas para outros estados, desafogando Roraima. *Assistência*, discursivamente, perde o caráter pontual de ocorrência (ajudar/socorrer) e torna-se um fenômeno constante (assistência). Inclusive, essa nominalização é considerada uma entidade discursiva, pois passa a fazer parte da memória do leitor.

Além disso, *assistência* passa a referir um conjunto de medidas para socorrer os refugiados e não uma ação específica e pontual. Essa metáfora gramatical expõe um ator social incluído representado pelo sintagma adjetival *médica*.

(38) “Investir mais do que tem feito, e sem demora, na distribuição dos refugiados é, portanto, a melhor maneira – além de prestar assistência humanitária – de o governo federal ajudar e assumir as responsabilidades que tem nessa questão.” (ED2OESP, grifos nossos)

No trecho em análise, *distribuição* pressupõe a presença de um ator que executará a ação de distribuir, que, no trecho, está representado pela menção ao governo federal, que, segundo o editorialista, ao fazer a distribuição dos refugiados, estará ao mesmo tempo ajudando a resolver a situação e assumindo responsabilidades. Também o termo *assistência* caracteriza um caso de metáfora gramatical, tendo como participante do processo que originou a metáfora (assistir) o mesmo ente federativo, ou seja, cabe ao governo federal não só distribuir os refugiados, mas também dar assistência a eles. Nos dois casos, trata-se de ator social ativado por coletivização, porque o *governo federal* exprime uma entidade.

Constata-se, assim, no trecho, um empacotamento de informações, que permite ao editorialista veicular diferentes ideias no mesmo período (investir, distribuir, assistir, ajudar e assumir).

Essas metáforas gramaticais apresentam *status* de entidades com diferentes papéis discursivos como, por exemplo, a noção de fenômeno constante e esperado. Afinal, a *distribuição* e a *assistência* não apresentam ideia de algo pontual, mas de uma ação prolongada.

Desse modo, os processos *distribuir* e *assistir*, ao serem nominalizados, deixam de representar apenas ações isoladas e passam a retratar concretamente propostas apontadas pelo editorialista para a solução do problema.

(39) “Apoio para a manutenção da ordem, com a Força Nacional e eventualmente com contingentes das Forças Armadas, é indispensável para proteger os refugiados da violência, mas não vai ao cerne da questão.” (ED2OESP, grifo nosso)

A metáfora *manutenção* expõe os atores sociais ativados *governo federal*, com a ajuda da *Força Nacional* e, eventualmente, com contingentes das *Forças Armadas*. Tais atores foram incluídos como entidades (grupos), por esse motivo, diz-se que ocorreu uma coletivização. A opção pela forma nominalizada, como alternativa ao emprego da forma verbal (apoio para manter a ordem), confere uma ideia de efeito prolongado da ação de manter, reforçando, assim, a importância desse apoio a que o editorialista se refere.

Em outras palavras, tal nominalização é proveniente de um processo material, representa uma ação relacionada à manutenção da ordem, como ideia de um fenômeno constante e esperado.

O quadro 32 a seguir, é um compilado da incidência da metáfora gramatical ideacional e de participantes identificados.

Quadro 32- Análise da incidência da metáfora gramatical ideacional e de seus atores sociais no editorial 2 do jornal *O Estado de S. Paulo*

A metáfora gramatical ideacional e a representação dos atores sociais	
1. repetição = encoberto	8. chegada = incluído
2. manifestações = incluído	9. agravamento = encoberto
3. assistência (a) = incluído	10. assistência (b) = incluído
4. solicitação = incluído	11. distribuição = incluído
5. fechamento = incluído	12. assistência (c) = incluído
6. entendimento = incluído	13. manutenção = incluído
7. aplicação = incluído	

Fonte: A autora.

Verifica-se que, das treze nominalizações apresentadas, tal recurso encobriu dois atores sociais e incluiu onze. Esses dados mostram a intencionalidade do enunciador em apresentar ou não os atores destacados em um dado discurso. Além desse efeito, a metáfora gramatical pode viabilizar a indicação de juízo de valor, com modalidade opinativa, objetificação, com *status* de entidades com diferentes papéis discursivos, não negociação de sentido e ativação do conhecimento compartilhado como se fosse uma entidade discursiva.

No editorial 2, constata-se a presença dessas categorizações elencadas. Todavia, pode ser que um determinado editorial não contemple uma ou outra categoria. Ainda nesse editorial, o posicionamento do editorialista é humanitário, concordando com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen e com Rosa Weber, contrários ao fechamento da fronteira entre os dois países. No próprio título, *O problema dos refugiados*, o editorialista já traz a situação de forma negativa, ainda que considere a possibilidade de *distribuir os refugiados* entre os estados, visão em consonância com a União.

As autoridades do governo são nomeadas, muitas vezes, com a sua própria titulação, como: *o presidente Temer, a governadora de Roraima, Suely Campos e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen*.

Os processos, em sua maioria, são materiais, como: *atacar, assaltar, espancar, agredir, destruir, expulsar, repetir, entre outros*⁹⁰. As orações em que se desdobram esses processos são definidas como orações de *fazer e acontecer*, estabelecendo mudanças no fluxo do evento (FUZER & CABRAL, 2014). Essas ocorrências marcam esses eventos desde os atos de protesto até as incumbências do governo federal.

É perceptível que as escolhas do enunciador não são aleatórias, mas são opções feitas com interesses discursivos com vistas à persuasão do leitor. Essa constatação é notória no uso dos referentes do item substantivado no início dos parágrafos: *manifestações de hostilidade, agravamento da situação e manutenção da ordem*. Logo, todos os referentes são itens de natureza semântica negativa, são pontos de vista do próprio corpo editorial.

Dessa forma, esse editorial alinha-se ao governo sobre a situação dos refugiados. O editorialista reconhece que o *problema* dessas pessoas precisa ser resolvido com a distribuição do contingente populacional nos estados.

⁹⁰ Em algumas situações, é necessário desempacotar a metáfora gramatical ideacional, ou melhor, desfazê-la.

6.3.1 O Estado de S. Paulo - análise geral

Os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*, em relação à estrutura, apresentam de 8 a 9 parágrafos extensos.

Os subtítulos são elementos obrigatórios e têm como propósitos os desdobramentos dos títulos. As introduções expõem, em sua maioria, os temas e as teses do editorialista. Já os desenvolvimentos mostram recursos argumentativos ancorados, em sua maioria, em exemplificações, citações e comparações. Destaca-se que, em vários trechos, o *Estadão* utiliza o discurso de alguém do governo para corroborar ou não a tese.

As conclusões são curtas e exibem, como característica geral, a persuasão como forma de convencer o leitor a tomar uma atitude sobre o problema apresentado.

Já as variáveis tipológicas do gênero (BELTRÃO, 1980)⁹¹ podem ser descritas da seguinte forma:

- 1) *morfologia*: todos os editoriais são *artigos de fundo*, porque são textos inseridos em uma seção destinada à opinião do jornal;
- 2) *topicalidade*: nenhum texto é *preventivo*, isto é, antecipa-se ao fato, três são de *ação*, pois oferecem uma análise de forma imediata aos acontecimentos (ED2OESP, ED4OESP, ED5OESP); e dois são de *consequência*, visto que expõem os efeitos de um determinado fato (ED1OESP, ED3OESP). A diferença entre os editoriais de *ação* e os de *consequência* é a questão temporal, uma vez que os primeiros são imediatistas, e os outros não;
- 3) *conteúdo*: nenhum texto é *ilustrativo*, ou seja, apresenta um discurso de ensinamento; nenhum é *informativo*, isto é, esclarece mais o fato; e cinco são *normativos*, porque tentam convencer os leitores sobre as questões levantadas nos editoriais (ED1OESP, ED2OESP, ED3OESP, ED4OESP, ED5OESP);
- 4) *estilo*: sete textos são *intelectuais*, usam o raciocínio com argumentos consistentes (ED1OESP, ED2OESP, ED3OESP, ED4OESP); e um é *emocional*, apela para o lado sentimental do leitor (ED5OESP);
- 5) *natureza*: seis editoriais são *promocionais*, isto é, promovem uma linha editorialista baseada no convencimento e na tomada de posição do leitor (ED1OESP, ED3OESP,

⁹¹ Essas variáveis de Beltrão (1980) são descritas na seção 4.2 *O gênero editorial*, páginas 102-105.

ED4OESP, ED5OESP); um é *circunstancial*, isto é, surge de forma eventual para convencer (ED2OESP); e um é *polêmico*, isto é, objetiva acentuar a argumentação do jornal e ao mesmo tempo depreciar possíveis opositores (ED1OESP). Destaca-se que um editorial compartilha a *natureza promocional e polêmica* na abordagem do fato (ED1OESP).

Dessa forma, verifica-se uma incidência de textos *promocionais* os quais promovem a tomada de posicionamento dos leitores. Esse engajamento é uma peculiaridade de textos promotores do gênero editorial. A maioria desses editoriais é de *ação*, já que analisam o fato de forma imediata ao acontecimento, usando o caráter temporal a seu favor, visto que o editorialista se aproveita das vivências recentes na memória imediata do leitor para convencê-lo.

É possível identificar um número expressivo de nominalizações formadas principalmente pelos sufixos -ção/-são/-ssão, -mento, -ança/-ância/-ença/-ência, -ada/-ado e -ida/-ido, os quais, em sua maioria, apareceram no singular. A tabela a seguir mostra essas ocorrências.

Tabela 5- Nominalizações do jornal *O Estado de S. Paulo*

-ção/-são/ -ssão	-mento	-ança/-ância/ -ença/-ência	-ada/-ado	-ida/-ido	-agem	-ura
47	19	14	1	1	0	0
57,3%	23,2%	17,1%	1,2%	1,2%	0%	0%

Fonte: A autora.

O *corpus* analisado contabiliza 3348 palavras (com inclusão de todas as categorias gramaticais), totalizando 82 nominalizações de base sufixal. Dentre os sufixos mais observados, destacam-se: -ção/-são/-ssão, -mento, -ança/-ância/-ença/-ência, mostrando a preferência pela formação de substantivos provenientes de verbos que denotam ação. Foram selecionados alguns excertos para expor as nominalizações e seus efeitos discursivos.

O primeiro editorial, por sua vez, enfatiza o Bolsa família, programa criticado pelo editorialista. Observam-se as nominalizações nos fragmentos (40) e (41) e, posteriormente, a análise dos efeitos discursivos no texto.

A verdade sobre o Bolsa Família

Não fosse o Bolsa Família, a clamorosa derrota do partido de Lula, que perdeu 60% das prefeituras administradas pela legenda, teria sido ainda pior

Como se sabe, o programa Bolsa Família dá voto. Por exemplo, nos municípios do Nordeste em que mais da metade da população estava inscrita no programa, a derrota do PT nas eleições de 2016 foi bem menor do que no resto do País. Não fosse o Bolsa Família, a clamorosa derrota do partido de Lula, que perdeu 60% das prefeituras administradas pela legenda, teria sido ainda pior.

Os efeitos eleitorais do Bolsa Família dificultam uma análise objetiva do programa. Tornou-se impopular questionar os seus reais benefícios para a população. Presume-se que transferir dinheiro seja uma boa política pública pelo simples fato de proporcionar uma melhora de renda e de consumo para quem o recebe. A rigor, esse raciocínio nega a necessidade de ponderar sobre os resultados efetivos do programa.

Assume-se que ele é bom porque dá dinheiro – e porque dá voto.

Nesse cenário, foi muito oportuno o esclarecimento do ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, a respeito dos efeitos do Bolsa Família. “A existência (a) dos programas de transferência de renda não foi suficiente para reduzir a pobreza, só a pobreza extrema, mas não reduziu o número de pobres. A pobreza no Brasil continua intacta. E não reduziu a desigualdade no Brasil nesses 14 anos de Bolsa Família”, afirmou o ministro, num recente evento sobre microcrédito para famílias beneficiárias de programas sociais.

(40) É de grande importância esse realismo diante dos fatos: o Bolsa Família não reduziu o número de pobres. Tal constatação, que para alguns pode soar como heresia, é simples consequência da própria natureza do programa. Ao contrário do que dizia o discurso oficial petista, o Bolsa Família nunca teve como objetivo retirar as pessoas da pobreza.

O PT nunca se preocupou com a chamada porta de saída do Bolsa Família. Os programas sociais que lhe deram origem tinham estratégias para evitar que o beneficiário recebesse indefinidamente a ajuda mensal, exigindo contrapartidas, como, por exemplo, a matrícula das crianças na escola. Na prática, o PT aboliu toda exigência de condição para o recebimento do benefício, simplesmente deixando de controlar as contrapartidas.

Esse modo de atuar do PT evidencia mais do que mero desleixo no acompanhamento

do programa. Não estava nos planos da legenda que as pessoas deixassem de necessitar da transferência (a) mensal do Estado. Quando surgiam questionamentos a respeito desse tema, fundamental para um programa social preocupado com seus beneficiários, o PT simplesmente dizia que a saída do Bolsa Família ocorreria na geração seguinte, como se o futuro, por si só, oferecesse uma solução mágica para questão tão decisiva. No entanto, nada assegurava que a renda transferida constituísse de fato uma oportunidade de mudança, de crescimento (a), de maior autonomia, enfim, de menor dependência do Estado.

O Bolsa Família não só não reduziu o número de pobres, como também não diminuiu a desigualdade no Brasil nos 14 anos de existência do programa social, afirmou o ministro do Desenvolvimento Social. (41) Tem-se, assim, mais um engano do PT revelado. É uma falácia achar que, com simples transferência (b) de renda, se produz desenvolvimento social. O que promove ascensão social é educação de qualidade, emprego com perspectiva de crescimento (b), investimentos que alavancam a produtividade, condições mínimas de saúde e de saneamento, etc.

Sempre, mas especialmente em ano eleitoral, é necessária a transparência a respeito dos resultados das políticas públicas. Em breve, os eleitores terão de fazer escolhas políticas, com grandes consequências para o País. Eles devem, portanto, estar em condições de avaliar o que deu certo, o que deu errado e o que pode melhorar. O diagnóstico é claro: como programa de combate à pobreza, o Bolsa Família fracassou. Dentro do necessário esforço por livrar-se das amarras do populismo, cabe, portanto, avaliar a conveniência de continuar com um programa cujo maior mérito é transferir votos.

(ED1OESP, 05/04/2018, grifos nossos)

No excerto (40), o item nominalizado *constatação* recupera a informação sobre o fato de *o Bolsa Família não ter reduzido a pobreza*, funcionando como uma espécie de encapsulador de toda mensagem dita anteriormente. Pode-se dizer que ela foi anaforicamente recuperada (motivação textual) e ativada por operação cognitiva.

Essa nominalização excluiu o ator social, visto que não é possível recuperar no texto e nem fazer inferências sobre quem teria feito à constatação de que o Bolsa família não reduziu o número de pobres.

Em *transferência e desenvolvimento* (41), o ator social está encoberto, trata-se do *PT*. O enunciador deixa evidente com “falácia”, que o Bolsa Família, criado no governo do Partido dos Trabalhadores, apesar de transferir dinheiro, não produz desenvolvimento social.

A opção pelo encobrimento deve-se ao fato de o enunciador reconhecer a obviedade da informação sobre o PT = Lula e Dilma.

As duas nominalizações apontam *status* de entidades, visto que perdem o caráter pontual, mas transformam-se em objetificações esperadas e contínuas. Além disso, apresentam o *status* de informação defendida como algo inquestionável.

O terceiro editorial traz a tragédia ocorrida no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, motivada, principalmente, por um possível descaso, por parte do governo, pelo patrimônio público. Nota-se que o editorialista traça um caminho para enfatizar o descaso e mostrar que a solução estaria nos incentivos fiscais e na recuperação das instituições já existentes.

Vergonha

A tragédia do Museu Nacional revela que o corte de gastos precisa respeitar prioridades

O incêndio ocorrido no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, na noite de domingo passado, suscitou na maioria dos brasileiros uma profunda vergonha. É ultrajante o descaso do poder público com o patrimônio histórico, cultural e científico do País. A tragédia resultante joga luzes sobre uma série de graves problemas envolvendo a administração dos recursos públicos voltados para a educação e cultura. É inadmissível o que ocorreu no Museu Nacional.

Fundado em 1818 por d. João VI, o museu é a mais antiga instituição científica do País, com um acervo de 20 milhões de itens relativos às áreas da arqueologia, etnologia e geologia, além de coleções da antiguidade, trazidas ao Brasil no século 19. O ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, qualificou o incêndio de “tragédia incomensurável”. Segundo Luiz Fernando Dias Duarte, vice-diretor do museu, “é como se queimassem o Louvre ou Museu de História Natural de Londres”. Ainda não há informações precisas do que foi destruído ao longo das seis horas de incêndio, mas as perdas, obviamente, são irrecuperáveis.

O mais grave na tragédia do Museu Nacional é que o incêndio não foi uma surpresa. “O museu estava jogado, apodrecendo, incluindo a parte elétrica”, disse Walter Neves, professor da Universidade de São Paulo (USP). Em junho deste ano, quando a instituição completou 200 anos, **reportagem do Estado mostrou a existência de goteiras, infiltrações e problemas das instalações elétricas.** (grifos do autor)

A lamentável situação do Museu Nacional é resultado de uma série de distorções nas políticas públicas voltadas para educação e cultura. O Museu Nacional está vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e seu orçamento caiu, entre 2013 e 2018, de R\$ 500 mil para menos de R\$ 100 mil. Como se sabe, nos últimos 15 anos, houve uma multiplicação de despesas do Ministério da Educação, (42) com a criação (a) de inúmeras instituições de ensino superior em todo o País, sem um mínimo de critério acadêmico e administrativo. Uma vez que os recursos públicos não são infinitos, a criação (b) de despesas produziu inexorável impacto sobre a manutenção (a) de outros equipamentos públicos. Os museus, principalmente, foram atingidos por essa forma suicida de administrar.

A tragédia de domingo revela que a diminuição de gastos públicos precisa ser feita respeitando prioridades. Um corte de gastos horizontal, que trata da mesma forma todos os itens de orçamento, é disfuncional, deixando setores importantes sem investimentos e sustentando uma série de gastos inúteis ou menos importantes.

A precariedade do Museu Nacional era notória. Por exemplo, desde 2000, o museu pleiteava verbas para a construção de anexos que abrigassem as pesquisas que necessitavam da preservação de espécimes em álcool e formol, materiais inflamáveis. Desde então, só um anexo foi construído, com recursos da Petrobrás. Ao mesmo tempo, o Rio de Janeiro acompanhou na última década o surgimento de vários novos museus e entidades culturais na cidade. Não faz sentido criar novas instituições quando não há recursos disponíveis para conservar minimamente as já existentes.

A criação (c) de novas instituições, muitas delas resultado da parceria entre poder público e iniciativa privada, também traz à tona a questão dos incentivos fiscais. O Estado tem sérias dificuldades de alocar recursos públicos para a manutenção (b) das instituições culturais já existentes e, mesmo assim, tem aberto mão de vultosas receitas por meio de programas de incentivos fiscais de natureza cultural. No entanto, em boa parte dos casos, o que se vê é o Estado financiando eventos culturais altamente lucrativos, que não precisam de dinheiro público. Mais do que ajudarem a financiar a cultura, os incentivos fiscais têm sido um eficiente meio para que empresas façam propaganda com recursos que deveriam ser destinados a prioridades de fato públicas.

O incêndio do Museu Nacional foi vergonhoso. É preciso não fechar os olhos para suas verdadeiras causas. A história do País merece respeito.

(ED3OESP, 04/09/2018, grifos nossos)

Nota-se que “com a *criação* de inúmeras instituições de ensino superior em todo o País”, é diferente de *(alguém) criou inúmeras instituições de ensino superior no país*. Ao fazer isso, o editorialista desvirtua a atenção para a objetificação, deixando a oração com um estatuto de verdade e, conseqüentemente, não deixa duplas interpretações sobre o fato.

Destaca-se a relevância da metáfora gramatical para a coesão do texto. Nos itens lexicais *criação* (a) e *manutenção* têm-se o compartilhamento da memória discursiva do leitor. Já em *criação* (b), tem-se uma remissão ao termo anterior *recursos públicos não são infinitos* (motivação textual).

Nas três nominalizações, o ator social está encoberto (Ministério da Educação). Esse encobrimento é providencial, visto que o enunciador desconhece o ator que esteja por trás desses gastos públicos do ministério.

O quarto editorial, por sua vez, enfatiza as eleições parlamentares e a responsabilidade do eleitor diante do voto. O editorialista aponta que os votos são relevantes para a montagem de um congresso forte e atuante, e que o país precisará passar por reformas providenciais.

As eleições parlamentares

Sobre a próxima legislatura recai a responsabilidade de, ao lado do Executivo e do Judiciário, ajudar o País a retomar o prumo. A responsabilidade maior é do eleitor

A julgar pelas pesquisas de intenção de voto, seja quem for eleito, fato é que o próximo presidente da República contará com o apoio inicial genuíno de apenas uma reduzida parcela do eleitorado quando tomar posse em 1.º de janeiro de 2019. Em outras palavras: o eleito dificilmente desfrutará da chamada “lua de mel” que, no mais das vezes, costuma marcar os primeiros meses de um governo.

(43) Haveria um período de trégua e manifestação de boa vontade dos brasileiros não fossem a fragmentação das candidaturas e o tom do debate eleitoral, extremado a ponto de dificultar a criação de um ambiente sadio para a construção dos compromissos entre forças políticas antagônicas em prol da solução dos problemas do País. E estes não são poucos ou triviais. Tal quadro torna ainda mais importante do que naturalmente já seria a atenção dos eleitores aos candidatos à representação no Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, porque o País precisa voltar urgentemente ao trilho da separação

e harmonia entre os Poderes. Nos últimos anos, não têm sido poucos os casos de transgressão dos limites de atuação (a) que são determinados pela Constituição para cada um dos Poderes da República. E se é verdade que o Judiciário tem se sentido bastante confortável para se imiscuir na seara do Legislativo, também é possível afirmar que o Legislativo raras vezes reage ao ataque institucional na exata medida de sua gravidade. A tibieza dos parlamentares se deve a uma série de razões. (44) O esfacelamento da imagem do Congresso Nacional perante a opinião pública, à luz dos vários casos de corrupção envolvendo parlamentares, é a principal delas. Deputados e senadores fragilizados por suspeitas ou denúncias – em alguns casos sem fundamento – não têm condições de opor maior resistência à usurpação de suas prerrogativas.

Neste sentido, foi bastante alvissareiro o discurso do ministro Dias Toffoli ao assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal. “A harmonia e o respeito mútuo entre os Poderes da República são mandamentos constitucionais. Não somos mais nem menos que os outros Poderes. Com eles e ao lado deles, harmoniosamente, servimos à Nação brasileira”, disse o ministro, sinalizando novos tempos para o Judiciário sob sua gestão.

A atenção dos brasileiros aos candidatos à Câmara dos Deputados e ao Senado é também de suma importância porque o País depende fundamentalmente da aprovação de uma série de reformas políticas e econômicas, algumas de natureza constitucional, a fim de reequilibrar as contas públicas, ter recursos para investir nas áreas em que a presença do Estado se faz necessária e atrair investimentos privados que irão levar ao aumento da oferta de emprego e à geração de renda, girando a roda do crescimento econômico.

Nenhuma das duas frentes de atuação (b) congressional – vale dizer, o fortalecimento ético e institucional do Congresso e a aprovação das reformas de que o País tanto necessita – será bem-sucedida no decorrer da próxima legislatura caso os eleitores tratem com desmazelo seus votos para os cargos do Poder Legislativo. Não é só o pleito presidencial que tem importância vital para o futuro do País.

Projeta-se uma taxa de renovação na Câmara e no Senado inferior aos 30% a 40% que habitualmente têm marcado os pleitos para as Casas Legislativas. Salta aos olhos a reedificação de dinastias políticas que, para o bem da Nação, já deveriam há muito estar restritas aos anais da República Velha. Em parte, isso se deve a um sistema eleitoral anacrônico que dá azo a esse tipo de distorção por dificultar a ascensão de novas lideranças políticas no seio das estruturas partidárias. Mas também ao beneplácito dos eleitores que não rejeitam a manutenção dos velhos sobrenomes no Congresso, seja por hábito, seja por

desinteresse em buscar informação.

Sobre a próxima legislatura recai a enorme responsabilidade de, ao lado do Executivo e do Judiciário, ajudar o País a retomar o prumo. Ninguém entra no Congresso forçando a porta. A responsabilidade maior é sempre do eleitor.

(ED4OESP, 21/09/2018, grifos nossos)

Para que seja possível entender a lógica do enunciado/discurso, é necessário desempacotar a nominalização, ou seja, deve-se transformá-la novamente em verbo, oportunizando, com isso, compreender o próprio processo metafórico e seus participantes:

(45) “[...] manifestação de boa vontade dos brasileiros [...].” (ED4OESP, grifo nosso)

(45a) “Os brasileiros manifestaram-se [...].” (Grifos nossos)

No excerto (45a), é mais fácil reconhecer que o ator social *brasileiros* está ativado, isto é, desempenha um papel agentivo no discurso. Nota-se que, ativar um participante, não é uma tarefa gratuita, mas fruto de uma visão do enunciador, do que é relevante para a argumentatividade: evidenciar o processo, transformando-o em objetificação, ou evidenciar o ator social desse processo.

No exemplo (45a), o processo verbal *manifestaram* revela que alguém fez esse ato, isto é, apresenta papel agentivo na ação *de manifestar*.

Fragmentação é proveniente do processo material *fragmentar*, demanda um *saber fazer* por parte de um participante (motivação semântica). Por meio dessa nominalização, o editoralista encobriu o ator social (2º plano), já que é possível supor que pessoas fragmentaram as candidaturas.

As duas nominalizações funcionam como um elemento importante para o compartilhamento da memória discursiva do leitor, projetando uma pressuposição sobre a informação.

Casos de corrupção envolvendo parlamentares são as causas para o *esfacelamento* da imagem do Congresso Nacional perante o público. Essa imagem ganha *status* de entidade, visto que perde o caráter pontual de ocorrência, concretizando-se como um fenômeno constante. Ademais, é indicativa de modalidade opinativa e de não negociação do sentido.

O ator social, por sua vez, foi suprimido, uma vez que não é possível reconhecer os atores do *esfacelamento* da imagem do Congresso Nacional, em função de um provável desconhecimento ou um não comprometimento do enunciador com essa informação.

No quinto editorial, o editorialista retrata a polarização política estabelecida nas candidaturas de Haddad e Bolsonaro, mas enfatiza que, após a eleição, é necessário que o clima de divisão seja desfeito.

O dia seguinte

A polarização (a) é própria da política eleitoral, porém, passada a eleição, deve prevalecer um espírito de boa vontade para que as dissensões não deem início a outra crise, esta de consequências imprevisíveis

Há que se relativizar a ideia amplamente propagada de que foi o processo eleitoral que dividiu a Nação segundo os dois extremos do espectro político-ideológico. Primeiro, porque não é verdade. Além disso, a divisão política que ocorre com a sociedade no processo eleitoral não é um mal por si só. Ao contrário, é esperada no curso de uma campanha eleitoral democrática. Uma eleição contrapõe visões distintas sobre os rumos de um país e é de sua natureza opor opiniões e crenças diferentes, mas num dissídio que cessa assim que são apurados os votos – e não quando os “inimigos” são dizimados, como na guerra.

A julgar pelos resultados das pesquisas de intenção de voto, observa-se que, de fato, diante dos nomes sob escrutínio, os candidatos que compõem o chamado centro político – não o “centrão”, mas uma zona onde o compromisso é a saída natural dos dissídios – têm sido preteridos por candidatos que representam valores e ideias que, até recentemente, eram pouco aceitos pela maioria dos eleitores. Viceja o discurso sectário, a negação do diálogo para a construção de um compromisso nacional em torno das medidas a serem adotadas para tirar o Brasil da atual crise política, econômica e moral.

A polarização (b) é própria da política eleitoral. Porém, passada a eleição, deve prevalecer um espírito de boa vontade entre todos os cidadãos, governantes e governados, para que as dissensões não deem início a outra crise, esta de consequências imprevisíveis.

E o primeiro a estar imbuído por este espírito de compromisso há de ser o vencedor nas urnas.

No dia 28 de outubro, o País conhecerá o futuro presidente da República. É improvável que o eleito, seja quem for, conte com a simpatia ou a boa vontade da imensa maioria da população. Mas na manhã de segunda-feira, dia 29, milhões de brasileiros irão acordar para mais um dia de trabalho duro. Um deles terá a árdua missão de preparar o governo de um país em crise e carente não apenas de um discurso, mas de gestos de união.

A exemplo das instituições que lhe servem, a sociedade também deverá estar preparada para aceitar o resultado das urnas, seja qual for. (46) Não será com o aprofundamento das fissuras que hoje desviam as atenções de expressivos segmentos da população do que realmente importa – as soluções para os graves problemas nacionais, e não a campanha de eliminação dos “inimigos” na lide política – que o País haverá de reencontrar o caminho para um futuro de paz, tranquilidade política e estabilidade econômica há muito almejado.

Já é conhecido o trabalho que deve ser feito tanto pelo próximo governo como pelo Congresso Nacional para que, nos próximos anos, o País possa sanear as contas públicas, atrair novos investimentos e, assim, voltar a crescer.

Sugestões não faltam e são de conhecimento público, lastreadas por uma série de estudos assinados por especialistas genuinamente preocupados com o progresso do País.

O próximo governo não poderá se afastar da agenda de reformas estruturantes cuja execução é condição sine qua non para a manutenção da solvência do Estado e, conseqüentemente, da capacidade de investir em áreas essenciais como saúde e educação.

Faz parte da agenda básica a reforma da Previdência, sem a qual o shutdown do Estado não será mais uma mera ameaça, mas uma realidade de tristes conseqüências. Louve-se aqui a disposição do presidente Michel Temer de, ao alto preço de desgastar ainda mais sua imagem, oferecer ajuda a seu sucessor para encaminhar a aprovação da reforma ainda este ano, aliviando a pressão, que já não será pequena, sobre o novo presidente a partir de janeiro de 2019.

Há um país a ser governado. Há problemas concretos que demandam rápidas ações para que seus efeitos nocivos sobre a sociedade sejam interrompidos. Uma massa de 13 milhões de brasileiros desempregados espera poder voltar a trabalhar vença quem vencer.

A despeito das preferências políticas de cada um, o momento é de assunção de um compromisso nacional em torno de uma agenda de medidas essenciais, sem as quais qualquer debate político não será mais do que gritos de torcedores.

(ED5OESP, 01/10/2018, grifos nossos)

O sintagma nominal “*aprofundamento* das fissuras” confere ao texto uma ideia negativa em relação ao clima de polarização política eleitoral. O item nominalizado *aprofundamento* expressa e reforça o fenômeno como esperado, objetificado, uma vez que essa entidade não mostra caráter pontual no tempo.

O ator social *candidatos* foi omitido, porque o editorialista se refere não só ao presidente, às instituições, mas também à sociedade. Na verdade, a omissão do ator faz com que a informação apresentada no editorial (aprofundar as fissuras não fará o país encontrar o caminho) refira-se a todos os brasileiros, ou seja, o aprofundamento das fissuras por parte de qualquer setor da sociedade não será favorável ao país.

O quadro a seguir traz um compilado dos principais efeitos discursivos observados nos editoriais do *Estado de S. Paulo*.

Quadro 33- Categorização dos efeitos discursivos das nominalizações dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*

Categorização como elemento coesivo	Categorização como objetificação
Modalidade	Modalidade
	Apagamento do ator social
Operação cognitiva (referenciação)	Não negociação do sentido
	Compartilhamento do conhecimento/da memória discursiva

Fonte: Adaptado de Schlee (2018, p.171).

Dessa forma, o quadro 33 expõe os principais recursos encontrados nos editoriais do *Estadão*, sejam os que operam de forma coesiva, sejam os que operam de forma objetificada. Enfatiza-se a relevância da metáfora gramatical ideacional como um recurso de compartilhamento do conhecimento/da memória discursiva do leitor, como indicação de modalidade opinativa, operação cognitiva (referenciação), não negociação de sentido e o apagamento do participante do discurso.

Entre todos os elementos, o apagamento do ator social, sem dúvida, é um recurso bastante utilizado pelo enunciador, seja por encobrimento, seja por supressão. A tabela 6 mostra essas representações nos editoriais do *Estado*.

Tabela 6- Análise da incidência dos atores sociais nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*

Sufixo da metáfora gramatical ideacional por meio de nominalizações	Representação do ator social (inclusão ou exclusão = “encobrimento” e “supressão”)	%
-ção/-são/-ssão (47)	Incluído = 16 Encoberto = 27 Suprimido = 04	Incluído = 31,4% Encoberto = 60,8% Suprimido = 7,8%
-mento (19)	Incluído = 06 Encoberto = 11 Suprimido = 02	Incluído = 31,6% Encoberto = 57,9% Suprimido = 10,5%
-ança/-ância/-ença/ -ência (14)	Incluído = 07 Encoberto = 07 Suprimido = 0	Incluído = 50,0% Encoberto = 50,0% Suprimido = 0%
Total (80)	Incluído = 29 Encoberto = 45 Suprimido = 06 Exclusão no total = 51	Incluído = 36,3% Encoberto = 56,3% Suprimido = 7,5% Exclusão no total = 63,8%

Fonte: A autora.

Na representação do ator social de van Leeuwen (2008), constatou-se que as metáforas gramaticais ideacionais são muito relevantes como recursos de exclusão por encobrimento e supressão com aproximadamente 63,8% de ocorrência.

O participante encoberto tem 56,3% de incidência. Nesse caso, o editorialista não apaga o ator social definitivamente, mas o oculta em outra parte do texto (2º plano). Ao fazer essa opção, o enunciador dirige o foco do discurso para a metáfora, para a objetificação do processo em um nível mais abstrato.

A inclusão, por sua vez, ocorreu em 36,3%, com a inserção do “de” pós-modificador para incluir os participantes no discurso, como em “identificação de Temer”, por exemplo. Em muitos casos, o ator social é incluído de forma nominalizada, como Bolsonaro.

Em relação aos papéis semântico-textuais (AZEREDO, 1999), verifica-se que as nominalizações são, em sua maioria, conceitualmente motivadas, ou seja, estabelecem com os termos anteriores uma ligação semântica, e referente ao enunciado. Reconhece-se que alguns itens nominalizados são opinativos, marcam o juízo de valor do editorialista sobre o fato.

6.4 *Jornal O Globo*

O editorial 2, do jornal *O Globo*, intitulado *É urgente restabelecer o abastecimento*, do dia 28/05/2018, trata da greve dos caminhoneiros realizada no Rio de Janeiro, em função do aumento do combustível.

Esse editorial será utilizado para a análise da Configuração Contextual (CC) e da Estrutura Potencial do Gênero (EPG) de Hasan (1989), e do atributo *impessoalidade* e variáveis internas desse gênero de Beltrão (1980).

É urgente restabelecer o abastecimento (a)

O momento da greve de caminhoneiros é de se estabelecer a máxima prioridade para a cadeia de abastecimento (b) voltar a funcionar sem obstáculos. É a única alternativa aceitável depois que o governo concordou com todas as reivindicações do setor, incluindo de empresas que atuam nos bastidores do movimento.

Na entrevista concedida por autoridades no início da tarde desta segunda-feira, o ministro Eliseu Padilha se referiu a “infiltrações” entre caminhoneiros. Era previsível que grupos políticos tentassem se aproveitar da crise, para insuflar a radicalização e ampliar os problemas que a população enfrenta, inclusive com risco de vida para pacientes em hospitais e emergências. Uma forma especialmente irresponsável de tentar atingir o governo Temer. Enquadra-se neste cenário a ameaça de greve de petroleiros, uma iniciativa de evidente objetivo político-partidário.

Mas não há nada que a Constituição e o arcabouço legal de forma ampla não prevejam. O Estado tem instrumentos legais para gerenciar situações como esta. O ponto-chave é que muito foi concedido, a um custo financeiro estimado em quase R\$ 10 bilhões, a ser arcado por toda a sociedade. Deve-se lembrar que a União continua a acumular déficits anuais pesados. Para este ano, sem incluir o custo da dívida, R\$ 159 bilhões. Mais esta

despesa terá de ser bancada pela sociedade.

A garantia de preço fixo do diesel durante períodos predeterminados, o aceno de transporte pelos autônomos de parte da carga gerada pela Conab, de desconto para caminhões em pedágios e até de preço mínimo para frete consagram retrocessos graves. Na prática, volta-se aos congelamentos, à reserva de mercado, ao controle de preços e até à insegurança jurídica, com o rompimento unilateral de contratos assinados por concessionárias de estradas.

É preciso haver ações de redução de danos, para que não se repitam movimentos que usem a população como refém para vergar o governo. A classe política está convocada a atuar no apaziguamento geral.

Compreende-se a impossibilidade de os caminhoneiros gerenciarem a vida sem um mínimo de previsibilidade na fixação do preço do diesel. É correta a política de preço real da Petrobras, sem permitir que a estatal subsidie o consumidor. Foi assim, no governo Dilma, que a empresa acumulou perdas de dezenas de bilhões de reais, uma conta que cedo ou tarde seria apresentada ao Tesouro. Com o peso da corrupção, causa do superfaturamento de contratos, a Petrobras virtualmente quebrou.

O acordo com os caminhoneiros transfere para o Tesouro o ressarcimento da empresa quando os custos (cotação do petróleo e câmbio) suplantarem os preços na bomba. Pode-se apagar um incêndio na emergência, mas este não é um modelo aceitável.

Mesmo que sejam necessários ajustes na política de realismo tarifário, é crucial que se preserve a filosofia de concorrência no mercado de combustíveis, e de custos transparentes na estatal. Se o mercado de distribuição está oligopolizado, há organismos de Estado que tratam do problema. Não devem faltar interessados em atuar neste ramo de negócios. O mesmo vale para o refino, e para isso a estatal precisa continuar seu projeto de atrair novos investidores em refinarias.

(ED2OG, grifos nossos)

Os três estágios apontados por Hasan (1989) são fundamentais para o reconhecimento de um determinado gênero. No editorial 2, entre os *obrigatórios* constam a introdução, a argumentação e o desfecho; entre os *recursivos*, a retomada do tema na conclusão. O quadro 34 traz a EPG desse editorial.

Quadro 34- EPG do editorial do jornal *O Globo*

Movimentos e passos	Exemplos
<p>Movimento 1: apresentação do tema e da tese.</p> <p>Passo 1: explanar a prioridade para a cadeia de abastecimento voltar;</p> <p>Passo 2: justificar a tese.</p>	<p>(47) <i>“O momento da greve de caminhoneiros é de se estabelecer a máxima prioridade para a cadeia de abastecimento voltar a funcionar sem obstáculos. É a única alternativa aceitável depois que o governo concordou com todas as reivindicações do setor, incluindo de empresas que atuam nos bastidores do movimento.”</i> (tema/tese).</p>
<p>Movimento 2: argumentação sobre o tema.</p> <p>Passo 1: expor os argumentos.</p>	<p>Argumento 1: <i>“Era previsível que grupos políticos tentassem se aproveitar da crise, para insuflar a radicalização e ampliar os problemas que a população enfrenta, inclusive com risco de vida para pacientes em hospitais e emergências”;</i></p> <p>Argumento 2: <i>o Estado tem condições para gerenciar a crise;</i></p> <p>Argumento 3: <i>retrocessos graves com congelamentos, reserva de mercado, controle de preços e até à insegurança jurídica, com o rompimento unilateral de contratos assinados por concessionárias de estradas;</i></p> <p>Argumento 4: <i>comparação com o governo Dilma;</i></p> <p>Argumento 5: <i>O acordo com os caminhoneiros transfere para o Tesouro o ressarcimento da empresa quando os custos (cotação do petróleo e câmbio) suplantarem os preços na bomba.</i></p>
<p>Movimento 3: reafirmação do tema/propor solução e desfecho.</p>	<p><i>“Mesmo que sejam necessários ajustes na política de realismo tarifário, é crucial que se</i></p>

Passo 1: apresentar a solução para o tema;

Passo 2: concluir.

preserve a filosofia de concorrência no mercado de combustíveis, e de custos transparentes na estatal.”
(**apresentação de solução**).

“Se o mercado de distribuição está oligopolizado, há organismos de Estado que tratam do problema. Não devem faltar interessados em atuar neste ramo de negócios.”

“O mesmo vale para o refino, e para isso a estatal precisa continuar seu projeto de atrair novos investidores em refinarias.”

(**desfecho**).

(ED2OG, grifos nossos)

Fonte: A autora.

O movimento 1 expõe dois passos *obrigatórios*: apresentar o assunto, e em seguida, a opinião do corpo editorial sobre ele. No editorial intitulado *É urgente restabelecer o abastecimento*, o editorialista traz como tema *a importância de ações transparentes e realistas frente à greve dos caminhoneiros e suas possíveis consequências*. Na visão desse enunciador, “é preciso garantir o abastecimento para a população e não permitir um retrocesso na política de preços da estatal de forma a garantir que ela seja competitiva no mercado de combustíveis”.

O *movimento 2* retrata um passo *obrigatório*: argumentar sobre o fato veiculado na mídia jornalística, com base em algumas estratégias, a saber: 1) citação: relato do ministro Eliseu Padilha sobre as “infiltrações” de alguns grupos políticos na greve dos caminhoneiros; 2) constatação: o Estado tem instrumentos legais (Constituição) para gerenciar a greve; 3) causa e consequência: retrocessos graves com congelamentos, reserva de mercado, controle de preços e até à insegurança jurídica, com o rompimento unilateral de contratos assinados por concessionárias de estradas; 4) proposta: reduzir os danos da greve e 5) comparação: com o governo anterior, da presidente Dilma.

Já o *movimento 3* ocorre por meio de dois passos: um *recursivo*, com apresentação de uma solução para o tema, e outro *obrigatório*, com o desfecho. O enunciador resgata o tema de preservar a filosofia da concorrência no mercado de combustíveis e de custos transparentes frente à greve dos caminhoneiros. No desfecho, ele expõe uma possibilidade: *“Se o mercado de distribuição está oligopolizado, há organismos de Estado que tratam do problema. Não devem faltar interessados em atuar neste ramo de negócios.”* (ED2OG, grifo nosso).

Desse modo, esse editorialista apresenta uma visão favorável ao término da greve, com o anseio de que a cadeia de abastecimento possa voltar ao normal. No próximo quadro, será exposta a Configuração Contextual, com as variáveis *campo*, *relações* e *modo*.

Quadro 35- Configuração Contextual do editorial *É urgente restabelecer o abastecimento*

<i>Campo</i>
<i>Natureza da atividade social:</i> expor a opinião do corpo editorial. <i>Domínio da experiência:</i> retratar o discurso midiático sobre a greve dos caminhoneiros no Rio de Janeiro, no editorial 2, do dia 28/05/2018. <i>Objetivo:</i> informar e persuadir o leitor sobre esse assunto.
<i>Relações</i>
<i>Papéis sociais dos participantes:</i> editorialista e leitores. <i>Papéis institucionais:</i> corpo editorial do jornal <i>O Globo</i> e os leitores. <i>Distância social:</i> máxima.
<i>Modo</i>
<i>Canal:</i> gráfico. <i>Papel da linguagem:</i> informativo e persuasivo. <i>Meio:</i> escrito.

Fonte: A autora, adaptado de Fuzer & Cabral (2014).

A Configuração Contextual do editorial “É urgente restabelecer o abastecimento” expõe a variável *campo* de natureza ideacional, representando as vivências dos participantes. No caso desse texto, é retratada a greve dos caminhoneiros no Rio de Janeiro.

Esse contexto mais amplo é permeado por relações estabelecidas de forma hierárquica e ideológica. No caso em questão, a greve dos caminhoneiros é apenas um ponto dentro de um contexto muito maior de greves que atravessam o Brasil, e, sobretudo, de questões político-partidárias.

As *relações* interpessoais marcam os papéis sociais e institucionais entre editorialistas/corpo editorial e leitores, com uma distância máxima, em função das características do gênero. O *modo*, por sua vez, refere-se à organização da estrutura oracional, em que o papel da linguagem, no caso do editorial, é de informar/persuadir os leitores sobre as decorrências da greve dos caminhoneiros para a sociedade.

O editorial 2 expõe os quatro atributos de especificação do gênero: *impessoalidade*, *topicalidade*, *condensalidade* e *plasticidade* (BELTRÃO, 1980)⁹², mas interessa-nos o estudo da *impessoalidade*. Nota-se nos exemplos a inclusão desse atributo:

(48) “Na prática, volta-se aos congelamentos, à reserva de mercado, ao controle de preços [...]” (ED2OG, grifo nosso)

(49) “É preciso haver ações de redução de danos, para que não se repitam movimentos que usem a população como refém para vergar o governo.” (ED2OG, grifo nosso)

O distanciamento do enunciador com o texto, também pode ser notado com a inserção das metáforas gramaticais ideacionais “congelamentos” e “redução”. No primeiro caso, a oração “volta-se aos congelamentos” expõe uma noção de entidade discursiva constante no tempo, como algo duradouro, em decorrência da greve dos caminhoneiros. A construção com sujeito indeterminado reforça a impessoalidade.

No trecho (49), a construção “é preciso” também demonstra a intencionalidade do editorialista de se afastar do fato, reforçada por “redução”, que, além de afastar a ideia de agente no texto, marca o posicionamento do editorialista sobre demarcar a importância de dirimir os danos causados pela greve.

Esse editorial, em relação às variáveis tipológicas⁹³, é descrito da seguinte forma:

- 1) morfologia (artigo de fundo): tenta figurar em seção destinada às opiniões do jornal, em posição de destaque;
- 2) topicalidade (ação/consequência): pretende analisar a situação da greve dos caminhoneiros de forma imediata e suas possíveis implicações para o setor de abastecimento;
- 3) conteúdo (normativo): procura convencer o leitor sobre os problemas relacionados à greve dos caminhoneiros como, por exemplo, o desabastecimento;
- 4) estilo (intelectual): busca realizar o discurso de forma persuasiva;

⁹² Esses atributos de Beltrão (1980) estão conceituados na página 102-105, na seção 4.2 *O gênero editorial*.

⁹³ Tais variáveis são descritas na seção 4.2 *O gênero editorial*, páginas 102-105.

5) natureza (polêmico): tenta persuadir o enunciatário e enfraquecer os adversários, que, no caso, são os próprios grevistas.

Destaca-se a topicalidade da ação e consequência, pois o editorialista apresenta de imediato “a greve dos caminhoneiros e suas possíveis decorrências”. Ademais, a natureza é polêmica, porque esse convencimento visa, também, enfraquecer algum participante específico, no caso desse editorial, os próprios grevistas.

Dessa forma, esse editorial tenta minimizar a relevância da greve dos caminhoneiros, apontando as consequências de tal ato para a economia do Brasil. O desejo do enunciador é de que a greve termine e a cadeia de abastecimento volte ao normal; como resultado, expõe sua tese como conteúdo normativo, ou seja, tenta convencer o leitor com argumentos convincentes.

Nesse contexto, é importante reconhecer alguns efeitos discursivos das nominalizações para o texto. Em função disso, no decorrer da análise, será feita, também, essa categorização com posterior inclusão de um quadro.

(50) “É urgente restabelecer o abastecimento (a)

O momento da greve de caminhoneiros é de se estabelecer a máxima prioridade para a cadeia de abastecimento (b) voltar a funcionar sem obstáculos. É a única alternativa aceitável depois que o governo concordou com todas as reivindicações do setor, incluindo de empresas que atuam nos bastidores do movimento.” (ED2OG, grifos nossos)

O editorialista utiliza a metáfora gramatical ideacional *reivindicações* para encapsular as informações de tudo o que foi pedido pela categoria dos caminhoneiros e das empresas, mas que só serão expressos no decorrer do texto.

No exemplo, *reivindicações* é um mecanismo coesivo de antecipação do que será dito, funcionando como um recurso fundamental para as relações lógico-discursivas do texto, em uma operação cognitiva. Já os itens *abastecimento* (a) e (b), não encapsulam informações anteriores, mas compartilham a memória discursiva do leitor sobre o assunto. *Abastecimento* e *reivindicações* são nominalizações provenientes de processos distintos, enquanto o primeiro é material, o segundo é verbal.

A nominalização *reivindicações* retrata o ator social “setor” encoberto no texto. Já em *abastecimento* (a) e (b) o ator social foi suprimido do fato por ser dispensável identificar os participantes do processo *abastecer*, pois faz parte do conhecimento do leitor que os caminhoneiros abastecem a população. O que está em jogo é fazer referência aos atos já encerrados.

O editorialista preconiza que *a cadeira de abastecimento voltará a funcionar sem obstáculos*, porque o governo direcionou esforços para garantir a pauta de fim de greve dos caminhoneiros, em suas reivindicações. Entende-se, assim, que a metáfora gramatical *reivindicação* refere-se a uma prática naturalizada na sociedade, uma vez que o evento greve pressupõe que um grupo de pessoas está insatisfeito com algum setor e, que, por esse motivo, o único meio de terminar com esse evento é por meio do atendimento às reivindicações.

(51) “Na entrevista concedida por autoridades no início da tarde desta segunda-feira, o ministro Eliseu Padilha se referiu a ‘infiltrações’ entre caminhoneiros. Era previsível que grupos políticos tentassem se aproveitar da crise, para insuflar a radicalização e ampliar os problemas que a população enfrenta, inclusive com risco de vida para pacientes em hospitais e emergências.” (ED2OG, grifos nossos)

As nominalizações *infiltrações* e *radicalização* poderiam ser classificadas como referentes aos enunciados (conteúdos), conceitualmente motivadas (semânticos) e com indicações de modalidades opinativas. *Infiltrações* marca o interdiscurso do ministro Eliseu Padilha, *de que grupos políticos se aproveitaram da greve dos caminhoneiros para insuflar a radicalização*.

A metáfora gramatical ideacional *infiltrações* marca a ativação do conhecimento do leitor sobre o que viria a ser uma “infiltração” de alguém em uma greve e quais interesses estariam por traz desse discurso.

O item nominalizado *infiltrações* marca uma estratégia de referenciação e de textualização ancorada na memória discursiva, pois é uma ideia partilhada pelos leitores atentos ao que ocorre no contexto de greve.

O modalizador *era previsível* marca o engajamento do periódico com a existência dessa imagem de radicalização, de um discurso contrário aos grupos políticos que querem insuflar os ânimos dos caminhoneiros em relação à greve.

Já a representação dos atores sociais em *infiltrações* e *radicalização* é feita por encobrimento, momento em que o ator social *grupos políticos* é camuflado no período, ficando em segundo plano.

(52) “Na prática, volta-se aos congelamentos, à reserva de mercado, ao controle de preços e até à insegurança jurídica, com o rompimento unilateral de contratos assinados por concessionárias de estradas.” (ED2OG, grifos nossos)

Nota-se que, o *rompimento unilateral das concessionárias* é a causa dos *congelamentos*, *da reserva*, *do controle de preços* e *da insegurança jurídica*. A nominalização também é um relevante recurso na marcação de causa-efeito em um texto argumentativo, possibilitando ao leitor um entendimento mais categórico sobre o que está sendo exposto.

Congelamentos e *rompimento* são retratados como itens objetificados, com *status* de entidades. Em função disso, mostram-se como fenômenos constantes no tempo.

Já a representação dos atores sociais poderia ser analisada da seguinte forma: na prática, volta-se aos *congelamentos* (exclusão por supressão), à reserva de mercado, ao controle de preços, e até à *insegurança* jurídica (exclusão por supressão), com o *rompimento* unilateral de contratos assinados por concessionárias de estradas (ator incluído por passivação).

Os atores sociais foram totalmente excluídos em *congelamentos* e *insegurança*, não sendo, portanto, recuperáveis nos contextos. Diferentemente, no último exemplo, o ator é encoberto pelo processo de passivação por *concessionárias de estradas*, recuperáveis no texto, mas não de forma agentiva direta.

(53) “É preciso haver ações de redução de danos, para que não se repitam movimentos que usem a população como refém para vergar o governo. A classe política está convocada a atuar no apaziguamento geral.” (ED2OG, grifos nossos)

As metáforas gramaticais destacadas expõem algumas funcionalidades no texto, a saber: ativam o conhecimento compartilhado, ou seja, ao se tornarem entidades, não admitem

questionamentos. Tais itens nominalizados tornam-se, assim, fenômenos esperados, em uma indicação de assertividade.

A análise dos participantes é realizada pela teoria de representação dos atores sociais. A nominalização *redução* foi utilizada para excluir o participante do enunciado, de modo que não é possível inferir quem deseja que haja redução de danos. Como não foram deixadas pistas textuais, diz-se que ocorreu supressão do ator. Em *apaziguamento*, o ator é a classe política, que é instigada pelo editorialista a agir no sentido de trazer paz ao cenário político.

(54) “Compreende-se a impossibilidade de os caminhoneiros gerenciarem a vida sem um mínimo de previsibilidade na fixação do preço do diesel.” (ED2OG, grifo nosso)

Essa metáfora gramatical traz um conteúdo pressuposto e, conseqüentemente, presente na memória discursiva dos leitores. Essa *fixação* está relacionada à greve, tema recente e, portanto, de conhecimento de todos. O ato de *fixar* não é tratado de forma pontual, é, ao contrário, referido como um fenômeno no universo econômico.

Tal item não apresenta função remissiva anafórica, mas apresenta o compartilhamento da memória discursiva do leitor, em uma argumentação voltada para a não negociação do sentido, como uma verdade amplamente defendida pelo enunciador.

Em relação à representação dos atores sociais, observa-se que *fixação* não expõe o ator social, porque não é possível recuperar no próprio texto o possível participante que poderia fixar o preço do diesel. O enunciador não quis fazer referência ao ator, certamente pela obviedade dessa informação (autoridades responsáveis do governo), mas quis marcar o processo como concluído, como algo acabado.

(55) “Com o peso da corrupção, causa do superfaturamento de contratos, a Petrobras virtualmente quebrou.

O acordo com os caminhoneiros transfere para o Tesouro o ressarcimento da empresa quando os custos (cotação do petróleo e câmbio) suplantarem os preços na bomba. Pode-se apagar um incêndio na emergência, mas este não é um modelo aceitável.

Mesmo que sejam necessários ajustes na política de realismo tarifário, é crucial que se preserve a filosofia de concorrência no mercado de combustíveis, e de custos transparentes na estatal. Se o mercado de distribuição está oligopolizado, há organismos de Estado que tratam do problema.” (ED2OG, grifos nossos)

As metáforas gramaticais *superfaturamento*, *ressarcimento*, *cotação*, *concorrência* e *distribuição* têm motivação semântica e são provenientes dos processos materiais *superfaturar*, *ressarcir*, *cotar*, *concorrer* e *distribuir*. Acrescenta-se que nenhuma das nominalizações apresenta função coesiva anafórica, mas elas marcam o discurso com a retomada da memória discursiva do leitor como eventos recorrentes nas transações econômicas.

Em relação aos atores sociais, constata-se que *superfaturamento*, *cotação*, *distribuição*, *concorrência* e *distribuição* foram utilizados para excluir os atores sociais do enunciado, porque o editorialista não quis citar quem é o autor do superfaturamento de contratos, quem fez a cotação do petróleo e câmbio, quem opera a concorrência no mercado de combustíveis e quem faz parte do mercado de distribuição.

O termo *superfaturamento* marca a corrupção como grande causadora de a Petrobrás ter quebrado financeiramente. Todavia, não se sabe quem ou qual grupo se corrompeu, pois o ator social foi totalmente apagado do processo verbal.

O discurso sobre a corrupção envolve relações de poder assimétricas na sociedade e, muitas vezes, naturalizadas como se fossem comuns. Para não fomentar debates, o enunciador apaga totalmente a figura do ator social, cabendo ao leitor fazer as associações por meio da memória discursiva acerca do grupo que está por trás do discurso da corrupção.

Por esse motivo, esse discurso, muitas vezes, é camuflado, e seus participantes, quase todos, são apagados, seja por exclusão, como no exemplo, seja por encobrimento. Em ambas, o real objetivo é o não comprometimento com essas informações e a pretensa isenção do enunciador perante a informação. Contrariamente, *ressarcimento* incluiu o ator social *Tesouro*, mencionado no texto como um participante indireto da ação de ressarcir.

O quadro 36 a seguir, mostra a incidência da metáfora gramatical ideacional e seus respectivos atores sociais no editorial 2.

Quadro 36- Análise da incidência da metáfora gramatical ideacional e de seus atores sociais no editorial 2 do jornal *O Globo*

A metáfora gramatical ideacional e a representação dos atores sociais	
1. abastecimento (a) = suprimido	9. redução = suprimido
2. abastecimento (b) = suprimido	10. apaziguamento = incluído
3. reivindicações = encoberto	11. fixação = suprimido

4. infiltrações = encoberto	12. superfaturamento = suprimido
5. radicalização = encoberto	13. ressarcimento = incluído
6. congelamentos = suprimido	14. cotação = suprimido
7. insegurança = suprimido	15. concorrência = suprimido
8. rompimento = incluído	16. distribuição = suprimido

Fonte: A autora.

Postas as dezesseis nominalizações em tela, nota-se que o fato de incluir apenas três atores sociais, suprimi-los em dez e acobertá-los em três diz muito em relação ao posicionamento do jornal sobre o tema *greve dos caminhoneiros*.

Revela-se que, em se tratando dos grevistas, todas as ocorrências foram excluídas, seja totalmente, seja parcialmente, sugerindo que o discurso proferido pelo jornal quis isentar esse grupo dos problemas decorrentes de uma greve para o país.

Além desse efeito, a metáfora gramatical indica juízo de valor, com modalidade opinativa, objetifica o processo em entidades discursivas, não negocia o sentido, ativa o conhecimento compartilhado como entidade e exclui o ator social. Todas essas categorias foram contempladas no editorial, o que mostra a relevância da metáfora gramatical ideacional em um texto específico.

6.4.1 O Globo - análise geral

Em relação à estrutura do gênero, os editoriais do jornal *O Globo* expõem 9 a 11 parágrafos extensos.

Quase todos os editoriais têm subtítulo, possibilitando o desenvolvimento da ideia evidenciada no título. As introduções dos textos, por sua vez, trazem os temas e as teses tratados pelos editorialistas. Tais informações estão dispostas já nos primeiros parágrafos dos editoriais.

Os desenvolvimentos utilizam recursos argumentativos como: comparações, citações de autoridades, exemplificações, entre outros. As conclusões, por sua vez, são curtas em extensão e exibem, de modo geral, a reafirmação da crítica sobre o tema tratado no texto.

Já as variáveis tipológicas dos editoriais são descritas da seguinte forma (BELTRÃO, 1980)⁹⁴.

- 1) *morfologia*: os cinco editoriais são *artigos de fundo*, dispostos em uma seção de opinião;
- 2) *topicalidade*: nenhum texto é *preventivo*, isto é, o editorialista antecipa-se aos fatos; quatro são de *ação* (ED1OG, ED2OG, ED4OG, ED5OG), uma vez que expõem de forma imediata os acontecimentos; e apenas um é de *consequência*, mostra as decorrências de um determinado fato (ED3OG);
- 3) *conteúdo*: nenhum editorial é *ilustrativo*, ou seja, pretende ensinar o leitor, funcionando como manual; nenhum é *informativo*, que esclarece mais os fatos; e cinco são *normativos*, pois priorizam a argumentação (ED1OG, ED2OG, ED3OG, ED4G, ED5OG);
- 4) *estilo*: cinco editoriais são *intelectuais*, porque visam ao raciocínio do eleitor (ED1OG, ED2OG, ED3OG, ED4OG, ED5OG); e nenhum é *emocional*, isto é, apela para o lado sentimental do eleitor;
- 5) *natureza*: nenhum texto é *promocional*, ou seja, tenta convencer o leitor a ter um posicionamento; dois são *circunstanciais*, uma vez que surgem após a ocorrência de um evento (ED1OG, ED3OG); e três são *polêmicos*, são doutrinários, pois tentam convencer o leitor e, ao mesmo tempo, enfraquecer certos participantes políticos e sociais (ED2OG, ED4OG, ED5OG).

Dessa forma, os editoriais do jornal *O Globo*, em sua maioria, são de *ação*, são *normativos* e *circunstanciais*, porque tratam os temas de modo imediato, muitas vezes, ainda em curso eventual. O editorialista utiliza estratégias argumentativas para atingir seu objetivo: convencer o leitor sobre um determinado fato.

Foi identificado número expressivo de nominalizações, principalmente das formas terminadas com os sufixos -ção/-são/-ssão, -mento e -ança/-ância/-ença/-ência, os quais foram utilizados em diferentes contextos nos editoriais. A tabela a seguir, mostra essas incidências.

⁹⁴ Essas variáveis do gênero são descritas na seção 4.2 *O gênero editorial*, páginas 102-105.

Tabela 7- Nominalizações do jornal *O Globo*

-ção/-são/ -ssão	-mento	-ança/-ância/ -ença/-ência	-ada/-ado	-agem	-ura	-ida/-ido
66	11	6	1	1	0	0
77,6%	12,9%	7,1%	1,2%	1,2%	0%	0%

Fonte: A autora.

Após a análise dos dez editoriais com a ferramenta AntConc, foi possível observar que o *corpus* apresenta 2476 palavras e um total de 85 nominalizações, entre formas pluralizadas ou não. Os trechos selecionados a seguir mostram a incidência desse recurso. Optou-se por excertos com itens nominalizados diferenciados.

O assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco, é tratado no primeiro editorial do jornal *O Globo*. As nominalizações destacadas nos fragmentos (56) e (57) conferem ao texto algumas funcionalidades.

Sectarizar morte de Marielle é um desserviço

Fazer campanha eleitoral e qualquer tipo de proselitismo desrespeitará a vítima e causará desunião, quando é preciso unidade no combate ao crime

A inqualificável execução (a) da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes, na noite de quarta-feira, no Rio, deflagrou uma reação (a) do poder público à altura da provocação feita ao Estado pela criminalidade. Também gerou uma comoção na cidade, em todo o país e em algumas capitais no mundo, proporcional ao simbolismo da tragédia.

(56) O acionamento da Polícia Federal, a mobilização da inteligência das Forças Armadas — que já atuam no Rio de Janeiro na intervenção federal —, integradas à investigação da Polícia Civil fluminense, assim como o empenho pessoal da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, indicam o correto entendimento de que se trata de um ataque às instituições. A mesma postura acertada tiveram o Congresso e o STF.

Fica em segundo plano o fato de Marielle ter sido vereadora do PSOL. Os atingidos foram todos que têm representação política obtida pelo voto, todos os eleitores, o próprio estado democrático de direito.

Também precisa ser relativizada a questão de a vereadora representar o trinômio

“preta, mulher, favelada”, tão usado em proselitismos. Importa é que bandidos, com esse assassinato, buscam sinalizar que o poder é deles. Fosse Marielle “branca e rica”, a execução (b) precisaria provocar a mesma reação (b) do Estado e na sociedade. A morte de Marielle não pode ser apropriada por interesses partidários ou sectários. À esquerda e à direita. Será impedir que o crime possa mesmo ser um divisor de águas no confronto que Estado e sociedade travam contra o banditismo, a corrupção, contra todas as formas de delitos que solapam a cidadania e os direitos humanos em sentido amplo.

Cometido em período eleitoral, o crime tende a ser manipulado como instrumento de campanha, para atrair votos. Será um desrespeito com a vereadora, cuja candidatura foi a quinta mais votada. Neste sentido, foi um conforto perceber, em tomadas aéreas feitas quinta, no início da noite pela GloboNews, da aglomeração na Cinelândia, que o vermelho não era a cor predominante. Espera-se que isso tenha sido sinal de que, pelo menos naquele momento, no centro do Rio, muitas crenças políticas se mobilizaram para saudar Marielle e clamar pela rápida elucidação do assassinato e punição dos culpados, numa reação (c) do estado democrático de direito.

(57) Em sentido oposto, na multidão reunida à mesma hora na Avenida Paulista, em frente ao MASP, ouvia-se o clássico slogan de “Fora Temer”. Demonstração de oportunismo político-partidário derivado da incompreensão do grave significado do assassinato da vereadora.

O momento é especial. Que seja aproveitado para se avançar nas ações integradas visando à extirpação do crime infiltrado no aparelho de segurança fluminense, bem como na coordenação entre os segmentos de toda a máquina pública que lutam contra a criminalidade.

(ED1OG, 17/03/2018, grifos nossos)

Essas formas destacadas implicam transformações gramaticais, de modo que, muitas vezes, é necessário desempacotar a nominalização para que possamos compreender a mudança na estrutura lógica do enunciado, assim como a mudança léxico-gramatical. Martin e Rose (2003, p.112, tradução nossa) explicam que “desempacotar metáforas ideacionais, como mostramos aqui, pode ajudar a revelar como elas controem a realidade e é uma estratégia importante para ensinar aos alunos de línguas como elas funcionam.”⁹⁵

⁹⁵ No original: “Unpacking ideational metaphors as we have shown here can help to reveal how they construe reality and is one key strategy for teaching language learners how they work.”

(58) “O acionamento da Polícia Federal [...]” (ED1OG, grifo nosso)

(58a) “(Alguém) acionou a Polícia Federal [...]” (Grifo nosso)

Essa nominalização apresenta uma mudança de natureza gramatical, pois a metáfora gramatical exigiu a inclusão do artigo definido o, como determinante do nome, e a inserção da preposição de para introduzir o sintagma nominal Polícia Federal, que, como sintagma preposicionado, passou a funcionar como complemento do grupo nominal.

Nos dois exemplos, a Polícia Federal é *meta*, ou seja, é o participante que é afetado pelo processo, aquele que recebe o impacto da ação. No trecho (58a), contudo, ao desempacotarmos a metáfora por meio do emprego da forma verbal *acionar*, fica clara a necessidade de explicitação do *ator*, o que não acontece na construção metaforizada. Fica evidente, assim, mais uma das funcionalidades da metáfora gramatical: a possibilidade de apagamento do *ator*, não só pelo fato de essa informação ser óbvia ou, pelo contrário, totalmente desconhecida do escritor (como acontece no caso do *ator* relativo ao processo *executar*), mas também por não ser de interesse do escritor revelá-la.

Acionamento, mobilização, investigação e entendimento implicam, assim, alterações gramaticais que promovem mudanças semânticas relacionadas à abstração da ideia veiculada pela nominalização, ou seja, implicam transformações de ideias mais concretas em abstratas (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004). No caso específico das nominalizações elencadas, os eventos de *acionar, mobilizar, investigar e entender* foram objetificados, assumindo *status* de entidades que fazem parte do conhecimento compartilhado entre escritor e leitor.

Em relação aos atores sociais, nota-se que as nominalizações *acionamento, mobilização, e entendimento* excluíram a presença do participante direto da ação, então, não é possível identificar nenhuma evidência que possa incluí-los no discurso. Apenas *intervenção* e *investigação* apresentam atores sociais ativos, “Forças Armadas” e “polícia civil fluminense” atuando de forma indireta.

A metáfora gramatical ideacional *demonstração* foi utilizada como um resgate anafórico, recuperando a informação anterior “na multidão reunida à mesma hora na Avenida Paulista, em frente ao MASP, ouvia-se o clássico slogan de ‘Fora Temer’”, em uma indicação de estratégia discursiva. Observa-se que *demonstração* constitui um fenômeno anafórico que, como diz Olímpio (1997), “mais deixa à mostra, no texto, os bastidores da construção de

objetos-de-discurso pela atividade referencial. Essa talvez seja uma das funcionalidades mais recorrentes da metáfora gramatical.”

As nominalizações *demonstração* e *inconpreensão* sugerem que o conteúdo é uma verdade inquestionável e, em função disso, não possibilita que surjam outras interpretações. Além disso, a partir de tais conteúdos, presume-se que alguém ou algum grupo se mobilizou para algo, trata-se do ator social incluído e coletivizado em “multidão”.

A cobertura vacinal da população é enfatizada no terceiro editorial, com um posicionamento bastante negativo sobre o governo Lula. O enunciador expõe a figura do *aparelhamento/proteção* no excerto (59) e suas funcionalidades.

Ativismo e má gestão prejudicam vacinação no país

Desarranjo administrativo da era Lula-Dilma levou ao desmonte dos sistemas de prevenção (a) de doenças

Apesar da mobilização nacional contra o sarampo e a poliomelite, no último sábado, quando mais de 36 mil postos de saúde funcionaram em todo o país, os índices de cobertura vacinal dessas doenças ainda permanecem longe da meta. Segundo o Ministério da Saúde, a campanha atingiu, até segunda-feira, pouco mais da metade (51%) do público-alvo, ou seja, 5,7 milhões do total de 11,2 milhões de crianças de um a cinco anos incompletos. O objetivo é imunizar 95% até 31 de agosto.

Entre os estados com pior desempenho, está o Rio de Janeiro. De acordo com a Secretaria estadual de Saúde, do público-alvo (812 mil crianças), foram vacinados até agora 33,39% contra o sarampo e 31,94% contra a pólio. Percentuais que colocam o Rio na lanterna do ranking, abaixo do Pará (33,59% para o sarampo e 33,6% para a pólio, segundo o Ministério da Saúde). Na outra ponta, encontram-se Rondônia (85% para a pólio e 83,45% para o sarampo) e Amapá (76,15% para a pólio e 75,96% para o sarampo). Pelo menos dois estados — Amazonas e Roraima — já enfrentam surtos de sarampo, doença que foi considerada erradicada das Américas em 2016.

Esses resultados desfavoráveis sugerem que autoridades federais, estaduais e municipais da saúde estão apenas se dedicando a cumprir tabela, ou seja, a rotina prevista nos manuais que, em última análise, significa oferecer as vacinas ao público e, eventualmente, convocá-lo ao posto mais próximo. É óbvio que isso não tem sido suficiente

para motivar as pessoas. Os números estão aí.

O que não fica visível para o público é a desorganização (a) do aparato estatal que resultou nesse descalabro. A vacinação em massa, periódica, é uma iniciativa louvável da rede pública e antecede à existência do SUS. Começou em 1979 e, progressivamente, levou o país a um padrão de prevenção (b) sanitária invejável à maioria dos países. O que se viu, a partir do governo Lula, foi um desarranjo na gestão do sistema público, cujas causas estão em administração deficiente, disputas técnicas e suspeitas sobre as compras de vacinas (HPV, por exemplo).

A esse quadro, somou-se, mais recentemente, o ativismo político de militantes vinculados ao PT e partidos satélites que, em posições estratégicas nas áreas de prevenção (c) sanitária federal, estaduais e municipais, contribuíram decisivamente para impasses na formulação e execução das campanhas públicas de vacinação. É desse grupo o absurdo discurso eleitoral de que o impeachment de Dilma fez o país regredir na vacinação, na mortalidade infantil e “voltar ao mapa da fome”.

A bagunça na saúde, iniciada na era Lula, levou, sim, a uma desorganização (b) do sistema e sinaliza que o país pode de fato regredir na prevenção (d) de doenças, na mortalidade infantil e na manutenção dos níveis básicos de nutrição dos mais pobres. (59) Isso, se mantidas as condições da última década, quando o aparelhamento político e a letargia administrativa contaminaram a gestão, as prioridades e os mecanismos estatais para proteção da saúde dos brasileiros.

(ED3OG, 22/08/2018, grifos nossos)

Em relação aos atores sociais, observa-se que o sintagma nominal “aparelhamento político” não menciona quais políticos estariam envolvidos nesse controle da administração pública. Então, em função desse desconhecimento, pode-se dizer que tais participantes estão encobertos no discurso. Igualmente, o termo “proteção da saúde dos brasileiros” apresenta dois participantes: o primeiro (políticos = encoberto), responsável por essa garantia de proteção, e o segundo (brasileiros = incluído de forma coletiva), receptor da proteção da saúde.

O item nominalizado *aparelhamento* perdeu o caráter temporal, visto que tal objetificação é marcada pelo enunciador como fenômeno não acabado. O enunciador assevera que o aparelhamento político e a letargia administrativa da era Lula prejudicaram a proteção

básica da saúde do povo brasileiro. A *proteção*, por sua vez, é vista como algo necessário e, em uma boa gestão política, como uma garantia ao bem-estar das pessoas.

O quarto editorial expõe a onda de violência entre os apoiadores de Haddad e Bolsonaro durante as eleições presidenciais. O editorialista aponta que é necessário manter um clima ameno, e que o apaziguamento deveria vir dos candidatos. No trecho (60) a seguir, destaca-se essa afirmação, assim como as metáforas gramaticais grifadas e suas categorizações no discurso.

Candidatos têm de ajudar a conter onda de violência

Bolsonaro e Haddad dão declarações (a) de apaziguamento, mas precisam continuar atentos

A campanha eleitoral já produziu uma sucessão de episódios violentos como o atentado a candidato presidencial, assassinato, agressões (a), ameaças e tentativas de intimidação à imprensa em geral, e a jornalistas em particular.

Em todas as regiões são listados, diariamente, casos de violência de gênero, ideológica, racial e religiosa com raízes no ambiente de polarização (a) político-eleitoral.

O fenômeno não é inédito, apenas possui maior visibilidade devido a um ativismo extremado que se reflete nas redes sociais.

O núcleo de estudos FGV-DAPP mapeou mais de seis milhões de postagens durante a campanha eleitoral e contabilizou, entre outras, 1,8 milhão de manifestações (a) de discriminação aos nordestinos; 1,4 milhão de apoio ao nazifascismo; 1 milhão contra mulheres; 1 milhão contra minorias LGBT e outro milhão contra evangélicos, comunistas e negros.

Nesse ambiente de polarização (b), têm-se tragédias como a facada em Bolsonaro, candidato do PSL, em Minas Gerais, e o assassinato de um mestre de capoeira, na Bahia.

Casos de agressões (b) a profissionais da comunicação, segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), já somam 137 na temporada eleitoral. Foram 75 ataques por meios digitais, tendo como alvo 64 profissionais, e outros 62 casos físicos, com 60 vítimas.

São fatos sintomáticos de algo muito grave — o embrião de um processo de radicalização social. E isso não é bom para nenhum dos competidores políticos, muito menos para o ambiente que se pretende democrático numa eleição.

Os candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), igualmente, têm o dever de repudiar atos dessa natureza e, principalmente, de demonstrar firmeza, de forma absolutamente inequívoca, para conter os seus radicais partidários nas ruas, nas redes, nos palanques, onde for.

Diante do assassinato do mestre de capoeira Moa do Katendê, petista, esfaqueado na madrugada de segunda-feira, em Salvador, numa discussão política com o bolsonarista Paulo Sérgio Ferreira de Santana, Bolsonaro primeiro titubeou, mas terminou repudiando o assassinato. Haddad já fez declarações (b) também contra a violência.

(60) Agem de forma correta, porque a omissão equivale a dar um sinal verde a quem será governado de que essas manifestações (b) são legítimas. Nunca são.

É preciso ter consciência de que o preço a pagar será muito alto: o descontrole social decorrente da violência disseminada é extremamente arriscado, corrosivo, para qualquer governo. Eleição não é unção. A legitimidade do poder político só acontece quando o eleito consegue se impor como líder em um ambiente pacificado e democrático. Não deve interessar a ninguém seguir um caminho diferente.

(ED4OG, 12/10/2018, grifos nossos)

No editorial 4, o enunciador afirma que os candidatos Bolsonaro e Haddad precisam apaziguar os ânimos de seus apoiadores, e de que a “omissão” dos candidatos em relação ao tema intensificará os acirramentos. A nominalização deixa subentendido os experienciadores do processo mental *omitir*, do qual deriva a metáfora omissão. Tais participantes, no entanto, podem ser facilmente recuperados pelo contexto. Também facilmente recuperável pelo contexto é o *fenômeno* (omitirem-se de uma postura crítica às posturas violentas de seu eleitorado). Percebe-se, assim, que a metáfora *omissão* tornou possível o apagamento desses participantes, tornando o texto mais fluente sem a presença de informações facilmente inferíveis. Já *manifestações*, além de funcionar como elemento coesivo que retoma os *casos de agressão* de ambos os lados, permite o apagamento dos atores sociais envolvidos na ação, que são recuperáveis no parágrafo anterior.

No plano textual, constata-se que *omissão* não resgata nenhuma informação presente no discurso do enunciador, diferentemente, de *manifestações* que recupera os atos violentos dos apoiadores de Haddad e Bolsonaro.

Discursivamente, *omissão* apresenta *status* de informação defendida amplamente pelo editorialista, com certo grau de assertividade, de forma enfática, com “sinal verde a quem será

governado”. Já *manifestações* opera cognitivamente como uma entidade discursiva, pois o conhecimento é compartilhado com os leitores do que “venha a ser uma manifestação” nesse contexto de polarização.

O quinto editorial aborda a vitória de Bolsonaro na campanha eleitoral. O editorialista aponta que o novo presidente precisará promover a pacificação, assim como governar e aprovar leis e emendas constitucionais com a ajuda de partidos de situação e de oposição. A seguir, no fragmento (61), algumas metáforas gramaticais e suas funcionalidades são destacadas.

A hora do rodízio democrático no poder

A derrota do PT para uma direita assumida realça o mecanismo de oxigenação do regime pelo voto

A vitória de Jair Bolsonaro, na oitava eleição presidencial direta depois da redemocratização, é o desfecho de uma campanha intensa, com vários ingredientes de elevada combustão. Por isso mesmo, foi um pleito que serviu para atestar a solidez do estado democrático de direito. E consolidá-lo ainda mais.

O fato de um líder popular, Lula, estar encarcerado por corrupção e lavagem de dinheiro, e ainda por cima ter estado à frente em pesquisas eleitorais, colocou no centro dos debates políticos o Poder Judiciário. O PT e advogados do ex-presidente exerceram pressão máxima, de várias formas, legais e outras nem tanto, para que o candidato Lula pudesse tentar despachar no Planalto pela terceira vez.

Mas, para isso, seria preciso desobedecer à Lei da Ficha Limpa, segundo a qual réu condenado em duas instâncias fica inelegível por oito anos. Sem a possibilidade de qualquer mudança na legislação pelas vias normais do Congresso, restaria algum inconcebível contorcionismo em tribunais, numa reinterpretação da lei, para restabelecer a elegibilidade de Lula. Este sim, um “golpe”.

Como se esperava, leis foram respeitadas, norma inegociável num país já com três décadas sob a mesma Constituição, a que restabeleceu o regime democrático e respectivos direitos e liberdades.

Foram em vão pressões políticas, chicanas advocatícias, lobbies e manobras no exterior, inclusive na ONU. Valeu, como deve valer sempre, a decisão do Judiciário

brasileiro, poder independente como estabelece a Carta.

A eleição de Bolsonaro, ex-capitão do Exército, deputado federal com sete mandatos, abre um novo ciclo na democracia brasileira. Pois segue-se um governo de direita assumida aos 13 anos de poder petista em Brasília — antecidos por oito em que o PSDB, legenda de origem social-democrata, ocupou o Planalto.

Com uma pauta conservadora, escolhida pelo eleitor, o novo governo, com militares em seus quadros — Bolsonaro, capitão, mas já um político profissional, porém com o vice e alguns possíveis ministros gerais — , será como todos os anteriores. Não importa se contará com militares ou civis. Perante a Constituição, não faz diferença.

Muito além de um gesto diplomático pós-eleitoral, o aceno da conciliação é necessário, devido à intolerância e à agressividade que intoxicaram a campanha. Tendo atingido o clímax no atentado que sofreu o candidato Bolsonaro em Juiz de Fora. Muito antes disso, a radicalização veio sendo fermentada no próprio Palácio do Planalto de Dilma, convertido em barricada para defender a presidente do impeachment de “arma na mão”; ou em ameaças como a de Lula de chamar o “exército de Stédile”. Balelas, mas que ajudaram a envenenar o ambiente.

Toxidade para a qual contribuiu também o candidato do PSL, ao repetir na campanha absurdos proferidos da tribuna livre da Câmara, que ocupava como membro do desimportante baixo clero. Deveria ter percebido que mudara de status.

(61) A pacificação interessa à nação, até porque há graves problemas econômicos que precisam ser resolvidos com a participação do Legislativo, que terá de aprovar leis e emendas constitucionais. O presidente Jair Bolsonaro precisará de votos para isso. O que implica negociações entre situação e oposição, balizadas pelo interesse público.

Enfrentar este cenário difícil não será apenas um desafio para governo e oposição, mas também para o próprio regime democrático, com seus pesos e contrapesos.

(ED5OG, 28/10/2018, grifos nossos)

Diante de tanto acirramento entre a direita e a esquerda, o editorialista aponta a *pacificação* como um caminho a ser seguido, pois há graves problemas econômicos muito mais relevantes que as disputas dos candidatos pelo poder.

Ao optar por *pacificação*, em posição temática, o editorialista marca seu discurso, reconhecendo que tal objetificação é algo almejado, primordial em uma democracia diante da

radicalização fomentada na campanha eleitoral. Entende-se que o Legislativo precisa assumir uma participação mais incisiva, com a aprovação de leis e emendas, com vistas a dirimir os problemas econômicos.

A metáfora gramatical *pacificação* é apresentada no texto como verdade defendida pelo editorialista, visto que ele traz essa entidade de forma assertiva, como caminho necessário para o exercício da democracia. Já a metáfora *participação* figura como núcleo do sintagma preposicionado com a participação do Legislativo, representando não um evento isolado, mas um movimento recorrente e já reconhecido na política.

Em relação aos atores sociais, nota-se que a pacificação entre governo e oposição é algo almejado pela nação. O enunciador atribui essa responsabilidade a Bolsonaro (ator incluído de forma implícita). O sintagma nominal “participação do Legislativo” traz o participante (Legislativo) incluído de forma indireta, como um desejo do enunciador para resolver os graves problemas econômicos do país.

O quadro 37 traz um compilado dos efeitos discursivos observados das metáforas gramaticais:

Quadro 37- Categorização dos efeitos discursivos das nominalizações dos editoriais do jornal *O Globo*

Categorização como elemento coesivo	Categorização como objetificação
Modalidade	Modalidade
Ato de fala	Apagamento do ator social
Operação cognitiva (referenciação)	Não negociação do sentido
	Compartilhamento do conhecimento/da memória discursiva

Fonte: Adaptado de Schlee (2018, p.171).

As metáforas gramaticais são fundamentais para a construção da argumentação. Prova disso, são os efeitos discursivos elencados de categorização como elemento coesivo ou objetificado. Entre eles, destaca-se o tratamento dado ao apagamento do ator social. Tal exclusão pode ocorrer de forma total (supressão) ou de forma parcial (encobrimento).

A tabela a seguir, mostra a representação do ator social mais recorrente nos editoriais. Levou-se em consideração a incidência já analisada dos sufixos formadores das nominalizações encontradas:

Tabela 8- Análise da incidência dos atores sociais nos editoriais do jornal *O Globo*

Sufixo da metáfora gramatical ideacional por meio de nominalizações	Representação do ator social (inclusão ou exclusão = “encobrimento” e “supressão”)	%
-ção/-são/-ssão (66)	Incluído = 25 Encoberto = 33 Suprimido = 08	Incluído = 37,9% Encoberto = 50,0% Suprimido = 12,1%
-mento (11)	Incluído = 03 Encoberto = 01 Suprimido = 07	Incluído = 27,3% Encoberto = 9,1% Suprimido = 63,6%
-ança/-ância/-ença/-ência (06)	Incluído = 0 Encoberto = 02 Suprimido = 04	Incluído = 0% Encoberto = 33,3% Suprimido = 66,7%
Total (83)	Incluído = 28 Encoberto = 36 Suprimido = 19 Exclusão no total = 55	Incluído = 33,7% Encoberto = 43,4% Suprimido = 22,9% Exclusão no total = 66,3%

Fonte: A autora.

As nominalizações formadas pelos sufixos -ção/-são/-ssão (77,6%), -mento (12,9%) e -ança/-ância/-ença/-ência (7,1%) somam 83 ocorrências de itens nominalizados, ou simplesmente de metáforas gramaticais ideacionais, formadas pelo processo de sufixação. Aponta-se que a exclusão (encoberta/suprimida) do ator social é bastante relevante com cerca de 66,3% das incidências totais.

Destaca-se que o enunciador prefere utilizar a nominalização para encobrir os integrantes, com cerca de 43,4% das ocorrências. Essa estratégia deixa em segundo plano a participação do ator social, ou por ser inferível, ou por ter deixado marcas em outras partes do texto. A inclusão, por sua vez, é proporcionada pela inserção do participante na estrutura do sintagma preposicionado, ou pela titulação de grupo.

As metáforas gramaticais, na maioria das ocorrências, em relação ao conteúdo, expõem uma referência aos itens lexicais expressos anteriormente, ao enunciado

(AZEREDO, 1999). Essas nominalizações são conceitualmente motivadas, porque a relação é apenas semântica, além de apresentar algumas avaliações do enunciador.

6.5 Comparações e resultados gerais

Os editoriais dos jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, envolvidos no período eleitoral, mostram algumas similaridades nas funcionalidades da metáfora gramatical.

As nominalizações são mecanismos linguísticos que realizam esse fenômeno da metáfora gramatical ideacional. Como recorte, optou-se pela análise desse recurso proveniente de verbos, com base sufixal.

Os editoriais dos jornais listados expõem tal recurso de forma bem acentuada, principalmente, em nominalizações formadas pelo sufixo *-ção*, com mais de 50% de incidência. Além desse sufixo, outros foram listados, a saber:

Quadro 38- Principais sufixos dos editoriais nos jornais⁹⁶

Editoriais	Principais sufixos		
<i>Folha de S. Paulo</i>	-ção/-são/-ssão = 74,6%	-mento = 7,5%	-ança/-ância/-ença/-ência = 17,9%
<i>Jornal do Brasil</i>	-ção/-são/-ssão = 63,9%	-mento = 9,7%	-ança/-ância/-ença/-ência = 22,2%
<i>O Estado de S. Paulo</i>	-ção/-são/-ssão = 57,3%	-mento = 23,2%	-ança/-ância/-ença/-ência = 17,1%
<i>O Globo</i>	-ção/-são/-ssão = 77,6%	-mento = 12,9%	-ança/-ância/-ença/-ência = 7,1%

Fonte: A autora.

Os sufixos *-ção/-são/-ssão*, *-mento* e *-ança/-ância/-ença/-ência* mostraram-se produtivos para a formação das nominalizações. Quando o editorialista faz a opção por uma metáfora gramatical em detrimento de um processo, ele o faz levando em consideração a

⁹⁶ Percentual correspondente ao total de nominalizações encontradas nos editoriais.

própria situação comunicativa, em um olhar mais voltado à objetificação do que ao processo em si.

Essas escolhas, segundo Basílio (2011), referem-se à transformação de verbos em substantivos (motivação semântica/denotativa) e à coesão textual, por meio de anáforas (motivação textual).

Azeredo (1999) discorre sobre os possíveis papéis semântico-textuais das nominalizações, como: conceitualmente ou morfológicamente motivadas, neutras ou avaliativas. Entre tais categorias, as metáforas gramaticais presentes nos editoriais, na maior parte, são conceitualmente motivadas, isto é, estabelecem com o termo anterior uma relação semântica (significação), são avaliativas, pois marcam de forma negativa e/ou positiva o discurso (juízo de valor), referindo-se ao enunciado.

As utilidades pragmático-discursivas das nominalizações podem ser categorizadas como elementos coesivos: modalidade, ato de fala, operação cognitiva (referenciação), e objetificação: modalidade, apagamento do ator social, não negociação do sentido e compartilhamento da memória discursiva do leitor.

Entre todas as categorizações, a objetificação realizada pelo apagamento do ator social, com efeito, mostrou-se um recurso bastante proveitoso para encobrir ou suprimir o participante do processo de comunicação. Destacam-se as incidências de exclusão dos atores sociais, a seguir:

Quadro 39- Exclusão dos atores sociais nos editoriais dos jornais

Editoriais	Encoberto	Suprimido	Total
<i>Folha de S. Paulo</i>	34,3%	14,9%	49,3%
<i>Jornal do Brasil</i>	53,6%	13,0%	66,7%
<i>O Estado de S. Paulo</i>	56,3%	7,5%	63,8%
<i>O Globo</i>	43,4%	22,9%	66,3%

Fonte: A autora.

Esse apagamento do participante pode ser realizado por encobrimento ou supressão, demonstrando intencionalidade em sua ocultação e, conseqüentemente, uma posição discursiva do próprio editorial.

Em relação ao gênero editorial, a EPG de Hasan (1989) propõe três estágios: *obrigatórios*, *opcionais* e *recursivos*. Nos editoriais de todos os periódicos foram observados entre os *obrigatórios*: a introdução (apresentação do tema/tese), a argumentação (exemplos,

citações, comparações, entre outros) e a conclusão (problematização, ou as propostas de resolução); entre os *opcionais*: o subtítulo; e entre os *recursivos* ou *iterativos* a retomada do tema na conclusão. A Configuração Contextual envolve as variáveis: *campo*, *relações* e *modo*, e podem ser descritas da seguinte forma:

Quadro 40- Configuração Contextual de todos os editoriais

<i>Campo</i>
<i>Natureza da atividade social</i> : expor a opinião do corpo editorial. <i>Domínio da experiência</i> : apontar o discurso midiático sobre algum evento, em um determinado editorial, em um dia específico. <i>Objetivo</i> : informar e persuadir o leitor sobre um determinado assunto.
<i>Relações</i>
<i>Papéis sociais</i> : editorialista e leitores. <i>Papéis institucionais</i> : corpo editorial dos jornais e leitores. <i>Distância social</i> : máxima.
<i>Modo</i>
<i>Canal</i> : virtual. <i>Papel da linguagem</i> : informativo e persuasivo. <i>Meio</i> : escrito.

Fonte: A autora.

Todos os editoriais, por meio da variável *campo*, expõem a opinião do corpo editorial, com argumentação (natureza da atividade) e com um fato situado em um determinado tempo e espaço (domínio da experiência). Em *relações*, os papéis sociais entre editorialistas e leitores são demarcados, assim como os papéis institucionais, com uma distância máxima entre os interlocutores na interação. O *modo* está relacionado ao meio de produção, que, no caso desse gênero, é constituído pelo papel da linguagem informativo/persuasivo, o canal é gráfico em função da escrita.

Esse gênero, de acordo com Beltrão (1980), expõe quatro atributos: *impessoalidade* (afastamento do editorialista), *topicalidade* (foco no tema), *condensalidade* (síntese) e *plasticidade* (marcação da não estabilidade dos fatos). As variáveis tipológicas desse gênero são descritas assim:

- 1) *morfologia: artigos de fundo* (FSP, JB, OESP, OG), porque tentam figurar em uma página destinada à opinião do periódico;
- 2) *topicalidade: ação* (FSP, OESP, OG), uma vez que procuram oferecer uma análise de forma imediata ao que está ocorrendo e *preventivos* (JB), já que buscam antecipar determinado acontecimento;
- 3) *conteúdo: normativos* (FSP, JB, OESP, OG), pois tentam convencer os leitores sobre os fatos;
- 4) *estilo: intelectuais* (FSP, JB, OESP, OG), dado que o editorialista prefere buscar o raciocínio do leitor;
- 5) *natureza: polêmicos* (FSP), isto é, são contestadores; *circunstanciais* (JB, OG), são oportunistas e promocionais (OESP), pois pretendem promover uma linha editorial baseada no convencimento e na tomada de posição do leitor.

Dessa forma, constata-se que todos os editoriais são *artigos de fundo*, em decorrência da relevância e destaque de tal gênero em uma página de opinião dos jornais. Três periódicos são de *ação*, com uma análise quase instantânea sobre os fatos, no momento em que estão ocorrendo. Todos são *normativos* e *intelectuais* relacionados à busca do convencimento.

A natureza, sem dúvida, é a tipologia mais diversificada entre os jornais. A *Folha* é considerada *polêmica*, uma vez que traz textos doutrinários, propulsores do enfraquecimento de participantes sociais e políticos. O *Jornal do Brasil* e *O Globo* são *circunstanciais*, dado que aparecem, eventualmente, após um evento, aproveitando-se dos “ânimos exaltados” dos leitores sobre os acontecimentos. O *Estadão*, por sua vez, é *promocional*, com uma linha editorial voltada para a tomada de posição dos leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desta tese, ancorado na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e em alguns recursos da Linguística de *corpus* (LC), apresentou como objetivo geral analisar de que forma a metáfora gramatical ideacional contribui para a construção da argumentação dos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Para alcançar tal propósito, foram elencados alguns objetivos específicos que contribuem para a sustentação da hipótese de que a metáfora gramatical é um fenômeno relevante para a argumentatividade.

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* são produzidos por um corpo editorial composto por jornalistas, redatores, editores, entre outros, e os editoriais analisados estão incluídos no período pré-eleitoral. Esse período é marcado pelo antagonismo, pelo acirramento eleitoral entre dois candidatos: Jair Bolsonaro (PSL), partido de direita, e Fernando Haddad (PT), de esquerda.

A priori, a coleta de dados com o *software* AntConc possibilitou uma visão mais ampla sobre a incidência de nominalizações de base sufixal provenientes de verbos. Destacam-se os sufixos -ção/-são/-ssão, -mento, -ança/-ância/-ença/-ência, com predomínio em todos os periódicos. Verifica-se que a escolha pelas nominalizações não é aleatória, mas marca a intencionalidade do enunciador em expor o processo de forma abstrata, influenciando a própria semântica do enunciado.

O sufixo -ção é o mais produtivo para a formação das nominalizações e sua alta incidência nos quatro periódicos demonstra que o editorialista prefere categorizar e/ou objetificar a apresentar o processo propriamente dito. Todas as metáforas gramaticais ora eram organizadas na estrutura textual como Tema, ora como Rema.

Nota-se que os editoriais mantiveram um equilíbrio entre esse uso, incluindo, em alguns casos, a metáfora gramatical em posição de evidência, como um encapsulador de uma informação ou ativador da memória discursiva do leitor, ou em posição de Rema, com incidência opinativa sobre o fato, por exemplo.

Assim, após a análise das ocorrências da metáfora gramatical, constatou-se que seu uso mobiliza uma série de estratégias e atividades discursivas que contribuem para estabelecer no discurso a posição do enunciador.

As metáforas gramaticais ideacionais dos editoriais, em sua maioria, são conceitualmente motivadas e avaliativas, isto é, possibilitam ao texto uma carga semântica opinativa.

As funcionalidades pragmático-discursivas das metáforas ideacionais identificadas nos editoriais foram: indicação de juízo de valor; objetificação; não negociação de sentido, como uma informação defendida pelo enunciador; ativação do conhecimento compartilhado (memória discursiva) com os leitores e apagamento da figura do ator social dando à construção ares de verdade indiscutível.

A teoria de van Leeuwen (2008) foi oportuna para elucidar a inclusão e a exclusão dos participantes no discurso dos editoriais. Em face disso, a opção pela inclusão por ativação, passivação (participação, circunstancialização e possessivação), genericização ou especificação (individualização e assimilação = coletivização e agregação) foi identificada em alguns trechos, com destaque para algumas observações oportunas.

Na maioria dos editoriais, a inclusão por ativação ocorreu com a nomeação individualizada do ator social como, por exemplo, *presidente Bolsonaro, ex-presidente Lula*, entre outros, agindo de forma ativa sobre o processo. Todavia, em muitos casos, tais participantes eram apassivados, isto é, eram pacientes do processo, com participação (agente da passiva), circunstancialização (com preposições que reforçam alguma circunstância) e possessivação (com o “de” pós-modificando a nominalização).

Outra estratégia do enunciador é a inclusão de entidades e associações por genericização constituída por classes de atores sociais, como “petistas”, “brasileiros”, entre outros; por coletivização formada por um substantivo que denota um grupo de pessoas como, por exemplo, a “Escola sem Partido”, e, por fim, a agregação responsável pela inclusão de atores quantificados, com “grande parte”, “minorias”, etc.

A exclusão dos atores sociais foi amplamente utilizada em todos os editoriais, denotando que os enunciadores preferiram excluir tais atores de forma definitiva (supressão) ou encobri-los, apresentando-os em segundo plano, em outra parte do texto. Em ambos os casos, a nominalização cumpre tais funções, ressaltando, assim, o próprio processo.

Esse apagamento pode estar relacionado a quatro motivos: evitar a repetição de termos citados; não apontar, em função da obviedade; desconhecer a agência e o participante e não se comprometer com a informação dada. Em muitos casos, a significação dos processos em si veiculada pela metáfora é mais relevante do que os próprios atores sociais.

Enfatiza-se que o ator social é o participante que afeta e pode ser afetado pelo processo. Assim, ao analisá-lo, identificou-se que, em sua maioria, a inclusão ocorreu de uma forma indireta, em muitos casos, com o “de” pós modificador. Ademais, foi preciso desempacotar a metáfora gramatical para elucidar processos e participantes.

O editorial, na visão funcionalista de Hasan (1989), é compreendido como um gênero constituído de uma estrutura definida em passos e movimentos configurados contextualmente. Nesse sentido, o gênero não pode ser verificado fora de seu contexto, de seu entorno.

Os três movimentos retóricos desse gênero: *abertura* (tema/tese), *desenvolvimento* (argumentação) e *encerramento* (conclusão) são etapas fundamentais para a constituição do editorial. Além disso, esse gênero, na maioria dos casos, aplica a metáfora gramatical como recurso para exprimir a impessoalidade (BELTRÃO, 1980), marcando o distanciamento do editorialista, seja como um tópico prioritário em Tema, ou secundário em Rema.

Constata-se que a alta incidência de editoriais de *ação, normativos, intelectuais e circunstanciais* demonstra a intenção do enunciador em convencer os leitores da visão do jornal sobre os temas pré-eleitorais.

Enfatiza-se que esse posicionamento não é neutro, mas é revestido de crenças. Para Charaudeau (2013), tais crenças dependem da interpretação de um comportamento, em confronto com os acordos estabelecidos socialmente. Logo, a visão do jornalista sobre os temas pré-eleitorais coadunam com a própria concepção política e social do jornal. De modo que, sem dúvidas, a mídia jornalística é uma agência hegemônica para influenciar leitores nas tomadas de decisão.

Assim, esta tese apresenta relevância, em função da identificação das contribuições discursivas da metáfora gramatical no gênero editorial, demonstrando que a incidência desse recurso impulsiona a própria argumentação.

Halliday (1985) destaca a contribuição da metáfora gramatical e sua originalidade textual, em face disso, entende-se nesta pesquisa que o recurso precisa ser explorado na produção de texto dos alunos, porque é justamente neste ambiente que a formação cidadã se constitui.

A escolha pela análise desse fenômeno, por meio do *software* AntConc, apresenta um ponto relevante a de que as metáforas gramaticais de base sufixal são rapidamente catalogadas e reconhecidas. Admite-se que esse recorte foi providencial, visto que a expressividade e a consistência das metáforas gramaticais proporcionam uma vasta análise tanto em relação ao enunciado quanto à enunciação.

Dessa forma, o estudo em questão não se esgota, pois o estudo da metáfora gramatical pode ser realizado em diferentes gêneros textuais, principalmente, porque se trata de um fenômeno de uso empregado com diferentes propósitos comunicativos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. São Paulo: Ateliê editorial, 2009.
- ABREU, Adriana Rodrigues de; NÓBREGA, Adriana Nogueira Accioly. Avaliação e argumentação: uma análise da produção textual no ensino médio. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, Santa Catarina, v. 15, n. 2, p. 285-302, maio/ag. 2015.
- ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr./maio 2006.
- AZEREDO, José Carlos de. Aspectos semântico-textuais do nome e da nominalização. In: VALENTE, Andre (org.). *Aula de português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.245-256
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha/IAH, 2010.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Casa da Moeda, 1988.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBARA, Leila; Célia Maria de, MACÊDO. Linguística Sistêmico-Funcional para a análise de discurso um panorama introdutório. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, DF, v. 10, n. 1, p. 89-107, 2009.
- BASILIO, Margarida. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 2007.
- BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.
- BAYLEY, Paul. Analysing language and politics. *Mediazione: Rivista online di studi interdisciplinari su lingue e culture*, Itália, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2015.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENETTI, Marcia; STORCH, Laura Strelow. Jornalismo, convergência e formação do leitor. *MATRIZES*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 205-215, jan./jun. 2011.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRENNEISEN, Eliane; MENDONÇA, Sônia C. Poltronieri; ALVES, Gustavo Biasoli. Relações entre Discurso Político e Discurso Jornalístico. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, Paraná, v. 5, n. 9, p. 13-22, 2006.

CASTRO, Livia Maria Aires de. *Escrita e letramento no ensino médio: uma abordagem sistêmico-funcional e de linguística aplicada*. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2013.

CINTO, María Teresa. La nominalización. Obstáculo para la comprensión lectora. *Educación, Lenguaje y Sociedad*, Argentina, v. 6, n. 6, p. 171-186, dez. 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DILLINGER, Mike. Forma e função na linguística. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.

DUTRA, Vania Lúcia Rodrigues; SILVA, Liliene Maria Novaes Pereira da. Ensino de Língua na Escola básica-orientação funcional. *Anais do SILEL*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2011.

EGGINS, Suzanne. *An introduction to systemic functional linguistics*. London: Continuum, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 1.ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Psychology Press, 2003.

FIORIN, José Luiz. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 53-70, jan./jul. 2014.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, José Luiz. Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. *Gragoatá*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 970-985, set./dez. 2017.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GOUVEIA, Carlos A.M. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p.13-47, jan./jun. 2009.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An introduction to functional grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. Part A. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *On grammar*. London: Bloomsbury Publishing, 2002.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *Language of Science*. London: Bloomsbury Publishing, 2004.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. *An introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. London: Hodder Arnold, 2004.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. *Construing experience through meaning: A language-based approach to cognition*. London: A&C Black, 2006.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *Systemic functional grammar: a first step into the theory*. China: Higher Education Press, 2009.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. *An introduction to functional grammar*. London, Routledge, 2014.

HASAN, R. Part B. In: HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HASAN, Ruqaiya; FRIES, Peter H. Reflections on subject and theme: an introduction. In: *On subject and theme: a discourse functional perspective*. Amsterdam:Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.

HAUY, Amini Boaianin. *Gramática da língua portuguesa padrão*. São Paulo: EdUSP, 2014.

HEYVAERT, Liesbet. Nominalization as grammatical metaphor. In: SIMON-VANDENBERGEN, Anne-Marie; TAVERNIERS, Miriam; RAVELLI, Louise J. (Ed.). *Grammatical metaphor: Views from systemic functional linguistics*. Amsterdam:Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2003. v. 236, p. 65-100.

HITA, Jorge Arús. Ambiguity in grammatical metaphor. In: SIMON-VANDENBERGEN, Anne-Marie; TAVERNIERS, Miriam; RAVELLI, Louise J. (ed.). *Grammatical metaphor: Views from systemic functional linguistics*. Amsterdam:Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2003. v. 236, p. 101-126.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de. Reflexões sobre as possíveis contribuições da linguística do corpus para a gramática Sistêmico funcional: transitividade e classificação de processos. *Caletroscópio*, UFOP-Minas Gerais, v. 5, n. 9, p.9-25, jul./dez. 2017.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Lisboa: Edições 70, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MARQUES DE MELO, José Marques de. *A opinião do jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARQUES DE MELO, José Marques de. *A opinião do jornalismo brasileiro*. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

KENEDY, Eduardo; MARTELOTTA, Mário Eduardo. T. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo Toscano (org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2003. p. 17-28.

MARTIN, James Robert. Nominalization in science and humanities: Distilling knowledge and scaffolding text. In: VENTOLA, Eija (ed.). *Functional and systemic linguistics: approaches and uses*. London: Walter de Gruyter, 1991.

MARTIN, James Robert. *English text: system and structure*. Holanda: John Benjamins Publishing, 1992.

MARTIN, James Robert; ROSE, David. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London: Bloomsbury Publishing, 2003.

MARTIN, James Robert; ROSE, David. *Genre relations: mapping culture*. London: Equinox, 2008.

MARTIN, James Robert; ROSE, David. *Learning to write, reading to learn: genre, knowledge and Pedagogy in the Sydney School*. London: Equinox, 2012.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. A Gazeta do Rio de Janeiro: o jornal oficial da corte de D. João VI no Brasil (1808-1821). *Comunicação & Sociedade: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, ano 29, n. 49, p. 27-41, 1. sem. 2008.*

MEURER, José Luiz. Ampliando a noção de contexto na linguística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso. *Linguagem em (Dis)curso*, Florianópolis, v. 4, p. 133-157, 2004.

MILANI, Tommaso M.; JOHNSON, Sally. Critical intersections: Language ideologies and media discourse. *Language ideologies and media discourse: texts, practices, politics*. London: Continuum, 2010. p. 3-14.

MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Ceará, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.

MORLEY, G. David. *Syntax in functional grammar: an introduction to lexicogrammar in systemic linguistics*. London: A&C Black, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da Gramática Funcional. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática de usos é uma gramática funcional. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 41, n.esp., p. 15-24, 1997.

NOVODVORSKI, Ariel. *A representação de atores sociais nos discursos sobre o ensino de espanhol no Brasil em corpus jornalístico*. 279 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. Nominalização, memória discursiva e argumentação. *SOLETRAS*, São Gonçalo, ano 6, n. 12, p. 76-87, jul./dez. 2006.

OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. A nominalização como recurso argumentativo: uma estratégia de editoriais. *Contexto*, Vitória: Nuples, 1997. p. 69-73

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2007.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (org.). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 2002.

PIERSON, Claude. Les reprises lexicales dans la perspective de la synthèse des textes. Université de Metz-França: *Pratiques*, n. 77, p. 58-82, 1993.

RAMOS, Maria de Oliveira Mendes. *A nominalização de processos verbais: perspectiva*

sistêmico-funcional da produção textual em contextos escolares. 186 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RAVELLI, Louise. Renewal of connection: Integrating theory and practice in an understanding of grammatical metaphor. *In: SIMON-VANDENBERGEN, Anne-Marie; TAVERNIERS, Miriam; RAVELLI, Louise J. (ed.). Grammatical metaphor: views from systemic functional linguistics. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2003. v. 236, p.37-64.*

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed, Rio de Janeiro: José Olímpio, 2011.

ROTHWELL, Angela Downing. La metáfora gramatical de MAK Halliday y su motivación funcional en el texto. *Revista española de lingüística*, Espanha, v. 21, n. 1, p. 109-124, 1991.

SARDINHA, Tony Berber. *Linguística de corpus*. Baureri: Manole, 2004.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.

SCHLEE, Magda Bahia. O finito e a modalidade em editoriais de jornal. *In: INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS, 33., 2006, São Paulo. Anais...* São Paulo: PUC, 2006. p.1007- 1020.

SCHLEE, Magda Bahia. O ensino de Língua Portuguesa na escola básica. *In: COELHO, Fábio André; SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento. Ensino de Língua Portuguesa: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 155-172.

SOARES, Neiva Maria Machado. *Gêneros textuais em foco*. Paraná: Appris, 2016.

SOUZA, Maria Medianeira de. Um olhar sobre a variação no gênero editorial: aspectos formais e semânticos. *In: JORNADA GELNE, 20., 2004, João Pessoa, PB. Anais...* p.1765-1772, 2004.

TAVERNIERS, Miriam. Grammatical metaphor in SFL: A historiography of the introduction and initial study of the concept. *In: SIMON-VANDENBERGEN, Anne-Marie; TAVERNIERS, Miriam; RAVELLI, Louise J. Grammatical metaphor: Views from systemic functional linguistics. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2003. v. 236. p.5-34.*

THOMPSON, Geoff. *Introducing Functional Grammar*. 2nd ed. London: Arnold, 2004.

VALÉRIO, Rubiane Guilherme; OLIVEIRA, Lúcia Pacheco. A metáfora gramatical na construção discursiva de gêneros do contexto pedagógico. *Fórum de Estudos Linguísticos*, Rio de Janeiro, p.60-68, 2011.

VALÉRIO, Rubiane Guilherme. *A função coesiva das nominalizações em redações escolares na perspectiva sistêmico-funcional*. 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Functional grammar*. Cinnaminson, USA: Foris, 1978.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: SAGE Publications, 2000.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and practice: new tools for critical analysis*. Nova York: Oxford University Press, 2008.

VELLOSO, Juliana da Fonseca Hermes. *Metáfora gramatical no Ensino Médio: a produção textual do aluno em uma perspectiva transdisciplinar*. 232 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

VIAN JR, Orlando; LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de. A perspectiva teleológica de Martin para a análise de gêneros textuais. In: BONINI, A; MOTTA- ROTH, D; MEURER. J.L. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.